



Relatório Anual **2015**



Sumário

Apresentação 3
Materialidade 4
Geração de valor 5

A PREVI em 2015 6

Principais números do ano 6
Destaques do ano 7
O contexto econômico do ano 9

Mensagens 11

Mensagem da Diretoria Executiva 11
Conselho Deliberativo 13
Conselho Fiscal 14
Conselho Consultivo do Plano 1 16
Conselho Consultivo do PREVI Futuro 17

Perfil 18

A PREVI 18
Missão, Visão e Valores Corporativos 20
Governança corporativa 20

Relacionamento com os públicos 25

Participantes 26
Público interno e iniciativas de gestão 32
Mais comunicação e transparência 35

Planos de benefícios 38

O Plano 1 em 2015 40
O PREVI Futuro em 2015 42
A Capec em 2015 46
PGA 47
Operações com participantes 50

Estratégia e investimentos 52

Políticas de Investimento e gestão de riscos 53
Decisões de investimento em 2015 57
Empresas e empreendimentos participados 62
Investimentos responsáveis 67

Sumário GRI 70

Demonstrações financeiras 74

Demonstrativo de investimentos 75
Demonstrações contábeis e notas explicativas 101
Pareceres 161

Apresentação

Transparência é um dos valores institucionais da PREVI. Coerentemente, foi o primeiro fundo de pensão brasileiro a lançar, além do Relatório Anual de Atividades, também o Balanço Social, em 1998. Desde 2011, a Entidade reúne informações financeiras e de sustentabilidade em um único documento, em que são avaliadas as gestões da PREVI e também das principais empresas e empreendimentos imobiliários nos quais investe.

Recentemente, a PREVI recebeu do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ) o certificado de Empresa Cidadã 2015. Foi a terceira vez que a PREVI recebeu o reconhecimento, que destaca a qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas nos relatórios anuais de organizações de todo o Brasil.

Esta edição do Relatório Anual da PREVI abrange informações do período compreendido entre 1.º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015. Pelo quinto ano consecutivo, seu conteúdo foi elaborado de acordo com as normas da Global Reporting Initiative (GRI), instituição que fornece padrões de nível mundial em indicadores para relatos de desempenho corporativo. [GRI G4-28](#), [GRI G4-30](#)

O relatório inclui dados sobre estratégias, iniciativas, produtos, serviços, projetos, operações e negócios, considerando a lista de temas materiais definidos pela Entidade e sem alterações significativas de escopo ou de informações com relação a edições anteriores. Informações e limitações relativas a indicadores GRI específicos estão apontadas no Sumário GRI (incluído no final do relatório). Dúvidas, críticas e sugestões podem ser encaminhadas por meio de mensagem no canal Fale Conosco, no endereço <http://www.previ.com.br/menu-auxiliar/fale-conosco>. [GRI G4-31](#)

Convidamos todos para a leitura do Relatório Anual, que nesta edição apresenta linguagem mais objetiva, mantendo a profundidade de seu conteúdo.

Sobre este relatório

A metodologia Global Reporting Initiative (GRI) é uma das mais utilizadas e reconhecidas em todo o mundo. Ela contribui para a adoção da prática de medir, divulgar e prestar contas para os públicos de interesse, internos e externos, do desempenho organizacional, tendo como objetivo final promover o desenvolvimento sustentável.

Desde 2011, quando integrou o Relatório Anual de Atividades e o Balanço Social, a PREVI trabalha com a metodologia GRI. Na elaboração deste material, foi utilizada a quarta versão dessa metodologia. Foram aplicadas, pelo segundo ano consecutivo, as diretrizes G4 em nível Essencial, sem verificação externa de indicadores. [GRI G4-32](#), [G4-33](#)

Materialidade

Para o conteúdo deste relatório, foram considerados oito temas materiais. Os temas materiais são os aspectos mais relevantes a serem considerados no relato sobre a gestão de uma organização para a criação de valor no curto, no médio e no longo prazo. A lista de temas da PREVI foi determinada a partir de consultas feitas a funcionários, participantes e associações de funcionários do Banco do Brasil da ativa e aposentados, além de grupos focais com a participação de gerentes, conselheiros e diretores e do exame de documentos internos e de estudos setoriais. Os temas foram validados pela Diretoria Executiva. [GRI G4-18](#), [G4-19](#), [G4-20](#), [G4-21](#), [G4-27](#)

Relação de temas materiais

Tema	Definição	Como a PREVI o aborda	Saiba mais no(s) capítulo(s)
Desempenho econômico	A busca pelos melhores retornos dos investimentos e pela rentabilidade dos planos	Por meio da gestão ativa de seus investimentos, da busca de ativos sólidos e de um planejamento de longo prazo	<i>Planos de benefícios; Estratégia e investimentos</i>
Investimento responsável	Investimentos caracterizados por uma boa gestão de fatores socioambientais e de governança corporativa	Com uma avaliação de investimentos que considera aspectos de responsabilidade socioambiental e potencial de perenidade, além das análises de retorno financeiro	<i>Estratégia e investimentos</i>
Relacionamento com os participantes, pensionistas e entidades representativas	A boa gestão dos canais de comunicação e o debate com seus públicos de interesse	Em 2015, a PREVI promoveu uma mudança completa de seu modelo de relacionamento com os públicos interno e externo, enfatizando uma comunicação tempestiva e clara nos veículos	<i>Relacionamento com os públicos; Planos de benefícios</i>
Gestão de riscos e eficiência operacional	Processos de avaliação e controle de riscos que possam inviabilizar o cumprimento de sua Missão	Metodologias de gestão de riscos foram completamente revistas e reforçadas em 2015	<i>Estratégia e investimentos</i>
Planos de benefícios/outros produtos (informações sobre planos e produtos)	A gestão e a divulgação dos planos e produtos da PREVI e suas formas de contribuição	Estratégias de comunicação para disseminar conhecimento sobre assuntos previdenciários e o funcionamento da PREVI, incluindo as iniciativas do novo modelo de relacionamento	<i>Relacionamento com os públicos; Planos de benefícios</i>
Educação previdenciária dos participantes e seus familiares	Informações sobre os planos de benefícios e produtos da PREVI, e fundamentos do sistema previdenciário e da educação financeira familiar	Iniciativas do Programa Mais PREVI, como matérias, cursos, palestras e videoaulas, e atendimento via Assessoria Previdenciária	<i>Relacionamento com os públicos</i>
Transparência e prestação de contas	Divulgação clara e objetiva da estratégia, das decisões e do desempenho da PREVI	Prestação de contas regular, respeitando as determinações legais, por meio de uma variedade de meios de comunicação	<i>Relacionamento com os públicos; Planos de benefícios</i>
Ética, conformidade e combate à corrupção	O respeito a valores como cidadania, transparência, responsabilidade socioambiental e comprometimento	Disseminação contínua desses valores, interna e externamente. O Código de Ética da Entidade foi revisto em 2015	<i>Relacionamento com os públicos</i>

Geração de valor

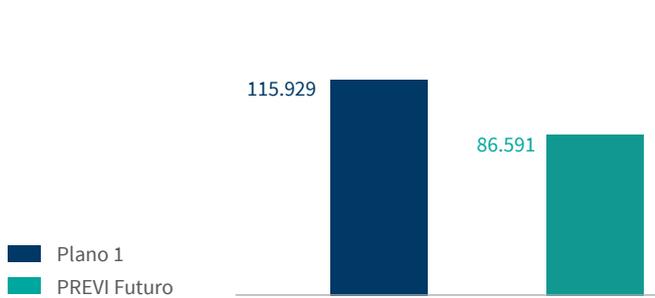
A Missão da PREVI é “garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável”. De acordo com sua Missão, a PREVI existe para assegurar o pagamento de benefícios previdenciários complementares aos associados após o período laboral ou em caso de invalidez e amparar seus dependentes em caso de falecimento, com o pagamento de pensão. Isso exige visão de longo prazo e perenidade na construção de valor. Veja abaixo como a PREVI gera valor a partir de seu capital.

Tipo de capital	De onde vem	Como a PREVI o emprega para gerar valor e cumprir sua Missão
Capital financeiro	Contribuições mensais dos participantes e dos seus patrocinadores (Banco do Brasil e a própria PREVI)	Os recursos são investidos de maneira diversificada, obedecendo às Políticas de Investimentos de cada plano
Capital humano	Empregados da própria Entidade, funcionários cedidos pelo BB, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes	Após uma seleção que inclui avaliação curricular e comportamental e entrevistas, os profissionais recebem treinamentos e capacitações constantes, num processo de atualização permanente
Capital intelectual	Os funcionários da PREVI são qualificados e têm experiência em temas como mercados de capitais, aspectos financeiros e econômicos e área de seguridade e atuária	Esses conhecimentos são usados em atendimentos, no cálculo de benefícios e da reserva e na condução de investimentos mais seguros, que contemplam análises de risco e a necessária proteção ao patrimônio da Entidade
Capital social	A rede de relacionamento com públicos de interesse, na qual se destacam participantes, pensionistas e funcionários do Banco do Brasil em geral. A Instituição também mantém estreito contato com diversos segmentos do mercado financeiro, segmentos de previdência complementar, associações de participantes, as empresas de sua carteira de participações, carteira imobiliária, várias instâncias do poder público e órgãos reguladores	A PREVI busca constantemente ampliar a transparência na relação com todos os seus públicos. Esse esforço foi redobrado em 2015 com a implantação de um novo modelo de relacionamento com os associados e outros públicos externos (leia mais no capítulo Relacionamento com os públicos).

A PREVI em 2015

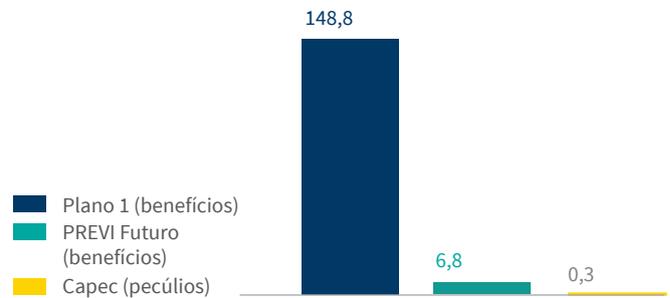
Principais números do ano

Total de associados* da PREVI em 2015



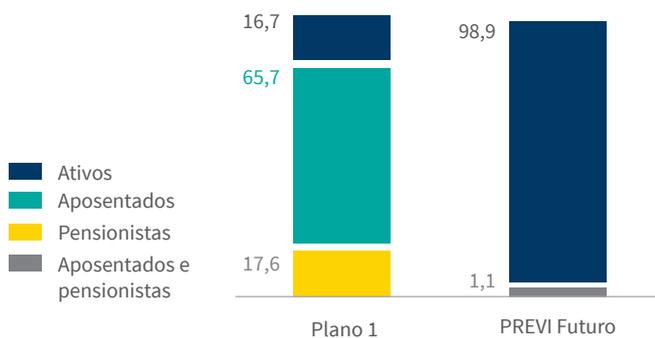
*inclui ativos, aposentados e pensionistas.

Patrimônio total, por Plano Ativos (R\$ bilhões)



O patrimônio da PREVI representa cerca de **23,1%** do total de ativos dos fundos de pensão brasileiros (dados da Previc referentes ao terceiro trimestre de 2015).

Composição dos planos (%)

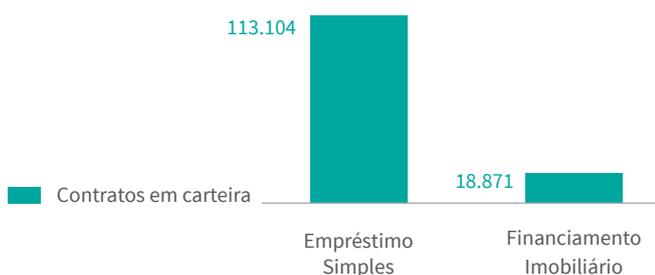


Valores pagos em benefícios e pecúlios em 2015* (R\$)

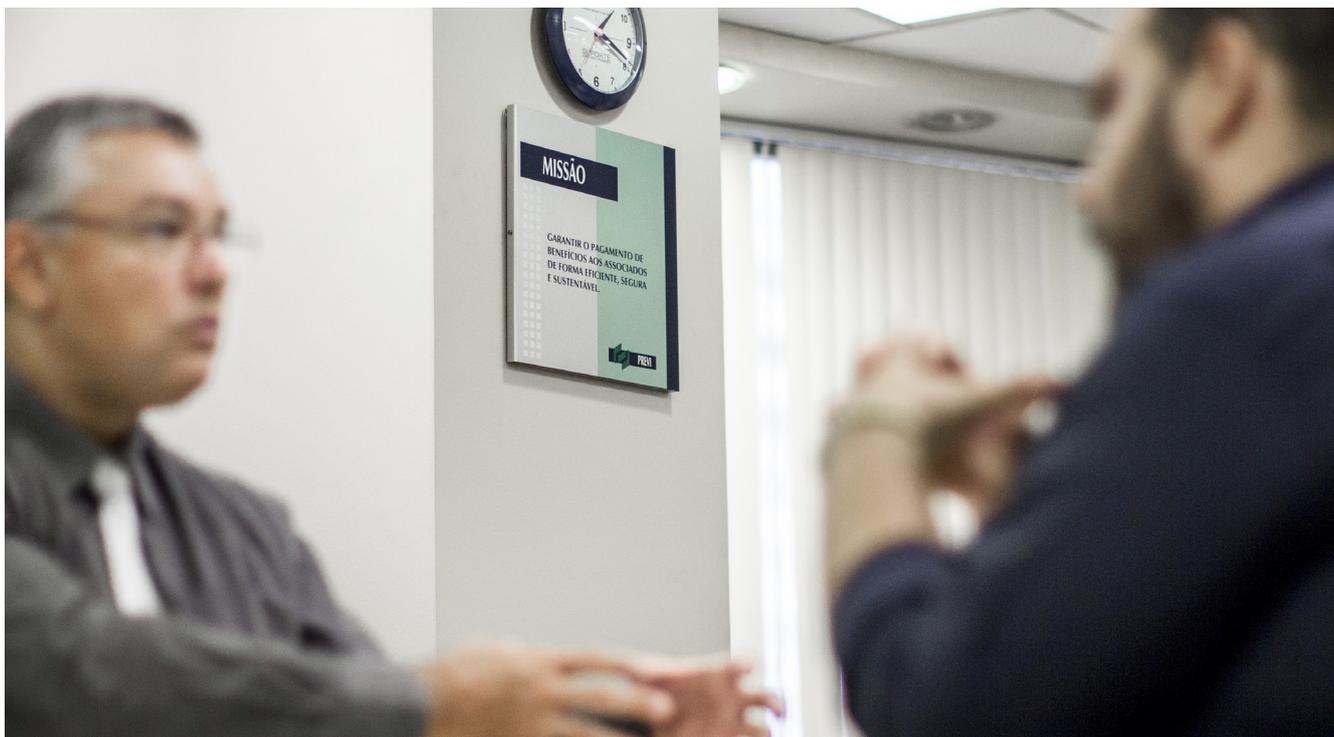


*Inclui benefícios do INSS que transitam pela folha da PREVI e repasses de responsabilidade do BB.

Volume total de operações com participantes

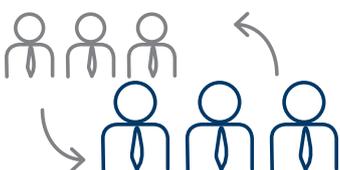


Em 2015, os benefícios pagos pela PREVI representaram cerca de **36%** do total de benefícios pagos por todo o sistema de previdência complementar no Brasil.



Destaques do ano

Conheça mais sobre as principais realizações da PREVI em 2015.



Renovação de dirigentes

Em fevereiro, o Conselho Deliberativo aprovou o nome de Gueitiro Matsuo Genso para assumir a presidência da PREVI. Seu mandato vigorará até 31 de maio de 2018. Em junho, a posição de diretor de Participações passou a ser ocupada por Renato Proença Lopes, indicado pelo Banco do Brasil para suceder Marco Geovanne. Concluindo as mudanças, em novembro tomou posse o novo diretor de Investimentos, Marcus Moreira de Almeida, também indicado pelo BB, no lugar de Márcio Hamilton Ferreira. Leia mais no capítulo *Perfil*.



Novo modelo de relacionamento com os públicos

A PREVI procurou se aproximar ainda mais de seus participantes e de seus públicos (interno e externos), ampliando a transparência e a clareza na comunicação em 2015. Entre outros projetos, merecem destaque os encontros presenciais entre os dirigentes e os participantes, o contato direto entre técnicos da PREVI e participantes em eventos realizados pelo patrocinador e pelas associações, a nova intranet da PREVI, que garante uma maior integração entre as áreas, e a reformulação da *Revista PREVI*, agora em moderna versão digital. Leia mais no capítulo *Relacionamento com os públicos*.



Mais um canal para reclamações e denúncias

Em novembro de 2015, foi iniciado o funcionamento da Ouvidoria da PREVI, cujo objetivo é acolher reclamações de segunda instância e denúncias de funcionários, associados, entidades representativas, órgão fiscalizador e fornecedores. Com a criação do canal, a PREVI se antecipou a uma possível regulamentação do mercado. Leia mais no capítulo *Relacionamento com os públicos*.



Revisão do modelo operacional de TI

Decorrente de estudo feito por consultoria externa para indicar oportunidades de aumento de eficiência em seus processos internos, a PREVI iniciou uma revisão de seu modelo operacional e de governança da tecnologia da informação (TI). O trabalho começou em maio de 2015 e visa transformar e aumentar a eficiência operacional de TI, otimizando processos, adequando sua estrutura e operações às melhores práticas de mercado, conferindo maior qualidade nas entregas e, conseqüentemente, agilizando o atendimento aos participantes. Leia mais no capítulo *Relacionamento com os públicos*.



Nova Visão e novos Valores

Em 2015, a PREVI conduziu trabalho de revisão de sua Visão e Valores, que, junto com a Missão da Entidade, dão as diretrizes para sua gestão e seus planos de longo prazo. A nova Visão é “Ser a melhor administradora de planos de benefícios do Brasil, referência internacional e motivo de orgulho para associados, patrocinadores e funcionários.” Os Valores têm definições mais sucintas: foco no associado, ética, respeito, transparência, comprometimento e excelência. Leia mais no capítulo *Perfil*.

Entrega do Projeto PREVI Futuro

O Projeto PREVI Futuro disponibilizou um novo sistema de concessão de benefícios para os participantes do plano PREVI Futuro, que começou a operar em julho. Iniciado em 2012, o projeto automatizou parte da concessão e manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões do plano. O resultado: mais agilidade e menos riscos para a Entidade e para seus participantes. Leia mais no capítulo *Planos de benefícios*.

Prêmios e reconhecimentos conquistados em 2015

- Prêmio Nacional de Seguridade Social da Abrapp, categoria “Governança”.
- Prêmio Intranet Portal, conquistado pela nova intranet da Entidade na categoria “Integração em TI”.
- Prêmio Abrapp de Sustentabilidade, com o trabalho “A responsabilidade socioambiental na PREVI”.
- 3.º lugar no 17.º Prêmio Abrasca de Relatório Anual (categoria “Organizações não Empresariais”).
- Prêmio Previc/Abrapp de Monografia, concedido aos funcionários Bruno Maia e Víctor Sodré, pela monografia “Previdência complementar: impactos nas anuidades atuariais de pensão em função das alterações no grupo familiar”.
- Selo Enef (Estratégia Nacional de Educação Financeira), em reconhecimento ao serviço de Assessoria Previdenciária prestado pela Gerência de Atendimento ao Associado.
- Selo da 5.ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero.
- Certificação de Empresa Cidadã pelo Conselho Regional de Contabilidade reafirma a qualidade das informações contábeis e socioambientais da PREVI.

O contexto econômico do ano

O ano de 2015 foi marcado por uma rápida deterioração da atividade econômica brasileira. O desequilíbrio nas contas públicas, a inflação alta e o aumento das incertezas quanto à elevação da dívida interna afetaram a confiança dos investidores.

A necessidade de ajustes na economia impôs uma mudança considerável na coordenação da política econômica. O plano de realizar um ajuste tempestivo, combinando políticas monetárias e fiscais restritivas, foi frustrado pela dificuldade de aprovação de medidas fiscais, ocasionada pela crise política que afetou o País.

No âmbito externo, também contribuíram para o agravamento da crise o aumento da taxa de juros americana, a desaceleração da economia chinesa – com efeito na queda dos preços das *commodities*, como minério de ferro e petróleo – e a perda do grau de investimento do Brasil por duas agências classificadoras de risco (Fitch e S&P), o que favoreceu a saída de capital externo do País.

Como isso tudo afeta a PREVI

Todos os segmentos da economia brasileira sofreram com as circunstâncias, e o mercado de previdência complementar não foi exceção. A alta da inflação, uma tendência persistente desde 2012, impacta diretamente os valores dos benefícios a serem pagos aos aposentados e pensionistas. E aumenta também o volume de recursos necessários para cobrir os compromissos da PREVI com os associados ao longo do tempo, a Reserva Matemática. A inflação obriga a Entidade a reservar mais dinheiro para o pagamento de benefícios no longo prazo, para os participantes que já recebem e para aqueles ainda na ativa.

O ano foi marcado por uma rápida deterioração da atividade econômica. Mas a Missão da PREVI é um compromisso de longo prazo, e a Entidade não deixará de pagar os benefícios devidos por conta de uma conjuntura passageira

A busca por maior rentabilidade é um imperativo, mas a economia deprimida tornou isso difícil. Com investimentos significativos em ações, incluindo em empresas prejudicadas pelos contextos internos (Petrobras, Sete Brasil) e externo (Vale), a PREVI sofreu com a queda de seus ativos negociados em bolsa e também com uma menor distribuição de dividendos oriundos das companhias, parte importante da liquidez necessária para cumprir suas obrigações. A estratégia passou pela busca de desinvestimentos em renda variável, que vem sendo realizada gradualmente pela Entidade nos últimos anos, e pela migração para investimentos de renda fixa, beneficiados pela alta dos juros.

Enfrentar a conjuntura e olhar o longo prazo

Tudo isso gerou, ao fim de 2015, um déficit conjuntural. É a primeira vez desde 2002 que isso acontece. O cenário desfavorável obrigou a Entidade a consumir sua Reserva de Contingência, que não foi suficiente para recom-

por a Reserva Matemática. É necessário lembrar que a Missão da PREVI — garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável — é um compromisso de longo prazo, e que a Entidade não irá deixar de pagar os benefícios devidos por conta de uma conjuntura negativa passageira. O segmento de renda variável pode estar em baixa hoje, mas trata-se de uma carteira com ativos extremamente sólidos, com potencial de recuperação de seus valores reais nos próximos anos.

Por diversos exercícios no passado recente, essa mesma carteira proporcionou rentabilidades muito acima das metas atuariais e gerou superávits traduzidos em diversos benefícios. Nos oito anos de distribuição de superávits, foram repassados aos participantes cerca de R\$ 20 bilhões em benefícios. Alguns deles foram definitivamente incorporados ao plano, como a redução das contribuições em 40%, implantada em 2006, e a incorporação dos benefícios especiais de remuneração e proporcionalidade. Com a suspensão da cobrança das contribuições a partir de 2007, os aposentados e funcionários da ativa foram beneficiados com mais R\$ 2,9 bilhões. Já o pagamento do BET proporcionou um repasse de R\$ 6,4 bilhões, beneficiando também os pensionistas.

A gestão ativa dos investimentos da PREVI inclui avançadas técnicas de análise de riscos, a diversificação criteriosa dos portfólios dos planos, atendendo a seus perfis específicos, e a aplicação e o acompanhamento de políticas de investimento que valorizam a estabilidade e o cumprimento dos compromissos. Tudo isso preserva as reservas da Entidade e garante a pontualidade dos pagamentos, mesmo em momentos de conjuntura adversa.

Mensagens



Mensagem da Diretoria Executiva GRI G4-1

Ao longo de 112 anos de história e de sucessivas gestões, construímos coletivamente um patrimônio sólido, capaz de proporcionar aos associados tranquilidade após o período laboral. Nesta trajetória, a PREVI atravessou períodos de bonança e períodos de instabilidade, e manteve-se firme em seu propósito.

Sabemos que a economia é feita de ciclos e que nenhuma crise é eterna. Há fatores externos incontornáveis, e é justamente nos cenários mais difíceis que a boa gestão é mais valiosa. Algo que a PREVI sempre teve e continua a ter. Nossa carteira é constituída por ativos de boa qualidade, empresas da economia real que continuam com suas atividades. Realizamos criteriosas análises de riscos dos investimentos, o que, em diversos momentos, evitou que tivéssemos recursos aplicados em negócios malogrados. Temos uma governança diferenciada e paritária entre patrocinadora e participantes, que é referência para o mercado, e temos, sobretudo, o comprometimento de uma equipe de profissionais tecnicamente bem preparados para gerir nossos investimentos.

É justamente nos cenários mais difíceis que a gestão ativa é mais valiosa. Nossos investimentos têm potencial de geração de valor no futuro e muitos anos ainda virão, nos quais colheremos bons frutos do contínuo trabalho sério

Praticamos uma gestão ativa dos fatores sobre os quais temos ingerência e, sem dúvida, isso reduz o impacto de cenários adversos. Desde 2010, enfrentamos dificuldades para rentabilizar os ativos nos níveis desejados. A economia global e a brasileira estão enfrentando momentos difíceis. As ações de empresas em quase todos os setores vêm passando por desvalorização na bolsa, também afetada pela saída do capital estrangeiro do País, o que prejudica a rentabilidade dos ativos de investidores institucionais, como a PREVI. Apesar de termos um portfólio diversificado, também sofremos impactos em decorrência desse quadro geral.

É importante lembrar que as dificuldades atuais são conjunturais, e não estruturais. Nossos investimentos têm potencial de geração de valor no futuro e não precisamos nos desfazer de ativos que momentaneamente estejam com preços desfavoráveis. Apesar do déficit apresentado ao fim do exercício de 2015, a PREVI não tem problemas de liquidez e apresenta plena capacidade de honrar os seus compromissos crescentes com o pagamento de benefícios. O reajuste anual, com base no INPC, exerce forte impulso na elevação de nossas despesas. E, no caso do Plano 1, seu próprio ciclo de vida exige desembolsos cada vez maiores, com quase todos os associados aposentados.

O panorama desfavorável no ano passado deve ser relativizado e contextualizado dentro do horizonte de longo prazo inerente à previdência. Na década passada, o forte crescimento econômico, aliado à gestão ativa dos recursos, gerou sucessivos superávits. Não se pode minimizar o histórico de bons resultados, que tornou a PREVI um exemplo de solidez. E também é preciso enxergar que muitos anos ainda virão, nos quais colheremos bons frutos do contínuo trabalho sério.

Gerir o patrimônio da PREVI é uma grande responsabilidade com nossos 200 mil associados e suas famílias, que contam com esses recursos para garantir suas aposentadorias de forma sustentável. Trabalhamos juntos todos os dias para cumprir a honrosa missão que temos, zelando pelos interesses do conjunto de associados.

Mensagem do Conselho Deliberativo

O panorama econômico mundial em 2015, com reflexos sentidos no âmbito brasileiro, foi desfavorável a investidores de uma forma geral, inclusive à PREVI. Fatores diversos e alheios ao controle dos gestores contribuíram para isso: desaceleração da economia chinesa, queda no preço de minérios e do petróleo, maior aversão ao risco e desvalorização generalizada das bolsas de valores ilustram o cenário adverso enfrentado.

Na outra ponta, tivemos um crescente incremento da Reserva Matemática, que representa os compromissos atuais e futuros da Entidade e é reajustada anualmente com base no INPC. Em função tanto da desvalorização dos ativos quanto do aumento do passivo, o resultado do ano foi deficitário, a despeito dos esforços feitos para minimizar os impactos negativos advindos da conjuntura econômica.

Os números devem ser relativizados na linha do tempo, porque atravessar períodos tempestuosos é inerente a quem tem uma longa e bem-sucedida trajetória. E a PREVI tem passado bem por esses períodos porque possui um modelo de governança paritário, com segregação clara de funções; porque tem um corpo técnico preparado e comprometido; e porque construiu uma carteira de investimentos de alta qualidade, que historicamente vem superando em rentabilidade os principais índices de referência e a própria meta atuarial.

Sucessivas gestões ativas e firmes fizeram com que a PREVI tenha se tornado fonte de segurança para seus associados, mantendo-se forte e resiliente

O resultado decorreu de uma confluência momentânea de fatores e não de problemas que estejam enraizados na concepção dos planos ou que sejam fruto de gestão equivocada. Muito ao contrário, sucessivas gestões ativas e firmes fizeram com que a PREVI tenha se tornado fonte de segurança para seus associados, mantendo-se sólida e resiliente.

Temos plena consciência de que os desafios serão muitos, mas acreditamos que a PREVI está apta a enfrentá-los, sempre orientada para o cumprimento do contrato previdenciário com seus associados e cumprimento de sua missão que é pagar benefícios.

Mensagem do Conselho Fiscal

O ano de 2015 representou para a economia brasileira um grande desafio, e esta não ficou imune às condições desfavoráveis da economia mundial, repercutindo, no cenário doméstico, movimentos importantes, tais como redução no preço das *commodities*, desaceleração da economia chinesa e queda das bolsas de valores em várias partes do mundo. Internamente, a crise política brasileira agravou esse cenário e, ao longo de 2015, as condições mercadológicas se mostraram bastante desfavoráveis.

Na PREVI, os reflexos se fizeram sentir na apresentação de déficit técnico do exercício da ordem de R\$ 28 bilhões em 2015, consumindo o superávit acumulado de R\$ 12 bilhões ao fim do exercício de 2014, o que fez com que o exercício finalizasse com déficit acumulado de R\$ 16 bilhões. Grande parte desse resultado negativo decorreu de características históricas da carteira de investimentos da PREVI, na qual os ativos em renda variável totalizavam, ao fim do exercício, 48% dos ativos totais.

O desempenho apresentado pelo mercado acionário brasileiro, que passou por expressiva depreciação dos valores das ações de empresas nacionais relevantes e tradicionais, fez com que a PREVI fosse fortemente impactada, tendo em vista os percentuais aplicados em renda variável, conforme antes comentado.

Dadas as características de médio e longo prazo dos passivos que a PREVI tem de honrar, a Entidade tem optado pela cautela no desfazimento de suas posições, de modo a aguardar melhores perspectivas econômicas e do mercado de ações. Em tal contexto, o Conselho Fiscal tem mantido criterioso e permanente acompanhamento sobre as diretrizes e atividades que envolvem a gestão da carteira de investimentos e dedicado acurada atenção aos ativos mais complexos.

Há que se destacar os importantes avanços em relação ao estabelecimento e à monitoração das Políticas de Investimento, assim como na implementação de ferramentas robustas para a gestão integrada de ativos e passivos, por meio de técnicas avançadas de ALM. A busca permanente de avanços nessas atividades, juntamente com o fortalecimento da Gestão Baseada em Riscos, é medida prioritária que deve ser abraçada por todos os segmentos da PREVI.

Por outro lado, o Conselho Fiscal tem acompanhado as medidas destinadas a aperfeiçoar e racionalizar processos e atividades, visando contribuir para a obtenção de maior eficiência operacional, pois entende que isso ensejará a redução de dispêndios administrativos, conjugada com o melhor uso de recursos e da estrutura organizacional. Como tais tarefas são prementes e indispensáveis para a otimização da gestão como um todo, este conselho vê como de crucial importância a aceleração de inovações tecnológicas que permitam automatizar processos manuais, reduzir retrabalhos, melhorar os reportes gerenciais e integrar as atividades.

A busca de maior transparência no relacionamento com o corpo social e a melhoria da comunicação com as diferentes partes interessadas também têm sido objeto de acompanhamento pelo Conselho Fiscal. Sob esse aspecto, destaca-se a recente implantação da Ouvidoria da PREVI, assim como os aperfeiçoamentos do Painel Informativo, que passará a disponibilizar séries históricas de até dez anos, evolução dos indicadores, número de filiados, perfil dos participantes de cada plano e resumo trimestral dos resultados. Tudo isso para possibilitar ao corpo social um melhor acompanhamento da PREVI como um todo, e em especial dos investimentos.

Os conselheiros fiscais eleitos enfatizam que os aspectos registrados em manifestação de 27/2/2015, quando da emissão do Relatório Anual de Atividades de 2014, quais sejam, reclamações trabalhistas originadas no Banco do Brasil, teto remuneratório para fins de concessão de benefícios e remuneração variável/bônus para a Diretoria Executiva, devem merecer, de parte do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a máxima prioridade para que sejam implementadas soluções efetivas ainda no transcurso do primeiro semestre de 2016.

Resta-nos salientar que o Conselho Fiscal, principal órgão da estrutura de controles internos da Entidade, exerce papel fundamental na supervisão, na fiscalização e no controle da gestão, sendo sua participação indispensável para a adequada orientação da Entidade para uma visão de gestão baseada em riscos. Nesse aspecto, ratificamos nosso compromisso para com o exercício responsável e consciente de nossas atribuições, zelando sempre pela lisura, ética e transparência, e tendo como finalidade maior assegurar o cumprimento da Missão de “Garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável”, de modo a que a PREVI atinja sua Visão de “Ser a melhor administradora de planos de benefícios do Brasil, referência internacional e motivo de orgulho para associados, patrocinadores e funcionários”.

Mensagem do Conselho Consultivo do Plano 1

Mesmo antes do encerramento do ano de 2014, este conselho temia por um cenário recessivo para o ano seguinte, que já se instalava na economia, em parte pelo embate político ocorrido meses antes, em parte pelo quadro econômico global, que potencializava seus efeitos localmente.

O ano de 2015 foi marcado por crises que provocaram estagnação econômica. A expectativa não concretizada de implementação de medidas macroeconômicas gerou desconfiança nos agentes econômicos nacionais e internacionais e contribuiu para o aumento do desemprego e da inflação. Os índices inflacionários afetaram severamente os resultados da PREVI, uma vez que os benefícios são reajustados a partir desses indicadores.

Em âmbito mundial, a queda do preço do petróleo trouxe efeitos negativos à Petrobras, potencializados pelas questões ligadas a sua governança. A maior empresa nacional, até então, sofreu com a desvalorização de suas ações a níveis nunca antes constatados.

Acrescentem-se a isso os reflexos negativos da desaceleração da economia chinesa, impactando fortemente as ações da Vale, e a queda generalizada das demais ações, o que fez com que o Plano 1 da PREVI fechasse o ano com um déficit de R\$ 16,14 bilhões, bem abaixo da meta atuarial prevista para o período.

Podemos dizer, de forma positiva, que a PREVI, apesar de amargar um resultado momentâneo de desvalorização de seus principais ativos, não realizou os prejuízos, mantendo-se em compasso de espera, sem grandes movimentos e com uma postura de absoluta prudência.

O Conselho Consultivo tem se debruçado exaustivamente sobre a Política de Investimento do Plano, acompanhando seus movimentos neste mercado instável, tendo sido um braço auxiliar dos principais gestores do fundo, que se desdobraram em minimizar os efeitos negativos do mercado, aprofundando suas análises, dando-lhes *feedback* para uma maior confiança nas tomadas de decisões neste ambiente tão adverso.

Questões relevantes, como o acompanhamento dos ativos, a concentração em renda variável, os desinvestimentos efetuados de forma responsável e a busca por liquidez, para fazer frente à crescente demanda por desembolsos com o pagamento de benefícios, têm sido pauta deste conselho desde o momento de sua criação, dando sua contribuição para a boa gestão da PREVI.

Mensagem do Conselho Consultivo do PREVI Futuro

O ano de 2015 foi marcado por uma recessão econômica no Brasil que deve se prolongar por 2016. A retração do PIB, a queda do nível de confiança dos agentes econômicos, o desaquecimento do mercado de trabalho e o aumento da inflação foram elementos que compuseram um quadro econômico adverso.

Diante desse cenário, os fundos de pensão, de uma forma geral, não têm como ficar imunes, daí os rendimentos alcançados aquém dos desejáveis. A redução do valor dos ativos financeiros, notadamente os de renda variável, afetaram severamente os resultados da PREVI, o que pode ser visto por meio da baixa rentabilidade dos planos, em especial do Plano PREVI Futuro.

Dessa forma, faz-se necessária atenção ainda maior na administração de recursos, tanto por parte da Entidade como pelos participantes. Da PREVI, espera-se, além da qualidade técnica e da isenção na administração dos recursos, a proximidade com os participantes de forma transparente para que possamos atravessar este período desafiador com a tranquilidade necessária. Já os associados devem cobrar resultados e informações para que participem ativamente da gestão dos seus recursos.

No que tange ao Plano PREVI Futuro, os próximos anos deverão ser marcados pelo aumento no número de concessões de benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria, o que reforça a necessidade de a Política de Investimento estar em sintonia com as características específicas do Plano.

Nesse ínterim, destacamos a redobrada importância dos Conselhos, que contribuem para a boa gestão da Entidade. O Conselho Consultivo do PREVI Futuro vem cumprindo o seu papel, acompanhando os movimentos que afetam o Plano e, a partir de análises sobre os dados que lhe são fornecidos, propondo medidas que ajudem na tomada de decisão e permitam superar um ambiente desfavorável.

Por fim, este Conselho Consultivo considera de fundamental importância a educação previdenciária de seus participantes, além de incentivar o acompanhamento individual das reservas, para uma melhor gestão do “patrimônio previdenciário”, que permita o atendimento às expectativas de aposentadoria de cada associado. Dessa forma, convidamos todos os participantes a conhecerem melhor as ferramentas e os cursos fornecidos pela PREVI e a acessar o autoatendimento, verificando os valores de suas reservas pessoais, as rentabilidades e o simulador de renda do plano, instrumento indispensável para um bom planejamento previdenciário.



Perfil

Um resumo da posição no mercado, das diretrizes de longo prazo e dos mecanismos de gestão da PREVI.

NESTE CAPÍTULO

Perfil

A PREVI

Missão, Visão e Valores Corporativos

Governança corporativa

A PREVI

Fundada em 1904 com o nome de Caixa Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil, a PREVI — Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, destinada a garantir benefícios adicionais aos da previdência oficial aos funcionários e ex-funcionários do Banco do Brasil, aos empregados do quadro próprio e aos seus beneficiários.

GRI G4-3, G4-7, G4-8

Sediada no Rio de Janeiro, a PREVI emprega 730 funcionários, que administram os investimentos da Entidade e cuidam do pagamento de benefícios a um total de participantes e pensionistas que somava 202.520 pessoas ao fim de 2015. A observância das melhores práticas de governança na gestão de planos de previdência tornou a PREVI uma referência no mercado brasileiro e mundial, e sua administração é fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

GRI G4-5, G4-6, G4-9

Diferenciais da PREVI

- *Liderança no segmento*: os recursos administrados pela PREVI correspondiam, ao fim de 2015, a 23% do total de ativos da previdência complementar brasileira. A Entidade congrega cerca de 7% dos associados de todo o sistema de previdência complementar nacional e paga 36%

do total de benefícios pagos pelo sistema de previdência complementar brasileiro.

- *Diversificação e solidez nos investimentos*: sempre com o objetivo de garantir o pagamento pontual de seus compromissos, a PREVI distribui seus investimentos em segmentos como renda variável, renda fixa, imóveis, investimentos estruturados e fundos no exterior. São ativos de comprovada qualidade e valor perene, suficientes para possibilitar o cumprimento dos planos de longo prazo da Instituição.
- *Responsabilidade na gestão*: os funcionários da PREVI são oriundos majoritariamente do Banco do Brasil, patrocinador da Entidade. Eles administram os recursos que proverão, no futuro, suas próprias aposentadorias, o que garante o zelo e o respeito pelo patrimônio. A composição de todos os órgãos de alta gestão é feita de forma paritária, mesclando dirigentes eleitos pelos associados e indicados pelo BB. Esse modelo foi adotado de forma voluntária pela PREVI e não consta das obrigações legais da Entidade, visto que a legislação determina esse modelo apenas para os conselhos deliberativo e fiscal. Além disso, a separação entre a área que planeja a Política de Investimentos e a área que a executa é uma determinação do estatuto da Entidade. A Diretoria de Planejamento (que elabora a política) é ocupada por um diretor eleito, e a de Investimentos (que executa) por um indicado. Esses são apenas alguns exemplos da segregação de funções que assegura o exame criterioso de todas as decisões tomadas. Em 2015, a eficiência da governança foi reconhecida com a conquista do Prêmio Nacional de Seguridade Social, concedido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).
- *Reconhecimento internacional*: na condição de um dos maiores fundos de pensão do mundo, a PREVI participa ativamente de fóruns internacionais de boas práticas em investimentos e gestão, como o Principles for Responsible Investments (PRI) e o International Integrated Report Council (IIRC – Comitê Internacional de Relato Integrado).

Planos de benefícios GRI G4-4

A PREVI administra três planos: dois planos de benefícios de prestação continuada, o Plano 1 e o PREVI Futuro, que asseguram complementos à previdência oficial para os participantes e seus dependentes, e um plano de pecúlio, a Capec, que oferece pecúlios por morte e invalidez. Conheça mais sobre suas características:

Plano	Características	Situação
Plano 1	Plano de previdência complementar dos funcionários do BB admitidos até 23 de dezembro de 1997	Fechado; não aceita novas adesões. Cerca de 80% de seu público já recebe benefícios da PREVI
PREVI Futuro	Plano de previdência complementar para funcionários que ingressaram no Banco do Brasil e na PREVI a partir de 24 de dezembro de 1997	Aberto para funcionários da ativa e para novos funcionários do BB e da PREVI. Plano em fase de acumulação de recursos
Capec	Plano que oferece pecúlios por morte e invalidez	Aberto para filiação a todos os funcionários do Banco do Brasil e da PREVI. Todos os participantes podem se inscrever, desde que não tenham completado 56 anos de idade

Os participantes também têm acesso a soluções de crédito— o Empréstimo Simples e o Financiamento Imobiliário — e um Clube de Benefícios, com vantagens e promoções. Leia mais sobre o desempenho dos planos e seus principais destaques em 2015 nos capítulos *A PREVI em 2015* e *Planos de benefícios*. Consulte o Painel Informativo, no site da PREVI, para consultar dados históricos (desde 2008) sobre benefícios pagos, número de participantes e outras informações sobre os planos.

Missão, Visão e Valores Corporativos

A Visão e os Valores da Entidade foram revistos em 2015.

<p>Missão Garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável</p>	<p>Visão Ser a melhor administradora de planos de benefícios do Brasil, referência internacional e motivo de orgulho para associados, patrocinadores e funcionários</p>
<p>Valores Corporativos</p>	
<p>Foco no associado; Ética; Respeito; Transparência; Comprometimento; Excelência</p>	

Governança corporativa GRI G4-34

Em 2015, não houve mudança na estrutura de governança da PREVI, que segue como referência para o setor de previdência complementar. As decisões de gestão e a fiscalização das atividades continuaram divididas entre o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. Os conselhos consultivos dos Planos 1 e PREVI Futuro fazem o acompanhamento e a formulação de propostas sobre a gestão de cada plano.

Órgão	Atribuições	Composição	Mandatos
Conselho Deliberativo	Órgão máximo da gestão. Define a política geral da administração da PREVI e de seus planos	Seis membros titulares e seis suplentes (três titulares e respectivos suplentes indicados pelo BB e os demais eleitos pelos participantes)	Quatro anos, com possibilidade de recondução. Metade das vagas é renovada a cada dois anos
Diretoria Executiva	Responsável pela administração geral da PREVI, à qual compete propor e executar as diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo	Colegiado de seis diretores: presidente, diretores de Investimentos, de Participações (indicados pelo BB), de Administração, de Seguridade e de Planejamento (eleitos pelos participantes)	Quatro anos, com possibilidade de recondução
Conselho Fiscal	Fiscaliza a gestão administrativa e econômico-financeira	Quatro titulares e quatro suplentes (dois titulares e respectivos suplentes indicados pelo BB e os demais eleitos pelos participantes)	Quatro anos, sem possibilidade de recondução

Conselho Consultivo do Plano 1	Acompanha e formula propostas sobre a gestão dos respectivos planos	Seis titulares e seis suplentes (três titulares e respectivos suplentes indicados pelo BB e os demais eleitos pelos participantes)	Quatro anos, com possibilidade de recondução
Conselho Consultivo do PREVI Futuro			

O Estatuto da PREVI elenca detalhadamente as responsabilidades de cada um dos órgãos da alta gestão. Consulte-o no site da PREVI para saber mais.

Composição da Diretoria e dos Conselhos em 2015

Diretoria Executiva

Diretor	Cargo	Mandato	Representação
Gueitiro Matsuo Genso	Presidente	Até 31/5/2018	Indicação do BB
Márcio Hamilton Ferreira	Diretor de Investimentos	Até 5/11/2015	
Marcus Moreira de Almeida		Até 31/5/2016	
Marco Geovanne Tobias da Silva*	Diretor de Participações	Até 17/5/2015	
Renato Proença Lopes		Até 31/5/2016	
Marcel Juviniانو Barros	Diretor de Seguridade	Até 31/5/2016	Eleitos pelos associados
Décio Bottechia Júnior	Diretor de Planejamento	Até 31/5/2018	
Cecília Mendes Garcez Siqueira	Diretora de Administração	Até 31/5/2018	

*No período de novembro de 2014 a fevereiro de 2015, exerceu, em caráter de substituição, o cargo de presidente, conforme previsto no Estatuto da PREVI. No mesmo período, o cargo de diretor de Participações foi exercido pelo gerente executivo Arthur Prado Silva, em substituição ao titular, seguindo previsão estatutária.

Conselho Deliberativo

Titular	Suplente	Mandato	Representação
Haroldo do Rosário Vieira	Vago	Até 31/5/2016	Eleitos pelos associados
Rafael Zanon Guerra de Araujo	José Ulisses de Oliveira	Até 31/5/2016	
Antonio José de Carvalho	José Bernardo de Medeiros Neto	Até 31/5/2018	
Paulo Roberto Lopes Ricci (presidente)	Carlos Alberto Araújo Netto	Até 31/5/2018	Indicação do BB
Robson Rocha*	Carlos Eduardo Leal Neri	Até 31/5/2016	
Alexandre Corrêa Abreu	Eduardo César Pasa	Até 20/5/2015	
Eduardo César Pasa	Vago	Até 31/5/2018	

*Exerceu a presidência do conselho até 25/9/2015.

Titular	Suplente	Mandato	Representação
Conselho Fiscal			
Odali Dias Cardoso (presidente)	Diusa Alves de Almeida	Até 31/5/2016	Eleitos pelos associados
Williams Francisco da Silva	Íris Carvalho Silva	Até 31/5/2018	
Aureli Carlos Balestrini	Daniel André Stieler	Até 31/5/2016	Indicação do BB
Adriano Meira Ricci	Carlos Célio de Andrade Santos	Até 31/5/2018	
Conselho Consultivo do Plano 1			
Waldenor Moreira Borges Filho	Luiz Roberto Alarcão	Até 31/5/2016	Eleitos pelos associados
Angelo Raphael Celani Pereira	Ari Zanella	Até 31/5/2018	
Luiz Carlos Teixeira	Paulo Roberto Pavão	Até 31/5/2018	
Marcus Moreira de Almeida	Eliande de Jesus Santos Lindoso Filho	Até 8/11/2015	Indicação do BB
Eliande de Jesus Santos Lindoso Filho	Vago	Até 31/5/2016	
Tarcisio Hübner	Celio Cota de Queiroz	Até 31/5/2016	
Benilton Couto da Cunha	Sandra Regina de Souza Navarro Bezerra	Até 31/5/2018	
Conselho Consultivo do Plano PREVI Futuro			
Deborah Negrão de Campos	Vênica Ângelos de Melo	Até 31/5/2016	Eleitos pelos associados
Lissane Pereira Holanda	Eduardo Henrique de Resende Cunha	Até 31/5/2018	
Felipe Garcia Nazareth	Flávia Casarin Nunes	Até 31/5/2018	
Felipe Menegaz Lajus	Marcelo Gusmão Arnosti	Até 31/5/2018	Indicação do BB
Cesar Augusto Jacinto Teixeira	Igor de Barros Magalhães	Até 31/5/2016	
Emmanoel Schmidt Rondon	Inês Maria Saldanha de Matos Neves Lima	Até 31/5/2016	

Mudanças na Diretoria Executiva

Três novos diretores tomaram posse na PREVI em 2015. Gueitiro Matsuo Genso, que era diretor de Clientes Pessoas Físicas no Banco do Brasil, foi nomeado em fevereiro como presidente da Entidade. Desde dezembro de 2014, a presidência era ocupada, de forma interina, pelo diretor de Participações, Marco Geovanne. Em maio, foi a vez de Geovanne deixar a Instituição e ser substituído por Renato Proença Lopes, que nos últimos anos ocupou o cargo de diretor-presidente do BB USA. Márcio Hamilton Ferreira, diretor de Investimentos, deixou a PREVI em novembro para tornar-se presidente da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (BB DTVM). Sua posição foi ocupada por Marcus Moreira de Almeida, ex-diretor administrativo e financeiro da Brasilcap Capitalização e conselheiro consultivo do Plano 1. Os três diretores foram indicados pelo Banco do Brasil.

Diagnóstico do modelo operacional e organizacional

Entre o final de 2014 e os primeiros meses de 2015, uma consultoria externa realizou um diagnóstico do modelo operacional e organizacional da PREVI, que incluiu propostas de revisão de processos, modernização tecnológica e alternativas na estrutura organizacional e na governança. A ideia era identificar possibilidades de ganhos de eficiência, economia de recursos e aumento da agilidade na gestão e no atendimento. Apresentado à Diretoria Executiva em março, o resultado do diagnóstico foi levado ao Conselho Deliberativo em junho, que aprovou uma iniciativa específica: a revisão do modelo organizacional de tecnologia da informação (TI), que começou a ser construída e implementada ainda em 2015 (leia mais no capítulo *Relacionamento com os públicos*).

Plano Estratégico 2016-2019

Em agosto, diretores, gerentes executivos e assessores da PREVI se reuniram em um *workshop* para revisar o Plano Estratégico da Entidade e definir os objetivos e diretrizes para o quadriênio 2016-2019. Foram analisadas as perspectivas do cenário macroeconômico e as tendências específicas do setor previdenciário para a revisão do plano. Os objetivos estratégicos definidos em 2014 não foram alterados, assim como suas diretrizes e as diretorias coordenadoras de cada objetivo. O plano foi aprovado em setembro pelo Conselho Deliberativo.

Objetivos estratégicos 2016-2019

Objetivo	Diretrizes	Diretorias coordenadoras
Fortalecimento na relação com os associados	Aprimorar os canais de relacionamento com os associados; desenvolver novos produtos e serviços; intensificar a gestão da Educação Previdenciária; difundir o conceito de mutualismo na defesa do patrimônio do fundo	Participações e Seguridade
Gestão eficiente e eficaz	Aprimorar a gestão do conhecimento e de talentos com perspectiva de longo prazo; otimizar os processos e a estrutura, com o apoio de novas tecnologias; revisar o processo de tomada de decisão, na busca por maior eficiência operacional e autonomia funcional; tornar realidade as iniciativas de inovação; promover uma maior integração entre as áreas, eliminando silos e barreiras e melhorando o clima organizacional; fortalecer a atração e retenção de talentos	Presidência e Administração
Gestão de investimento atrelada ao apetite de riscos e à liquidez dos planos	Consolidar a Gestão Baseada em Riscos; aprimorar a gestão dos investimentos de acordo com o apetite ao risco de cada plano; aprimorar a utilização do modelo ALM como orientador dos investimentos	Planejamento e Investimentos

Reprogramação orçamentária

Por determinação do Conselho Deliberativo, a PREVI efetuou uma reavaliação do orçamento de 2015, na busca por mais eficiência. A proposição dos ajustes destacou a redução de despesas administrativas, a avaliação da diferença entre orçado e realizado em 2014 e os valores comprometidos e realizados nos primeiros meses de 2015. Com os ajustes, efetuados nas áreas de Pessoal e Encargos, Despesas Jurídicas, Infraestrutura, Tecnologia da Informação, Prestação de Serviços e Comunicação e Marketing (com o envolvimento dos gestores de cada área), obteve-se redução dos gastos esperados em R\$ 21,1 milhões.

Ética e combate à corrupção GRI G4-56, S03, S04, S05

Em 2015, a PREVI reavaliou seus procedimentos no tocante à ética e à conduta de seus dirigentes e funcionários. O Código de Ética e o Regimento Interno da Entidade foram revisados; são documentos que refletem os valores, princípios e padrão de comportamento assumidos pela Entidade, seus funcionários e demais colaboradores. Ampliado e modernizado, o novo código, alinhado com o Código de Ética do Banco do Brasil, será lançado no primeiro semestre de 2016. Foi criado também um Comitê de Governança e Ética, que, por determinação do Conselho Deliberativo, vai coordenar os treinamentos institucionais sobre o tema, os quais deverão ser ministrados a todo o público interno da PREVI.

As 30 gerências da PREVI foram avaliadas em 2015 em relação à exposição a riscos relacionados à corrupção, o que corresponde a 100% das gerências da Entidade. Doze gerências desenvolveram planos de ação específicos, em função de seu relacionamento direto e/ou indireto com a administração pública. Não houve, no ano, qualquer apuração conduzida pela Auditoria Interna que tenha resultado em demissão ou punição de funcionários.

Participação na CPI dos fundos de pensão

Como líder do mercado brasileiro de previdência complementar, a PREVI foi convocada a participar das audiências da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados, que investiga indícios de aplicação incorreta dos recursos e da manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015. Em sua primeira apresentação aos parlamentares, no mês de setembro, o presidente Gueitiro Genso reafirmou a sólida posição dos ativos e do patrimônio da Entidade e seus mecanismos internos de gestão e governança — referências de boas práticas no setor. Todas as áreas da Entidade se mobilizaram na preparação das informações que subsidiaram a fala do presidente na Câmara. Na ocasião, o modelo de governança da PREVI foi elogiado por deputados que compõem a comissão. Até o fechamento deste relatório, a CPI permanecia em curso.



Relacionamento com os públicos

Muitas novidades em 2015 na comunicação entre a PREVI e seus participantes, funcionários e demais públicos, investindo na transparência e no diálogo.

A PREVI inaugurou em 2015 um novo modelo de relacionamento com seus públicos, interno (funcionários) e externo (participantes e seus dependentes, entidades de classe, organismos da sociedade civil, empresas em diversos segmentos e diversos outros). O relacionamento entre a PREVI e esses públicos ganhou ainda mais transparência, assertividade e proximidade.

NESTE CAPÍTULO

Relacionamento com os públicos

Participantes
Público interno e iniciativas de gestão
Mais comunicação e transparência

Públicos e órgãos com os quais a PREVI interage

GRI G4-24

- Participantes do Plano 1, do PREVI Futuro e da Capec e pensionistas e seus beneficiários
- Banco do Brasil
- Funcionários e terceirizados da PREVI
- Funcionários da ativa do Banco do Brasil
- INSS
- Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi)
- Governo federal e órgãos reguladores do setor
- Parceiros do Clube de Benefícios
- Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp)
- Princípios para o Investimento Responsável (PRI)
- Empresas participadas, seus acionistas e conselhos de Administração e Fiscal
- Síndicos, administradoras e coproprietários dos empreendimentos imobiliários
- Imprensa
- Entidades representativas dos funcionários e aposentados do BB
- Sindicatos
- Associações ligadas ao setor de previdência
- Outros fundos de pensão
- Órgãos como IIRC e OCDE, entre outros
- Fornecedores
- Bancos
- Banco de investimentos
- Corretoras
- Consultorias da área imobiliária

Participantes GRI G4-25, G4-26, G4-27

No início de 2015, foram definidas as novas diretrizes para o relacionamento entre a PREVI e seus participantes. O novo modelo de relacionamento é composto por três módulos de atuação, que podem ser acionados em conjunto ou separadamente: módulo institucional, no qual diretores ou gerentes executivos passam a ter mais contato direto com os participantes, por meio de palestras e reuniões para prestação de contas e debates de assuntos de interesse dos associados; módulo educação previdenciária, com a apresentação de palestras sobre o Plano 1 e o PREVI Futuro, a Capec, o Empréstimo Simples e o Financiamento Imobiliário; e o módulo de atendimento, chamado PREVI Itinerante, no qual funcionários prestam atendimento presencial aos associados em diversas cidades do País.

Eventos institucionais

O trabalho no módulo institucional teve início com uma reunião, em março, entre a Diretoria Executiva, conselheiros fiscais e deliberativos e representantes de associações de participantes, na sede da PREVI. Foram tratados vários temas de interesse dos associados, como reajustes de benefícios, esclarecimentos sobre investimentos e ações judiciais. No decorrer do ano, houve outras reuniões na sede da PREVI, com a participação de representantes de entidades representativas.

Em março, o presidente Gueitiro Genso participou dos painéis de abertura dos três dias do Encontro de Lideranças do Banco do Brasil (Enlid), onde falou para mais de 7 mil gerentes. Em abril, Gueitiro se reuniu com representantes da Associação dos Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil (AAFBB), no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Em Goiânia (GO), em maio, um novo encontro reuniu participantes, o presidente e os diretores Marcel Barros e Décio Bottechia Junior. No mesmo mês, Gueitiro esteve presente no even-

7 mil
gerentes
ouviram a apresentação
do presidente da PREVI
no Enlid 2015

to Seminários Anabb, realizado pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, em Brasília (DF). Em junho, o presidente discursou na abertura do Campeonato de Integração dos Funcionários Aposentados do Banco do Brasil (Cinfaabb), realizado em Belém (PA), e em setembro viajou a São Paulo, onde se reuniu com membros locais da Afabb e da AAFBB.

PREVI Itinerante

A atuação da equipe PREVI Itinerante para realização de atendimentos presenciais fora da sede, em eventos, encontros e reuniões de funcionários, é definida de acordo com o público do evento, com base nas características do público presente, como plano, situação (ativo ou aposentado), idade e proximidade da aposentadoria.

No Encontro de Lideranças do Banco do Brasil (Enlid), realizado em Brasília, em março, a PREVI montou um estande onde foram divulgadas informações sobre benefícios e serviços, adesão e *upgrade* de planos da Capec, agendamento de Assessoria Previdenciária e atualização cadastral. O mesmo modelo de atendimento foi replicado em abril, na Jornada Esportiva de Funcionários da Ativa do BB (Jenaf), em junho, no Cinfaabb, e em agosto e setembro, nos eventos Gepas-Ecoa, em várias capitais do País. No período de 7 a 10 de dezembro, o PREVI Itinerante esteve presente no auditório do Complexo São João, no centro de São Paulo, que conta com quase 2 mil funcionários. Foram realizadas palestras voltadas para cada plano, incluindo informações sobre a Capec. Os participantes também puderam tirar suas dúvidas com técnicos da PREVI num estande de atendimento durante todo o período.

A presença da PREVI em São Paulo permitiu ainda estender o PREVI Itinerante para o Complexo Vila Mariana, que conta com cerca de 200 funcionários. No dia 10 de dezembro, foram realizadas duas palestras na unidade, uma para cada plano de benefícios.

A tabela a seguir mostra um resumo dos atendimentos do PREVI Itinerante no ano.

Evento	Local	Data	Quantidade de atendimentos
Enlid 2015	Brasília-DF	17, 19 e 20/3	663
Gepas Rio	Rio de Janeiro-RJ	15/4	30
Jenaf	Brasília-DF	18 a 21/4	92
Super Goiânia	Goiânia-GO	15/5	40
Cinfaabb	Belém-PA	14 a 19/6	629
Ecoas-RS	Porto Alegre-RS	5/8	70
Ecoas-BA	Salvador-BA	20/8	52
Ecoas-DF	Brasília-DF	28/8	25
Ecoas-SP	São Paulo-SP	2 e 3/9	88
Ecoas-PA	Belém-PA	16 e 17/9	77
Complexo São João	São Paulo-SP	7 a 10/12	349
Total		2.115	

2.115 atendimentos foram prestados pela equipe PREVI Itinerante

Educação previdenciária GRI G4-FS16

O Mais PREVI, programa de educação financeira e previdenciária da Entidade, desdobrou-se em diversas iniciativas em 2015. As ações do Mais PREVI, destinadas aos participantes dos planos de benefícios oferecidos pela PREVI, incluem a apresentação dos planos PREVI Futuro e Capec aos novos funcionários nos eventos de posse no Banco do Brasil, disseminação de conteúdo sobre o programa Perfis de Investimento e estímulo ao aumento das contribuições (para os associados do PREVI Futuro) e à preservação do salário de participação, realização de palestras e desenvolvimento de cursos sobre fundamentos do sistema previdenciário. No âmbito do novo modelo de relacionamento com os associados, outras ações foram realizadas.

Esclarecimentos sobre educação previdenciária foram incluídos nas visitas do PREVI Itinerante e nos eventos em que a Entidade marcou presença. Na comemoração pelos 111 anos de fundação da Instituição, em abril, a PREVI promoveu, em parceria com a Gepes-Rio (Gerência Regional de Gestão de Pessoas do Rio de Janeiro), a palestra “Caminhos para a aposentadoria”, como uma das atividades do Programa de Orientação Profissional do Banco do Brasil. Na palestra, direcionada aos funcionários da ativa do BB, foram apresentadas informações sobre planos, produtos e preparação para a aposentadoria. No evento, foi possível testar com sucesso os três módulos do novo modelo de relacionamento: institucional, educação previdenciária e atendimento.

Em agosto de 2015, a PREVI começou a apresentar palestras específicas para o PREVI Futuro. Para esses participantes, o foco é totalmente diferente, uma vez que um planejamento antecipado é essencial para o aumento de saldo de contas e, conseqüentemente, do futuro benefício de aposentadoria.

Durante o ano, foram realizadas palestras em diversos estados do País:

Novo modelo de relacionamento - Módulo educação previdenciária

Local	Data	Público
Gepes Rio	15/4	80
Encontro de Ecoas Porto Alegre	5/8	409
Encontro de Ecoas Salvador	20/8	163
Encontro de Ecoas Belo Horizonte	26/8	134
Encontro de Ecoas Brasília	28/8	60
Encontro de Ecoas São Paulo	2 e 3/9	300
Encontro de Ecoas Cuiabá	17/9	86
Encontro de Ecoas Belém	16 e 17/9	112
Complexo São João – SP	7 a 10/12	300

Caminhos para a Aposentadoria

Local	Data	Público
Gepes Fortaleza	22/1	69
Gepes Palmas	30/1	40

Local	Data	Público
Gepes Campinas	24/3	60
Gepes São Paulo	20/5	62
Gepes BH	27/5	161
Gepes São Paulo	18/6	123
Audit Rio e Mercado de Capitais	19/6	37
Gepes Rio	25/6	104
PREVI – RJ	26/6	48
Gepes Recife	6/7	113
Gepes Campinas	23/7	30
Gepes São Paulo	20/8	73
	26/8	66
Total		2.630

O Mais PREVI também lançou dois cursos *online* voltados para funcionários da ativa sobre planos de previdência (Plano 1 e Plano PREVI Futuro) e pecúlios oferecidos pela PREVI, desenvolvidos especialmente para a Universidade Corporativa do Banco do Brasil.

Em novembro, os esforços da Entidade para promover a educação financeira e previdenciária foram reconhecidos com a obtenção do Selo Enef, conferido pelo Comitê Nacional de Educação Financeira a instituições que colaboram para a disseminação da educação financeira no Brasil. O selo foi concedido à PREVI em virtude do serviço de Assessoria Previdenciária prestado pela Gerência de Atendimento ao Associado.

Mais PREVI em números 2015

7.520

funcionários do BB concluíram os cursos *online* “Mais PREVI Saiba Mais Sobre o Plano 1” e “Mais PREVI Saiba Mais Sobre o PREVI Futuro”

2.115

atendimentos prestados em eventos externos pela equipe PREVI Itinerante

2.630

funcionários assistiram a palestras sobre os planos de benefícios

3.510

assessorias previdenciárias prestadas, das quais 157 foram para o PREVI Futuro

3.565

associados receberam mala direta informativa sobre a possibilidade de aumentar a contribuição para o Plano PREVI Futuro

Assessoria Previdenciária

A Assessoria Previdenciária é destinada prioritariamente aos participantes que se aproximam do momento da aposentadoria. O participante pode agendar data e horário — pela Central 0800 031 0505 ou 0800 729 0505 ou pela seção Fale Conosco do *site* — para ser atendido por telefone por um especialista, que o auxilia no planejamento de sua aposentadoria. Após uma análise prévia da situação do participante, os analistas prestam assessoria customizada sobre quaisquer modalidades de complemento de aposentadoria concedidas pela PREVI ou pelo INSS. Em 2015, foram realizadas mais de 3 mil assessorias previdenciárias para participantes do Plano 1 e do PREVI Futuro.

Desde 2013, todos os participantes atendidos pela Assessoria Previdenciária recebem, por *e-mail*, uma pesquisa de satisfação sobre o atendimento. De caráter voluntário, a pesquisa registrou índice de satisfação de 99,75%. **GRI G4-PR5**

99,75%
índice de satisfação dos
associados atendidos
pela Assessoria
Previdenciária

O Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) do BB

O Banco do Brasil lançou em 2015 um Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) que teve a adesão de 4.492 funcionários. A PREVI apoiou o BB na execução da iniciativa e na prestação de informações aos interessados, esclarecendo os procedimentos específicos para os participantes do Plano 1 e do PREVI Futuro. O PAI foi divulgado nos meios de comunicação voltados aos associados, como o portal na internet e a TVBB; no *site*, foram publicados conteúdos explicativos, incluindo uma seção de perguntas e respostas. Também foi gravado um vídeo para a intranet do BB com esclarecimentos às principais dúvidas sobre o programa.

Atendimento aos associados

A PREVI disponibiliza atendimento presencial, em sua sede no Rio de Janeiro ou em outras localidades, via PREVI Itinerante, e também remoto, por telefone ou *e-mail*. A Central de Atendimento (0800 031 0505 e 0800 729 0505) funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. O participante também pode usar o serviço de autoatendimento no *site* da PREVI ou por telefone, 24 horas por dia, sete dias por semana. A quase totalidade (99,5%) dos mais de 366 mil atendimentos prestados em 2015 relacionava-se a dúvidas dos participantes; o restante envolveu sugestões e reclamações.

Uma das novidades do ano no autoatendimento foi o lançamento do cadastro de dependentes para fins de imposto de renda (IR) e a opção por bases de tributação de IR na fonte. Disponibilizados em outubro, os serviços abrangem quase 100 mil aposentados e pensionistas, que atualmente recebem seus benefícios por meio da folha de pagamentos da PREVI. Além disso, o simulador de renda do PREVI Futuro está com novo *layout*, desde novembro de 2015. Com esse novo *layout*, os tipos de simulação (contribuição atual, renda bruta desejada, contribuição desejada) passam a ficar separados por abas horizontais, e o participante poderá navegar por elas para realizar várias simulações a partir da idade e taxa de juros escolhidas como base dos cálculos. As informações estão mais completas e agrupadas, com melhor visualização e linguagem mais próxima do participante. A nova versão do simulador permitirá uma navegação mais fácil e autônoma, para um melhor planejamento da aposentadoria.

Ainda é possível requerer informações e benefícios (como pensões e pagamentos de pecúlios) nas agências do Banco do Brasil em todo o País

9
milhões
número total de
atendimentos aos
associados realizados
em 2015

e no exterior. Na sede da Entidade, há condições especiais de acessibilidade, como rampas para cadeirantes, elevadores com sensores para abertura automática das portas e sinalização dos andares em Braille.

Os regulamentos e as cartilhas dos planos (Plano 1, PREVI Futuro e Capec) também estão disponíveis no *site* da PREVI, junto com instruções sobre serviços como Empréstimo Simples, Financiamento Imobiliário, contribuições adicionais e preservação do salário de participação. Pode haver a realização de adesão, alterações e atualizações de beneficiários de pecúlio por meio dos formulários nos *links* indicados ou no campo de autoatendimento. Nas cartilhas, estão reunidas, em linguagem simples e precisa, as principais informações sobre o funcionamento dos planos. São apresentados de maneira objetiva as características dos planos, as modalidades, os requisitos para adesão, elegibilidade e manutenção do vínculo com a entidade, critérios de contribuição e forma de cálculo de benefícios. **[GRI G4-PR3]**

Indicadores de atendimento 2015

Tipo	2011	2012	2013	2014	2015
Telefone	253.390	265.671	219.507	237.536	245.689
E-mail/cartas	53.487	53.321	55.030	63.980	55.049
Presencial na sede	6.049	7.300	5.527	6.841	7.138
Autoatendimento					
Internet	5.095.298	6.274.485	8.348.764	8.320.397	8.658.572
Atendimento telefônico automatizado	87.632	87.674	85.042	73.417	58.896
Total	5.495.856	6.688.451	8.713.870	8.702.171	9.025.344

Pesquisa de Satisfação dos Participantes 2015 GRI G4-PR5

A Pesquisa de Satisfação dos Participantes voltou a ser feita em 2015. O levantamento contou com metodologia quantitativa e qualitativa e entrevistou 959 associados (da ativa, aposentados e pensionistas) durante o segundo trimestre, em todo o território nacional no primeiro método e em quatro praças (Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília e Recife) no segundo. O resultado apresentou um índice de satisfação geral dos associados com a PREVI de 59%.

O sentimento dos participantes com relação à PREVI foi positivo. 80,9% dos entrevistados sentem boas expectativas, confiança e segurança na Entidade. O índice de recomendação mostra que 52,5% dos respondentes são promotores da marca PREVI (atribuíram notas 9 e 10) e 10,1% atribuíram notas de 0 a 6 à Entidade.

Outros destaques foram as avaliações do Empréstimo Simples (ES) e do serviço de atendimento, ambos com elevados índices de satisfação. O ES, produto conhecido por 92,1% dos respondentes, teve aprovação de 87,7% dos entrevistados. Já a Central de Atendimento, canal mais usado pelos associados no contato com a PREVI, teve 80,96% de notas boas e ótimas na avaliação dos respondentes. Dos entrevistados que não entraram em contato com a PREVI no período, 86,4% responderam que não o fizeram por não terem precisado.

Clube de Benefícios

Criado para oferecer aos associados vantagens, descontos e promoções em compras e serviços, o Clube de Benefícios firmou, em 2015, parcerias com importantes marcas, como Natura, Netshoes e o curso de idiomas CNA. A lista completa de ofertas está disponível no endereço <http://www.previ.com.br/sala-do-participante/clube-de-beneficios/>.

Em 2015, 52.217 transações foram feitas por meio das parcerias com empresas do Clube de Benefícios, o percentual médio de desconto por produto foi de 13,98%, com R\$ 9,49 milhões concedidos em descontos aos participantes.

Público interno e iniciativas de gestão GRI G4-25, G4-26, G4-27

Para enfrentar com mais eficiência a conjuntura externa desfavorável, a PREVI, em 2015, procurou reorganizar-se internamente — o que incluiu a revisão de diversos processos e novas formas de valorização de seus funcionários. A gestão do conhecimento e dos talentos dos funcionários faz parte dos objetivos estratégicos da Entidade, e isso se refletiu nos principais avanços do ano. Confira a seguir.

Novo modelo operacional e de governança e modernização da arquitetura corporativa de TI

O diagnóstico realizado pela consultoria externa apontou, dentre várias iniciativas, a revisão do modelo operacional e de governança de tecnologia da informação (TI), assim como a modernização da arquitetura corporativa de TI, de modo a trazer mais eficiência e controle às atividades da área de informática. Além da atualização da plataforma tecnológica da PREVI, que, de uma forma geral, foi desenvolvida há cerca de duas décadas, essa ação promoverá a adoção de nova metodologia de trabalho, alinhada às melhores práticas de mercado, por meio de iniciativas focadas em eficiência e inovação. Ao fim dessas iniciativas, a área de TI terá capacidade plena de atender às demandas internas das áreas de negócios e demais gerências da PREVI, traduzindo-as em melhores serviços prestados aos associados.

O projeto de revisão foi incluído no portfólio de projetos estratégicos da PREVI e envolveu todos os funcionários ao implementar mudanças no relacionamento entre cada gerência de negócio e a área de tecnologia. Esse projeto teve uma fase de validação (piloto) e atualmente está sendo implantado em ondas nas gerências de negócio da Entidade.

A iniciativa referente à modernização da arquitetura corporativa de TI irá avaliar a atual plataforma tecnológica da PREVI, com o objetivo de propor um plano para a sua atualização por soluções modernas e alinhadas ao mercado para racionalizar custos e aumentar a eficiência no atendimento das estratégias corporativas.

A revisão do modelo operacional e da governança de tecnologia da informação se baseia em iniciativas focadas em eficiência e inovação, para oferecer melhores serviços aos associados

Incentivo ao aprimoramento alinhado à gestão eficiente e eficaz

O *e-learning* foi o destaque em 2015, presente em duas novas iniciativas: o Portal de Educação PREVI e o inglês virtual. Além dos ganhos na gestão de pessoas, as iniciativas trouxeram redução de custos e maior racionalização do tempo de cada funcionário.

Concebido para estimular o autodesenvolvimento dos funcionários e facilitar o acesso à capacitação, o Portal de Educação da PREVI foi lançado em abril. Inspirada no modelo de educação corporativa do Banco do Brasil, a plataforma é interativa e facilita a socialização de conhecimentos via aulas remotas que lançam mão dos recursos da internet (*e-learning*). Está prevista para 2016 a oferta de peças educacionais desenvolvidas internamente, concebidas com o apoio de conteudistas — funcionários formados em planejamento de soluções educacionais e no aporte de conhecimentos de sua área de domínio.

Lançado em maio, o inglês virtual foi disponibilizado para conselheiros e funcionários, exceto terceirizados, aprendizes e estagiários. As lições com conteúdos reais, a partir de veículos de comunicação como a agência de notícias *Bloomberg* e o jornal *Financial Times*, mantêm o aluno atualizado diariamente.

Atualizado em julho, o Programa de Concessão de Incentivos para Formação Superior ofereceu cinco bolsas de graduação e 40 de pós-graduação, sendo 35 para *lato sensu* e cinco para *stricto sensu*.

Das bolsas de pós-graduação *lato sensu*, 23 foram destinadas para o curso Gestão da Previdência Complementar, ministrado pelo Instituto de Desenvolvimento e Estudos Aplicados à Seguridade (Ideas) em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ).

Todas as iniciativas estão inseridas em um dos objetivos estratégicos da Entidade: a gestão eficiente e eficaz, que inclui a busca por mais e melhores formas de capacitação.

45
bolsas
de graduação e pós-
graduação foram
oferecidas aos
funcionários em 2015

Fala PREVI

De modo a tornar mais direta a comunicação com as instâncias de gestão, foi criado em abril o Fala PREVI, um grupo de representantes dos funcionários com acesso direto à Diretoria Executiva. Composto de representantes de todas as diretorias, escolhidos pelos colegas, o grupo acompanha as ações de gestão de pessoas na PREVI, colhe as opiniões de seus pares e encaminha dúvidas e proposições à área responsável pela condução dos processos.

Conecta, a nova intranet

Em maio, foi entregue aos funcionários a nova intranet da PREVI. Batizada de Conecta, a nova plataforma procura justamente aumentar e facilitar a conectividade e a colaboração entre as gerências da Entidade, contribuindo para a melhoria da eficiência operacional. Com ambientes customizáveis a partir das necessidades de cada usuário, alta integração entre áreas de conteúdo, *layout* moderno e facilidade de navegação, a Conecta foi premiada na sexta edição do Prêmio Intranet Portal. Maior premiação no segmento de *social business* na América Latina, o prêmio é organizado pelo Instituto Intranet Portal.

Programa de Desenvolvimento e Sucessão e novas oportunidades de crescimento

O Programa de Desenvolvimento e Sucessão é um conjunto coordenado de ações para a gestão de pessoas, de negócios e de processos, alinhado à missão da PREVI. Foi estruturado em dois pilares – desenvolvimento e sucessão – e está dividido em 14 ações, incluindo ascensão (promoção) e movimentação lateral (transferência de gerência e/ou diretoria). O método de Avaliação de Potencial foi aprimorado e ganhou mais transparência. Em 2015, o programa possibilitou a ascensão de 69 funcionários e a movimentação de 29.

Aprovado em junho, o Programa de Mentoria foi uma das novidades do Programa de Desenvolvimento e Sucessão em 2015. A iniciativa possibilita a troca de experiências entre gestores com nível de excelência em sua área de atuação e gestores e técnicos ainda em formação na carreira gerencial, contando, inclusive, com a participação de diretores da PREVI e do BB. Todo o progresso é acompanhado e avaliado, de forma a identificar funcionários aptos a ocupar posições de liderança e desenvolver competências para gestão de pessoas, processos e negócios.

Pesquisa de Clima

Tendo como base o resultado da Pesquisa de Clima de 2014, a PREVI desenvolveu e implantou, ao longo de 2015, planos de ação que debateram oportunidades de melhorias no clima organizacional.

Os resultados positivos foram comprovados com a recente divulgação da Pesquisa de Clima 2015, que mostrou uma evolução no nível de satisfação dos colaboradores.

Destacamos os principais fatores percebidos positivamente pelo corpo funcional nessa pesquisa: qualidade do trabalho e foco no cliente; engajamento; qualidade de vida; e respeito e reconhecimento.

Cabe destacar também o elevado nível de adesão dos funcionários na pesquisa. Cerca de 90% dos colaboradores responderam à pesquisa, um número extremamente elevado.

Dez anos de PREVInir

A PREVI também desenvolve ações voltadas para o bem-estar de seu quadro de colaboradores. O programa PREVInir oferece, entre outras atividades, convênio com academia, *shiatsu* e campanha de vacinação. Tais benefícios contribuem para diminuir o índice de absenteísmo e para o aumento de produtividade, que impacta significativamente o resultado das organizações.

Público interno: indicadores GRI G4-10

	2013		2014		2015	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Número de empregados (colaboradores) por nível funcional						
Diretoria	6	0	4 ²	1	5	1
Gerência	58	28	58	32	62	27
Chefia/coordenação	1	0	0	0	0	0
Técnica/supervisão	3	1	0	3	2	2
Administrativo	202	147	212	142	222	136
Operacional	59	87	58	95	53	87
Terceirizados ¹	166	63	155	51	74	41
Aprendizes	3	6	4	5	4	5
Estagiários	1	8	2	8	2	7
Total por gênero	499	340	493	337	424	306
Total	839		830		730	
Número de empregados (colaboradores) por tipo de contrato de trabalho						
Tempo determinado	119	45	110	33	8	12
Tempo indeterminado	380	295	383	304	416	294
Total por gênero	499	340	493	337	424	306
Total	839		830		730	
Número de empregados (colaboradores) por tipo de emprego						
Jornada integral	495	323	485	321	414	266
Meio período	4	17	8	16	10	40
Total por gênero	499	340	493	337	424	306
Total	839		830		730	
Número de empregados (colaboradores) por região						
Região Sudeste	495	334	489	331	420	300
Região Centro-Oeste	4	6	4	6	4	6
Total por gênero	499	340	493	337	424	306
Total	839		830		730	

¹Redução do número de funcionários terceirizados em função da revisão do modelo operacional de TI.

²Efetivos em 31/12/2014.

Mais comunicação e transparência

Além das iniciativas incluídas no novo modelo de relacionamento com os participantes, a PREVI instituiu em 2015 mudanças no modo de prestar contas sobre suas atividades, fazendo valer seus Valores Corporativos — como a ética, o respeito e a transparência.

Ouvidoria

Mais do que um novo canal de contato, a Ouvidoria da PREVI, que começou a funcionar em novembro de 2015, possibilita o acolhimento de reclamações de segunda instância e de denúncias, que serão apuradas de forma imparcial e independente. Um criterioso processo de seleção determinou o nome do ouvidor, que foi avaliado e escolhido pelo Comitê de Governança e Ética (formado por membros do Conselho Deliberativo e convidados). Disponível de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h, pelo 0800 729 0303, a Ouvidoria atende associados, entidades representativas, fornecedores e funcionários. Vale lembrar que a criação do canal foi uma decisão voluntária da PREVI, antecipando-se a qualquer obrigação legal.

Se uma reclamação relacionada a produtos, processos ou serviços não é solucionada pela área diretamente responsável, uma ocorrência de segunda instância pode ser encaminhada à Ouvidoria, que também recebe denúncias com informações ou evidências de práticas como desvio de conduta, fraude, quebra de sigilo e violação ou descumprimento de leis e de normas internas. As demandas são conduzidas em sigilo, e o demandante poderá solicitar seu anonimato.

Divulgação das decisões do Conselho Deliberativo

Em maio, a PREVI tomou a decisão inédita de divulgar, no seu *website*, temas debatidos nas reuniões ordinárias mensais do Conselho Deliberativo, mais alto órgão de governança da Entidade. Com isso, participantes, funcionários e demais públicos ligados à Instituição têm acesso ainda mais direto às informações da alta gestão da PREVI, tudo em prol da transparência e da clareza. Isso inclui deliberações sobre a aprovação de nomes para cargos de diretoria, debates sobre a estratégia e as políticas da Entidade e a instituição de novos processos ou projetos relevantes, entre outros assuntos, respeitada a confidencialidade necessária, quando for o caso.

Informativo Desempenho

Em 2015, a PREVI passou a publicar trimestralmente em seu *site* o informativo *Desempenho*. Esse boletim funciona como um resumo trimestral dos resultados. Dessa forma, o participante pode acompanhar o desempenho dos investimentos, a evolução das reservas matemáticas (compromissos), o resultado acumulado (superávit ou déficit) e outros destaques que tenham influenciado no comportamento dos ativos no período.

A nova Revista PREVI

A *Revista PREVI*, fonte fundamental de informações e soluções de dúvidas sobre a Entidade direcionada especialmente a seus associados, ganhou em julho de 2015 uma versão totalmente digital. Uma prévia do resultado final foi divulgada aos funcionários da Entidade e também, com exclusividade, aos gerentes e demais gestores do BB na edição 2015 do Encontro de Lideranças (Enlid), realizado em março. Acessível pela *web* em www.revista.previ.com.br, a publicação também passou a ter uma versão projetada para celulares e *tablets*. O novo formato traz conteúdos adicionais à versão impressa, como áudios, vídeos, fotos e infográficos; a possibilidade de salvar a edição integral da revista em PDF; e o formulário “Fale com a redação”, um canal direto para sugerir reportagens e dar opiniões sobre a revista.

730
total de funcionários da
PREVI ao fim de 2015

Participações em eventos em 2015

Além dos eventos realizados pelo Banco do Brasil e pelas associações de funcionários e aposentados do BB citados na seção *Participantes*, a PREVI marcou presença em vários outros encontros no decorrer do ano — além de ter promovido eventos por conta própria. A participação da Entidade em eventos abertos a outros públicos contribuiu para a divulgação dos bons exemplos de gestão, governança e transparência que a PREVI tem a dar a seu segmento.

6.º Encontro Nacional de Comunicação e Relacionamento dos Fundos de Pensão realizado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). Participaram do evento o presidente Gueitiro Genso, o diretor de Segurança, Marcel Barros, e gerentes da PREVI.

1.º Seminário de Políticas e Diretrizes de Investimentos da PREVI promovido pela Gerência de Políticas de Investimentos e Cenários da PREVI (Gepoc), o seminário debateu temas de investimentos vinculados ao setor de previdência complementar e contou com a presença dos diretores Cecília Garcez, Décio Bottechia Junior e Marcel Barros.

Encontros do PRI Nikola Sobot, diretor de relacionamento do Principles for Responsible Investment (PRI), encontrou-se em junho, na sede da PREVI, com o diretor Marcel Barros (representante da PREVI no Conselho de Administração do PRI) e outros signatários brasileiros da iniciativa. Em setembro, Barros foi a Londres participar da Conferência Anual do PRI. Leia mais no capítulo *Estratégia e investimentos*.

Workshop de Avaliação Imobiliária promovido, em julho, pela Comissão Técnica Nacional de Investimentos Imobiliários (CTNI Imob), o evento reuniu mais de 30 participantes de 11 entidades fechadas de previdência complementar na sede da PREVI.

Encontro PREVI de Governança Corporativa a 16.ª edição do encontro teve como tema “Desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro: construindo alternativas para um ambiente de maior liquidez”. Leia mais no capítulo *Estratégia e investimentos*.

II Fórum PREVI de Investimentos Imobiliários em novembro, a PREVI realizou a segunda edição do Fórum de Investimentos Imobiliários. O evento reuniu executivos, profissionais do mercado, síndicos de investimentos imobiliários, parceiros comerciais e institucionais e gestores de fundos, consultorias e outros fundos de pensão. Além de discutir as raízes econômicas da crise política, o evento de 2015 apresentou o caso do Porto Maravilha, projeto de reurbanização da zona portuária do Rio de Janeiro, e as perspectivas de retorno a longo prazo para os investimentos imobiliários na região.

Encontro de Síndicos a sétima edição do Encontro de Síndicos da PREVI, também realizada em novembro, buscou promover debates sobre temas relacionados ao dia a dia da administração condominial e discutir os números do mercado, as melhores formas de encantar o cliente e como conduzir processos de negociação e gestão de conflitos.

36.º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão maior encontro de autoridades e profissionais do segmento de previdência complementar no Brasil. Além de participar de vários painéis, a PREVI recebeu o Prêmio Nacional de Segurança Social, na categoria Governança.



Planos de benefícios

Mesmo depois de um ano adverso para o setor de previdência — e para a economia como um todo —, os planos da PREVI continuam sólidos e aptos a cumprir suas obrigações.

NESTE CAPÍTULO

Planos de Benefícios

O Plano 1 em 2015

O PREVI Futuro em 2015

A Capec em 2015

PGA

Operações com participantes

A incerteza no cenário macroeconômico influenciou o desempenho anual dos planos de benefícios da PREVI. Um forte impacto sofrido em 2015 veio do aumento da inflação, num ano em que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), indicador usado para o cálculo das reservas, das metas atuariais e do reajuste de benefícios, chegou a 11,28%, acima da meta prevista pelo Banco Central no começo do ano. A inflação é repassada no reajuste anual do valor dos benefícios pagos e também obriga a PREVI a aumentar os valores de suas Reservas Matemáticas (o dinheiro necessário para pagar benefícios ao longo do tempo). Quando esse aumento das reservas não é compensado por um aumento dos recursos garantidores do pagamento de benefícios (ativo líquido), os planos apresentam déficit. No caso da PREVI, trata-se de um déficit conjuntural, reflexo de um desempenho negativo decorrente das condições pontuais do mercado, já que houve depreciação dos ativos em 2015, principalmente os de renda variável. Outros fatores negativos que influenciaram o desempenho foram o impacto da reavaliação dos ativos a valor econômico, incluindo ativos em renda variável, e a performance abaixo da meta atuarial registrada pelos principais segmentos de investimento da Entidade.

A PREVI está preparada para gerar um fluxo de caixa suficiente para continuar pagando os benefícios normalmente aos associados por muitos anos. A estratégia de longo prazo, com o casamento entre ativos e passivos (ALM) e mecanismos como a formação de um caixa mínimo — preparado para pagar benefícios pontual e integralmente por seis meses, mesmo no mais negativo dos cenários —, garante o cumprimento dos compromissos firmados com os participantes.

Resolução CNPC 22 e novas regras de solvência

No dia 3 de dezembro de 2015, com a entrada em vigor da Resolução n.º 22 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), um novo conjunto de regras passou a ser aplicado ao modelo de solvência (capacidade de honrar os pagamentos aos participantes, no futuro) dos planos de previdência complementar. O equacionamento dos déficits dos fundos de pensão passará a ser feito de acordo com a *duration* dos planos — termo utilizado para indicar o tempo médio de pagamento de benefícios aos participantes. A mudança das regras passou por debates que envolveram a Previc, a Abrapp e o Ministério do Trabalho e Previdência Social e foram acompanhados de perto pela PREVI.

Pelas regras anteriores, os planos precisavam saldar a totalidade de seus déficits, independentemente da necessidade real de pagar benefícios. Planos maduros, que já pagam benefícios aos associados há anos, eram tratados da mesma forma que planos jovens (que ainda não começaram a usar suas reservas para pagar aposentadorias e pensões). A Resolução 22 leva em conta a *duration* de cada plano deficitário. O limite máximo de déficit sem a necessidade de equacionamento passou a ser equivalente, em pontos percentuais, ao valor da *duration* (em anos) menos 4. Também foi extinta a regra que obrigava as instituições a apresentar planos de equacionamento integral no caso de déficits que superassem 10% e/ou persistissem por três anos consecutivos. No caso de superávits, os parâmetros de destinação de recursos não foram alterados: apenas sua aplicação foi aperfeiçoada, para permitir que planos com *duration* menor do que 15 anos possam usar os superávits para constituir reservas especiais (ou aumentarem as que já existem). A Reserva de Contingência (RC) — recursos do superávit que compõem uma segurança extra para o plano — pode chegar a 25% da Reserva Matemática ou até o percentual calculado por uma fórmula em função de sua *duration*, o que for menor.

A estratégia de longo prazo, combinada a mecanismos como a formação de um caixa mínimo, garante o cumprimento dos compromissos firmados entre a PREVI e seus participantes

Ao levar em consideração os horizontes de tempo de cada plano, a nova regulação incentiva o planejamento de longo prazo e as políticas de investimento anticíclicas, em prol da preservação do patrimônio dos fundos, e admite que os planos convivam com resultados negativos de curto prazo. Dessa forma, o resultado negativo é mais bem distribuído entre as diferentes gerações de associados, o que minimiza o impacto em caso de equacionamento de déficits ao não onerar desnecessariamente participantes e patrocinadores.

O Plano 1 em 2015

O Plano 1 é o plano de previdência complementar para os funcionários do Banco do Brasil admitidos até dezembro de 1997. Os benefícios assegurados são o complemento de aposentadoria programada (por tempo de contribuição, antecipada ou idade) e não programada (invalidez), além do complemento de pensão por morte aos beneficiários. Fechado para adesões, o Plano 1 encontra-se em fase de aumento dos valores pagos em benefícios a seus participantes; essa tendência é natural e já prevista no planejamento da PREVI, uma vez que, em menos de uma década, todos os associados do plano já terão condições de requerer suas aposentadorias. [GRI G4-EC3](#)

Em 2015, prosseguiu a cobrança de contribuições (pagas pelo participante e pelo patrocinador, o BB), conforme previsto no regulamento do Plano 1, como medida de recomposição de reservas. Essas cobranças tinham sido suspensas em 2007, por consequência do registro de superávits, e foram reinstituídas em 2014. Os valores desembolsados com o pagamento de benefícios registraram um aumento maior do que a média dos últimos anos, algo que já era previsto com a aplicação do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) do Banco do Brasil. Vale notar que, em 2015, os pagamentos feitos pela PREVI atingiram R\$ 9,43 bilhões, um valor recorde na história da Entidade — cerca de 36% de todo o valor pago pela previdência complementar brasileira no ano. Esses desembolsos maiores, somados à queda da rentabilidade nos investimentos (especialmente em renda variável) em decorrência da conjuntura econômica, provocaram um resultado contábil negativo nas contas do Plano 1.

Segundo a nova regra de equacionamento, caso o Plano 1 apresentasse déficit de até 8,1% de sua Reserva Matemática — o equivalente a R\$ 11 bilhões —, não haveria necessidade de equacionamento. Entretanto, o resultado apresentado, negativo em R\$ 16,14 bilhões, equivale a um déficit de 11,8% sobre a Reserva Matemática.

Isso significa que deverá ser elaborado um plano para equacionar a diferença entre o déficit apresentado e o limite calculado em função da *duration*. Antes de calcular o valor a ser equacionado, entretanto, é necessário efetuar um ajuste na precificação dos títulos públicos federais que serão mantidos até o vencimento, conforme determinado pela Resolução CNPC n.º 16, de novembro de 2014.

Essa resolução determina que, em caso de déficit ou superávit, é necessário apurar a diferença entre a taxa negociada na data da compra do título e a taxa atuarial do plano. Essa diferença será deduzida ou acrescida ao resultado, se houver déficit, e deduzida da Reserva Especial relativa ao superávit. No caso do Plano 1, serão deduzidos do resultado negativo R\$ 2,22 bilhões, já que a PREVI possui títulos com taxas maiores que a taxa atuarial, de 5%.

Portanto, a conta é: o valor do déficit (R\$ 16,14 bilhões) menos o ajuste de precificação (R\$ 2,22 bilhões), o que dá o valor do déficit ajustado (R\$ 13,91 bilhões). Desse valor, subtrai-se o limite aceito pela legislação no caso do Plano 1 (R\$ 11 bilhões) para então se chegar ao valor que deverá ser equacionado (R\$ 2,91 bilhões).

Assim, deverá ser elaborado, até o fim de 2016, um plano para equacionar R\$ 2,91 bilhões. Esse plano também deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI até dezembro deste ano e iniciado em até 60 dias após sua aprovação. O equacionamento poderá prever, conforme descrito na legislação (Resolução CGPC n.º 26), o aumento do valor das contri-

R\$ 9,43 bilhões

valor desembolsado
com pagamentos de
benefícios em 2015

buições, a instituição de contribuição adicional e/ou a redução do valor dos benefícios futuros dos participantes ativos, entre outros. O fluxo da amortização poderá ser linear ou decrescente de contribuições e deverá ser efetuado no prazo máximo de 18 anos.

Teto de benefícios

Os órgãos de governança interna da PREVI estão analisando uma proposta para fixação do teto no Plano 1.

Participantes

	2011	2012	2013	2014	2015
Ativos	30.659	28.826	25.849	23.981	18.658
Aposentados	65.036	65.784	67.630	68.395	72.586
Ativos externos ¹	840	829	800	760	712
Aposentados externos ²	3.509	3.522	3.557	3.573	3.588
Pensionistas	19.285	19.555	19.932	20.154	20.385
Total	119.329	118.516	117.768	116.863	115.929

1 Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido, pensão mínima e participantes ainda sem opção.

2 Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido e pensão mínima.

Benefícios pagos (R\$) GRI G4-EC1

	2011	2012	2013	2014	2015
PREVI *	9.045.819.173,89	8.423.228.164,55	9.246.889.979,12	8.394.631.290,07	9.432.736.801,82
INSS**	1.866.996.751,72	2.006.964.312,63	2.151.202.709,43	2.271.701.394,22	2.431.778.798,39
Banco do Brasil***	297.856.989,95	297.583.241,65	192.374.556,94	185.430.808,85	180.887.700,46
Total	11.210.672.915,56	10.727.775.718,83	11.590.467.245,49	10.851.763.490,14	12.045.403.300,67

*Os Benefícios PREVI compreendem Complemento PREVI, benefícios regulamentares, BET e benefícios provenientes de decisões judiciais. **Considera os valores que foram repassados pela PREVI, por meio da folha de pagamentos, em face do Convênio Prisma. ***O Banco do Brasil é responsável pelo pagamento de benefícios aos participantes fundadores da PREVI, por obrigações originadas de demandas trabalhistas, entre outras.

Resultado acumulado

	2011	2012	2013	2014	2015
Reserva de Contingência	24,36	26,29	24,76	12,54	--
Reserva Especial	0,31	1,01	--	--	--
Déficit Técnico Acumulado	--	--	--	--	16,14

O PREVI Futuro em 2015

O PREVI Futuro é o plano de previdência complementar destinado aos funcionários do Banco do Brasil que tomaram posse depois de 24 de dezembro de 1997. Trata-se de um plano de adesão voluntária, ao qual os funcionários podem se associar a qualquer momento de sua carreira no Banco. São oferecidos três tipos de rendas mensais de aposentadoria, complementos de aposentadoria por invalidez e pensões por morte.

GRI G4-EC3

Diversas ações foram programadas em 2015 para ampliar a adesão ao PREVI Futuro. O novo modelo de relacionamento trouxe maior proximidade com os funcionários do BB, associados ou não. Os eventos do PREVI Itinerante procuraram mostrar as vantagens do plano aos funcionários que ainda não o integravam. Somente no Enlid, dos 41 funcionários presentes ao evento que ainda não haviam aderido ao plano, dez se filiaram no próprio evento. Durante todo o ano de 2015, foram 338 filiações entre esse público e 74 ex-participantes que reingressaram.

Prosseguiram também, nos eventos de posse, as apresentações realizadas pelos analistas das Gepes do plano aos recém-integrados ao BB. A adesão dos novos funcionários durante o ano bateu novo recorde e alcançou o percentual de 95,37%. No mês de dezembro, dos 148 novos funcionários, apenas um não se filiou ao PREVI Futuro.

O plano está em fase de acumulação de recursos, uma vez que a maior parte de seus participantes ainda está na ativa, mas também apresentou déficit em 2015, no valor de R\$ 58,01 milhões. O cálculo é efetuado apenas sobre uma parte dos recursos, pois são consideradas somente as reservas da Parte 1 (que cobre o pagamento dos benefícios de risco, como pensão por morte e aposentadoria por invalidez) e os benefícios concedidos da Parte 2 (que corresponde às rendas programadas de aposentadoria).

O déficit apresentado foi coberto pelo Fundo de Gestão de Risco, que tinha saldo de R\$ 66,97 milhões.

Benefícios pagos (R\$) GRI G4-EC1

	2011	2012	2013	2014	2015
PREVI*	2.438.450,76	3.310.153,59	4.412.794,57	6.161.631,63	8.428.667,91
INSS**	7.307.739,67	9.144.367,60	11.633.177,11	14.243.282,67	17.279.076,09
Banco do Brasil***	5.848,44	6.339,23	6.827,43	6.971,92	8.060,02
Total	9.752.038,87	12.460.860,42	16.052.799,11	20.411.886,22	25.715.804,02

*Os Benefícios PREVI compreendem o Complemento PREVI (Benefícios de Risco) e o Benefício Proporcional Diferido. **Considera os valores que foram repassados pela PREVI, por meio da folha de pagamentos, em face do Convênio Prisma. ***O Banco do Brasil é responsável pelo pagamento de benefícios provenientes de obrigações originadas de demandas trabalhistas.

Participantes

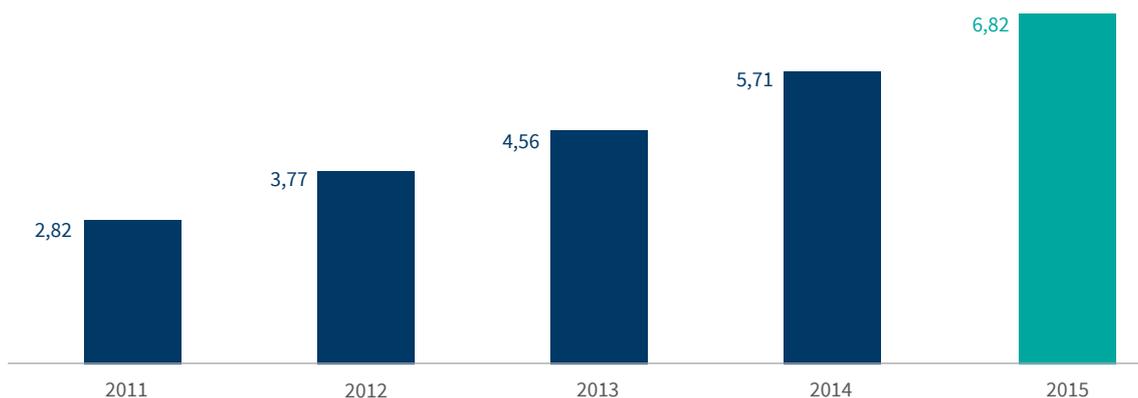
	2011	2012	2013	2014	2015
Ativos	67.567	70.662	72.640	74.342	78.396
Aposentados	128	157	186	244	350
Ativos externos ¹	6.346	6.773	7.142	7.217	7.222

Aposentados externos ²	10	6	11	17	28
Pensionistas	316	389	476	535	595
Total	74.367	77.987	80.455	82.355	86.591

1 Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido e participantes ainda sem opção.

2 Inclui autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido.

Patrimônio acumulado (R\$ bilhões)



Posses X Adesões

Ano da posse	Empossados	Filiados	% filiação
2004	8.175	5.820	71,19
2005	8.107	7.157	88,28
2006	2.829	2.421	85,58
2007	8.533	7.613	89,22
2008	7.222	6.452	89,34
2009	4.184	3.788	90,54
2010	10.055	8.963	89,14
2011	8.764	8.180	93,34
2012	4.911	4.548	92,61
2013	3.750	3.472	92,59
2014	3.374	3.139	93,03
2015	4.886	4.660	95,37

Filiação acumulada

Ano	Ativos no patrocinador	Ativos no patrocinador e no plano	% filiação
2004	33.989	26.489	77,93
2005	40.992	33.201	80,99
2006	41.970	35.065	83,55
2007	49.340	42.332	85,80
2008	55.076	48.414	87,90
2009	57.763	51.977	89,98
2010	65.926	60.169	91,27
2011	72.856	67.567	92,74
2012	75.631	70.662	93,43
2013	77.252	72.640	94,03
2014	78.930	74.342	94,19
2015	82.569	78.398	94,95

Perfis de Investimento e Ciclo de Vida

Criados em 2009, os Perfis de Investimento do PREVI Futuro dão aos participantes maior autonomia na gestão de seu saldo de conta e permitem aos associados escolherem, dentre os perfis disponíveis, aquele cuja alocação em renda variável corresponde a suas expectativas e maior ou menor predisposição ao risco nos investimentos realizados. O programa oferece quatro diferentes perfis, cujos percentuais de aplicação em renda variável são definidos anualmente pela Política de Investimentos do plano: Conservador (0% a 10% em renda variável); Moderado (20% a 30%); Agressivo (40% a 60%); e Perfil PREVI (30% a 50%). A opção de perfil pode ser revista a cada 12 meses, e é importante que os usuários acompanhem de perto as rentabilidades e considerem as perspectivas de longo prazo de suas carteiras.

A oscilação dos ativos de renda variável, conforme demonstrado no Índice Bovespa, no período de 2013 a 2015, influenciou mais fortemente os perfis PREVI e Agressivo, que possuem maior intervalo de aplicação nesses ativos. Na análise comparativa, deve-se considerar que, além do objetivo de longo prazo para os investimentos, o comportamento dos perfis é resultado também das demais aplicações do plano e do risco a que está exposto.

Perfis x índices: rentabilidade acumulada 2013 a 2015 (%)

	TMS	Atuarial	Ibovespa	Perfil PREVI	Conservador	Moderado	Agressivo
2013	8,22	10,84	-15,50	2,74	6,02	4,35	2,61
2014	10,90	11,54	-2,91	6,52	11,83	9,03	6,08
2015	13,27	16,84	-13,31	1,31	9,32	5,04	-0,42
Acumulado	32,39	39,22	-31,72	10,57	27,17	18,42	8,27

Observação: os resultados passados não garantem rentabilidade futura.

Total de participantes por perfil de investimento/série histórica de saldos acumulados

	Agressivo	PREVI	Moderado	Conservador	Total
N.º part. – 2012	1.707	71.170	592	3.966	77.435
Saldo final	R\$ 134.416.564,73	R\$ 3.257.068.941,76	R\$ 44.038.225,23	R\$ 245.521.638,72	R\$ 3.681.045.370,44
N.º part. – 2013	1.529	71.988	667	5.598	79.782
Saldo final	R\$ 143.922.582,32	R\$ 3.806.930.707,02	R\$ 59.491.035,97	R\$ 418.827.107,47	R\$ 4.429.171.432,78
N.º part. – 2014	1.324	72.430	725	7.080	81.559
Saldo final	R\$ 150.871.725,19	R\$ 4.661.355.642,13	R\$ 83.408.285,92	R\$ 675.532.413,81	R\$ 5.571.168.067,05
N.º part. – 2015	1.005	70.642	706	13.267	85.620
Saldo final	R\$ 128.499.389,69	R\$ 4.980.228.306,43	R\$ 91.481.233,18	R\$ 1.457.610.063,30	R\$ 6.657.818.992,60

Em 2015, a PREVI deu início ao Projeto Ciclo de Vida. A ideia é desenvolver um novo perfil de investimento disponível para os associados do PREVI Futuro, baseado no conceito de “ciclo de vida”. Na prática, esse perfil é caracterizado por uma maior exposição a ativos de risco no início do ciclo, quando os participantes apresentam elevada capacidade laboral e maior horizonte de tempo para poupar, reduzindo gradualmente essa exposição e aumentando a participação em investimentos menos arriscados à medida que ele se aproxima de sua data de aposentadoria.

Projeto PREVI Futuro

A PREVI desenvolveu, a partir de 2012, o projeto PREVI Futuro, cuja entrega principal foi o desenvolvimento de um sistema de automação da concessão e da manutenção do pagamento das rendas de aposentadorias e pensões para os participantes do plano. A entrega do projeto, em maio de 2015, foi programada para coincidir com o momento em que o volume de concessão de benefícios do plano tende a crescer. O número de associados do PREVI Futuro aptos a requerer a aposentadoria ainda é proporcionalmente pequeno, mas esse contingente vai crescer nos próximos anos, e a Entidade estará preparada para atendê-lo. Uma validação importante do sistema foi o atendimento aos mais de cem participantes do PREVI Futuro que ingressaram no Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) do Banco do Brasil.

A preparação dos associados do PREVI Futuro rumo à vida pós-ativa no BB contou com uma versão da palestra “Caminhos para a Aposentadoria” voltada especialmente para o público do plano e reforços na divulgação do conteúdo de educação previdenciária e financeira, incluindo atendimento da Assessoria Previdenciária.

Contribuições adicionais

A contribuição básica no PREVI Futuro é de 7% do salário de participação* e é acompanhada por valor equivalente do patrocinador. Para participantes que desejarem aumentar seus aportes no fundo, é facultada a possibilidade de efetuar contribuições adicionais, as chamadas 2B e 2C.

A contribuição 2B está relacionada à evolução na carreira e ao tempo de filiação ao plano. Seu percentual pode variar de 1% a 10% do salário de participação, de acordo com a pontuação individual do participante, e é acompanhada pelo patrocinador.

Em dezembro de 2015, 43% dos participantes filiados ao plano e ativos no BB obtiveram pontuação suficiente para efetuar essa modalidade de contribuição, dos quais 89% vêm utilizando o percentual máximo permitido.

A PREVI permanentemente efetua ações para conscientizar os participantes quanto à importância de aproveitar todas as oportunidades de contribuição 2B disponibilizadas pelo plano, tanto por meio de eventos presenciais como de campanhas informativas sobre a necessidade de contribuição pelo percentual máximo permitido. A 2B é fundamental para a formação do saldo de conta, pois contribui para que o valor do benefício a ser recebido seja compatível com a remuneração da ativa.

O participante também pode realizar contribuições para a 2C — mensal ou esporadicamente. Nessa modalidade, as contribuições são efetuadas exclusivamente pelo participante, ou seja, sem a contrapartida do patrocinador.

*Base mensal de incidência das contribuições à PREVI do participante em atividade, correspondente à soma das verbas remuneratórias – incluídos os adicionais de insalubridade, periculosidade e por trabalho noturno.

95,37%
dos funcionários
empossados no BB
em 2015 aderiram
ao PREVI Futuro

A contribuição 2C também apresentou grande evolução em 2015: a quantidade de contribuições esporádicas cresceu 41,75% em relação a 2014, com aumento de 22,87% no valor total arrecadado no ano. Já o número médio de participantes que efetuam a 2C mensalmente teve um aumento de 123,97%. Em 2014, em média 517 participantes contribuíram com cerca de R\$ 172 mil por mês, enquanto, em 2015, 1.158 participantes, em média, fizeram contribuições, que somaram cerca de R\$ 300 mil mensais.

Periodicamente, há divulgação da contribuição 2C, principalmente nos períodos de recebimento de 13.º salário e participação nos lucros e resultados (PLR). Além disso, nos eventos e canais de comunicação próprios e da patrocinadora, a PREVI enfatiza a importância das contribuições adicionais na construção do saldo de conta.

A Capec em 2015

A Carteira de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil e da PREVI (Capec) é um plano de pecúlio que oferece benefícios pagos em parcela única em caso de morte e aposentadoria por invalidez. Sem fins lucrativos, a Capec emprega todo o valor arrecadado com as contribuições mensais de seus associados no pagamento dos pecúlios e para as despesas administrativas. No ano, foram desembolsados R\$ 225.737.074,56, pagos a 3.530 beneficiários.

Existe um trabalho permanente de divulgação do funcionamento da Capec e das vantagens oferecidas. Nos eventos de posse de novos funcionários do BB, o trabalho de divulgação efetuado pelos analistas das Gepes vem sendo aprimorado, o que levou a um novo recorde de adesão na posse, de 73,97%. As captações e o *upgrade* de planos da Capec são reforçadas pela participação da PREVI em eventos por meio do PREVI Itinerante.

Posses x Adesões

Ano da posse	Empossados	Filiados	% filiação
2010	10.055	1.188	11,82
2011	8.764	4.560	52,03
2012	4.911	3.475	70,76
2013	3.750	2.651	70,69
2014	3.374	2.262	67,04
2015	4.886	3.613	73,97

Filiação acumulada (%)

Ano	Plano 1	PREVI Futuro
2007	94,28%	9,09
2008	94,16%	11,74
2009	95,29%	15,44
2010	94,20%	14,54
2011	94,20%	19,94
2012	94,07%	23,76
2013	93,83%	26,60
2014	93,66%	30,09
2015	93,43%	33,52

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem seus recursos destinados integralmente ao pagamento das despesas administrativas dos outros planos. São valores arrecadados com as taxas de carregamento das contribuições dos Planos 1 (4%), PREVI Futuro (4%) e Capec (2,5%); com taxas de administração, que cobrem as despesas administrativas de investimentos; e com a rentabilização dos ativos do próprio PGA. As despesas administrativas de 2015 foram cobertas por essas receitas, e a sobra de recursos foi destinada ao Fundo Administrativo.

Como parte da reprogramação orçamentária executada em 2015, houve um esforço para preservar o valor atual do fundo administrativo do PGA, com reduções escalonadas de gastos e atenção à solvência do plano. Nos próximos anos, o controle de despesas, a renegociação de contratos com fornecedores e a busca por mais eficiência operacional continuarão como pontos de atenção por parte da gestão.

Em 2015, o valor orçado para as despesas administrativas foi de R\$ 343 milhões, inclusive considerando o depósito judicial do PIS/Cofins, e o realizado foi de R\$ 320 milhões, com uma redução aproximada de 7%. Em comparação com o exercício de 2014, houve aumento aproximado de 1% nas despesas realizadas em 2015, variação inferior ao INPC do ano, que foi de 11,28%. Esse comportamento das despesas traduz o esforço de economia de todas as áreas da PREVI.

Cinco anos do Grupo Consumo Consciente

Com início das atividades em 2010, o Grupo de RSA Consumo Consciente, responsável pelo Programa de Gestão Eco-eficiente, completou cinco anos de atividades desempenhadas em prol da utilização racional de recursos finitos.

O grupo tem como objetivo institucional reduzir o consumo de insumos, os custos operacionais e o impacto no meio ambiente por meio do monitoramento e da avaliação do consumo e da destinação de resíduos resultantes do processo produtivo da PREVI. Os eixos principais de atuação do grupo são a conscientização do corpo funcional para redução do consumo de água, energia elétrica, papel e copos descartáveis e o incentivo à coleta seletiva.

Alinhadas a esse direcionamento estratégico, as diversas áreas da PREVI, e seus colaboradores, desenvolveram nos últimos anos importantes aprimoramentos de processos internos evidenciados em indicadores monitorados pelo Programa de Gestão Eco-eficiente.

Dentre os resultados desses aperfeiçoamentos, destacamos a redução de 38% no consumo de água em relação ao ano de 2014. No que tange ao consumo de papel, a PREVI apresentou em 2015 diminuição de 42% quando comparamos com a quantidade utilizada no início do acompanhamento pelo programa, em 2010.

A separação dos resíduos também é acompanhada pela PREVI. Nesses cinco anos de monitoramento e atividades de conscientização, a destinação para a coleta seletiva e reciclagem representou anualmente entre 37% e 45% do total de lixo produzido nas dependências da PREVI.

O trabalho de monitoramento, reflexão, conscientização, aumento de eficiência e busca por inovação faz parte da missão não só do grupo institucionalmente criado, mas de todos os colaboradores da PREVI, na busca pela perenidade coletiva e em consonância com o conceito de tripé da sustentabilidade, consolidado pelos termos ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Detalhamento das despesas administrativas de 2015

O detalhamento das despesas administrativas, no quadro a seguir, apresenta a visão da contabilidade, em que o depósito judicial do PIS/Cofins, incluído no item “Contingências”, não é somado ao total das despesas administrativas. Nessa abordagem, a variação das despesas administrativas entre 2015 e 2014 é de 3,2%.

Composição das despesas (R\$ mil)

	2015	2014	Variação (%)
Total das despesas administrativas	308.838	299.231	3,2
Pessoal e encargos	186.800	172.271	8,4
Treinamento/congressos e seminários	2.987	4.049	(26,2)
Viagens e estadias	2.645	2.900	(8,8)
Serviços de terceiros	50.874	54.128	(6,0)
Despesas gerais	49.692	51.298	(3,1)
Depreciações e amortizações	7.838	6.537	19,9
Tributos	7.807	7.791	0,2
Outras	195	257	(24,1)
Constituições/reversões de contingências	11.363	18.662	(39,1)
Reversão de recursos para os planos de benefícios**	7.542	11	685,6

*No item de “Constituições/reversões de contingências”, as duas principais ocorrências são o depósito judicial do PIS/Cofins (R\$ 16.492 mil) e a reversão da provisão para pagamento de INSS de cooperativa de profissionais (R\$ -4.898 mil).

**Em 2015, houve reversão de taxa de carregamento do PGA para o Plano 1, relativa às contribuições originadas de reclamações trabalhistas e que foram devolvidas aos participantes.

Ações judiciais

O número de ações judiciais envolvendo a PREVI não sofreu alterações significativas em 2015. Um movimento importante do ano em relação ao tema foi o entendimento, por parte do Poder Judiciário, de que o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável à relação jurídica entre a entidade fechada de previdência complementar e seus participantes e não pode ser caracterizado como uma relação de consumo. Isso contribuiu para melhor entendimento da relação entre participante/assistido e seu plano de benefícios e deve inibir o número de ações similares nos próximos anos.

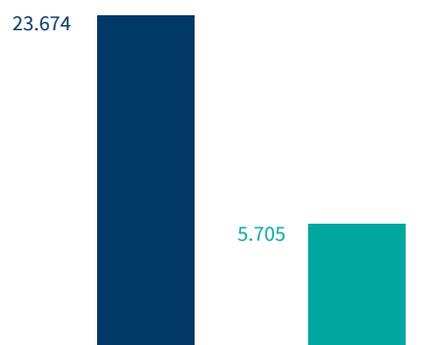
Outro destaque foi a busca pela antecipação dos acordos relativos à decisão de 2012 do Superior Tribunal de Justiça, que julgou improcedentes os pedidos de incorporação do auxílio cesta-alimentação aos benefícios pagos pela PREVI. De acordo com proposta aprovada pela Diretoria Executiva, será aplicado tratamento uniforme para as dívidas das ações judiciais com valores a serem devolvidos. A formalização dos acordos será conduzida pelos advogados que atuam representando a PREVI nos processos judiciais do auxílio cesta-alimentação.

Todo associado tem o direito de questionar a PREVI na Justiça. Entretanto, é preciso ter um entendimento completo e isento dos temas pleiteados, dos riscos que ambas as partes (associado e Entidade) correm e do impacto das decisões sobre o patrimônio do plano e do associado. Se seu pleito for julgado improcedente, o participante tem de arcar com custas e honorários de advogados. Em termos coletivos, os processos também po-

dem gerar prejuízos, já que os custos legais recaem sobre patrocinadora e participantes, responsáveis legais pelo custeio da formação das reservas.

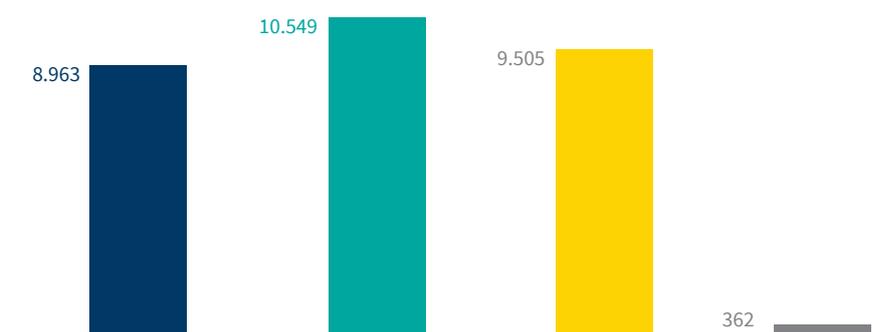
Destacam-se ainda os estudos e as providências para tratamento dos valores repassados à PREVI oriundos de ações trabalhistas movidas por associados da Entidade contra o ex-empregador/patrocinador. Referidos estudos e encaminhamento para resolução das pendências existentes pautaram-se na evolução da jurisprudência dos Tribunais e na estrita observância do princípio do mutualismo que rege as relações do plano.

Total de ações judiciais em curso em 2015



■ PREVI como ré
■ PREVI como autora

Número de ações, por tipo



■ Cíveis relativas a investimentos
■ Cíveis relativas à previdência
■ Trabalhistas*
■ Ações fiscais e tributárias

**Do total de 9.505 ações trabalhistas, 4.437 tratam de verbas laborais e sua integração e 381 tratam exclusivamente de sétima e oitava horas extras.*

Operações com participantes

A PREVI oferece duas soluções de crédito para seus associados: o Empréstimo Simples e o Financiamento Imobiliário. Em 2015, ambas as modalidades tiveram alterações em suas regras, sempre visando oferecer melhores condições e recursos compatíveis com a realidade financeira dos participantes.

Empréstimo Simples

A mudança no cálculo da margem consignável (porcentagem da renda que pode ser usada para descontos de empréstimos em folha) dos participantes aprovada no final de 2014 funcionou, em 2015, como meio de resguardar a saúde financeira dos associados. Em outubro, a Diretoria Executiva aprovou a possibilidade de renegociação de saldo, com redução do valor da prestação, e uma modalidade de empréstimo atrelada ao 13.º salário (ES-13.º).

Assim como aconteceu em 2014, em 2015 os participantes do Plano 1 puderam requerer a suspensão temporária das cobranças das parcelas mensais do Empréstimo Simples. Em outubro, foi anunciada mais uma suspensão voluntária das cobranças, válida para os meses de dezembro de 2015 e janeiro e fevereiro de 2016.

Para os participantes do PREVI Futuro, em maio foram aprovadas elevações no teto da concessão de empréstimo (de R\$ 40 mil para R\$ 50 mil) e no prazo de pagamento (de 72 para 96 meses). Os participantes que já tinham empréstimos contratados foram liberados da carência de seis prestações pagas para renovar o empréstimo sob as novas condições.

Empréstimo Simples em 2015

	Plano 1	PREVI Futuro
Contratações	7.441	14.121
Renovações	22.114	39.829
Valor líquido (R\$ mil)	550.617,91	318.952,45
Estoque carteira (quantidade de contratos)	67.308	45.796
Total	4.607.907,80	804.768,61

Financiamento Imobiliário

O Financiamento Imobiliário pode ser solicitado por participantes dos Planos 1 e PREVI Futuro que tenham, no mínimo, dez anos completos de filiação. No final de 2015, foram aprovadas alterações no regulamento do programa. A nova metodologia para concessão do financiamento imobiliário, que entrou em vigor em fevereiro de 2016, ampliou o prazo máximo de amortização de 240 para 420 meses e subiu o limite de idade do mutuário de 80 para 85 anos. Foram também aplicadas melhorias no processo para convocação dos participantes interessados em contratar o financiamento, que entrou em vigor em março de 2016, e há a possibilidade de repactuação dos contratos vigentes, a partir de julho de 2016, a critério do associado.

420 meses
novo prazo máximo
de amortização
do Financiamento
Imobiliário

Financiamento Imobiliário em 2015

	Plano 1	PREVI Futuro
Contratações	376	95
Valor das concessões (R\$ mil)	91.801,74	23.183,53
Estoque Carteira	18.635	236
Volume Total	3.342.222,37	46.680,31



Estratégia e investimentos

Entenda os mais importantes movimentos que a PREVI fez em 2015 para minimizar o impacto da conjuntura negativa e quais são as perspectivas estratégicas de médio e longo prazo.

Num ano marcado por instabilidade política, indicadores de crescimento econômico em baixa, inflação crescente, dólar em valorização recorde e muita volatilidade nos mercados, a PREVI reforçou o foco no cumprimento de suas Políticas de Investimento, que direcionam e enquadram as decisões tomadas sobre suas diversas carteiras de ativos. As perspectivas traçadas pelas Políticas de Investimento 2016-2022 não foram alteradas em relação às políticas anteriores (2015-2021), que previam dois anos — 2015 e 2016 — de economia instável e em recessão, com uma recuperação aventada a partir de 2017.

Diante do cenário, o monitoramento dos riscos a que a PREVI está exposta foi reforçado. Observou-se a necessidade crescente de liquidez para o pagamento de valores cada vez maiores em benefícios. Prosseguiu o processo de desinvestimento em renda variável, após avaliações cuidadosas das condições de mercado, para evitar a destruição de valor de ativos

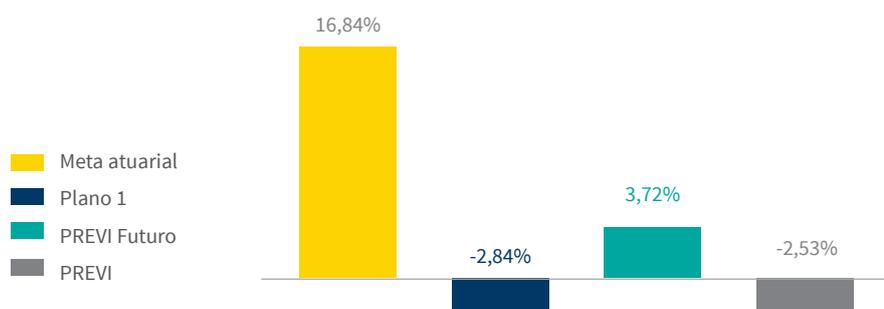
NESTE CAPÍTULO

Estratégia e investimentos

Políticas de Investimentos e gestão de riscos
Decisões de investimento em 2015
Empresas e empreendimentos participados
Investimentos responsáveis

conjunturalmente depreciados. E as oportunidades em renda fixa foram bem aproveitadas, num ano de taxa de juros em alta. Esses movimentos foram feitos com a cautela devida, tendo como prioridade a preservação do patrimônio dos planos e os compromissos de longo prazo com os participantes. E garantiram um desempenho em 2015 que, se não foi o suficiente para contrabalançar todos os efeitos do cenário negativo, foi melhor do que o da média das demais instituições de previdência complementar brasileiras.

Rentabilidade 2015 (%)



Políticas de Investimento e gestão de riscos

Como em todos os anos, as Políticas de Investimento de cada plano foram revistas e aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, buscando o equilíbrio entre risco e retorno e o cumprimento estrito das obrigações da Entidade com seus participantes. O processo leva em consideração a Missão da PREVI, o apetite ao risco de cada plano, os objetivos de investimentos, a política de composição de ativos, a estrutura de gestão de investimentos e a avaliação de desempenho. Assim, é possível construir um conjunto de diretrizes para uma gestão estratégica e de longo prazo. [GRI G4-FS1](#)

As decisões de investimento foram feitas com a cautela devida, tendo como prioridade a preservação do patrimônio dos planos e os compromissos de longo prazo com os participantes

Entre os novos critérios adotados no processo em 2015, destacaram-se o aperfeiçoamento dos pontos de controle para a Diretoria Executiva, a adoção de estudos comparativos entre vários segmentos de investimento no Brasil e no exterior, a participação dos Conselhos Consultivos do Plano 1 e do PREVI Futuro na formulação das propostas e o acompanhamento mensal das políticas (2015-2021), disponibilizadas na intranet da PREVI.

Foi efetuado um trabalho para disseminar a prática do acompanhamento contínuo da aplicação das políticas por todas as gerências da PREVI, por meio de relatórios que são disponibilizados mensalmente na intranet da PREVI e diretamente aos gerentes executivos. O esforço foi seguido pela revisão do processo de avaliação das corretoras de renda variável e de fundos de *private equity* que prestam serviços à Entidade, visando à aferição mais exata do desempenho da gestão dos ativos. Também foi oficializado o início de um projeto que pretende revisar e validar os modelos macroeconômicos e o desenvolvimento de novos métodos de cenários ponderados e de estresse, além dos riscos de mercado, crédito e atuarial.

Segmentos	2014-2020		2015-2021		2016-2022	
	Alocação mínima	Alocação máxima	Alocação mínima	Alocação máxima	Alocação mínima	Alocação máxima
PLANO 1 – Macroalocação (%)						
Renda variável	53,52	61,52	53,45	61,45	47,90	55,90
Renda fixa	27,62	35,62	27,75	35,75	32,20	40,20
Imóveis	5	7,5	5	7,5	5	7,8
Operações com participantes	1,27	5,27	1,2	5,2	1,7	5,7
Investimentos estruturados	0	1,5	0	1,6	0	1,6
Investimentos no exterior	0	0,4	0	0,5	0	0,5
PREVI FUTURO – Macroalocação (%)						
Renda variável	0	50	0	60	0	60
Renda fixa	21	95	21	95	21	95
Imóveis	0	8	0	8	0	8
Operações com participantes	5	15	5	15	5	15
Investimentos estruturados	0	5	0	5	0	5
Investimentos no exterior	0	1	0	1	0	1
Capec – Macroalocação (%)						
Segmento	Indexador	Alocação Máxima	Indexador	Alocação Máxima	Indexador	Alocação Máxima
Renda fixa	Selic	100	Selic	100	Selic	100

Riscos e ALM

Uma prioridade do pensamento estratégico em 2015 foi o aprimoramento da avaliação e da mitigação dos riscos aos quais os investimentos da PREVI estão expostos, sempre considerando o tripé risco, retorno e liquidez. Na busca pela excelência na Gestão Baseada em Risco (GBR), foi aprovada a Política de Riscos, que inclui conceitos, princípios e diretrizes a serem adotados na gestão da PREVI. A Gerência de Riscos reviu e documentou todos os seus processos, tornando seu trabalho mais sistematizado e integrado à gestão. Sobre os riscos de crédito, houve um processo de maior interação com as diretorias de Crédito e de Gestão de Riscos do Banco do Brasil. No nível de governança, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos em nível gerencial, integrando as áreas responsáveis pela gestão dos principais riscos monitorados pela PREVI. Também foi criado o Comitê de Assessoramento Técnico de Riscos, ligado diretamente ao Conselho Deliberativo (Delib), composto por dois membros do Delib e pelo diretor de Planejamento, com a função de realizar uma análise prévia de temas relativos à gestão de riscos, quando submetidos ao Conselho Deliberativo.

O Comitê de ALM (*asset and liability management* — gestão de ativos e passivos) foi reforçado. Fundado em 2014 e integrado apenas pelas diretorias de Planejamento e de Investimentos, em 2015 ganhou a adesão das diretorias de Participações e de Seguridade, em reuniões mensais de análise e formulação de recomendações. Mais robusto, o trabalho do comitê contribuiu para a formulação das Políticas de Investimento. A gestão de ALM da PREVI considera mais de mil cenários macroeconômicos possíveis para avaliar o comportamento dos investimentos. Todo esse processo está sendo validado e certificado por uma consultoria externa, que levantou uma série de pontos de atenção e sugestões de melhoria tanto no trabalho interno quanto no relacionamento da gerência responsável com as outras áreas.

Em 2015, a Diretoria de Planejamento iniciou formulação de indicadores-chave de risco que, integrados, passarão a fazer parte do conjunto de informações disponíveis a todos os gestores e colegiados. Outra iniciativa é o processo de mensuração de capital, que inclui cálculos para mensurar o real nível de riscos a que os planos estão expostos, permitindo simular decisões de alocação de recursos que mitiguem tais riscos. A PREVI também realiza auditorias programadas de caráter preventivo, para identificar e avaliar riscos ligados aos processos mais relevantes. Os testes avaliam a aderência dos processos e procedimentos a políticas, diretrizes, normativos institucionais e legislação externa aplicável. Os processos são avaliados pela Auditoria Interna no mínimo uma vez a cada quatro anos, sem exclusões ou limitações de regiões ou de produtos e serviços na cobertura das auditorias. São consultadas para esse trabalho as normas prudenciais, produzidas pelas autoridades e pelos órgãos reguladores, como a Previc, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e outros. A PREVI também contrata anualmente auditorias externas para avaliar suas demonstrações contábeis.

As ocorrências identificadas são discutidas com as gerências responsáveis pelos processos e reportadas à Diretoria Executiva, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal. O acompanhamento do cumprimento das recomendações é feito de forma sistematizada. A Auditoria Interna acompanha os prazos e demais condições das recomendações emitidas a fim de conhecer as ações em andamento e antecipar dificuldades potenciais.

GRI G4-FS9

Aprimorar a avaliação e a mitigação dos riscos aos quais a PREVI está exposta foi uma prioridade estratégica em 2015

Principais categorias de riscos monitoradas pela PREVI

Risco	Definição	Como é mensurado e mitigado
Mercado	Relativos ao comportamento dos mercados (ações, renda fixa, imóveis etc.) e seus impactos sobre os ativos da PREVI	Definido pelas metas de rentabilidade e limites de risco, utilizando indicadores como <i>Value-at-Risk</i> (VaR), a divergência não planejada (DNP), o <i>tracking error</i> (TE) e a simulação de estresse
Crédito	Risco de inadimplência, relativo a três grupos: instituições financeiras, instituições não financeiras e participantes (Empréstimo Simples e Financiamento Imobiliário)	Os parâmetros de avaliação foram revisados em 2015, garantindo monitoramento mais acurado de cada operação. Além disso, são estabelecidos <i>ratings</i> internos para instituições financeiras e não financeiras, bem como definidos limites operacionais de investimento
Liquidez	O risco de não haver recursos suficientes em caixa para honrar o pagamento imediato de benefícios e outras despesas	Além de monitorar o risco, a PREVI o evita com a formação de um caixa mínimo formado por ativos de altíssima liquidez, suficiente para garantir os pagamentos por um período mínimo de seis meses, sem necessidade de realização de prejuízo
Solvência	Relativo à capacidade de os planos honrarem seus compromissos de longo prazo	Medido pelas projeções das necessidades de caixa e do resultado de cada plano no futuro, é base para o processo de revisão anual das Políticas de Investimento
Operacional	Relacionados a todas as atividades da PREVI e seus possíveis impactos negativos (exposição financeira, prejuízo de imagem pública, descumprimento de regulações etc.)	Monitoram-se a probabilidade de ocorrência, os impactos potenciais e os mecanismos de controle para cada risco identificado
Legal	Potenciais perdas financeiras decorrentes de sanções impostas por órgãos regulatórios ou instâncias da Justiça, incluindo indenizações, multas, tributos etc.	Monitoramento pelas áreas de <i>compliance</i> e de controles. Em 2015, vários processos foram revisados para adequação a novas leis, como a Lei Anticorrupção
Atuarial	Risco de não formação de reserva adequada em função da ocorrência de riscos biométricos, como aumento da longevidade ou alteração da taxa de entrada em invalidez	Além do cálculo do passivo atuarial, são simulados diversos cenários para cada participante, determinando possíveis provisões matemáticas. Esse conjunto de reservas é usado também para a mensuração do risco de solvência do plano

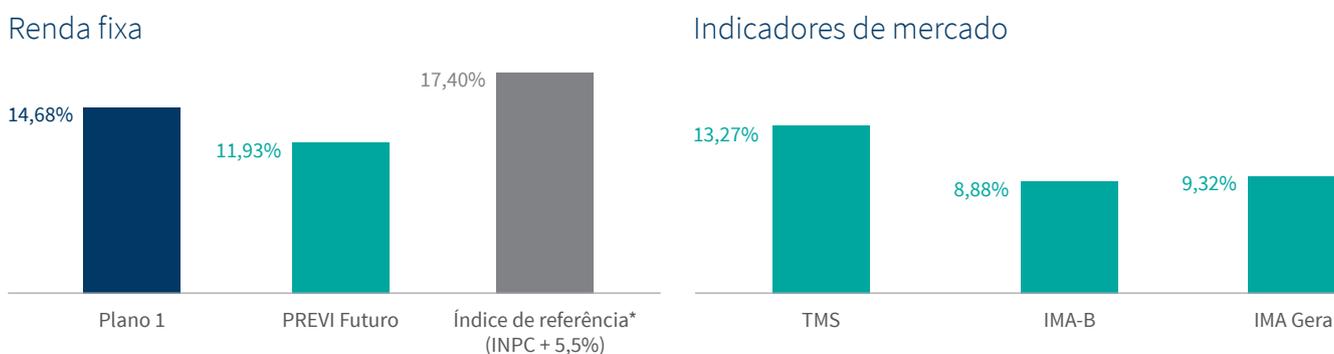
Decisões de investimento em 2015

O cenário macroeconômico descrito nas páginas anteriores fez com que as decisões em 2015 fossem feitas com cautela e ponderação — com muita atenção às políticas de cada plano e suas necessidades específicas (mais liquidez para os pagamentos do Plano 1 e acumulação para o PREVI Futuro).

Renda fixa

A alta da taxa básica de juros propiciou boas oportunidades para investimento em títulos públicos em 2015, especialmente os indexados ao IPCA (NTN-B). Diante da expectativa de um cenário desafiador para o ano de 2016 e visando reduzir o impacto da volatilidade de mercado dos títulos públicos no valor da cota do PREVI Futuro, a Entidade promoveu de forma prudente a reclassificação contábil de parte da carteira do plano (R\$ 201,67 milhões) no fechamento do balanço, mediante a transferência de ativos “marcados a mercado” (precificação diária conforme taxas de mercado) para a categoria “títulos mantidos até o vencimento”, em que passará a ter a rentabilidade diária apurada conforme sua taxa de aquisição.

Rentabilidade 2015 (%)



*Índice de referência do segmento definido nas Políticas de Investimento dos Planos 1 e PREVI Futuro.

Renda variável

O cenário econômico impactou empresas de todos os setores. Mesmo com a diversificação dos investimentos em renda variável, o reflexo da desvalorização dos ativos foi sentido na carteira dos planos. A baixa no valor das ações, tanto negociadas em bolsa quanto avaliadas a valor econômico, reflete o momento de depreciação pelo qual esses ativos estão passando.

Na carteira do Plano 1, as empresas que sofreram maior desvalorização no ano foram Vale/Litel, Banco do Brasil, Neoenergia, Petrobras, Bradesco e Invepar. A redução no valor das ações desses ativos representou um impacto de R\$ 13,06 bilhões.

No PREVI Futuro, que possui atualmente 26,39% de seus ativos alocados em renda variável, as maiores desvalorizações foram relativas a Vale, Petrobras e Bradesco. Por ser um plano em fase de acumulação de recursos e, portanto, com mais tempo para recuperar eventuais depreciações, a tolerância ao risco é maior.

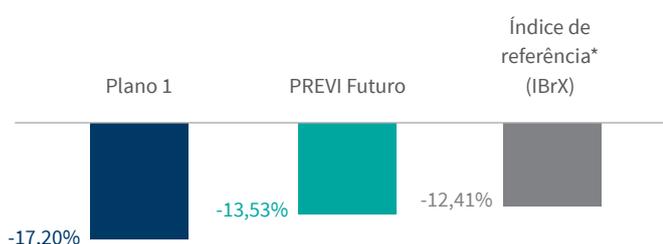
Prosseguiu a estratégia de gradual desinvestimento em renda variável no Plano 1, levando em conta o momento desfavorável para venda; após intensa volatilidade, o índice Ibovespa acumulou queda de 13,31%, terceira desvalorização anual consecutiva. As oportunidades que surgiram (papéis

a bons preços, que forneceram liquidez adequada) foram aproveitadas e foram suficientes para cumprir a meta de desinvestimento programada para o ano. Nas empresas nas quais a PREVI ainda participa de blocos de controle, houve reduções pontuais na quantidade de ações livres.

Atualmente, o Plano 1 tem cerca de 48,09% de seus ativos alocados em renda variável. Em 2010, chegava a 64,5%. A redução no percentual ocorreu principalmente em função da depreciação momentânea dos ativos no mercado decorrentes do contexto econômico. Em menor escala, outro fator que contribuiu para a redução desse percentual foi a venda de ativos, que vem sendo realizada de forma planejada nos últimos anos, de acordo com as Políticas de Investimento do plano. Apenas em 2015 foram desinvestidos R\$ 3,8 bilhões no segmento.

Rentabilidade 2015 (%)

Renda variável



Indicadores de mercado



*Índice de referência do segmento definido nas Políticas de Investimento dos Planos 1 e PREVI Futuro.

Imóveis

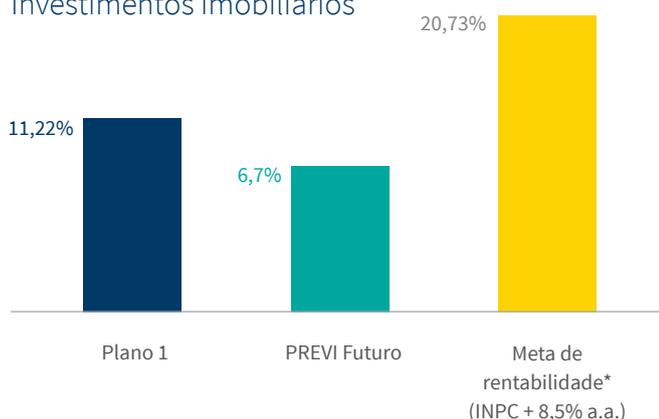
Os dois principais mercados imobiliários, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, passam por momentos de baixa por razões distintas. No Rio, pela retração da demanda de locações; em São Paulo, pelo excesso de oferta de novos imóveis, fatores distintos que forçam a queda dos valores dos aluguéis corporativos. A PREVI, com grande exposição nessas praças, atuou ativamente para obter taxas de ocupação em patamares acima da média do mercado. Com um cenário que impôs cautela, a realização de investimentos em melhorias foi bastante criteriosa.

A carteira imobiliária encerrou 2015 com o iminente recebimento da Torre Matarazzo, em São Paulo, um edifício corporativo certificado como “AAA” pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), pela excelência em seus sistemas de automação, de ar-condicionado, elevadores, instalações elétricas e hidráulicas, geradores de energia e conforto térmico e acústico. O contrato de locação do edifício já está formalizado e irá gerar rendas em 2016.

Em relação aos *shopping centers*, a PREVI reforçou sua participação com a alocação de recursos do PREVI Futuro em dois empreendimentos, o NorteShopping (RJ) e o Shopping Vitória (ES), ativos consolidados nos quais o Plano 1 já tinha participação. O segmento de condomínios logísticos mostrou-se resiliente, com taxa de ocupação de 100% durante todo o ano.

Rentabilidade 2015 (%)

Investimentos imobiliários



*Meta de rentabilidade do segmento definido nas Políticas de Investimento dos Planos 1 e PREVI Futuro.

Investimentos estruturados

A PREVI iniciou um novo ciclo de investimentos no segmento de investimentos estruturados em 2006, com base em algumas premissas: i) melhoras importantes nos aspectos regulatórios, repercutindo positivamente no ambiente institucional brasileiro; ii) fortalecimento do mercado acionário brasileiro com a criação dos níveis de governança da Bovespa e do mercado de acesso (Bovespa Mais); iii) ambiente econômico favorável, tanto no âmbito interno como externo; e iv) redução da taxa de juros no Brasil, o que, em última instância, demandou investimentos em classe de ativos de maior relação risco x retorno, visando atingir a meta atuarial.

Conhecidos como capital empreendedor, *private equity* e *venture capital*, são formas de financiamento a empresas com alto potencial de crescimento e rentabilidade. Trata-se de fundos de investimentos normalmente estruturados na forma de “condomínios fechados”. Ou seja, os investidores compram cotas do fundo e só é possível resgatá-las ao fim do prazo de duração, cerca de oito a dez anos após o início do fundo. Portanto, são investimentos que têm um horizonte de médio e longo prazo.

Os fundos de *private equity* passam sempre pelos efeitos da Curva J. Há uma fase inicial de investimento em que há desembolso e só depois tende a dar retorno positivo, em função de reavaliação ou venda dos ativos. Portanto, as rentabilidades negativas no início são previstas, porque fazem parte do processo de maturação dessa modalidade de investimento.

Os investimentos estruturados compõem o portfólio de ativos da PREVI e são importantes para a estratégia de diversificação, uma vez que os setores da economia nos quais esses fundos investem diferem muito do conjunto de ativos negociados na Bovespa. A PREVI possui uma carteira bem balanceada entre setores de atividade, como infraestrutura, logística, tecnologia da informação, varejo e agroindústria. O segmento de investimentos estruturados, por ser baseado em ativos vinculados à economia real, também foi impactado em 2015 pela desaceleração econômica brasileira.

Ciente desse cenário desafiador, não foram realizados investimentos em novos fundos em 2015 e aprimoraram-se os procedimentos de controle e acompanhamento dos fundos investidos e de suas mais de cem empresas. Os destaques positivos da carteira da *private equity* são os Fundos BR Educacional, finalizado em setembro de 2015, que obteve retorno nomi-

nal de 117%, e o FIP Caixa Barcelona que, apenas em 2015, rentabilizou 50,14%. Entretanto, a PREVI realizou provisão total para perdas em dois fundos: FIP Sondas (Sete Brasil) e Global Equity, mas continua a buscar alternativas para recuperar, mesmo que parcialmente, os investimentos.

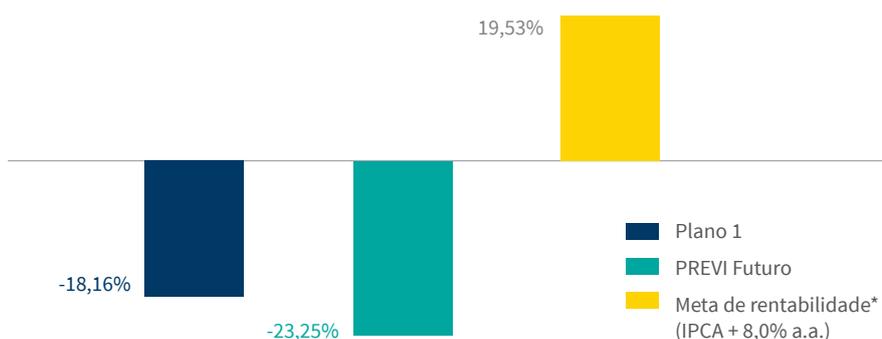
Em relação ao FIP Global Equity, esse fundo tem como objetivo investir, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), recursos em uma carteira diversificada de imóveis residenciais e comerciais destinados à venda. À época do investimento, o cenário macroeconômico era favorável, com boas perspectivas para o setor imobiliário.

O fundo direcionou investimentos para cidades produtoras ou participantes da cadeia do setor de óleo e gás, tais como Macaé, Campos, Itaboraí, Itaguaí e Santos. Os empreendimentos nessas cidades tinham perfil e viés comercial, visando atender à demanda por espaço, tanto por empresas de exploração como de serviços ligados à indústria do petróleo, que também gerariam demandas por moradia e hotelaria. Essa estratégia não teve sucesso, uma vez que os investimentos em infraestrutura petrolífera foram parcialmente paralisados, enfraquecendo a demanda por imóveis nas regiões supracitadas de maneira significativa. Vale ressaltar que a PREVI, em conjunto com os demais quotistas, promoveu a substituição do gestor, que terá como missão a liquidação ordenada do fundo.

O Plano 1 possui 29 fundos de investimentos no segmento de investimentos estruturados, o que representava 0,6% dos recursos garantidores do Plano em dezembro de 2015. Desses fundos, 12 se encontram em período de investimento e, portanto, naturalmente ainda não proporcionam rentabilidades positivas. Já o PREVI Futuro possui 18 fundos, o que representava 1,6% de seus recursos garantidores em dezembro de 2015. Assim como no Plano 1, 12 desses fundos estão ainda em período de investimento.

Rentabilidade 2015 (%)

Investimentos estruturados



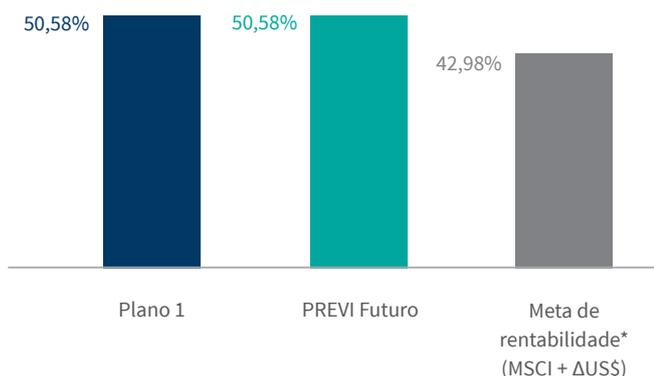
*Meta de rentabilidade do segmento definido nas Políticas de Investimento dos Planos 1 e PREVI Futuro.

Investimentos no exterior

Os investimentos foram diversificados em três fundos, com diferentes índices e composições, mas não houve alteração nos valores aportados. Proporcionalmente ao patrimônio total da PREVI, os ativos investidos no exterior ainda representam pouco, mas a rentabilidade obtida no ano foi boa e, com o crescimento do interesse de outros fundos (potenciais parceiros da PREVI), a tendência é que o setor ganhe importância no médio prazo.

Rentabilidade 2015 (%)

Investimentos no exterior



*MSCI World Index + variação cambial.

Para os próximos anos

As tendências para o médio e o longo prazo são definidas pelas características dos planos e pelos cenários macroeconômicos. O investimento em renda fixa continuará a ser atrativo enquanto não houver a perspectiva de uma queda da taxa de juros. O Plano 1 tem metas definidas de desinvestimento de sua carteira de renda variável, o que deverá incluir a revisão do acordo de acionistas na Vale e renegociação de posições em blocos de controle em algumas participações. A estratégia vem em linha com a necessidade crescente de liquidez. A carteira imobiliária não deve ser ampliada, diante do desaquecimento do setor. Já o PREVI Futuro deve adequar seus percentuais de investimento em renda variável, comportando uma tolerância ao risco coerente com um plano ainda em fase de acumulação, e ampliar sua carteira imobiliária.

Desde o começo da década passada, a PREVI presta contas à Previc em relação à necessidade de a Entidade desfazer-se de parcelas de suas participações em empresas de capital aberto. Foi traçado um plano de desenquadramento, acompanhado pela Previc regularmente, no qual a PREVI se comprometia a diminuir sua participação em determinadas empresas (um dos limites prevê, por exemplo, que fundos de pensão só podem deter um máximo de 25% do capital total de uma mesma companhia, conforme Art. 42 da Resolução CMN n.º 3.792, de 24/09/2009). Em 2015, houve o entendimento com o órgão regulador de que o momento não é adequado para o desfazimento de ativos que estão depreciados por conta da conjuntura. Ainda há a determinação do órgão para se buscar uma solução para o desenquadramento, mas agora sem uma data final definida, visando, dessa forma, preservar o melhor interesse dos associados.

Empresas e empreendimentos participados

O relacionamento entre a PREVI e as empresas nas quais a Entidade detém participação foi intenso em 2015. Além da disseminação regular de boas práticas de gestão e do estímulo a uma maior transparência em prol da governança de cada companhia — trabalho baseado nas recomendações do Código PREVI de Melhores Práticas de Governança Corporativa –, a Entidade mantém constante acompanhamento das suas participações e está atenta a oportunidades de maximização de seus retornos e geração de liquidez nesses investimentos. Ainda foram revisados os critérios de seleção dos conselheiros, de modo a priorizar candidatos com comprovada experiência profissional e formação acadêmica compatível.

A gestão da carteira imobiliária focou na manutenção de uma baixa taxa de vacância, esforço que continuará em 2016. A Entidade exerce seu direito de cobrar dos condomínios melhorias na qualidade dos serviços prestados aos locatários e em negociação de melhores condições contratuais, redução de custo e avanços em sustentabilidade.

Destaques da carteira no ano

Embraer

Destaque de valorização do Ibovespa em 2015, experimentou boas receitas com exportações. A Embraer expandiu sua atuação no mercado europeu e lançou, no fim do ano, um novo modelo de jato, o Legacy 450. A área de Defesa & Segurança da companhia, que está alinhada com a estratégia de diversificação do portfólio, foi a responsável, em 2015, por 13,3% da receita líquida da empresa. Uma realização importante é o desenvolvimento do KC-390, uma nova aeronave de transporte tático militar que já conta com demanda de cinco países, além do Brasil. A aeronave é a maior já desenvolvida e fabricada no País e efetuou seu primeiro voo em fevereiro de 2015.

Invepar

Os planos de abertura de capital pensados para 2015 não se concretizaram, devido à retração generalizada dos mercados. De forma a dar continuidade à financiabilidade de seus investimentos, a empresa alongou o perfil de sua dívida por meio da emissão, em novembro de 2015, de debêntures simples no valor de R\$ 2 bilhões; os recursos obtidos foram usados na recompra de debêntures e notas promissórias e no pagamento de créditos bancários. Sócio da PREVI no empreendimento, o Grupo OAS passa por um processo de recuperação judicial, aprovado por seus credores em dezembro de 2015, e negocia a venda de sua participação por meio de leilão judicial. A Invepar tem importantes projetos no setor de infraestrutura (logística, transporte urbano), que vão gerar lucros e liquidez constantes no longo prazo.

Neoenergia e CPFL

O setor elétrico brasileiro, antes penalizado pela longa estiagem que culminou no aumento de seus custos operativos, alcançou reequilíbrio financeiro em virtude de acordos setoriais negociados em 2015, tais como a implantação das bandeiras tarifárias e de reajustes. Em 2016, os reservatórios começam a se recuperar, e o desafio será manter o equilíbrio alcançado, num cenário de desaceleração da economia e redução do consumo de energia.

Petrobras

A PREVI acompanhou de perto as dificuldades enfrentadas pela estatal em 2015, para assegurar-se de que estão sendo tomadas as medidas corretas de boa governança e saneamento da gestão. Além das complicações institucionais decorrentes das denúncias da Operação Lava Jato, a empresa sofreu com a queda global do preço do petróleo e precisou renegociar seu endividamento. Tudo isso refletiu em perda de valor de mercado. Foram realizados estudos jurídicos para análise de eventuais medidas judiciais que o acionista poderia propor diretamente contra a companhia, sendo que, à luz da legislação brasileira, não se verificaram presentes os requisitos para tal hipótese.

Sete Brasil

Outra empresa que enfrentou problemas em razão do contexto do petróleo e gás. A decisão de investimento foi tomada em conjuntura distinta da atual, quando havia perspectivas de grandes projetos e lucros potenciais na exploração petrolífera. À época da criação do FIP Sondas, em 2010, a PREVI se comprometeu a investir até R\$ 180 milhões ao longo do projeto para adquirir participação equivalente a 9,9% das cotas do capital total. Em decisão posterior à criação do fundo, em 2011, a Sete Brasil decidiu participar de nova licitação para fornecimento de 21 sondas à Petrobras, adicionais às sete originalmente contratadas, o que implicou aumento de capital de R\$ 6,1 bilhões (R\$ 1,8 bilhão para R\$ 7,9 bilhões). A PREVI, após análise, decidiu não acompanhar os novos aportes, de forma que sua participação foi diluída dos 9,9% originais para os 2,3% atuais. Vale salientar que o valor investido na Sete Brasil, no terceiro trimestre de 2015, equivalia a aproximadamente 0,1% (R\$ 144 milhões) das reservas do Plano 1 e 0,6% (R\$ 36 milhões) dos ativos do PREVI Futuro. A PREVI está atenta à renegociação dos contratos entre a Sete e a Petrobras e às medidas tomadas para superar as dificuldades.

Suzano e Fibria

O segmento de papel e celulose manteve-se relativamente pouco afetado pelo fraco desempenho da economia brasileira. Beneficiada pela valorização do dólar, a Suzano se empenhou na melhoria dos índices de endividamento e aumento de sua competitividade. Já a Fibria, líder de mercado, anunciou seu plano de expansão, que consistirá na construção de nova linha de produção de celulose, e aumentará significativamente sua capacidade produtiva no curto prazo.

Tupy

Apesar do cenário adverso no segmento da companhia, a ação se valorizou 18% no ano. A Tupy tem apresentado bons resultados, impulsionados pela receita do mercado externo, que se beneficia da taxa de câmbio favorável.

Vale

Atualmente, a companhia representa em torno de 14% dos ativos da PREVI e é seu investimento mais relevante. A participação da Entidade na mineradora se dá principalmente de forma indireta, por meio do Fundo BB Carteira Ativa, que investe na Litel Participações S.A., conjuntamente com outros fundos de pensão. Em razão das normas que regulam os fundos de investimentos, essa participação é avaliada anualmente pelo método de fluxo de caixa descontado (valor econô-

mico). O fundo, administrado pela BB DTVM, adota o mesmo critério de avaliação desde 2002: a administradora conduz a contratação de um banco de primeira linha com *expertise* para fazer esse tipo de avaliação (que também abrange os ativos Neoenergia e Invepar). São consideradas nesse trabalho premissas como preço do minério de ferro, preço de cobre e níquel, estimativa de produção e venda, investimentos, margem operacional e estimativas de custos. Além dessas, são consideradas ainda premissas econômico-financeiras, como projeção de variação cambial, taxa de juros e taxa de desconto.

Em 2015, a participação da PREVI na Vale/Litel teve uma desvalorização de aproximadamente R\$ 8 bilhões em relação a 2014. O principal fator que influenciou esse resultado foi a forte redução do preço do minério de ferro, principal produto de venda da companhia (os preços praticados pela Vale sofreram redução da ordem de 40,8%), combinado com a volatilidade da demanda da China, principal mercado comprador, que representa 34,9% da receita operacional bruta da Vale. A desvalorização do real em relação ao dólar é positiva para a companhia, mas não compensou esses fatores.

A Vale tem reduzido seus custos de produção e despesas e aumentado sua eficiência operacional, além de ter como estratégia a disciplina de capital e o foco em seus principais negócios, com um programa de desinvestimentos de ativos *non-core* para fortalecer seu caixa. É importante destacar os recordes de produção anual verificados em 2015: foram 345,9 milhões de toneladas de minério de ferro (um crescimento de 4,3%); 291 mil toneladas de níquel (+5,8%); e 423,8 mil toneladas de cobre (+11,6%). Além disso, o custo caixa por tonelada métrica colocado nos portos brasileiros para o minério de ferro (sem considerar *royalties*) alcançou o marco mais baixo da indústria de minério de ferro: US\$ 14,40. Essas iniciativas permitiram que a PREVI recebesse, em 2015, proventos no montante de R\$ 871,3 milhões.

Além da expectativa de que o preço do minério de ferro se estabilize em patamares mais elevados, está previsto para o segundo semestre de 2016 o início das operações do S11D, o maior projeto da Vale e do setor de mineração no mundo. O S11D contribuirá para que a companhia se torne ainda mais competitiva, por ter custo de produção baixo, além de logística até o porto e minério de ferro de ótima qualidade.

Outro fator que impactou a companhia em 2015 foi o acidente da Samarco, ocorrido em 5 de novembro, na região de Mariana (MG). A Vale, como sócia da Samarco (50% de participação), tem apoiado as iniciativas de mitigação dos impactos sociais e ambientais. Em 2/3/2016, a Samarco e seus acionistas, Vale e BHP, assinaram um acordo com o Governo Federal e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo que prevê medidas compensatórias e de reparação social, ambiental e econômica das regiões atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Assista no site PREVI a um vídeo no qual Luciano Siani, diretor financeiro da Vale, e Renato Proença Lopes, diretor de Participações da PREVI, conversam sobre a empresa.

Relação de empresas participadas

Veja abaixo a relação de empresas, o percentual de participação da PREVI em cada uma e os índices nos quais se incluem.

Os índices são ferramentas que indicam e mensuram o desempenho de ativos que, segundo alguns critérios, apresentam diferenciação em termos de sustentabilidade e governança corporativa. Esses aspectos tendem a refletir empresas que apresentam uma gestão mais focada na perenidade da companhia. Estão relacionados os seguintes índices: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE); Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC-X); Índice BM&FBovespa de Governança Corporativa Trade (IGC-T); Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada — Novo Mercado (IGC-NM); e Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag).

Empresa	Segmento	Participação da PREVI (%)	Integra o ISE/IGC?
521 Participações	Energia elétrica	100,00	-
Afluente Geração	Energia elétrica	2,29	-
Afluente Transmissão	Energia elétrica	2,29	-
Ambev	Alimentos e bebidas	2,43	-
Bradesco	Bancos	1,45	IGC-X, ISE e IGC-T
Banco do Brasil	Bancos	10,38	IGC-X, ISE e IGC-T
BRF	Alimentos e bebidas	10,04	IGC-NM, IGC-T, IGC-X, Itag e ISE
Coelba	Energia elétrica	2,29	-
Cosern	Energia elétrica	1,54	-
CPFL Energia	Energia elétrica	29,45	IGC-X, ISE e IGC-T
Embraer	Indústria aeronáutica	5,08	IGC-X, ISE e IGC-T
Fiago	Telecom e TI	51,89	-
Fibria Celulose	Celulose	0,70	IGC-X, ISE e IGC-T
Forjas Taurus	Siderurgia	4,08	-
Fras-le	Bens industriais	22,50	IGC-X
GTD Participações	Energia elétrica	24,45*	-
Invepar	Infraestrutura	25,56	-
Invitel Legacy	Telecom e TI	19,99	-
Itaú Unibanco	Bancos	1,59	IGC-X, ISE e IGC-T
Itaúsa	Bancos	2,15	IGC-X, ISE e IGC-T

Obs.: posição em 31 de dezembro de 2015.

*Reflete participação indireta via BNY Mellon GTD Fundo de Investimento em Participações.

Empresa	Segmento	Participação da PREVI (%)	Integra o ISE/IGC?
Jereissati Participações	Telecom e shoppings	18,42	-
Jereissati Telecom	Telecom e TI	19,78	-
Kepler Weber	Bens industriais	17,48	Itag
Klabin S.A.	Celulose	0,11 **	IGC-X e ISE
Magazine Luiza	Consumo	1,76	IGC-X
Metalúrgica Gerdau	Siderurgia	0,80	IGC-X, ISE e IGC-T
Neoenergia	Energia elétrica	49,01***	-
Newtel Participações	Telecom e TI	22,54	-
Paranapanema	Mineração	23,96	IGC-X
Petrobras	Petróleo, gás e petroquímica	2,82	-
Randon	Bens industriais	6,80	IGC-X
Rumo Logística	Infraestrutura	2,12	IGC-X, ISE e IGC-T
Sauípe	Hotelaria	100,00	-
Sete Brasil	Petróleo, gás e petroquímica	2,30****	-
Sul 116 Participações	Telecom e TI	10,91	-
Suzano Papel e Celulose	Celulose	0,41	IGC-X, ISE e IGC-T
Tupy	Bens industriais	26,19	IGC-NM e IGC-T
Ultrapar Participações	Petroquímica	5,35	IGC-X e IGC-T
Vale	Mineração	15,64*****	IGC-X e IGC-T
WEG	Bens industriais	0,07	IGC-X, ISE e IGC-T

Obs.: posição em 31 de dezembro de 2015.

**A participação se dá através de 705.600 unidades KLB N11.

***Reflete a participação direta (22,24%) e indireta, via BB Carteira Livre I (26,77%).

****Participação via Fundo de Investimentos em Participações Sondas (FIP Sondas).

*****Reflete a participação direta (PREVI Futuro) e indireta (Plano 1), considerando ações resgatáveis.

Investimentos responsáveis

A PREVI é um dos maiores investidores institucionais do mundo e entende bem a importância de observar as melhores práticas de sustentabilidade tanto interna quanto externamente. Suas Políticas de Investimento incluem o monitoramento dos impactos sociais, ambientais e econômicos gerados pelas empresas nas quais a PREVI tem participação. A Entidade também acompanha de perto a evolução desses impactos, por meio de aplicação de pesquisas e questionários sobre gestão, risco e sustentabilidade; análise dos relatórios de sustentabilidade e de administração das empresas; e contatos regulares com os conselhos de administração e com as diretorias das companhias participadas. Há o estímulo permanente à adesão a pactos e princípios de boas práticas em governança corporativa, bem como o incentivo à observação de padrões internacionais de monitoramento de riscos ambientais e de transparência na comunicação com o público. [GRI G4-EC8, FS12](#)

A preocupação da Entidade nesse âmbito se desdobra em diversas frentes. A PREVI participa dos mais destacados fóruns de responsabilidade social corporativa, incluindo o Principles for Responsible Investment (PRI, do qual é o representante latino-americano), o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o Carbon Disclosure Project (CDP) e o International Integrated Report Council (IIRC). No Brasil, mantém atuação destacada não apenas nas instituições setoriais, como a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), mas também em iniciativas como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. [GRI G4-16, G4-15](#)

Reconhecida como paradigma de boas práticas de gestão, a PREVI dispõe de uma série de documentos que balizam sua atuação socioambiental, incluindo a Política de Responsabilidade Socioambiental (RSA) e códigos de Melhores Práticas de Governança Corporativa (para empresas e empreendimentos imobiliários). A Política de RSA define as diretrizes para a manutenção e o desenvolvimento das estratégias e dos negócios da PREVI, de modo a que os ambientes social, natural e econômico em que a Entidade atua se desenvolvam e suportem as perspectivas de perenidade e aperfeiçoamento do próprio negócio. As políticas e os códigos e o atendimento aos normativos vigentes também pautam o desenvolvimento de produtos e serviços, que está definido em um dos Objetivos Estratégicos da PREVI: o fortalecimento na relação com o associado. [GRI G4-FS1, FS15](#)

As questões de RSA são consideradas na elaboração, implementação e fortalecimento das Políticas de Investimento e em suas práticas de gestão. Isso inclui ferramentas para análise socioambiental, o aprimoramento do corpo técnico em questões de sustentabilidade (incluindo um curso específico chamado Introdução a Negócios Responsáveis) e a promoção dos princípios da boa governança corporativa. Na análise de instituições financeiras, são considerados aspectos como o nível de governança corporativa da empresa, sua adesão às melhores práticas de sustentabilidade e se ela possui um código de ética formal e bem divulgado. É realizada uma análise dos indicadores financeiros da instituição; agregada a ela, o analista faz uma avaliação qualitativa, na qual os aspectos de governança e sustentabilidade citados são considerados. O estudo desses itens pelos técnicos é parte do questionário padrão de análise qualitativa de bancos, por exemplo. [GRI G4-FS2, FS4](#)

Os analistas de investimentos imobiliários fazem uma triagem ambiental e social dos ativos prospectados, validada pelo Comitê de Investimentos Imobiliários. Os ativos desejáveis na carteira recebem classificação positiva, e a negativa é para aqueles que não se enquadram no perfil dese-

jável. É aplicado o conceito de *best-in-class* para os ativos considerados referências no processo de triagem positiva. Ainda no setor imobiliário, a legislação vigente exige estudos de impacto ambiental para licenciamento e autorização de obras. As especificidades variam de acordo com cada estado e município, área de construção e natureza do projeto. Ainda é exigida, no conteúdo das escrituras e promessas de compra e venda, a inclusão de cláusulas que firmem o comprometimento das partes com a Lei Anticorrupção (12.846/2013). GRI G4-FS11

A Política de RSA também orienta que a PREVI, nas relações com as empresas investidas e com o patrocinador, deverá buscar a ampliação dos diálogos para a criação e a disseminação de práticas conjuntas aderentes ao esforço para o desenvolvimento nacional em âmbito econômico, ambiental, social e cultural. Para tanto, prevê o estímulo à inserção de aspectos de sustentabilidade no negócio das empresas, a criação de fóruns para troca de experiências sobre aspectos de sustentabilidade na gestão e, de um modo geral, o incentivo a uma gestão mais transparente nas empresas nas quais investe — incluindo a associação a instituições voltadas a práticas de sustentabilidade, à divulgação de relatórios de sustentabilidade e à adesão a níveis mais elevados de governança. GRI G4-FS5

A Política de Responsabilidade Social pode ser consultada em <http://www.previ.com.br/a-previ/responsabilidade-socioambiental/politica-de-rsa/>.

A Política de Responsabilidade Socioambiental da PREVI orienta a Entidade em sua busca pela criação e pela disseminação de práticas aderentes ao esforço para o desenvolvimento nacional em âmbito econômico, ambiental, social e cultural

Debates no PRI

O Principles for Responsible Investment (Princípios para o Investimento Responsável — PRI) é uma iniciativa da ONU que congrega investidores institucionais em prol da disseminação global de padrões de excelência em governança e sustentabilidade corporativa. O PRI tem na PREVI seu representante latino-americano. Em 2015, o diretor de Seguridade, Marcel Barros, foi o representante da América Latina no conselho de administração da iniciativa e participou da Conferência Anual do PRI. Marcel integrou o painel de lançamento do relatório “*Complying with your fiduciary duty – a global roadmap for ESG integration*” (“Cumprindo com o dever fiduciário — um roteiro global para integrar governança e responsabilidade socioambiental”).

Em junho, a sede da PREVI, no Rio de Janeiro, recebeu uma reunião com o diretor de relacionamento do PRI no Reino Unido, Nikola Sobot, e outros signatários brasileiros, como os fundos Real Grandeza, Infraprev e Valia e a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (BB DTVM). Na ocasião, foram discutidas estratégias e os trabalhos desenvolvidos pelo PRI e ouvidas sugestões das instituições brasileiras presentes.

16.º Encontro de Governança Corporativa

Em agosto, foi realizado o 16.º Encontro PREVI de Governança Corporativa, que teve como tema “Desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro: construindo alternativas para um ambiente de maior liquidez”. Foi mais um marco na contribuição da PREVI para a discussão sobre temas relevantes para investidores institucionais.

O encontro reuniu, em 2015, cerca de 450 pessoas, entre conselheiros, executivos, investidores, gestores de recursos e acadêmicos, e incluiu um dia exclusivamente dedicado a uma agenda específica para conselheiros eleitos com apoio institucional da PREVI, com palestras e mesas-redondas. Entre os temas debatidos nos painéis abertos ao público, destacaram-se discussões sobre perspectivas de investimento, a atuação de acionistas minoritários nas empresas, iniciativas para o desenvolvimento de um mercado secundário de dívidas corporativas e o desenvolvimento do mercado de renda variável.

Atuação na Abrapp

A PREVI participa de todas as discussões sobre os rumos da previdência complementar desenvolvidas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp). Em 2015, a PREVI venceu o primeiro Prêmio Abrapp de Sustentabilidade, com o trabalho “A responsabilidade socioambiental na PREVI”, que abordou as diversas ações desenvolvidas pela Entidade no âmbito das dimensões de RSA (governança, social, ambiental e econômica).

Em março, Gueitiro Matsuo Genso, presidente da PREVI, foi escolhido (por unanimidade) para assumir a presidência do Conselho Deliberativo da Abrapp. A PREVI continuou com representante na coordenação da Comissão de Sustentabilidade da Associação e atua em outras 13 comissões nacionais. Ao participar do Encontro Nacional de Comunicação e Relacionamento dos Fundos de Pensão, promovido em maio pela Abrapp, a PREVI enfatizou a importância da transparência na relação com seus associados e o uso dos meios digitais para uma comunicação cada vez mais ágil.

Destaque no Carbon Disclosure Project

Entre os temas de sustentabilidade que a PREVI procura pautar nas empresas nas quais investe, está a preocupação com o meio ambiente. Como entidade ligada ao Carbon Disclosure Project (CDP) – a principal iniciativa do setor financeiro global relacionada à redução das mudanças climáticas –, a PREVI incentiva as empresas com as quais se relaciona a responder aos questionários do CDP. Em 2015, foi divulgado que seis companhias da carteira da PREVI – Cemig, Vale, Itaú Unibanco Holding, BRF, Ultrapar Participações e Itaúsa – foram reconhecidas pelo CDP como exemplos de transparência na divulgação de sua gestão das mudanças climáticas.

Certificada como Empresa Cidadã

Pelo terceiro ano consecutivo, a PREVI recebeu, do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ), o certificado de Empresa Cidadã, por seu empenho na divulgação das informações contábeis e socioambientais. O certificado é um incentivo à elevação da qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas nos relatórios anuais de organizações de todos os portes, segmentos e regiões do Brasil.

Iniciativas sociais das participadas GRI G4-EC8

Diversas empresas participadas mantêm iniciativas socioambientais. Como exemplos desses projetos, citamos os descritos a seguir.

- O Instituto Invepar, em parceria com o instituto Elo Carioca, promove doações anuais em prol do Movimento Rio Como Vamos. Além disso, estimula a proposição de soluções para a mobilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro.
- O Instituto Embraer de Educação e Pesquisa mantém duas unidades do Colégio Embraer, escolas-modelo focadas na excelência acadêmica para alunos egressos da rede pública de ensino. Todos os selecionados recebem bolsa integral de estudos, além de uniformes, materiais didáticos, alimentação na escola e transporte.
- A Fibria busca criar e manter um bom relacionamento com as comunidades vizinhas às suas operações, por meio de engajamento e medidas que promovam o desenvolvimento econômico e social local.

Sumário de conteúdo GRI

Conteúdos padrão gerais	Página/resposta	Omissões
Estratégia e análise		
GRI G4-1 Declaração do decisor mais graduado da organização (p. ex.: seu diretor-presidente, presidente do conselho de administração ou cargo equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade	11	
Perfil organizacional		
GRI G4-3 Nome da organização	18	
GRI G4-4 Principais marcas, produtos e serviços	19	
GRI G4-5 Localização da sede da organização	18	
GRI G4-6 Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais a suas principais operações estão localizadas ou que são especificamente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório	18	
GRI G4-7 Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	18	
GRI G4-8 Mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores cobertos e tipos de clientes e beneficiários)	18	
GRI G4-9 Porte da organização	18	
GRI G4-10 Número total de empregados UNGC	35	
GRI G4-11 Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva UNGC	100% dos funcionários estão cobertos por acordos de negociação coletiva.	
GRI G4-13 Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação ao porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização	N/A	
GRI G4-14 Se e como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	A PREVI não adota o princípio da precaução.	
GRI G4-15 Lista das cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	67	
GRI G4-16 Lista da participação em associações (p. ex.: associações setoriais) e organizações nacionais ou internacionais de defesa	67	
Aspectos materiais identificados e limites		
GRI G4-17 Lista de todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização	N/A	
GRI G4-18 Explicação do processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos Aspectos	4	
GRI G4-19 Lista de todos os Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	4	

Conteúdos padrão gerais	Página/resposta	Omissões
GRI G4-20 Para cada Aspecto material, relate o Limite do Aspecto dentro da organização	4	
GRI G4-21 Para cada Aspecto material, relate seu limite fora da organização	4	
GRI G4-22 Efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações	Não houve reformulações.	
GRI G4-23 Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em Escopo e Limites de Aspecto	Não houve alterações significativas.	
Engajamento de stakeholders		
GRI G4-24 Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização	26	
GRI G4-25 Base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento	26, 32	
GRI G4-26 Abordagem adotada pela organização para envolver os stakeholders, inclusive a frequência do seu engajamento discriminada por tipo e grupo, com uma indicação de que algum engajamento foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório	26, 32	
GRI G4-27 Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de stakeholders e as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relatá-las. Relate os grupos de stakeholders que levantaram cada uma das questões e preocupações mencionadas	4, 26, 32	
Perfil do relatório		
GRI G4-28 Período coberto pelo relatório (p. ex.: ano fiscal ou civil) para as informações apresentadas	3	
GRI G4-29 Data do relatório anterior mais recente (se houver)	30/04/2015.	
GRI G4-30 Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal, etc)	3	
GRI G4-31 Ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	3	
GRI G4-32 Opção “de acordo” escolhida pela organização	3	
GRI G4-33 Política e prática corrente adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa	3	
Governança		
GRI G4-34 Estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Identifique todos os comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais	19	
Ética e integridade		
GRI G4-56 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	24	

Conteúdos padrão específicos

Aspectos materiais	DMAs e indicadores	Página/resposta	Omissão
Categoria econômica			
Desempenho econômico UNGC	GRI G4-DMA Forma de gestão	9, 10, 38, 39, 52-66	
	GRI G4-EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído	41, 42	
	GRI G4-EC3 Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício da organização	40, 42	
Impactos econômicos indiretos	GRI G4-DMA Forma de gestão	67, 68	
	GRI G4-EC8 Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	67, 69	
Categoria social – sociedade			
Combate à corrupção UNGC	GRI G4-DMA Forma de gestão	24	
	GRI G4-SO3 Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados	24	
	GRI G4-SO4 Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	24	
	GRI G4-SO5 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	24	
Políticas públicas UNGC	GRI G4-DMA Forma de gestão	67, 69	
	GRI G4-SO6 Valor total de contribuições para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário	A PREVI não faz doações a candidatos ou a partidos políticos.	
Conformidade	GRI G4-DMA Forma de gestão	55, 56	
	GRI G4-SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos	Em 2015 o valor total das multas aplicadas à PREVI foi de R\$ 22.859,31.	
Categoria setorial – responsabilidade pelo produto			
Carteira de produtos	GRI G4-DMA Forma de gestão	30, 31	
	GRI G4-PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigido por procedimentos de rotulagem	31	
	GRI G4-PR4 Não conformidades relacionadas à rotulagem de produtos e serviços	Não houve casos registrados.	
	GRI G4-PR5 Resultados de pesquisas medindo a satisfação do cliente	30, 31	
	GRI G4-PR7 Casos de não conformidade relacionados à comunicação de produtos e serviços	Não foram identificados casos de não conformidade relacionados à comunicação de produtos e serviços em 2015.	

Aspectos materiais	DMAs e indicadores	Página/resposta	Omissão
Carteira de produtos	GRI G4-PR9 Multas por não conformidade relativas ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Em 2015, o valor de multas sobre a não conformidade relativas ao fornecimento e uso de produtos e serviços foi de R\$ 22.859,31.	
Categoria setorial – suplemento setorial financeiro			
Carteira de produtos	GRI G4-DMA FS1 Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios	53, 67	
	GRI G4-DMA FS2 Procedimentos para avaliação e triagem de riscos socioambientais nas linhas de negócios	67	
	GRI G4-DMA FS4 Processo(s) para melhorar a competência do pessoal na implantação das políticas e procedimentos ambientais e sociais aplicados nas linhas de negócios	67	
Carteira de produtos	GRI G4-DMA FS5 Interações com clientes/empresas controladas/parceiros de negócios referentes a riscos e oportunidades socioambientais	68	
Auditoria	GRI G4-DMA Forma de gestão	55	
	GRI G4-FS9 Abrangência e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas ambientais e sociais, e procedimentos de avaliação de riscos	55	
Propriedade ativa	GRI G4-DMA Forma de gestão	65-68	
	GRI G4-FS10 Percentual e número de empresas do portfólio da instituição com as quais a organização relatora interagiu em relação a questões socioambientais	A PREVI interage com 100% das empresas de seu portfólio em relação a essas questões.	
	GRI G4-FS11 Percentual de ativos sujeitos a triagem ambiental ou social (positiva e negativa)	68	
	GRI G4-FS12 Política(s) de voto como acionista aplicada(s) a questões socioambientais para ações de que a organização relatora detém o direito a voto ou para as quais dá aconselhamento quanto ao voto	67	
Rotulagem de produtos e serviços	GRI G4-DMA Forma de gestão	28, 67	
	GRI G4-FS15 Políticas para um justo desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros	67	
	GRI G4-FS16 Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário	28	



Demonstrações Financeiras **2015**



Demonstrativo de Investimentos por Plano de Benefícios e Custos com a Administração de Recursos

Dezembro de 2015

I - COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

Segmento	Dezembro/2015		Dezembro/2014	
	R\$	Alocação %	R\$	Alocação %
RENDA FIXA	63.894.285.984,64	41,59	57.451.384.777,93	34,52
RENDA VARIÁVEL	72.077.724.901,70	46,91	91.680.821.626,65	55,08
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	804.380.354,50	0,52	1.166.979.815,72	0,70
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	133.529.294,72	0,09	87.877.665,09	0,05
IMÓVEIS	10.162.602.243,53	6,61	9.623.946.139,03	5,78
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	6.576.857.737,45	4,28	6.327.912.627,16	3,80
DERIVATIVOS ⁽²⁾	0,00	0,00	117.690.176,50	0,07
Recursos da Entidade ⁽¹⁾	153.649.380.516,54	100,00	166.456.612.828,08	100,00

(1) Recursos: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos - Exigível Contingencial do Programa de Investimentos

(2) Embora não seja segmento de aplicação cfe. estabelecido na Res. CMN 3.792/09, o valor foi incluído para compor os Recursos do Plano de Benefícios 1

II - COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefício	Dezembro/2015		Dezembro/2014	
	R\$	Alocação %	R\$	Alocação %
Plano 1	145.967.103.387,84	100,00	159.913.476.726,61	100,00
RENDA FIXA	59.408.044.466,95	40,70	53.762.113.172,33	33,61
RENDA VARIÁVEL	70.195.908.203,66	48,09	89.705.789.582,40	56,10
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	723.563.277,20	0,50	1.049.180.053,98	0,66
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	120.176.365,26	0,08	79.089.898,60	0,05
IMÓVEIS	9.782.813.202,02	6,70	9.495.833.888,61	5,94
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.736.597.872,75	3,93	5.703.779.954,19	3,57
DERIVATIVOS	0,00	0,00	117.690.176,50	0,07
Plano PREVI Futuro	6.671.202.785,78	100,00	5.596.867.091,05	100,00
RENDA FIXA	3.596.495.429,05	53,91	2.880.212.672,42	51,46

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

Plano de Benefício	Dezembro/2015		Dezembro/2014	
	RENDA VARIÁVEL	1.760.488.443,76	26,39	1.837.821.967,01
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	80.817.077,30	1,21	117.799.761,74	2,10
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	13.352.929,46	0,20	8.787.766,49	0,16
IMÓVEIS	379.789.041,51	5,69	128.112.250,42	2,29
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	840.259.864,70	12,60	624.132.672,97	11,15
Plano CAPEC	225.133.605,26	100,00	172.955.966,00	100,00
RENDA FIXA	225.133.605,26	100,00	172.955.966,00	100,00
Plano PGA	785.940.737,66	100,00	773.313.044,42	100,00
RENDA FIXA	664.612.483,38	84,56	636.102.967,18	82,26
RENDA VARIÁVEL	121.328.254,28	15,44	137.210.077,24	17,74

III - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Plano de Benefício	Política de Investimentos Ano 2015		Limites Resolução 3792	Alocação
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	%	%
Plano 1				
RENDA FIXA	27,75	35,75	100,00	40,70
RENDA VARIÁVEL	53,45	61,45	70,00	48,09
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	1,60	20,00	0,50
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,50	10,00	0,08
IMÓVEIS	5,00	7,50	8,00	6,70
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,20	5,20	15,00	3,93
Plano PREVI Futuro				
RENDA FIXA	21,00	95,00	100,00	53,91
RENDA VARIÁVEL	0,00	60,00	70,00	26,39
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	5,00	20,00	1,21
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	1,00	10,00	0,20
IMÓVEIS	0,00	8,00	8,00	5,69
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5,00	15,00	15,00	12,60
Plano CAPEC				
RENDA FIXA	100,00	100,00	100,00	100,00
Plano PGA				
RENDA FIXA	65,00	100,00	100,00	84,56
RENDA VARIÁVEL	0,00	35,00	70,00	15,44

IV - RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (% NO ANO)

Plano de Benefício	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Política de Investimentos	
Segmento	(%)	(%)	Benchmarks	(%)
Plano 1	(2,84)	(2,95)	INPC + 5% a.a.	16,84
RENDA FIXA	14,68	14,54	INPC + 5,5% a.a.	17,40
RENDA VARIÁVEL	(17,20)	(17,29)	Superar o IBrX	(12,41)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(18,16)	(18,24)	IPCA + 8% a.a.	19,53
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	50,58	50,39	<i>MSCI World Index</i> + Variação Cambial	42,98
IMÓVEIS	11,22	11,10	INPC + 8,5% a.a.	20,73
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	16,28	16,28	Superar a meta atuarial do Plano (INPC + 5% a.a.)	16,84
Plano PREVI Futuro	3,72	3,60	INPC + 5% a.a.	16,84
RENDA FIXA	11,93	11,82	INPC + 5,5% a.a.	17,40
RENDA VARIÁVEL	(13,53)	(13,61)	Superar o IBrX	(12,41)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(23,25)	(23,32)	IPCA + 8% a.a.	19,53
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	50,58	50,43	<i>MSCI World Index</i> + Variação Cambial	42,98
IMÓVEIS	6,70	6,61	INPC + 8,5% a.a.	20,73
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,83	15,83	Superar o índice de referência do Plano (INPC + 5% a.a.)	16,84
Plano CAPEC	13,32	13,18	TMS (Taxa Média Selic)	13,27
RENDA FIXA	13,38	13,24	TMS (Taxa Média Selic)	13,27
Plano PGA	7,93	7,93		
RENDA FIXA	12,92	12,92	INPC + 5,5% a.a.	17,40
RENDA VARIÁVEL	(12,78)	(12,78)	Superar o IBrX	(12,41)

V - CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS (R\$ NO ANO)

Plano de Benefício	Despesas com Administração		Despesa Total
	Própria	Terceirizada	
Plano 1	178.872.302,96	59.139.636,87	238.011.939,83
Administração/Gestão	123.042.603,13	43.304.241,07	166.346.844,20
Taxa de Performance	-	2.531.991,44	2.531.991,44
Custódia	1.862.601,78	6.722.194,94	8.584.796,72
Corretagem	1.837.003,90	106.110,78	1.943.114,68
Consultoria	11.431.542,94	2.302.074,91	13.733.617,85
Honorários Advocatícios	9.045.778,07	1.075.770,64	10.121.548,71
Auditoria	268.602,27	372.027,42	640.629,69
Viagens e Transporte	953.982,05	-	953.982,05
Despesas Gerais	15.746.085,41	-	15.746.085,41
Aluguel da Sede	9.262.887,53	-	9.262.887,53
Despesas Judiciais	1.119.437,77	-	1.119.437,77
Depreciações/Amortizações	4.174.425,79	-	4.174.425,79
Outras	127.352,32	2.725.225,66	2.852.577,98
Plano PREVI Futuro	7.909.044,85	5.031.797,69	12.940.842,54
Administração/Gestão	5.026.610,06	4.007.475,36	9.034.085,42
Custódia	90.313,94	386.233,71	476.547,65
Corretagem	601.228,07	7.837,73	609.065,80
Consultoria	600.440,11	308.812,01	909.252,12
Honorários Advocatícios	311.546,99	142.276,61	453.823,60
Auditoria	10.538,76	28.743,89	39.282,65
Viagens e Transporte	37.369,57	-	37.369,57
Despesas Gerais	640.457,88	-	640.457,88
Aluguel da Sede	376.759,64	-	376.759,64
Despesas Judiciais	45.532,13	-	45.532,13
Depreciações/Amortizações	162.875,75	-	162.875,75
Outras	5.371,95	150.418,38	155.790,33
Plano CAPEC	255.963,17	115.966,86	371.930,03
Administração/Gestão	178.549,27	49.529,94	228.079,21
Custódia	-	30.789,80	30.789,80
Consultoria	16.339,08	-	16.339,08

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

Plano de Benefício	Despesas com Administração		Despesa Total
	Própria	Terceirizada	
Honorários Advocatícios	12.211,99	-	12.211,99
Auditoria	383,73	4.506,00	4.889,73
Viagens e Transporte	1.352,10	-	1.352,10
Despesas Gerais	24.728,77	-	24.728,77
Aluguel da Sede	14.547,09	-	14.547,09
Despesas Judiciais	1.758,04	-	1.758,04
Depreciações/Amortizações	5.898,78	-	5.898,78
Outras	194,32	31.141,12	31.335,44
Plano PGA	13.262,44	316.339,88	329.602,32
Administração/Gestão	-	189.446,97	189.446,97
Custódia	4.661,07	73.938,61	78.599,68
Corretagem	8.601,37	-	8.601,37
Auditoria	-	4.766,87	4.766,87
Outras	-	48.187,41	48.187,41

VI - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	R\$	%
Plano 1		
2BCAPITAL S.A.	10.207.062,75	0,01
ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS S.A.	132.454.643,10	0,09
ARGUCIA CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	5.049.949,31	0,00
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	90.707.141.256,72	62,14
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	454.197,95	0,00
BR EDUCACIONAL GESTORA DE RECURSOS S.A.	73.470.472,83	0,05
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM LTDA.	54.309.123,76	0,04
BRKB DTVM S.A.	8.574.084,00	0,01
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	191.789.074,41	0,13
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	93.473.493,51	0,06
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	140.145.625,07	0,10
(PROVISÃO - SONDAS)	(62.448.447,16)	(0,03)
CREDIT SUISSE (BRASIL) DTVM S.A.	269.692.397,11	0,18
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	5.583.494,19	0,00

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	11.277.533,55	0,01
FATOR ADM. DE RECURSOS LTDA.	2.107.758,53	0,00
FIR CAPITAL PARTNERS LTDA.	3.294.042,10	0,00
GLOBAL EQUITY ADM. REC. S.A.	125.787.825,71	0,09
(PROVISÃO - GLOBAL EQUITY PROPERTIES)	(125.787.825,71)	(0,09)
HSBC GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	98.183,55	0,00
ITAU UNIBANCO S.A.	53.995.439,00	0,04
KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	35.820.648,31	0,02
LEBLON EQUITIES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	12.221.561,07	0,01
MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA.	134.352.486,64	0,09
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	13.353.550,46	0,01
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	51.641.549,86	0,04
RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.	7.441.826,31	0,01
TCG GESTOR LTDA.	73.361.535,69	0,05
VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	12.847.194,34	0,01
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	40.684.388,29	0,03
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	49.942.701,54	0,03
Total Gestão Terceirizada	92.132.336.826,79	63,12
Total dos Recursos do Plano	145.967.103.387,84	100,00
Plano PREVI Futuro		
2BCAPITAL S.A.	4.374.455,46	0,07
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	2.627.702.511,59	39,39
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	113.549,48	0,00
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM LTDA.	6.034.347,08	0,09
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	15.484.977,25	0,23
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	8.277.492,78	0,12
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	35.036.406,47	0,52
(PROVISÃO - FIP SONDAS)	(15.612.112,00)	(0,23)
CREDIT SUISSE (BRASIL) DTVM S.A.	14.264.048,20	0,21
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	3.722.329,46	0,06
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	1.844.659,37	0,03
GLOBAL EQUITY ADM. REC. S.A.	14.071.863,15	0,21
(PROVISÃO - FIP GLOBAL EQUITY PROPERTIES)	(14.071.863,15)	(0,21)
ITAU UNIBANCO S.A.	5.999.493,22	0,09
KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	11.940.216,10	0,18
MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA.	5.006.486,17	0,08

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	1.483.727,82	0,02
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	7.368.350,65	0,11
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA.	14.196,09	0,00
TCG GESTOR LTDA.	8.311.764,22	0,12
VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	3.211.798,58	0,05
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	10.171.158,83	0,15
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	5.549.189,06	0,08
Total Gestão Terceirizada	2.760.299.045,88	41,37
Total dos Recursos do Plano	6.671.202.785,78	100,00
Plano CAPEC		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	156.696.050,89	69,60
Total Gestão Terceirizada	156.696.050,89	69,60
Total dos Recursos do Plano	225.133.605,26	100,00
Plano PGA		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	477.497.259,54	60,75
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	3.390.303,93	0,43
Total Gestão Terceirizada	480.887.563,47	61,19
Total dos Recursos do Plano	785.940.737,66	100,00

Desenquadramentos e Justificativas

Dezembro de 2015

PLANO 1		
Limites de Alocação por Emissor		
→ As aplicações cujo emissor seja cia. aberta com registro na CVM não podem exceder o limite de 10% dos Recursos de cada Plano de Benefício. (art. 41, inciso III, alínea b)		
VALE S.A. (Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)	16,48%	
ENTIDADE		
Limites de Concentração por Emissor		
→ O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% (Artigo 42)	capital total (Inciso I)	capital votante (Inciso II)
521 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	(*)	33,11%
CPFL Energia S.A.	29,45%	29,45%
Fiago Participações S.A.	51,89%	51,89%
Invepar Investimentos Participações Infra Estrutura S.A.	25,56%	(*)
Neoenergia S.A.	49,01%	49,01%
Sauipe S.A.	100,00%	100,00%
Tupy S.A.	26,19%	26,19%
→ No caso da Carteira de Fundos de Investimentos Estruturados, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (art. 42, inciso IV, alínea b)		
FUNDO INVEST IMOBILIARIO PANAMBY	31,40%	
JUSTIFICATIVAS		
<p>A PREVI era detentora de um Plano de Enquadramento dos Investimentos do Plano de Benefícios nº 1, aprovado pelo voto do Banco Central do Brasil - BCB nº 258, de 15/09/2004, e pelo voto CMN nº 105, de 24/11/2004, com vencimento em 31/12/14. Em conformidade com o Art. 17 da Instrução PREVIC nº 2, de 18/05/2010, e com o Art. 56 da Resolução CMN nº 3.792, foram apresentados 22 Relatórios de acompanhamento da execução do Plano de Enquadramento dos Investimentos do Plano de Benefícios nº 1 da PREVI.</p> <p>O Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/03/2015, reconheceu, com base na legislação vigente, em especial os artigos 55º e 4º, ambos da Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, o entendimento de que é possível a manutenção de ativos em situação excepcional de desenquadramento, continuando os envios de relatórios semestrais para a PREVIC.</p>		

(*) Não existe desenquadramento nessa participação.

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Benefícios 1 Relação dos Investimentos

Dezembro de 2015

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		145.967.103.387,84	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		92.132.336.826,79	63,12
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES	724,0000	10.693.280,13	0,01
FUNDOTEC II - FMIEE INOV.	600,0000	3.294.042,10	
RB NORDESTE II - FMIEE	124,0000	7.399.238,03	
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	238.169,0000	8.574.084,00	0,01
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO PANAMBY	238.169,0000	8.574.084,00	
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	256.145.988,9732	704.295.913,07	0,48
BNY MELLON GTD	7.187,8503	5.049.949,31	
BOZANO EDUCACIONAL II	2.000,0000	454.197,95	
BRASIL AGRONEGOCIO	106.773,3330	95.999.788,25	
BRASIL GOVERNANÇA CORPORATIVA	103.852,5492	73.470.472,83	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	70.560,9900	49.447.677,86	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	26.309,0240	23.913.857,83	
BRASIL ÓLEO E GÁS	27.040,0000	12.847.194,34	
BRASIL PETRÓLEO 1	30.987,6928	20.025.944,77	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	20.094,0000	17.147.026,07	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	44.534.210,0086	38.637.573,30	
CAIXA AMBIENTAL	35.440,0000	22.951.829,71	
CAIXA BARCELONA	57.942,4000	77.697.177,91	
CRP EMPREENDEDOR	6.344.784,6000	5.583.494,19	
DGF FIPAC 2	8.704,8000	7.378.637,51	
GLOBAL EQUITY PROPERTIES	732,2244	125.787.825,71	
(PROVISÃO - GLOBAL EQUITY PROPERTIES)		(125.787.825,71)	
INFRABRASIL	8.615,2898	91.374.712,16	
INVEST. INSTITUCIONAIS	182.244,6353	10.093.320,85	
INVEST. INSTITUCIONAIS III	26.204,2188	10.607.626,20	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
KINEA PRIVATE EQUITY II	38.754,0000	35.820.648,31	
LOGÍSTICA BRASIL	6.000,0000	40.004.686,79	
NEO CAPITAL MEZANINO	49.040.673,5835	39.902.664,95	
NEO CAPITAL MEZANINO III	11.510.720,5659	11.738.884,91	
NORDESTE III	720,0000	42.588,28	
SONDAS	143.954.978,8127	62.448.447,16	
(PROVISÃO - SONDAS)		(62.448.447,16)	
TERRA VIVA	338,8761	3.898.896,04	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	119,5185	10.207.062,75	
FUNDOS DE RENDA FIXA	13.658.651.316,7173	53.189.341.505,08	36,44
BB RENDA FIXA IV	1.633.747.344,2048	37.741.688.252,97	
BB RENDA FIXA LIQUIDEZ	11.973.102.934,7413	15.351.452.073,47	
BTG PACTUAL	39.407.328,9962	40.324.120,81	
FATOR SINERGIA	23.614,0000	1.839.119,08	
MODAL GAIA RF CREDITO PRIVADO	12.040.741,6629	13.353.550,46	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	329.353,1120	40.684.388,29	
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	1.126.091.117,8317	37.829.520.847,06	25,92
ANGRA PARTNERS VOLT	123.179.592,3810	111.753.696,05	
BB CARTEIRA ATIVA	871.753.750,8317	27.248.351.197,50	
BB CARTEIRA LIVRE I	130.163.541,0986	10.195.919.867,71	
LEBLON EQUITY PARTNERS IV	677.838,1013	12.221.561,07	
BB SML 1	63.582,3466	49.511.064,73	
SML 2	63.100,7522	53.149.372,70	
SML 3	347,8766	268.639,45	
SML 4	63.135,8689	53.995.439,00	
SML 5	63.141,7838	49.942.701,54	
SML 6	86,7910	98.183,55	
SML 7	63.000,0000	54.309.123,76	
FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	61.428.240,2321	120.218.800,34	0,08
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	36.627.863,7819	72.043.055,94	
BB MM JP MORGAN INVEST. EXTERIOR	11.932.587,1723	23.100.036,39	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	12.867.789,2779	25.075.708,01	
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC	2.647,0000	269.692.397,11	0,18
FIDC CREDITO CORP. BRASIL	2.647,0000	269.692.397,11	
CARTEIRA PRÓPRIA		53.834.766.561,05	36,88
DISPONÍVEL		18.425.626,41	0,01
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	30.000	83.408.664,21	0,06

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL SÉRIE B	30.000	83.408.664,21	
RENTA FIXA - DEBÊNTURES	29.123.420	1.848.298.992,88	1,27
AES TIETE S.A.	30.000	30.000.000,00	
AMPLA ENERGIA SERVICOS S.A.	1.970	25.395.379,81	
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.	7.965	82.563.209,04	
ARTERIS S.A.	5.000	49.888.501,58	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. BNDESPAR	175.949	231.610.942,26	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	10.995	112.754.351,73	
CIA ENERGETICA PERNAMBUCO CELPE	4.950	30.607.131,16	
COMPANHIA SANEAMENTO PARANA SANEPAR	6.089	63.312.463,20	
CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	120.000	128.906.547,83	
DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.	55.000	118.448.916,04	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGISTICA S.A.	10.000	101.765.779,02	
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVICOS S.A.	4.662	56.167.928,12	
EMPRESA CONCESSIONARIA RODOVIAS NORTE S.A. ECONORTE	4.000	41.327.506,01	
FLEURY S.A.	3.482	35.154.392,03	
HOPI HARI S.A.	6.000	732.063,36	
(PROVISÃO - HOPI HARI S.A.)		(732.063,36)	
INVESTS PARTICIPAÇÕES INFRA ESTRUTURA S.A. INVEPAR	31.400	278.185.150,82	
JSL S.A.	50.233	57.255.548,34	
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	3.720	37.611.303,51	
LOJAS AMERICANAS S.A.	4.200	48.137.588,55	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	64.550	44.436.293,30	
SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	3.311	34.491.683,50	
SUL AMERICA S.A.	2.160	24.378.319,83	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	1.940	21.410.851,07	
TRANSMISSORA ALIANCA ENERGIA ELETRICA S.A.	75.995	78.861.697,62	
VALE S.A.	28.427.849	97.733.381,33	
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.	12.000	17.894.127,18	
RENTA FIXA - LETRAS FINANCEIRAS	3.163	4.059.839.161,58	2,78
BCO. BRADESCO S.A.	23	24.306.637,93	
BCO. BRASIL S.A.	2.450	3.067.816.408,47	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	210	268.633.421,35	
BCO. SAFRA S.A.	110	187.502.608,21	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	50	59.166.776,03	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF	70	83.831.649,88	
ITAU UNIBANCO S.A.	250	368.581.659,71	
RENTA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		0,00	0,00

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RENTA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	365.050	131.418,00	0,00
CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.	365.050	131.418,00	
RENTA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	13.771.533.277	32.183.197.815,98	22,05
AFLUENTE GERAÇÃO ENERGIA ELETRICA S.A. , ON	331.780	1.267.565,15	
AFLUENTE GERAÇÃO ENERGIA ELETRICA S.A. , PN	99.440	379.910,42	
AFLUENTE TRANSMISSÃO ENERGIA ELETRICA S.A. , ON	1.445.606	2.795.888,74	
AMBEV S.A , ON	372.327.425	6.646.044.536,25	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	11.576.000	281.644.080,00	
BCO. BRADESCO S.A. , ON	33.039.752	677.314.916,00	
BCO. BRADESCO S.A. , PN	33.319.234	642.394.831,52	
BCO. BRASIL S.A. , ON	295.433.145	4.354.684.557,30	
BICICLETAS MONARK S.A. , ON	42.334	9.017.142,00	
BOMBRIL S.A. , PN	6.458.600	10.204.588,00	
BRF BRASIL S.A. , ON	85.932.103	4.760.638.506,20	
CIA ELETRICIDADE ESTADO BAHIA COELBA , ON	3.317.800	133.670.665,03	
CIA ELETRICIDADE ESTADO BAHIA COELBA , PN	994.400	40.063.327,90	
CIA ENERGETICA RIO GRANDE NORTE COSERN , ON	1.854.848	20.400.783,14	
CIA ENERGETICA RIO GRANDE NORTE COSERN , PNB	382.135	4.202.960,71	
CIA ENERGETICA RIO GRANDE NORTE COSERN , PNA	359.031	3.948.848,40	
COMPANHIA SANEAMENTO PARANA SANEPAR , PN	1.451.396	4.862.176,60	
CPFL ENERGIA S.A. , ON	29.263.073	444.213.448,14	
CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. , ON	30.361.499	349.157.238,50	
DALETH PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	3.463.589	114.658,65	
EMBRAER S.A. , ON	36.002.903	1.086.927.641,57	
FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	351.439.362	351,43	
FIBRIA CELULOSE S.A. , ON	3.428.213	177.889.972,57	
FORJAS TAURUS S.A. , ON	568.739	961.168,91	
FORJAS TAURUS S.A. , PN	1.082.827	1.223.594,51	
FRAS-LE S.A. , ON	28.123.498	106.869.292,40	
GERDAU S.A. , PN	9.997.446	46.488.123,90	
INVITEL LEGACY S.A. , ON	317.311.938	108.837,99	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. , PN	90.226.409	2.375.661.348,97	
ITAUSA INVESTS ITAU S.A. , PN	137.790.929	948.001.591,52	
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	50.713.221	96.690.030,01	
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A. , PN	126.869.033	100.226.536,07	
JEREISSATI TELECOM S.A. , ON	66.846.109	6.804.933,89	
JEREISSATI TELECOM S.A. , PN	40.718.059	4.145.098,40	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
KEPLER WEBER S.A. , ON	4.598.648	74.498.097,60	
LITEL PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	22	2.372,11	
LITEL PARTICIPAÇÕES S.A. , PN	146	15.742,24	
MAGAZINE LUIZA S.A. , ON	390.633	6.894.672,45	
METALURGICA GERDAU S.A. , PN	6.134.690	10.183.585,40	
NEOENERGIA S.A. , ON	1.301.396.231	3.411.372.064,05	
NEWTEL PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	382.709.514	2.979.393,56	
OI S.A. , ON	4.067.487	9.761.968,80	
PARANAPANEMA S.A. , ON	76.468.727	168.231.199,40	
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS , ON	7.291.432	62.487.572,24	
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS , PN	345.621.515	2.315.664.150,50	
RANDON SA IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES , ON	10.312.500	19.593.750,00	
RANDON SA IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES , PN	10.133.950	24.828.177,50	
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL , ON	6.017.188	37.547.253,12	
SAUIPE S.A. , ON	10.995.370	54.136.166,00	
SAUIPE S.A. , PN	21.990.929	108.273.262,55	
SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	9.339.700.539	1.335.577,17	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A. , PN	3.643.262	68.092.566,78	
TELEFONICA BRASIL S.A. , PN	1.417.000	50.657.750,00	
TUPY S.A. , ON	37.758.154	706.077.479,80	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	28.313.400	1.711.545.030,00	
VALE S.A. , ON	64	833,92	
RENTA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR		122.053.807,22	0,08
IMÓVEIS		9.778.649.490,23	6,70
ALAMEDA MAMORÉ, 989	CRYSTAL TOWER	BARUERI - SP	131.693.560,06
RUA LEOPOLDO PEREIRA, 45	APTO 203 - ED. SILVIO ANTONIO	BELO HORIZONTE - MG	195.743,58
AVENIDA VIA ÁPIA, SAI/SO AI, 6580	PARKSHOPPING	BRASILIA - DF	341.009.969,04
CONDOMÍNIO SCS B, QUADRA 9, BLOCO A, 1	PARQUE CIDADE CORP - TORRE C	BRASILIA - DF	296.296.151,42
CONDOMÍNIO SETOR COMERCIAL SUL, 9	PARQUE CIDADE CORP - TORRE A	BRASILIA - DF	297.239.635,18
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CONDOMINIO JORDANESIA PARK	CAJAMAR - SP	183.509.489,36
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CAJAMAR INDUSTRIAL PARK	CAJAMAR - SP	292.650.065,22
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR	155.819.892,67
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	COMPLEXO SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR	7.207.578,10
RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, KM 229,5, S/N	GALPÃO	GUARULHOS - SP	81.736.486,70

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO		QUANTIDADE	VALOR	%
RUA RUI BARBOSA 400	APARTAMENTO	ITAIOPOLIS - SC	149.604,62	
AVENIDA BARRETO DE MENEZES, 800	HIPERMERCADO	JABOATAO DOS GUARARAPES - PE	53.813.467,95	
AVENIDA CEL. FERNANDO FERREIRA LEITE, 1540	RIBEIRÃO SHOPPING	RIBEIRAO PRETO - SP	120.923.316,67	
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 5000	NEW YORK CITY CENTER	RIO DE JANEIRO - RJ	114.105.139,91	
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 4666	BARRASHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	457.771.467,38	
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 700	BLOCOS 4 E 5	RIO DE JANEIRO - RJ	135.864.571,85	
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1601 A 1606	RIO DE JANEIRO - RJ	28.921.194,58	
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1501 A 1506	RIO DE JANEIRO - RJ	28.921.194,62	
AVENIDA REPÚBLICA DO CHILE, 500	PAVS. 16 A 25	RIO DE JANEIRO - RJ	116.647.375,05	
AVENIDA RIO BRANCO, 1	PAVS. 9 A 12	RIO DE JANEIRO - RJ	108.246.878,59	
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	209.232.771,16	
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	297.233.863,21	
PRAÇA PIO X, 54	MARQUES DOS REIS	RIO DE JANEIRO - RJ	110.664.713,86	
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAV. 2	RIO DE JANEIRO - RJ	71.460.990,98	
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 7 E 8, LJS E HEALTH CLUB	RIO DE JANEIRO - RJ	125.147.255,76	
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 3 E 4	RIO DE JANEIRO - RJ	152.194.235,49	
PRAIA DO FLAMENGO, 154	PAVS. 3 A 9	RIO DE JANEIRO - RJ	91.096.255,69	
RUA DA CANDELÁRIA, 65	PAVS. 18 A 22	RIO DE JANEIRO - RJ	29.522.251,98	
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELARIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	64.329.605,41	
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELARIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	27.286.469,67	
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFICIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	2.252.074,45	
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFICIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	1.468.744,50	
RUA DAS LARANJEIRAS, 475	LOJA	RIO DE JANEIRO - RJ	3.076.271,97	
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA	112.278.327,78	
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42	SHOPPING ABC	SANTO ANDRE - SP	538.790.117,19	
AVENIDA CHUCRI ZAIDAN, 80	PREDIO	SAO PAULO - SP	32.904.142,20	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 12995	PLAZA CENTENARIO	SAO PAULO - SP	378.220.041,47	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS, PAVS. 9 A 21	SAO PAULO - SP	219.890.367,18	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS E PAVS. 1/7 E 23/26	SAO PAULO - SP	179.920.896,00	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7815	WTORRE NAÇÕES UNIDAS	SAO PAULO - SP	456.631.384,53	
AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376	ECO BERRINI	SAO PAULO - SP	758.591.730,52	
AVENIDA ENGENHEIRO OSCAR AMERICANO, 840	HOSPITAL SÃO LUIZ	SAO PAULO - SP	166.571.428,57	
AVENIDA FRANCISCO MATARAZZO, 1400	ÁGUA BRANCA	SAO PAULO - SP	308.461.184,60	
AVENIDA MAJOR SYLVIO DE MAG. PADILHA, 5200	EDS. ATLANTA E PHILADELPHIA	SAO PAULO - SP	108.491.219,06	
AVENIDA PAULISTA, 1230	CENTRO EMPRESARIAL	SAO PAULO - SP	413.430.315,04	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO		QUANTIDADE	VALOR	%
AVENIDA PAULISTA, 2163	PREDIO	SAO PAULO - SP	127.564.366,54	
AVENIDA PRES. JUSCELINO KUBITSCHKEK, 1830	BLOCO III	SAO PAULO - SP	55.694.176,74	
AVENIDA PRES. JUSCELINO KUBITSCHKEK, 1830	BLOCO 1- PAVS. 10 A 14	SAO PAULO - SP	46.565.823,28	
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 1089	SHOPPING MORUMBI	SAO PAULO - SP	252.411.774,89	
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	PAVS. 8,9,10	SAO PAULO - SP	36.541.294,68	
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	LOJA , PAVS. 3, 11 A 16	SAO PAULO - SP	89.669.829,94	
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91	SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SAO PAULO - SP	425.694.634,15	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	214.694.598,57	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	TORRE PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	277.786.477,01	
RUA EUGÊNIO BETARELLO, 55	APARTAMENTO	SAO PAULO - SP	606.791,67	
RUA EUGÊNIO BETARELLO, 55	APARTAMENTO	SAO PAULO - SP	574.625,00	
RUA FLORIDA, 1970	TERREO, RDC, PAVS. 1 A 4	SAO PAULO - SP	76.400.000,00	
AVENIDA IZORAIDA MARQUES PERES, 401	SHOPPING ESPLANADA	SOROCABA - SP	140.113.897,22	
AVENIDA NSA. SRA. DOS NAVEGANTES, 1440	SHOPPING VITÓRIA	VITORIA - ES	98.132.322,22	
AVENIDA GISELE CONSTANTINO, S/N	SHOPPING IGUATEMI ESPLANADA	VOTORANTIM - SP	124.329.437,50	
IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR			4.163.711,79	0,00
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			5.756.589.830,16	3,94
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO			3.340.941.456,72	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)			(2.169.074.294,57)	
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL			4.606.636.991,99	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)			(21.914.323,98)	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR			(19.991.957,41)	(0,01)

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Benefícios PREVI FUTURO

Relação dos Investimentos

Dezembro de 2015

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		6.671.202.785,78	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO (GESTÃO TERCEIRIZADA)		2.760.299.045,88	41,37
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	54.974.488,8504	80.817.077,30	1,21
BOZANO EDUCACIONAL II	500,0000	113.549,48	
BRASIL AGRONEGOCIO	6.794,6670	6.109.077,75	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	7.840,1100	5.494.186,42	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	3.099,7810	2.817.577,80	
BRASIL ÓLEO E GÁS	6.760,0000	3.211.798,58	
BRASIL PETRÓLEO 1	7.746,9232	5.006.486,17	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	4.519,0000	3.856.246,18	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	6.362.029,9914	5.519.653,32	
CAIXA BARCELONA	14.485,6000	19.424.294,47	
CRP EMPREENDEDOR	4.229.856,4000	3.722.329,46	
DGF FIPAC 2	2.176,2000	1.844.659,37	
GLOBAL EQUITY PROPERTIES	81,9138	14.071.863,15	
(PROVISÃO - GLOBAL EQUITY PROPERTIES)		(14.071.863,15)	
KINEA PRIVATE EQUITY II	12.918,0000	11.940.216,10	
NEO CAPITAL MEZANINO	5.448.963,7206	4.433.629,43	
NEO CAPITAL MEZANINO III	2.877.680,1341	2.934.721,22	
NORDESTE III	240,0000	14.196,09	
SONDAS	35.988.745,1873	15.612.112,00	
(PROVISÃO - SONDAS)		(15.612.112,00)	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	51,2222	4.374.455,46	
FUNDOS DE RENDA FIXA	1.409.248.129,5992	2.622.870.531,29	39,32
BB MAXI	66.436.691,9384	932.099.536,85	
BB MAXI LIQUIDEZ	1.339.073.160,7023	1.676.744.100,86	
BTG PACTUAL	2.318.078,0038	2.372.006,93	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
MODAL GAIA RF CREDITO PRIVADO	1.337.860,1768	1.483.727,82	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	82.338,7779	10.171.158,83	
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	35.106,7502	28.989.744,62	0,43
BB SML 1	7.064,7052	5.501.229,41	
SML 2	7.011,1947	5.905.485,85	
SML 4	7.015,0965	5.999.493,22	
SML 5	7.015,7538	5.549.189,06	
SML 7	7.000,0000	6.034.347,08	
FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	6.825.360,0195	13.357.644,47	0,20
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	4.069.762,6407	8.004.783,99	
BB MM JP MORGAN INVEST. EXTERIOR	1.325.843,0191	2.566.670,71	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	1.429.754,3597	2.786.189,77	
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC	140,0000	14.264.048,20	0,21
FIDC CREDITO CORP. BRASIL	140,0000	14.264.048,20	
CARTEIRA PRÓPRIA		3.910.903.739,90	58,63
DISPONÍVEL		1.827,92	0,00
RENDA FIXA - DEBÊNTURES	174.984	434.986.939,78	6,52
AES TIETE S.A.	20.000	20.000.000,00	
AMPLA ENERGIA SERVICOS S.A.	990	12.762.145,18	
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.	1.490	15.444.969,42	
ARTERIS S.A.	2.000	19.955.400,63	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. BNDESPAR	5.448	7.488.600,09	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.	440	5.835.345,69	
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	8.253	8.739.055,91	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSAO S.A.	22.775	46.680.037,00	
COMPANHIA SANEAMENTO BASICO ESTADO SAO PAULO SABESP	1.335	14.283.412,58	
COMPANHIA SANEAMENTO PARANA SANEPAR	2.419	24.549.762,87	
CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	60.000	64.437.675,31	
DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.	11.000	23.689.783,20	
ECORODOVIAS CONCESSOES SERVICOS S.A.	836	9.320.436,29	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGISTICA S.A.	2.000	20.353.155,79	
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVICOS S.A.	2.331	28.083.964,06	
EMPRESA CONCESSIONARIA RODOVIAS NORTE S.A. ECONORTE	1.000	10.331.876,50	
FLEURY S.A.	700	7.067.224,13	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.	748	5.074.164,44	
INVESTS PARTICIPAÇÕES INFRA ESTRUTURA S.A. INVEPAR	2.000	17.718.799,41	
JSL S.A.	13.979	15.804.327,96	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	745	7.532.371,26	
LOJAS AMERICANAS S.A.	800	9.169.064,48	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	4.950	2.664.242,42	
SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	700	7.292.110,67	
SUL AMERICA S.A.	1.080	12.189.159,91	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	970	10.705.425,53	
TRANSMISSORA ALIANCA ENERGIA ELETRICA S.A.	2.995	3.340.897,26	
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.	3.000	4.473.531,79	
RENDA FIXA - LETRAS FINANCEIRAS	457	523.446.623,25	7,85
BCO. BRADESCO S.A.	63	64.883.695,12	
BCO. BRASIL S.A.	120	114.001.685,18	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	142	179.135.565,47	
BCO. SAFRA S.A.	32	46.097.720,10	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	40	47.333.420,82	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF	60	71.994.536,56	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		(607.732,71)	(0,01)
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	2.527.281	45.749.907,41	0,69
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	728.600	11.686.744,00	
KLABIN S.A.	919.400	21.559.930,00	
SUL AMERICA S.A.	438.181	8.154.548,41	
TRANSMISSORA ALIANCA ENERGIA ELETRICA S.A.	215.600	3.611.300,00	
VIA VAREJO S.A.	225.500	737.385,00	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	108.617.677	1.676.898.567,46	25,14
AES TIETE S.A. (EX CIA GERAÇÃO ENERGIA ELETRICA TIETE) , PN	227.165	3.284.805,90	
AMBEV S.A , ON	8.980.820	160.307.637,00	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	1.733.800	42.183.354,00	
BCO BRADESCO S.A. , ON	1.329.992	27.264.836,00	
BCO BRADESCO S.A. , PN	5.086.262	98.063.131,36	
BCO BRASIL S.A. , ON	1.847.059	27.225.649,66	
BCO ESTADO RIO GRANDE SUL S.A. , PN	317.904	1.862.917,44	
BM&FBOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES MERCADORIAS E FUTUROS , ON	3.242.238	35.307.971,82	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	839.579	9.319.326,90	
BR PROPERTIES S.A. , ON	544.900	4.588.058,00	
BRADESPAR S.A. , PN	406.000	2.025.940,00	
BRASKEM S.A. , PN	483.000	13.340.460,00	
BRF BRASIL S.A. , ON	1.519.375	84.173.375,00	
B2W CIA DIGITAL , ON	196.800	2.997.264,00	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
CCR S.A. , ON	1.573.973	19.753.361,15	
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRAS , ON	489.592	2.820.049,92	
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRAS , PN	402.108	4.198.007,52	
CESP CIA ENERGETICA SÃO PAULO , PN	331.678	4.444.485,20	
CETIP S.A. MERCADOS ORGANIZADOS , ON	647.814	24.293.025,00	
CIA ENERGETICA MINAS GERAIS CEMIG , PN	2.659.305	16.301.539,65	
CIA HERING , ON	232.054	3.529.541,34	
CIA PARANAENSE ENERGIA COPEL , PN	184.300	4.478.490,00	
CIA SANEAMENTO MINAS GERAIS COPASA MG , ON	101.700	1.576.350,00	
CIA SIDERURGICA NACIONAL , ON	1.097.018	4.388.072,00	
CIELO S.A. , ON	1.999.907	67.176.876,13	
COMPANHIA BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO , PN	283.856	11.882.212,16	
COMPANHIA SANEAMENTO BASICO ESTADO SAO PAULO SABESP , ON	620.488	11.745.837,84	
COSAN LOGISTICA S.A. , ON	257.466	272.913,96	
COSAN S.A. IND COM , ON	276.166	6.959.383,20	
CPFL ENERGIA S.A. , ON	449.127	6.817.747,86	
CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A. , ON	1.598.721	18.385.291,50	
CTEEP CIA TRANSMISSAO ENERGIA ELETRICA PAULISTA , PN	171.800	7.851.260,00	
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES , ON	439.700	3.297.750,00	
DURATEX S.A. , ON	478.375	2.822.412,50	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGISTICA S.A. , ON	363.000	1.847.670,00	
EDP ENERGIAS BRASIL S.A. , ON	424.800	5.114.592,00	
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SAO PAULO S.A. , PN	169.807	1.426.378,80	
EMBRAER S.A. , ON	1.514.100	45.710.679,00	
EQUATORIAL ENERGIA S.A. , ON	357.500	12.240.800,00	
ESTACIO PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	500.700	6.984.765,00	
EVEN CONSTRUTORA INCORPORADORA S.A. , ON	357.300	1.472.076,00	
EZ TEC EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	97.967	1.250.058,92	
FIBRIA CELULOSE S.A. , ON	405.200	21.025.828,00	
GAEC EDUCAÇÃO S.A. , ON	61.000	841.800,00	
GAFISA S.A. , ON	641.700	1.559.331,00	
GERDAU S.A. , PN	1.563.137	7.268.587,05	
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. , PN	186.400	469.728,00	
HYPERMARCAS S.A. , ON	678.400	14.728.064,00	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A. , ON	153.800	2.908.358,00	
IOCHPE MAXION S.A. , ON	129.100	1.587.930,00	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. , PN	5.947.744	156.604.099,52	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
ITAUSA INVESTS ITAU S.A. , PN	6.956.176	47.858.490,88	
JBS S.A. , ON	3.054.300	37.720.605,00	
KROTON EDUCACIONAL S.A. , ON	2.925.148	27.876.660,44	
LIGHT S.A. , ON	172.200	1.704.780,00	
LOCALIZA RENT A CAR S.A. , ON	272.767	6.770.076,94	
LOJAS AMERICANAS S.A. , ON	306.400	3.820.808,00	
LOJAS AMERICANAS S.A. , PN	1.152.897	22.366.201,80	
LOJAS RENNER S.A. , ON	1.978.870	33.838.677,00	
M DIAS BRANCO SA IND COM ALIMENTOS , ON	52.900	3.517.850,00	
MARCOPOLO S.A. , PN	983.074	1.818.686,90	
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. , ON	652.297	4.142.085,95	
METALURGICA GERDAU S.A. , PN	1.054.011	1.749.658,26	
MILLS ESTRUTURAS SERVICOS ENGENHARIA S.A. , ON	134.900	358.834,00	
MINERVA S.A. , ON	234.100	3.113.530,00	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	498.800	4.329.584,00	
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. , ON	142.911	5.430.618,00	
MULTIPLUS S.A. , ON	262.300	9.794.282,00	
NATURA COSMETICOS S.A. , ON	313.465	7.363.292,85	
ODONTOPREV S.A. , ON	1.094.447	10.342.524,15	
OI S.A. , ON	755.326	1.812.782,40	
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS , ON	5.460.093	46.792.997,01	
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS , PN	8.111.630	54.347.921,00	
PORTO SEGURO S.A. , ON	171.939	4.950.123,81	
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	124.300	724.669,00	
QUALICORP S.A. , ON	394.600	5.575.698,00	
RAIA DROGASIL S.A. , ON	846.831	30.045.563,88	
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES , PN	261.875	641.593,75	
ROSSI RESIDENCIAL S.A. , ON	104.960	67.174,40	
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL , ON	304.543	1.900.348,32	
SAO MARTINHO S.A. , ON	81.100	3.713.569,00	
SER EDUCACIONAL S.A. , ON	64.200	494.340,00	
SMILES S.A. , ON	227.600	7.920.480,00	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A. , PN	840.600	15.710.814,00	
TELEFONICA BRASIL S.A. , PN	1.077.063	38.505.002,25	
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	1.473.622	10.109.046,92	
TOTVS S.A. , ON	243.323	7.550.312,69	
TRACTEBEL ENERGIA S.A. , ON	372.509	12.475.326,41	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	1.380.442	83.447.718,90	
USINAS SIDERURGICAS MINAS GERAIS S.A. USIMINAS , PN	876.400	1.358.420,00	
VALE S.A. , PN	7.445.361	76.314.950,25	
VALID SOLUÇÕES SERVICOS SEGURANCA MEIOS PAGAMENTO IDENTIFICAÇÃO S.A. , ON	118.500	5.036.250,00	
WEG S.A. , ON	1.037.200	15.506.140,00	
RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR		10.378.700,58	0,15
IMÓVEIS		380.421.263,53	5,70
AVENIDA DOM HELDER CAMARA, 5474	NORTE SHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	141.693.076,74
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42	SHOPPING ABC	SANTO ANDRE - SP	46.867.630,21
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91	SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SAO PAULO - SP	44.406.976,73
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	23.854.955,37
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	TORRE PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	30.865.164,15
AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200	SHOPPING VITORIA	VITORIA - ES	92.733.460,33
IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR		(632.222,02)	(0,01)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		845.848.250,28	12,68
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO		46.680.364,74	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)		(26.807,85)	
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL		804.629.674,51	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)		(5.434.981,12)	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR		(5.588.385,58)	(0,08)

Demonstrativo de Investimentos - Plano CAPEC

Relação dos Investimentos

Dezembro de 2015

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		225.133.605,26	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO (GESTÃO TERCEIRIZADA)		156.696.050,89	69,60
FUNDOS DE RENDA FIXA	36.181.278,7018	156.696.050,89	69,60
BB CAPEC	36.181.278,7018	156.696.050,89	
CARTEIRA PRÓPRIA		68.437.554,37	30,40
DISPONÍVEL		835,29	0,00
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	1.000	1.000.147,65	0,44
NOTAS DO TESOURO NACIONAL SÉRIE F	1.000	1.000.147,65	
RENDA FIXA - LETRAS FINANCEIRAS	56	67.863.325,49	30,15
BCO. BRADESCO S.A.	11	11.328.226,38	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	27	34.494.785,09	
BCO. SAFRA S.A.	8	10.009.956,82	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	3	3.550.006,56	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF	7	8.480.350,64	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		(426.754,06)	(0,19)

Demonstrativo de Investimentos - Plano PGA

Relação dos Investimentos

Dezembro de 2015

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		785.940.737,66	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO (GESTÃO TERCEIRIZADA)		480.887.563,47	61,19
FUNDOS DE RENDA FIXA	248.538.154,5380	480.887.563,47	61,19
BB PGA RF	248.510.708,9453	477.497.259,54	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	27.445,5927	3.390.303,93	
CARTEIRA PRÓPRIA		305.053.174,19	38,81
DISPONÍVEL		4.475,51	0,00
RENDA FIXA - DEBÊNTURES	11.185	27.491.206,24	3,50
AMPLA ENERGIA SERVIÇOS S.A.	490	6.316.617,31	
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.	495	5.131.046,88	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	9.800	12.005.128,27	
FLEURY S.A.	400	4.038.413,78	
RENDA FIXA - LETRAS FINANCEIRAS	99	156.229.447,46	19,88
BCO. BRADESCO S.A.	3	3.043.279,28	
BCO. BRASIL S.A.	30	52.598.956,83	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	21	26.249.347,96	
BCO. SAFRA S.A.	25	50.374.710,45	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	7	8.283.348,64	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF	13	15.679.804,30	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		(209,30)	0,00
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	207.477	3.745.310,97	0,47
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	60.800	975.232,00	
KLABIN S.A.	74.700	1.751.715,00	
SUL AMERICA S.A.	35.577	662.087,97	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELETRICA S.A.	17.600	294.800,00	
VIA VAREJO S.A.	18.800	61.476,00	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	7.735.961	116.851.055,96	14,87

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
AES TIETE S.A. , PN	16.735	241.988,10	
AMBEV S.A , ON	662.405	11.823.929,25	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	102.900	2.503.557,00	
BCO. BRADESCO S.A. , ON	96.419	1.976.589,50	
BCO. BRADESCO S.A. , PN	351.291	6.772.890,48	
BCO. BRASIL S.A. , ON	123.710	1.823.485,40	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A. , PN	25.296	148.234,56	
BM&FBOVESPA S.A. BOLSA DE VALORES MERCADORIAS E FUTUROS , ON	262.000	2.853.180,00	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	66.721	740.603,10	
BR PROPERTIES S.A. , ON	45.600	383.952,00	
BRADESPAR S.A. , PN	32.700	163.173,00	
BRASKEM S.A. , PN	38.700	1.068.894,00	
BRF BRASIL S.A. , ON	121.574	6.735.199,60	
B2W CIA. DIGITAL , ON	17.200	261.956,00	
CCR S.A. , ON	136.327	1.710.903,85	
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRAS , ON	40.408	232.750,08	
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRAS , PN	31.792	331.908,48	
CESP CIA. ENERGETICA SÃO PAULO , PN	26.922	360.754,80	
CETIP S.A. MERCADOS ORGANIZADOS , ON	37.286	1.398.225,00	
CIA. ENERGETICA MINAS GERAIS CEMIG , PN	115.642	708.885,46	
CIA. HERING , ON	18.446	280.563,66	
CIA. PARANAENSE ENERGIA COPEL , PN	14.900	362.070,00	
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS COPASA MG , ON	7.600	117.800,00	
CIA. SIDERURGICA NACIONAL , ON	84.700	338.800,00	
CIELO S.A. , ON	115.616	3.883.541,44	
COMPANHIA BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO , PN	23.744	993.923,84	
COMPANHIA SANEAMENTO BASICO ESTADO SAO PAULO SABESP , ON	50.912	963.764,16	
COSAN LOGISTICA S.A. , ON	15.634	16.572,04	
COSAN S.A. IND COM , ON	21.834	550.216,80	
CPFL ENERGIA S.A. , ON	43.832	665.369,76	
CTEEP CIA. TRANSMISSAO ENERGIA ELETRICA PAULISTA , PN	13.500	616.950,00	
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES , ON	36.900	276.750,00	
DURATEX S.A. , ON	41.525	244.997,50	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGISTICA S.A. , ON	29.300	149.137,00	
EDP ENERGIAS BRASIL S.A. , ON	33.700	405.748,00	
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SAO PAULO S.A. , PN	16.693	140.221,20	
EMBRAER S.A. , ON	109.800	3.314.862,00	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
EQUATORIAL ENERGIA S.A. , ON	29.100	996.384,00	
ESTACIO PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	41.900	584.505,00	
EVEN CONSTRUTORA INCORPORADORA S.A. , ON	30.500	125.660,00	
EZ TEC EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	9.312	118.821,12	
FIBRIA CELULOSE S.A. , ON	32.600	1.691.614,00	
GAEC EDUCAÇÃO S.A. , ON	5.200	71.760,00	
GAFISA S.A. , ON	47.000	114.210,00	
GERDAU S.A. , PN	122.872	571.354,80	
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. , PN	15.400	38.808,00	
HYPERMARCAS S.A. , ON	54.400	1.181.024,00	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A. , ON	12.900	243.939,00	
IOCHPE MAXION S.A. , ON	10.600	130.380,00	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. , PN	427.236	11.249.123,88	
ITAUSA INVESTS ITAU S.A. , PN	508.444	3.498.094,72	
JBS S.A. , ON	243.400	3.005.990,00	
KROTON EDUCACIONAL S.A. , ON	233.768	2.227.809,04	
LIGHT S.A. , ON	14.200	140.580,00	
LOCALIZA RENT A CAR S.A. , ON	21.862	542.614,84	
LOJAS AMERICANAS S.A. , ON	23.900	298.033,00	
LOJAS AMERICANAS S.A. , PN	71.401	1.385.179,40	
LOJAS RENNER S.A. , ON	95.030	1.625.013,00	
M DIAS BRANCO S.A. IND. COM. ALIMENTOS , ON	4.300	285.950,00	
MARCOPOLO S.A. , PN	80.126	148.233,10	
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. , ON	50.203	318.789,05	
METALURGICA GERDAU S.A. , PN	88.763	147.346,58	
MILLS ESTRUTURAS SERVICOS ENGENHARIA S.A. , ON	12.500	33.250,00	
MINERVA S.A. , ON	18.800	250.040,00	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	40.600	352.408,00	
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. , ON	11.289	428.982,00	
MULTIPLUS S.A. , ON	6.400	238.976,00	
NATURA COSMETICOS S.A. , ON	25.135	590.421,15	
ODONTOPREV S.A. , ON	37.253	352.040,85	
OI S.A. , ON	57.348	137.635,20	
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS , ON	394.480	3.380.693,60	
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS , PN	587.780	3.938.126,00	
PORTO SEGURO S.A. , ON	13.861	399.058,19	
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	9.900	57.717,00	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
QUALICORP S.A. , ON	33.100	467.703,00	
RAIA DROGASIL S.A. , ON	29.069	1.031.368,12	
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES , PN	26.250	64.312,50	
ROSSI RESIDENCIAL S.A. , ON	11.400	7.296,00	
RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL , ON	24.189	150.939,36	
SÃO MARTINHO S.A. , ON	6.100	279.319,00	
SER EDUCACIONAL S.A. , ON	5.900	45.430,00	
SMILES S.A. , ON	7.800	271.440,00	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A. , PN	67.953	1.270.041,57	
TELEFONICA BRASIL S.A. , PN	68.137	2.435.897,75	
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	115.278	790.807,08	
TOTVS S.A. , ON	19.777	613.680,31	
TRACTEBEL ENERGIA S.A. , ON	29.691	994.351,59	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. , ON	80.258	4.851.596,10	
USINAS SIDERURGICAS MINAS GERAIS S.A. USIMINAS , PN	72.900	112.995,00	
VALE S.A. , PN	523.512	5.365.998,00	
VALID SOLUÇÕES SERVICOS SEGURANCA MEIOS PAGAMENTO IDENTIFICAÇÃO S.A. , ON	8.000	340.000,00	
WEG S.A. , ON	86.620	1.294.969,00	
RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR		731.887,35	0,09



Demonstrações contábeis e Notas Explicativas **2015**



Balanço Patrimonial

R\$ mil

ATIVO	Notas	2015	2014
DISPONÍVEL		109	151
REALIZÁVEL		156.060.012	168.514.621
Gestão Previdencial	(5)	2.108.718	1.741.963
Gestão Administrativa	(6)	212.484	179.024
Investimentos	(7)	153.738.810	166.593.634
Títulos Públicos	(8)	84.409	77.177
Créditos Privados e Depósitos	(8)	7.118.156	7.950.905
Ações	(9)	34.159.738	43.091.370
Fundos de Investimento	(10)	95.530.219	99.258.151
Derivativos	(11)	0	199.590
Investimentos Imobiliários	(12)	10.215.526	9.654.437
Empréstimos e Financiamentos	(13)	6.612.439	6.352.141
Depósitos Judiciais/Recursais	(18)	18.323	9.863
PERMANENTE	(14)	24.590	23.902
Imobilizado		11.460	12.471
Intangível		13.130	11.431
TOTAL DO ATIVO		156.084.711	168.538.674

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Cleide Barbosa da Rocha
Atuária MIBA 732
CPF: 878.098.777-04

Balanço Patrimonial

R\$ mil

PASSIVO	Notas	2015	2014
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(17)	26.106.680	24.665.219
Gestão Previdencial		26.055.959	24.555.716
Gestão Administrativa		7.965	7.935
Investimentos		42.756	101.568
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	(18)	1.788.375	2.030.108
Gestão Previdencial		1.556.358	1.836.952
Gestão Administrativa		202.606	174.292
Investimentos		29.411	18.864
PATRIMÔNIO SOCIAL		128.189.656	141.843.347
Patrimônio de Cobertura do Plano		126.300.542	140.059.892
Provisões Matemáticas	(20)	142.438.464	127.521.259
Benefícios Concedidos		125.112.171	107.097.363
Benefícios a Conceder		32.707.982	35.169.174
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(15.381.689)	(14.745.278)
Equilíbrio Técnico	(21)	(16.137.922)	12.538.633
Resultados realizados		(16.137.922)	12.538.633
Superávit Técnico Acumulado		0	12.538.633
Déficit Técnico Acumulado		(16.137.922)	0
Fundos	(22)	1.889.114	1.783.455
Fundos Previdenciais		266.420	279.970
Fundos Administrativos		824.839	812.996
Fundos dos Investimentos		797.855	690.489
TOTAL DO PASSIVO		156.084.711	168.538.674

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecília Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Cleide Barbosa da Rocha
Atuária MIBA 732
CPF: 878.098.777-04

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

R\$ mil

DESCRIÇÃO (Nota 23)	2015	2014	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	141.843.347	144.973.338	(2,2)
1. Adições	4.786.084	8.807.848	(45,7)
(+) Contribuições Previdenciais ⁽¹⁾	4.043.477	3.865.030	4,6
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	4.544.542	(100,0)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	295.655	0	0,0
(+) Receitas Administrativas	279.133	259.269	7,7
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	60.453	70.666	(14,5)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	107.366	68.341	57,1
2. Destinações	(18.439.775)	(11.937.839)	54,5
(-) Benefícios	(13.529.584)	(11.287.745)	19,9
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(4.589.990)	0	0,0
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	(332.190)	(100,0)
(-) Despesas Administrativas	(308.838)	(299.242)	3,2
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(11.363)	(18.662)	(39,1)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(13.653.691)	(3.129.991)	336,2
(+/-) Provisões Matemáticas	14.917.205	9.032.819	65,1
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(28.676.555)	(12.220.791)	134,7
(+/-) Fundos Previdenciais	(13.550)	(22.391)	(39,5)
(+/-) Fundos Administrativos	11.843	12.031	(1,6)
(+/-) Fundos dos Investimentos	107.366	68.341	57,1
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	128.189.656	141.843.347	(9,6)

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

⁽¹⁾ Contribuições líquidas, conforme Anexo B, da Resolução CNPC n  8, de 31/10/2011.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição (%)
1. Ativos	148.813.566	162.462.030	(8,4)
Disponível	102	139	(26,6)
Recebível	2.764.419	2.413.455	14,5
Investimento	146.049.045	160.048.436	(8,7)
Títulos Públicos	83.409	76.176	9,5
Créditos Privados e Depósitos	5.908.138	6.698.293	(11,8)
Ações	32.305.383	41.169.826	(21,5)
Fundos de Investimento	92.132.336	96.641.876	(4,7)
Derivativos	0	199.590	(100,0)
Investimentos Imobiliários	9.835.105	9.526.324	3,2
Empréstimos	4.586.828	4.495.190	2,0
Financiamentos Imobiliários	1.179.523	1.231.298	(4,2)
Depósitos Judiciais/Recursais	18.323	9.863	85,8
2. Obrigações	27.644.320	26.486.542	4,4
Operacional	26.064.153	24.637.369	5,8
Contingencial	1.580.167	1.849.173	(14,5)
3. Fundos Não Previdenciais	1.438.028	1.355.431	6,1
Fundos Administrativos	654.826	676.633	(3,2)
Fundos dos Investimentos	783.202	678.798	15,4
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	119.731.218	134.620.057	(11,1)
Provisões Matemáticas	135.862.751	122.073.122	11,3
Superávit / Déficit Técnico	(16.137.922)	12.538.633	(228,7)
Fundos Previdenciais	6.389	8.302	(23,0)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 21)			
a) Equilíbrio Técnico	(16.137.922)	12.538.633	(228,7)
b) Ajuste de Precificação	2.223.323	0	0,0
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(13.914.599)	12.538.633	(211,0)

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição (%)
1. Ativos	6.822.822	5.711.912	19,4
Disponível	2	1	100,0
Recebível	144.551	113.112	27,8
Investimento	6.678.269	5.598.799	19,3
Créditos Privados e Depósitos	958.434	959.566	(0,1)
Ações	1.733.027	1.784.334	(2,9)
Fundos de Investimento	2.760.299	2.101.133	31,4
Investimentos Imobiliários	380.421	128.113	196,9
Empréstimos	799.338	601.776	32,8
Financiamentos Imobiliários	46.750	23.877	95,8
2. Obrigações	9.651	4.740	103,6
Operacional	9.375	4.488	108,9
Contingencial	276	252	9,5
3. Fundos Não Previdenciais	155.352	122.861	26,4
Fundos Administrativos	140.699	111.170	26,6
Fundos dos Investimentos	14.653	11.691	25,3
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	6.657.819	5.584.311	19,2
Provisões Matemáticas	6.575.713	5.448.137	20,7
Fundos Previdenciais	82.106	136.174	(39,7)

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo GensoPresidente
CPF: 624.201.519-68**Cecilia Mendes Garcez Siqueira**Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91**Luiz Felipe Dutra de Sousa**Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
1. Ativos	258.842	202.686	27,7
Disponível	1	4	(75,0)
Recebível	33.282	29.681	12,1
Investimento	225.559	173.001	30,4
Títulos Públicos	1.000	1.001	(0,1)
Créditos Privados e Depósitos	67.863	65.471	3,7
Fundos de Investimento	156.696	106.529	47,1
2. Obrigações	51.603	41.999	22,9
Operacional	46.277	35.608	30,0
Contingencial	5.326	6.391	(16,7)
3. Fundos Não Previdenciais	29.314	25.193	16,4
Fundos Administrativos	29.314	25.193	16,4
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	177.925	135.494	31,3
Fundos Previdenciais	177.925	135.494	31,3

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	134.620.057	138.989.913	(3,1)
1. Adições	3.145.322	7.029.962	(55,3)
(+) Contribuições	2.849.804	2.833.378	0,6
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	4.196.584	0,0
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	295.518	0	0,0
2. Destinações	(18.034.161)	(11.399.818)	58,2
(-) Benefícios	(13.242.580)	(11.014.123)	20,2
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(4.753.893)	0	0,0
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	(342.069)	0,0
(-) Custeio Administrativo	(37.688)	(43.626)	(13,6)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(14.888.839)	(4.369.856)	240,7
(+/-) Provisões Matemáticas	13.789.629	7.852.374	75,6
(+/-) Fundos Previdenciais	(1.913)	(1.439)	32,9
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(28.676.555)	(12.220.791)	134,7
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	119.731.218	134.620.057	(11,1)
C) Fundos não Previdenciais	1.438.028	1.355.431	6,1
(+) Fundos Administrativos	654.826	676.633	(3,2)
(+) Fundos dos Investimentos	783.202	678.798	15,4

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	5.584.311	4.460.665	25,2
1. Adi�es	1.165.245	1.206.706	(3,4)
(+) Contribui�es	1.026.145	877.182	17,0
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	139.100	329.506	(57,8)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	18	0,0
2. Destina�es	(91.737)	(83.060)	10,4
(-) Benefícios	(50.918)	(48.247)	5,5
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(50)	0	0,0
(-) Custeio Administrativo	(40.769)	(34.813)	17,1
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.073.508	1.123.646	(4,5)
(+/-) Provisões Matemáticas	1.127.576	1.180.445	(4,5)
(+/-) Fundos Previdenciais	(54.068)	(56.799)	(4,8)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	6.657.819	5.584.311	19,2
C) Fundos não Previdenciais	155.352	122.861	26,4
(+) Fundos Administrativos	140.699	111.170	26,6
(+) Fundos dos Investimentos	14.653	11.691	25,3

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstra es Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administra o
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	135.494	99.647	36,0
1. Adições	285.001	267.169	6,7
(+) Contribuições	260.011	238.856	8,9
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	24.803	18.452	34,4
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	187	9.861	(98,1)
2. Destinações	(242.570)	(231.322)	4,9
(-) Benefícios	(236.086)	(225.375)	4,8
(-) Custeio Administrativo	(6.484)	(5.947)	9,0
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	42.431	35.847	18,4
(+/-) Fundos Previdenciais	42.431	35.847	18,4
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	177.925	135.494	31,3
C) Fundos não Previdenciais	29.314	25.193	16,4
(+) Fundos Administrativos	29.314	25.193	16,4

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

R\$ mil

DESCRIÇÃO (Nota 24)	2015	2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	812.996	800.965	1,5
1. Custeio da Gestão Administrativa	339.586	329.935	2,9
1.1. Receitas	339.586	329.935	2,9
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	92.483	84.397	9,6
Custeio Administrativo dos Investimentos	177.111	166.854	6,1
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	5.534	6.170	(10,3)
Receitas Diretas	3.583	1.713	109,2
Resultado Positivo dos Investimentos	60.453	70.666	(14,5)
Outras Receitas	422	135	212,6
2. Despesas Administrativas	(308.838)	(299.231)	3,2
2.1. Administração Previdencial	(126.193)	(126.207)	(0,0)
Pessoal e encargos	(65.034)	(62.027)	4,8
Treinamentos / congressos e seminários	(1.248)	(1.772)	(29,6)
Viagens e estadias	(1.652)	(1.866)	(11,5)
Serviços de terceiros	(29.177)	(31.334)	(6,9)
Despesas gerais (*)	(22.460)	(23.160)	(3,0)
Depreciações e amortizações	(3.495)	(2.806)	24,6
Tributos	(3.064)	(3.201)	(4,3)
Outras Despesas	(63)	(41)	53,7
2.2. Administração dos Investimentos	(182.645)	(173.024)	5,6
Pessoal e encargos	(121.766)	(110.244)	10,5
Treinamentos / congressos e seminários	(1.739)	(2.277)	(23,6)
Viagens e estadias	(993)	(1.034)	(4,0)
Serviços de terceiros	(21.697)	(22.794)	(4,8)
Despesas gerais (*)	(27.232)	(28.138)	(3,2)
Depreciações e amortizações	(4.343)	(3.731)	16,4
Tributos	(4.743)	(4.590)	3,3
Outras Despesas	(132)	(216)	(38,9)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(11.363)	(18.662)	(39,1)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(7.542)	(11)	68.463,6
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	11.843	12.031	(1,6)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	11.843	12.031	(1,6)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	824.839	812.996	1,5

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

(*) Inclui gastos com aluguel e manutenção da sede, manutenção de software, publicações, despesas judiciais, cartorárias e informações eletrônicas.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecília Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	148.158.740	161.785.397	(8,4)
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	135.862.751	122.073.122	11,3
1.1. Benefícios Concedidos	124.964.549	106.999.423	16,8
Benefício Definido	124.964.549	106.999.423	16,8
1.2. Benefícios a Conceder	26.279.891	29.818.977	(11,9)
Contribuição Definida	24	46	(47,8)
Saldo de contas - parcela participantes	24	46	(47,8)
Benefício Definido	26.279.867	29.818.931	(11,9)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(15.381.689)	(14.745.278)	4,3
(-) Serviço Passado	(15.381.689)	(14.745.278)	4,3
(-) Patrocinador	(15.381.689)	(14.745.278)	4,3
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(16.137.922)	12.538.633	(228,7)
2.1. Resultados Realizados	(16.137.922)	12.538.633	(228,7)
Superávit técnico acumulado	0	12.538.633	(100,0)
Reserva de Contingência	0	12.538.633	(100,0)
(-) Déficit técnico acumulado	(16.137.922)	0	0,0
3. Fundos	789.591	687.100	14,9
3.1. Fundos Previdenciais	6.389	8.302	(23,0)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	783.202	678.798	15,4
4. Exigível Operacional	26.064.153	24.637.369	5,8
4.1. Gestão Previdencial	26.011.519	24.521.134	6,1
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	52.634	116.235	(54,7)
5. Exigível Contingencial	1.580.167	1.849.173	(14,5)
5.1. Gestão Previdencial	1.550.756	1.830.309	(15,3)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	29.411	18.864	55,9

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Cleide Barbosa da Rocha
Atuária MIBA 732
CPF: 878.098.777-04

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	6.682.123	5.600.742	19,3
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	6.575.713	5.448.137	20,7
1.1. Benefícios Concedidos	147.622	97.940	50,7
Benefício Definido	147.622	97.940	50,7
1.2. Benefícios a Conceder	6.428.091	5.350.197	20,1
Contribuição Definida	6.016.389	5.036.290	19,5
Saldo de contas - parcela patrocinador	2.981.097	2.498.674	19,3
Saldo de contas - parcela participantes	3.035.292	2.537.616	19,6
Benefício Definido	411.702	313.907	31,2
3. FUNDOS	96.759	147.865	(34,6)
3.1. Fundos Previdenciais	82.106	136.174	(39,7)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.653	11.691	25,3
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	9.375	4.488	108,9
4.1. Gestão Previdencial	2.307	2.555	(9,7)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	7.068	1.933	265,6
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	276	252	9,5
5.1. Gestão Previdencial	276	252	9,5

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Cleide Barbosa da Rocha
Atuária MIBA 732
CPF: 878.098.777-04

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	229.528	177.493	29,3
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	0	0	0,0
1.1. Benefícios Concedidos	0	0	0,0
Benefício Definido	0	0	0,0
1.2. Benefícios a Conceder	0	0	0,0
Contribuição Definida	0	0	0,0
Saldo de contas - parcela patrocinador	0	0	0,0
Saldo de contas - parcela participantes	0	0	0,0
Benefício Definido	0	0	0,0
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0	0,0
(-) Serviço Passado	0	0	0,0
(-) Patrocinador	0	0	0,0
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	0	0	0,0
2.1. Resultados Realizados	0	0	0,0
Superavit técnico acumulado	0	0	0,0
Reserva de Contingência	0	0	0,0
Reserva Especial para Revisão de Plano	0	0	0,0
(-) Déficit técnico acumulado	0	0	0,0
2.2. Resultados a realizar	0	0	0,0
3. FUNDOS	177.925	135.494	31,3
3.1. Fundos Previdenciais	177.925	135.494	31,3
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	46.277	35.608	30,0
4.1. Gestão Previdencial	45.850	35.559	28,9
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	427	49	0,0
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.326	6.391	(16,7)
5.1. Gestão Previdencial	5.326	6.391	(16,7)

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Observação: Demonstrativo sem valores nos itens 1 e 2 por se tratar de plano estruturado em regime de repartição simples

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68

Cleide Barbosa da Rocha
Atuária MIBA 732
CPF: 878.098.777-04

Sumário das Notas Explicativas

1 Contexto Operacional	116	15 Composição dos Ativos e Análise de Sensibilidade ... 143
2 Planos Administrados	116	15.1 Alocação por Segmento
3 Apresentação das Demonstrações Contábeis	117	143
4 Principais Práticas Contábeis	118	15.2 Análise de Sensibilidade
4.1 Premissas e Estimativas Contábeis.....	118	144
4.2 Gestão de Riscos	118	15.2.1 Carteira de Renda Fixa.....
4.3 Gestão Previdencial.....	120	144
4.4 Gestão Administrativa.....	120	15.2.2 Carteira de Renda Variável.....
4.5 Investimentos	120	145
4.5.1 Instrumentos Financeiros	120	16 Transações Entre Partes Relacionadas
4.5.2 Propriedade para Investimento.....	121	17 Exigível Operacional
4.5.3 Provisão para Perdas e para Créditos		147
de Liquidação Duvidosa	121	17.1 CONTRATO BB X PREVI – Grupo Pré-67,
4.6 Imobilizado e Intangível	121	PARIDADE – Acordo 2006 e CONTRIBUIÇÃO
4.7 Exigível Operacional.....	122	AMORTIZANTE – Grupo Especial.....
4.8 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes	122	148
4.8.1 Provisões e Passivos Contingentes	122	17.2 Utilização do Superávit 2010.....
4.8.2 Depósitos Judiciais e Recursais.....	122	148
4.8.3 Ativos Contingentes	122	18 Exigível Contingencial
4.9 Provisões Matemáticas.....	123	148
4.10 Equilíbrio Técnico	124	18.1 Contingências – Perda Provável
4.11 Fundos	124	149
4.12 Apuração do Resultado	124	18.1.1 Gestão Previdencial
4.13 Custeio Administrativo	124	149
5 Realizável – Gestão Previdencial	125	18.1.2 Gestão Administrativa
6 Realizável – Gestão Administrativa	125	149
7 Realizável – Investimentos	126	18.1.3 Investimentos.....
8 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos	127	149
9 Ações	128	18.2 Depósitos e Bloqueios Judiciais.....
9.1 Ações sem Mercado Ativo e/ou Bloqueadas – Plano 1	129	150
10 Fundos de Investimento	131	18.2.1 Ações Fiscais.....
10.1 Títulos para Negociação	133	150
10.2 Títulos Mantidos até o Vencimento	135	19 Passivos e Ativos Contingentes
11 Derivativos	135	151
11.1 Plano 1	135	19.1 Passivos Contingentes.....
12 Investimentos Imobiliários	136	151
13 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	139	19.2 Ativos Contingentes
13.1 Empréstimos Simples.....	139	151
13.2 Financiamentos Imobiliários	141	19.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de
13.2.1 Plano 1	141	Desenvolvimento – Ofnd.....
13.2.2 PREVI Futuro	141	151
14 Permanente	142	19.2.2 Dividendos da Telebrás.....
		151
		20 Provisões Matemáticas
		151
		20.1 Plano de Benefícios 1.....
		151
		20.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro.....
		152
		21 Equilíbrio Técnico
		153
		21.1 Plano de Benefícios 1.....
		153
		21.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro.....
		154
		22 Fundos
		155
		22.1 Gestão Previdencial
		155
		22.2 Gestão Administrativa.....
		161
		22.3 Investimentos.....
		161
		22.3.1 Fundo dos Investimentos - Empréstimo Simples... 162
		22.3.2 Fundo dos Investimentos - Financiamento
		Imobiliário.....
		162
		23 Mutaçao do Patrimônio Social
		163
		23.1 Gestão Previdencial
		163
		23.2 Resultados e Rentabilidade por Tipo de Emissor.....
		164
		24 Gestão Administrativa
		164
		25 Ajustes e Eliminações de Consolidação
		166

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercícios de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI” ou “Entidade”), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada em 1904, é uma entidade fechada de previdência complementar que tem como objetivo a instituição e administração de planos de benefícios, em conformidade com as normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos de que a PREVI dispõe são oriundos de contribuições das suas patrocinadoras, Banco do Brasil S.A. e PREVI, e de seus participantes, vertidas de forma paritária, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Durante o exercício de 2015, a PREVI efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB DTVM S.A., além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos de renda fixa e de renda variável, de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e alterada pela Resolução BC nº 4.275, de 31/10/2013, e Resolução BC nº 3.846, de 25/03/2010.

A gestão dos investimentos é realizada na forma de multifundo, situação que caracteriza uma gestão com segregação real dos recursos por plano administrado em que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005,

e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21/12/2005.

2 PLANOS ADMINISTRADOS

A PREVI administra três planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), mantido pela Previc. Além dos planos de benefícios, a PREVI também possui um Plano de Gestão Administrativa:

- **Plano de Benefícios 1 – Plano 1** – CNPB nº: 19800001-74, de benefício definido estruturado em regime financeiro de capitalização, em extinção desde 23/12/1997. Participam deste plano aqueles que detinham a condição de associados da PREVI naquela data. O Plano 1 é composto pelas partes Geral, patrocinada pelo Banco do Brasil, e Opcional, que proporciona benefícios apenas para os que a contratarem, arcando com as respectivas contribuições. Seus benefícios podem ser:

a) Parte Geral

- Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Complemento Antecipado de Aposentadoria;
- Complemento de Aposentadoria por Invalidez;
- Complemento de Aposentadoria por Idade;
- Complemento de Pensão por Morte;
- Renda Mensal Vitalícia;
- Renda Mensal de Pensão por Morte; e
- Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano.

- b) Benefícios da Parte Opcional
 - Renda Mensal de Aposentadoria; e
 - Renda Mensal de Pensão por Morte.
- **Plano de Benefícios PREVI Futuro – PREVI Futuro – CNPB** nº: 19800035-74, de Contribuição Variável (Contribuição Definida na fase de acumulação para os benefícios programados e Benefício Definido para os benefícios de risco) estruturado em regime financeiro de capitalização. Instituído pelo Banco do Brasil S.A. e pela PREVI para os funcionários que ingressaram a partir de 1998. Este plano encontra-se ativo. Os benefícios assegurados pelo Plano PREVI Futuro são de dois tipos:
 - a) Benefícios de Risco
 - Complemento de Aposentadoria por Invalidez; e
 - Complemento de Pensão por Morte.
 - b) Benefícios Programados
 - Renda Mensal de Aposentadoria;
 - Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria;
- Renda Mensal Vitalícia para Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido; e
- Renda Mensal de Pensão por Morte.
- **Plano de Benefícios Carteira de Pecúlios – Capec – CNPB** nº: 19040001-18, de Pagamento Único estruturado em regime financeiro de repartição simples. Executa, sob forma e condições fixadas em regulamento próprio, sistema de pecúlios composto de planos para cobertura de falecimento e invalidez, mantidos com contribuições exclusivas dos seus participantes. Os ativos do Plano Capec são segregados, as reservas são próprias e não se confundem com as dos planos de aposentadorias e de pensões. Este plano encontra-se ativo. Os pecúlios oferecidos atualmente são: Pecúlio por Morte, Especial, Manutenção e Invalidez.
- **Plano de Gestão Administrativa – PGA** – tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da PREVI, na forma do seu Regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI por intermédio da Decisão nº 90, de 18/12/2009.

PARTICIPANTES

Situação	Plano 1		PREVI Futuro		Capec	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos ^{(1) (2)}	19.212	24.548	85.176	81.044	125.775	123.783
Aposentados ⁽²⁾	76.203	72.022	374	255		
Pensões ⁽³⁾	17.442	17.034	337	296		
Total	112.857	113.604	85.887	81.595	125.775	123.783
Idade Média da População ⁽⁴⁾	63	61	38	37	57	58

⁽¹⁾ A maioria dos participantes da CAPEC também são participantes do Plano 1 ou PREVI Futuro. ⁽²⁾ Inclui Autopatrocinados, conforme Parecer Atuarial. ⁽³⁾ Considera apenas as pensões de responsabilidade da PREVI. ⁽⁴⁾ Idade média de participantes ativos e aposentados.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e observam as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, alterada pelas Resoluções CNPC nº 12, de 19/08/2013, e CNPC nº 16, de 19/11/2014, Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, alterada pelas Instruções MPS/Previc nº 5, 6, 15, 21 e 25, de 08/09/2011, de 13/11/2013, de 12/11/2014, de 23/03/2015 e de 17/12/2015, respectivamente, e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balanco Patrimonial** - De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS** - De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.
- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL** - Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.

- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL** - Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA** - De forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT** - Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro, Capec e do PGA. Cada plano de benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a PREVI opera.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 25).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 17/03/2016.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Premissas e Estimativas Contábeis

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4.2 Gestão de Riscos

A PREVI entende que para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir de

forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

A gestão de riscos considera alguns conceitos e parâmetros como o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro e de capitais (risco de mercado), os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito), riscos decorrentes de não disponibilidade de recursos (risco de liquidez), o risco de ocorrência de déficits futuros (risco de solvência), o risco da não constituição de recursos garantidores compatíveis com os compromissos atuariais (risco atuarial), o risco de perdas decorrentes de falhas no processo (risco operacional) ou de ações legais (risco legal).

- **Risco de Mercado** – O gerenciamento do risco de mercado dos ativos da PREVI considera diversas métricas para sua mensuração e acompanhamento. A seleção da métrica mais apropriada depende diretamente do objetivo do portfólio, sua meta e dos tipos de instrumentos financeiros considerados. Algumas das métricas utilizadas são:

- Value-at-Risk (VaR)** – calculado diariamente usando a metodologia não paramétrica, com cenário histórico de 504 dias úteis, utilizando opcionalmente a técnica do EWMA – média móvel ponderada exponencialmente – para os cenários históricos, com fator de decaimento de 0,93 (métrica mais utilizada para ativos líquidos com gestão ativa). Para comparação com o mercado, calcula-se também o VaR da carteira teórica dos diversos benchmarks cadastrados (IBrX, IMA etc.). O intervalo de confiança padrão adotado pela PREVI é de 99%.
- Divergência Não Planejada (DNP)** – calculada mensalmente, utilizando o retorno acumulado de 12 e 36 meses. O benchmark utilizado pode ser o atuarial do plano (para análise de desempenho) ou qualquer benchmark predeterminado pela Política de Investimentos, dependendo do objetivo da carteira. Apesar de a DNP ser essencialmente uma medida de desempenho, serve com um bom indicador do risco de solvência do plano, principalmente quando utiliza o atuarial como benchmark.
- Tracking Error (TE)** – indica a intensidade da variação do descolamento entre a rentabilidade de uma carteira/ativo e um benchmark. Tipo de medida utilizada principalmente para ativos de gestão passiva, e representa o risco do desempenho de uma carteira não refletir o desempenho do benchmark. É, normalmente, calculado com o horizonte de 12 e 36 meses.
- Simulações de Stress** – apresenta uma simulação de perda/ganho dado o acontecimento de um

determinado cenário. Os cenários utilizados podem refletir os choques usualmente observados no mercado e/ou cenários traçados com base em projeções macroeconômicas. A periodicidade pode ser semanal, mensal, ou eventual, previamente à realização de alguma operação relevante. Além dos cenários de choque nos fatores de risco, existem os choques nas posições, simulando compra/venda de ativos e seu impacto no risco global.

- **Risco de Crédito** – Pode ser segmentado em três grandes conjuntos:

a) **Risco de Crédito de Instituições Financeiras** – utiliza metodologia própria para cálculo de rating interno e limite operacional para instituições financeiras. A aplicação dessa metodologia é feita por sistema institucional, integrado a outros sistemas da PREVI. Além do rating interno e limite operacional, há um processo de acompanhamento diário de fatos de mercado e de avaliação da qualidade de crédito de contrapartes.

b) **Risco de Crédito de Instituições Não Financeiras** – utiliza metodologia própria para obtenção de rating interno para operações com instituições não financeiras. Esse processo também engloba a análise do risco de operações estruturadas, o que demanda uma avaliação da estrutura da operação proposta.

c) **Risco de Crédito de Operações com Participantes** – utiliza metodologia de cálculo de fundo de hedge e liquidez, que visa à formação de reserva para suportar eventos de inadimplência ou descasamento de taxas, tanto na carteira de Empréstimos a Participantes quanto na de Financiamentos Imobiliários.

- **Risco de Liquidez e Solvência** – O Risco de Liquidez é acompanhado e mitigado através da formação de um caixa mínimo, composto por ativos de altíssima liquidez, em volume suficiente para arcar com todas as despesas previstas para os próximos seis meses. Esse caixa mínimo é revisto periodicamente e indicado ao gestor do caixa.

O Risco de Solvência é medido pelo impacto das projeções de resultado no balanço da Entidade. Os cenários que impactam os fatores de riscos são gerados utilizando o método de Monte Carlo. Dessa maneira, há uma projeção das necessidades de caixa e do resultado de cada plano no futuro, o que permite fazer uma alocação de recursos mais eficiente.

A combinação do risco de liquidez e do risco de solvência é o centro do processo de ALM (Gestão de Ativos e Passivos). Além das projeções, é utilizada a simulação do passivo estocástico (ver Risco do Passivo Atuarial). Dessa forma, são traçadas estratégias de alocação futura de

recursos, visando a garantia de liquidez e solvência do plano no longo prazo.

- **Risco Operacional** – É aplicada a Matriz de Riscos e Controles, em que são identificados os riscos e os instrumentos de controles existentes nos processos de cada gerência da PREVI. Avalia-se o risco potencial, ou seja, a probabilidade de ocorrência de uma perda, bem como a estimativa do impacto em termos de exposição financeira, de imagem e regulatória. Para o tratamento e a mitigação dos riscos identificados como mais relevantes são construídos Planos de Ação. Além disso, os riscos são continuamente monitorados por meio de indicadores-chave.
- **Risco Legal** – Refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do descumprimento de dispositivos legais que importem em: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; ou, (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência. Seu acompanhamento é constante e envolve o provisionamento dos processos judiciais e/ou administrativos a partir da classificação da probabilidade de perda estimada pela Administração da PREVI no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (“provável”, “possível” ou “remota”) e da mensuração dos valores envolvidos. Paralelamente, são elaboradas ações mitigadoras junto às partes envolvidas.
- **Risco do Passivo Atuarial** – É o risco de não formação de reserva adequada em função da ocorrência de riscos biométricos, tais como aumento de longevidade, alteração na taxa de entrada em invalidez etc. Uma inovação complementar ao cálculo normalmente realizado para o passivo atuarial é o cálculo do passivo estocástico: para cada participante são simulados diversos caminhos aleatórios, o que faz com que cada participante possua uma distribuição de possíveis provisões matemáticas. O total desse conjunto de provisões matemáticas forma a reserva matemática estocástica, que é utilizada no processo de ALM para a mensuração do risco de solvência. Por se tratar de uma distribuição, conceitos estatísticos como intervalo de confiança, desvio-padrão etc. podem ser aplicados para melhor mensuração da probabilidade de insolvência no futuro.

Neste processo, cada reserva matemática da distribuição considera uma projeção de fluxo de caixa atuarial, que por sua vez é utilizada pelo ALM para determinação do risco de liquidez.

Dessa forma, o processo de ALM é realizado de maneira completamente estocástica, tanto pelo lado dos ativos quanto pelo lado do passivo atuarial.

4.3 Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, assim como os adiantamentos do INSS, depósitos judiciais e recursais.

4.4 Gestão Administrativa

Registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. A apuração da participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- a) A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será proporcional à participação de cada plano no respectivo Fundo Administrativo.
- b) Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados ao respectivo Fundo Administrativo.
- c) A totalidade das despesas comuns previdenciais, deduzidas as receitas comuns administrativas, será debitada do Fundo, impactando o saldo registrado em nome de cada plano de forma proporcional à sua participação. As despesas administrativas comuns de investimento serão rateadas entre os planos proporcionalmente aos recursos garantidores de cada plano de benefícios e serão suportadas pelo custeio administrativo dos investimentos.
- d) As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão integralmente deduzidas da participação do Fundo Administrativo de cada plano de benefícios.

4.5 Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas são determinados pela Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 24/09/2009, e alterações posteriores.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, utilizamos os critérios definidos na Deliberação CVM nº 699, de 20/12/2012, que estabelece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** – Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3** – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

4.5.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

4.5.1.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Conforme determinam a Resolução CGPC nº 4 e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 30/01/2002, e 24/09/2009, respectivamente, os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata die até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado. O ágio e deságio na aquisição são amortizados pro rata die, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título. Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** – adquiridos com o propósito de serem negociados, ativa e frequentemente, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pro rata die e ajustados ao valor de mercado.
- **Títulos mantidos até o vencimento** – mantidos em carteira até o vencimento, com base em parecer que atesta a capacidade financeira da Entidade. São registrados os títulos e valores mobiliários que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata die.

4.5.1.2 Ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas em sua mensuração inicial pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e de outras taxas. Nas mensurações subsequentes, são precificadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à de encerramento das Demonstrações Contábeis. Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre capital próprio são registrados pelo regime de competência e são reconhecidos contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendo.

Para as ações sem um mercado ativo, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares.

4.5.1.3 Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger, no todo ou em parte, dos riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos financeiros e são considerados instrumentos de proteção (hedge), em obediência à Política de Investimentos da Entidade. O registro contábil das operações com derivativos obedece às normas emanadas pelo CNPC e CVM.

A PREVI utiliza o hedge de valor justo com o objetivo de proteger suas operações contra os riscos de flutuação no mercado de ações. Essa metodologia não é utilizada para fins especulativos em consonância às Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios.

O valor justo dos derivativos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações) e amplamente utilizado pelos agentes de mercado para mensuração de instrumentos similares. Para os derivativos que não possuem cotação em mercados ativos, utiliza-se o modelo de precificação Black & Scholes, para o qual a variável “volatilidade” é calculada a partir de uma metodologia própria da entidade.

4.5.1.4 Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, e alguns ativos relevantes alocados nesses fundos são precificados ao valor justo (nível 2 - abordagem da receita), caso não haja valor de mercado.

4.5.1.5 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

São operações com participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

4.5.2 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

4.5.2.1 Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção e são ajustados periodicamente, por meio de avaliações a valor de mercado em, no máximo, três anos. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com norma específica da Previc.

Para determinação dos valores dos imóveis são utilizados os métodos de Capitalização da Renda, Comparativo Direto de Dados de Mercado, sendo o método de Custo de Reprodução utilizado para divisão dos valores entre Terreno e Benfeitorias, conforme Norma Brasileira para Avaliações de Bens (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

4.5.3 PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD) são registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD) são apresentados pelo seu valor líquido.

Perda por *Impairment* – um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A análise de recuperabilidade é uma análise comparativa do valor do ativo para verificar se o mesmo está desvalorizado. Considera-se ativo desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. A análise de recuperabilidade deve ser realizada, no mínimo, a cada encerramento de exercício.

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e apresentados abaixo.

Atraso (em dias)		Faixa de Provisionamento (*)
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
	> 361	100%

(*) Incidem sobre os créditos vencidos e vincendos

4.6 Imobilizado e Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os bens incorpóreos constituem o ativo intangível abrangido pelo CPC 04 e estão sujeitos ao teste anual de *impairment*, conforme detalhado no item 4.5.3. As estimativas desses ativos não monetários identificáveis e

sem substância física observam as normas do CFC. Caso um item abrangido pelo CPC 04 não atenda à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna é reconhecido como despesa do exercício. Os softwares constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

	Taxa Anual %
BENS	Depreciação / Amortização
Computadores e Periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Intangível	20%

4.7 Exigível Operacional

Estão demonstrados valores conhecidos ou calculáveis com critérios apropriados e consistentes acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, representados por obrigações decorrentes de acordos firmados com o patrocinador Banco do Brasil S.A., por direitos a benefícios pelos participantes e por obrigações fiscais.

4.8 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

4.8.1 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

São passivos de prazo ou valor incerto, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC. A Entidade é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos (Nota 18) e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a entidade é ré e representam perda provável ou em fase de execução.

Nos processos em que a Entidade é ré e que o risco de perda é classificado como possível, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa e, quando a probabilidade de perda for remota, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis.

Para os processos em que a Entidade é autora, a chance de êxito é classificada como possível ou provável. Adicionalmente, quando há previsão de honorários de êxito no contrato com os escritórios terceirizados, há constituição da respectiva provisão para honorários. A avaliação da probabilidade de perda dos processos é feita pelos advogados internos, com classificação das

contingências conforme resolução do CFC, incluindo a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais, conforme sua relevância no ordenamento jurídico.

O valor da provisão é obtido por meio de cálculo prévio a depender da natureza e do objeto do pedido da ação judicial para os processos em fase de conhecimento. Para os processos em fase de execução o cálculo da provisão leva em conta o valor exato da execução da demanda judicial assim como o valor da atualização monetária dos depósitos judiciais e recursais.

As provisões são revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração acredita que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

4.8.2 DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Os depósitos judiciais têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos judiciais na fase de cumprimento de sentença, quando a Entidade é ré no processo. Já os depósitos recursais são efetuados somente na justiça do trabalho e permitem que a Entidade apresente recurso caso tenha sido sucumbente na demanda.

Os depósitos judiciais e recursais podem ser registrados na Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, bem como em Investimentos.

Todos os depósitos judiciais e recursais são registrados pelos valores depositados e atualizados monetariamente de acordo com a metodologia e índices empregados nas instituições financeiras depositárias.

4.8.3 ATIVOS CONTINGENTES

A Entidade se utiliza dos seguintes conceitos:

- **Praticamente Certo** – reflete uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. A certeza advém de situações cujo controle está com a administração da Entidade e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos. Neste caso, a Entidade reconhece o Ativo pois este não é contingente.
- **Provável** – quando o posicionamento dominante nos tribunais é favorável à tese jurídica da Entidade envolvida na demanda. Neste caso, apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente (Nota 19.2).
- **Possível e Remota** – nestes casos, a Entidade não reconhece e não divulga em Notas Explicativas ou porque

não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da Entidade, respectivamente.

4.9 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios, chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do Plano, apurado atuarialmente, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos** – representam os compromissos futuros do Plano com os benefícios já concedidos para os aposentados e pensionistas, líquido das contribuições futuras, quando houver.
- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder** – representam os compromissos futuros líquidos do Plano com os participantes em atividade.
- **Provisões Matemáticas a Constituir** – correspondem à parcela de provisão a constituir relativa aos empregados do Banco do Brasil com posse até 14/04/1967, que vem sendo integralizada na forma do Acordo celebrado em 1997, aditado em 1998, bem como ao valor das provisões matemáticas garantidoras do complemento adicional de aposentadoria do Grupo Especial disciplinado no contrato firmado em 2012 (Nota 20.1).

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade e de acordo com o regulamento do respectivo plano de benefícios.

4.10 Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O cálculo do Superávit/Déficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados segundo normas do CNPC e da Previc.

4.11 Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- **Previdenciais** – são fundos criados a partir de avaliação atuarial e têm destinação específica. A exceção é o Fundo de Renda Certa, que é financeiro.

- **Administrativo** – o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios.

- **Investimentos** – são fundos constituídos para fazer face à quitação de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários em caso de morte do mutuário, de resíduos existentes após o prazo contratual, no caso de financiamentos, e de risco de crédito da carteira de empréstimos, depois de esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

4.12 Apuração do Resultado

Representa as adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, que estabelece a apuração de resultado nos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

4.13 Custeio Administrativo

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Custeio Administrativo da Gestão Previdencial** – corresponde a 4% dos recursos previdenciais ordinários arrecadados mensalmente nos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro e a 2,5% das contribuições da Capec. As despesas que excederem esses percentuais serão cobertas pelo Fundo Administrativo.
- **Custeio Administrativo de Investimentos** – baseia-se na transferência mensal de recursos dos Investimentos correspondentes aos gastos administrativos realizados na sua gestão (Nota 24).

5 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Apresentamos abaixo o realizável da gestão previdencial que registra, além dos depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, o adiantamento realizado no dia 20/12/2015 dos benefícios de responsabilidade do INSS, cujo ressarcimento ocorre no quinto dia útil do mês subsequente (Nota 4.3).

Descrição	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		Consolidado ⁽¹⁾	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Adiantamento por Conta do INSS	184.929	174.932	3.660	1.566	0	0	188.589	176.498
Depósitos Judiciais ^(Nota 18.2)	1.894.744	1.551.666	178	159	3.566	4.484	1.898.488	1.556.309
Bloqueios Judiciais ^(Nota 18.2)	6.226	6.703	0	0	2	2	6.228	6.705
Demais Realizáveis	23.694	3.522	14	216	400	2	15.413	2.451
Total	2.109.593	1.736.823	3.852	1.941	3.968	4.488	2.108.718	1.741.963

⁽¹⁾ Ajustes e eliminações para consolidação detalhados na Nota 25.

6 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	2015	2014
Gestão Administrativa	212.484	179.024
Contas a Receber	433	0
Despesas Antecipadas	2.654	2.731
Depósitos Judiciais / Recursais ^(Nota 18.2)	203.789	170.196
Trabalhistas	2.105	1.081
INSS de Cooperativas	4.897	4.448
PIS/Cofins	196.787	164.667
Demais Realizáveis	5.608	6.097

7 REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Financiamentos e Depósitos Judiciais/ Recursais. Alcançou o montante de R\$ 153.738.810, a seguir demonstrado.

INVESTIMENTOS - Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo Amortizado	2015	2014
Títulos Públicos	84.409 ⁽¹⁾	0	0	0	84.409	77.177
Créditos Privados e Depósitos	1.421.466	1.343.857	0	4.352.833	7.118.156	7.950.905
Instituições Financeiras	0	454.546	0	1.118.416	1.572.962	2.136.933
Companhias Abertas	1.421.466	889.311	0		2.310.777	2.239.809
Patrocinador	0	0	0	3.234.417	3.234.417	3.574.163
Ações	30.177.753	3.815.037	0	166.948	34.159.738	43.091.370
Instituições Financeiras	4.098.539	0	0	0	4.098.539	5.744.554
Companhias Abertas	21.369.149	3.815.037	0	166.948	25.351.134	29.841.042
Patrocinador	4.710.065	0	0	0	4.710.065	7.505.774
Fundos de Investimento	18.441.582	37.734.536	97.723	39.256.378	95.530.219	99.258.151
Fundo de Renda Fixa	17.880.807	0	0	38.568.988 ⁽²⁾	56.449.795	49.371.432
Fundo de Ações	123.975	37.734.536	0	0	37.858.511	48.327.682
Fundo Multimercado	133.577	0	0	0	133.577	88.706
Fundo Índice de Mercado	0	0	0	0	0	20.415
Fundo de Direitos Creditórios	283.956	0	0	0	283.956	282.936
Fundo de Empresas Emergentes	10.693	0	0	0	10.693	17.471
Fundo de Participações	0	0	97.723	687.390 ⁽³⁾	785.113	1.134.147
Fundo Imobiliário	8.574	0	0	0	8.574	15.362
Derivativos	0	0	0	0	0	199.590
Investimentos Imobiliários	0	0	0	10.215.526 ⁽⁴⁾	10.215.526	9.654.437
Empréstimos	0	0	0	5.386.166	5.386.166	5.096.966
Financiamentos Imobiliários	0	0	0	1.226.273	1.226.273	1.255.175
Depósitos Judiciais/Recursais	18.323	0	0	0	18.323	9.863
Total	50.143.533	42.893.430	97.723	60.604.124	153.738.810	166.593.634

⁽¹⁾ Exclusivamente Títulos Públicos Federais.

⁽²⁾ Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 10.2).

⁽³⁾ Avaliados ao custo, conforme regulamento do Fundo.

⁽⁴⁾ Consideramos custo devido à depreciação, conforme Item 22, do anexo A, da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

8 TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

CARTEIRA	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Títulos Públicos	83.409 ⁽¹⁾	76.176	0	0	1.000	1.001	0	0	84.409	77.177
Créditos Privados e Depósitos	5.908.138	6.698.293	958.434	959.566	67.863	65.471	183.721	227.575	7.118.156	7.950.905
Instituições Financeiras	992.023	1.492.542	409.445	443.891	67.863	65.471	103.631	135.029	1.572.962	2.136.933
Companhias Abertas	1.848.299 ⁽²⁾	1.847.554	434.987	345.413	0	0	27.491	46.842	2.310.777	2.239.809
Patrocinador	3.067.816	3.358.197	114.002	170.262	0	0	52.599	45.704	3.234.417	3.574.163
Total	5.991.547	6.774.469	958.434	959.566	68.863	66.472	183.721	227.575	7.202.565	8.028.082

⁽¹⁾ Títulos Públicos Federais bloqueados e oferecidos como garantia nos processos em que a Entidade é autora. ⁽²⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 4.844.163 (R\$ 3.990.642 no exercício anterior) referente às debêntures de Embaúba, Invesc e Teka, adquiridas no período de 1982 a 1999, bem como a provisão no valor de R\$ 732 aplicada as debêntures repactuadas do Parque Hopi Hari.

CINCO MAIORES EMISSORES POR PLANO		Tipo	Vencimento	Taxa média negociada	Qtde.	Valor	Carteira (%)
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	30/03/2016 a 16/05/2022	CDI (108,50%) / IPCA + 5,53% a 8,08% a.a. e PRE 10,51% AA 252 EX DU	2.450	3.067.816	51,9
	Itau Unibanco S.A.	Letra Financeira	21/11/22	IPCA + 5,27% a.a.	250	368.582	6,2
	INVEPAR	Debênture não conversível	15/10/24	IPCA + 11,9353% a.a.	31.400	278.185	4,7
	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira	15/06/2016 a 16/06/2017	IPCA + 5,5% a 6,70% a.a. e TMS (106,60% a 106,75%)	210	268.633	4,5
	BNDES	Debênture não conversível	15/01/2017 e 15/05/2019	IPCA + 6,2991% a.a. e IPCA + 5,3999%	175.949	231.611	3,9
					Total	4.214.827	71,2 ^(*)
PREVI Futuro	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira	15/06/2016 a 16/06/2017	IPCA + 5,5% a 6,70% a.a. e TMS (106,60% a 106,75%)	142	179.136	18,7
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/2018 e 16/05/2022	IPCA + 5,53% a 8,08% a.a.	120	114.002	11,9
	Caixa Econômica Federal	Letra Financeira	05/09/2016 e 16/06/2017	CDI (106,20%) e IPCA + 6,06 a.a.	60	71.994	7,5
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	19/12/2017 e 20/08/2018	TMS (104,90%) e IPCA + 7,93% a.a.	63	64.884	6,8
	Invepar- Raposo Tavares	Debênture não conversível	15/12/24	IPCA + 5,80% a.a e IPCA + 6,05% a.a.	60.000	64.438	6,7
					Total	494.454	51,6 ^(*)
Capec	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira	26/08/2016 a 16/06/2017	TMS (106,60%) e IPCA + 5,73% a 6,7% a.a.	27	34.495	50,8
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	19/12/2017 e 20/08/2018	TMS (104,90%) e IPCA + 7,93% a.a.	11	11.328	16,7
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	15/09/2016 e 15/12/2017	IPCA + 5,70% a 6,70% a.a.	8	10.010	14,8
	Caixa Econômica Federal	Letra Financeira	05/09/2016 e 15/06/2017	CDI (106,20%) e IPCA + 6,06 a.a.	7	8.480	12,5
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	05/09/16	CDI (106,00%)	3	3.550	5,2
					Total	67.863	100,0 ^(*)
PGA	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	30/03/2016 e 15/06/2018	CDI (108,50%) / IPCA + 5,53% a.a.	30	52.599	28,6
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	25/04/2016 e 15/12/2017	IPCA + 6,70% a 7,84% a.a.	25	50.375	27,4
	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira	26/08/2016 a 16/06/2017	TMS (106,60%) e IPCA + 6,12% a 6,70% a.a.	21	26.249	14,3
	Caixa Econômica Federal	Letra Financeira	05/09/2016 e 16/06/2017	CDI (106,20%) e IPCA + 6,06% a.a.	13	15.680	8,5
	Cemig Geração e Transm. S.A.	Debênture não conversível	15/02/22	IPCA + 6,20% a.a.	9.800	12.005	6,5
					Total	156.908	85,3 ^(*)

^(*) Representatividade na Carteira Própria.

Em observância ao Artigo 8o da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, estão indicados a seguir os valores dos títulos privados, classificados como “Títulos para Negociação”, comparado ao custo amortizado:

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2015	2014
Títulos Privados - Valor de Mercado								
Debêntures - Plano 1	81.583	747.114	922.601	0	97.733	1.849.031		
Letras Financeiras - Plano 1	1.033.275	2.191.966	834.599	0	0	4.059.840	5.908.871	6.699.999
Debêntures - PREVI Futuro	30.562	159.724	244.701	0	0	434.987		
Letras Financeiras - PREVI Futuro	283.806	187.861	51.780	0	0	523.447	958.434	959.566
Letras Financeiras - CAPEC	40.827	27.036	0	0	0	67.863	67.863	65.471
Debêntures - PGA	0	10.355	17.136	0	0	27.491		
Letras Financeiras - PGA	117.033	39.197	0	0	0	156.230	183.721	227.574
Total (*)	1.587.086	3.363.253	2.070.817	0	97.733	7.118.889		
Títulos Privados - Custo Amortizado (**)								
Debêntures - Plano 1	81.957	768.999	1.057.604	0	1.234	1.909.794		
Letras Financeiras - Plano 1	1.037.448	2.192.380	834.599	0	0	4.064.427	5.974.221	6.466.211
Debêntures - PREVI Futuro	30.721	163.919	272.850	0	0	467.490		
Letras Financeiras - PREVI Futuro	286.451	188.275	51.780	0	0	526.506	993.996	970.490
Letras Financeiras - CAPEC	41.333	27.119	0	0	0	68.452	68.452	65.471
Debêntures - PGA	0	10.533	20.076	0	0	30.609		
Letras Financeiras - PGA	117.357	39.321	0	0	0	156.678	187.287	230.326
Total (*)	1.595.267	3.390.546	2.236.909	0	1.234	7.223.956		

(*) Inclui os ativos constantes dos fundos de investimento exclusivos.

(**) Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

9 AÇÕES

CARTEIRA DE AÇÕES	Plano 1		PREVI Futuro		PGA		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ações	32.305.383	41.169.826	1.733.027	1.784.334	121.328	137.210	34.159.738	43.091.370
Instituições Financeiras ⁽¹⁾	3.769.731	5.345.182	306.870	371.894	21.938	27.478	4.098.539	5.744.554
Companhias Abertas ⁽²⁾	23.899.323	28.427.299	1.356.748	1.310.037	95.063	103.706	25.351.134	29.841.042
Patrocinador ^(Nota 16)	4.636.329 ⁽³⁾	7.397.345	69.409	102.403	4.327	6.026	4.710.065	7.505.774

⁽¹⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 1.857 referente à participação acionária no Banco Econômico.

⁽²⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 6.069 referente à participação acionária em Casa Anglo e Gazeta Mercantil.

⁽³⁾ Considera ações da BB Seguridade, no valor de R\$ 281.644.

SEIS MAIORES AÇÕES POR PLANO		Tipo	Qtde.	Valor	Carteira (%)
Plano 1	Ambev S.A.	ON	372.327.425	6.646.044	20,5
	BRF S.A.	ON	85.932.103	4.760.639	14,7
	Banco do Brasil S.A.	ON	295.433.145	4.354.685	13,5
	Neoenergia ⁽¹⁾	ON	1.301.396.231	3.411.372	10,6
	ItauUnibanco	PN	90.226.409	2.375.661	7,3
	Petrobras	PN	345.621.515	2.315.664	7,1
	Total			23.864.065	73,7 ⁽²⁾
PREVI Futuro	Ambev S.A.	ON	8.980.820	160.308	9,2
	ItauUnibanco	PN	5.947.744	156.604	9,0
	Bradesco	PN	5.086.262	98.063	5,7
	BRF S.A.	ON	1.519.375	84.173	4,9
	Ultrapar	ON	1.380.442	83.448	4,8
	Vale	PNA	7.445.361	76.315	4,4
	Total			658.911	38,0 ⁽²⁾
PGA	Ambev S.A.	ON	662.405	11.824	9,7
	ItauUnibanco	PN	427.236	11.249	9,3
	Bradesco	PN	351.291	6.773	5,6
	BRF S.A.	ON	121.574	6.735	5,5
	Vale	PNA	523.512	5.366	4,4
	Ultrapar	ON	80.258	4.852	4,0
	Total			46.799	38,5 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Nível 2.

⁽²⁾ Representatividade na Carteira Própria.

9.1 Ações sem Mercado Ativo e/ou Bloqueadas – Plano 1

A mensuração dos ativos referentes à participação da PREVI na Neoenergia foi classificada como Nível 2 (Nota 4.5). Estimamos o valor justo pelo método de Fluxo de Caixa Descontado com premissas macroeconômicas, setoriais e operacionais de cada empresa e taxa de desconto estimada com base no modelo de precificação de ativos *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

As premissas macroeconômicas utilizadas nas avaliações dos referidos ativos são estabelecidas internamente na PREVI a partir de suas análises e observações da economia brasileira e mundial.

A definição das premissas operacionais e financeiras das empresas baseia-se em informações históricas. É observado, entre outras coisas, o cronograma de investimentos e/ou projetos divulgados que impactam as respectivas operações, as empresas comparáveis correspondentes a cada setor, além das demais informações públicas disponíveis.

Dessa forma, são construídos os cenários para os desempenhos das empresas analisadas.

A avaliação pelo método do Fluxo de Caixa Descontado reflete a estimativa da administração da Entidade sobre a capacidade de geração de riqueza da companhia e, na taxa de desconto, estão refletidos os riscos e volatilidades, bem como a alavancagem do mercado e da própria empresa. O método é também conhecido como Avaliação a Valor Econômico, porque captura apropriadamente as oportunidades, incorpora efeitos de investimentos futuros e ajusta distorções extraordinárias. Por isso, preserva os valores dos ativos de oscilações bruscas, positivas ou negativas, às quais estão sujeitos quando avaliados a mercado (cotação de ações na Bolsa de Valores). A PREVI utiliza este método de avaliação desde 2002.

Na estimativa dessa taxa de desconto, utilizamos premissas que são inputs de mercado, tais como: taxa média de retorno de investimento livre de risco (bônus do Tesouro norte-americano com prazo de 30 anos), taxa de risco soberano brasileiro (EMBI+ Brasil, calculado pelo JP Morgan) e retorno médio histórico do mercado de ações, líquido do retorno de investimento livre de risco. Em alguns casos, consideramos também o diferencial de inflação entre o EUA e Brasil, calculado pelo diferencial do CPI (inflação norte-americana) core e IPCA. Logo, esses ativos são classificados como Nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis.

PREMISSAS DE ESTIMATIVA DA TAXA DE DESCONTO	Características	Taxa
Taxa Média de Retorno de Investimento Livre de Risco ⁽¹⁾	Bônus do Tesouro Norte-americano	3,20%a.a.
Taxa de Risco Soberano Brasileiro ⁽²⁾	EMBI+ Brasil, calculado pelo JP Morgan	245 pontos base
Risco de Mercado ⁽³⁾	Retorno médio histórico do mercado de ações, líquido do retorno de investimento livre de risco.	6,28%a.a.

⁽¹⁾ Taxa média dos últimos 3 anos do bônus de 30 anos. Fonte: Bloomberg

⁽²⁾ Média do risco soberano brasileiro dos últimos 3 anos.

⁽³⁾ Fonte: Damodaran

O prazo considerado para projeção do fluxo de caixa da Neoenergia foi o tempo remanescente das concessões e, no caso das distribuidoras de energia, uma renovação por igual período. A consideração da renovação da concessão no caso das distribuidoras de energia é praticada pelas empresas nos seus respectivos planejamentos e pelo mercado financeiro tendo em vista sua dinâmica de revisão periódica tarifária durante o período em questão.

O valor justo dos títulos patrimoniais mensurados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado e que representam mais do que 0,25% dos recursos garantidores da Entidade foi aprovado pela Diretoria Executiva em 01/12/2015 e referendado pelo Conselho Deliberativo em 18/12/2015.

Para os demais ativos sem negociação em Bolsa em mais de 80% dos pregões nos últimos doze meses, também utilizamos o mesmo modelo de precificação.

AÇÕES SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO ⁽¹⁾					
Empresa	Tipo	2015	2014	Ajuste	Nível de Mensuração
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	ON	2.796	4.088	(1.292)	2
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	ON / PNA	1.647	2.702	(1.055)	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A.	PNA	40.063	50.990	(10.927)	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A.	ON	133.671	valor de mercado		2
Cia. Energética do Rio Grande do Norte S.A.	ON / PNA / PNB	28.553	26.486	2.067	2
Daleth Participações S.A.	ON	115	417	(302)	3
Fiago Participações S.A. ⁽²⁾	ON	0	0	0	CUSTO
Invitel Legacy S.A.	ON	109	136	(27)	3
Jereissati Participações S.A.	ON	96.690	150.165	(53.475)	2
Jereissati Telecomunicações S.A.	ON / PN	10.950	127.524	(116.574)	2
Litel Participações S.A. ⁽³⁾	ON / PNA / PRC	18	335.210	(335.192)	2
Neoenergia S.A.	ON	3.411.372	3.966.363	(554.991)	2
Newtel Participações S.A.	ON	2.979	0	2.979	3
Sauípe S.A.	ON / PN	162.409	153.369	9.040	3
Sul 116 Participações S.A.	ON	1.336	3.063	(1.727)	3
Telemar Participações S.A. ⁽⁴⁾	ON	0	7.681	(7.681)	2

⁽¹⁾ Plano PREVI Futuro e PGA não possuem ações sem cotação em mercado ativo.

⁽²⁾ Empresa em processo de liquidação.

⁽³⁾ Resgate total das ações PRC da empresa Litel.

⁽⁴⁾ Conversão e permuta de todas as ações da Telemar Participações em ações da OI (tipos ON e PN).

A PREVI tem ações bloqueadas para negociação por estarem vinculadas a acordo de acionistas que permite participar do bloco de controle da companhia.

VINCULADAS AO ACORDO DE ACIONISTAS			
Ações	Tipo	Quantidade	Valor Justo
Daleth Participações S.A.	ON	3.463.589	115
Invitel Legacy S.A.	ON	317.311.938	109
Jereissati Participações S.A.	ON / PN	177.582.254	196.917
La Fonte Telecom S.A.	ON / PN	107.564.168	10.950
Neoenergia S.A.	ON	1.222.239.175	3.203.876
Tupy S.A.	ON	24.510.175	458.340

10 FUNDOS DE INVESTIMENTO

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fundos de Investimento	92.132.336	96.641.876	2.760.299	2.101.133	156.696	106.529	480.888	408.613	95.530.219	99.258.151
Fundo de Renda Fixa ⁽¹⁾	53.189.341	46.951.284	2.622.870	1.905.006	156.696	106.529	480.888	408.613	56.449.795	49.371.432
BB Renda Fixa IV ⁽³⁾	37.741.688	34.231.787	0	0	0	0	0	0	37.741.688	34.231.787
BB Liquidez ⁽³⁾	15.351.452	12.615.673	0	0	0	0	0	0	15.351.452	12.615.673
BB Maxi ⁽³⁾	0	0	932.100	541.992	0	0	0	0	932.100	541.992
BB Maxi Liquidez ⁽³⁾	0	0	1.676.744	1.349.432	0	0	0	0	1.676.744	1.349.432
BB Capec ⁽³⁾	0	0	0	0	156.696	106.529	0	0	156.696	106.529
BB PGA ⁽³⁾	0	0	0	0	0	0	477.497	405.613	477.497	405.613
Demais Fundos RF	96.201	103.824	14.026	13.582	0	0	3.391	3.000	113.618	120.406
Fundo de Ações	37.829.521	48.292.854	28.990	34.828	0	0	0	0	37.858.511	48.327.682
Angra Partners Volt ⁽³⁾	111.754	123.388	0	0	0	0	0	0	111.754	123.388
BB Ativa ⁽³⁾	27.248.352	35.113.211	0	0	0	0	0	0	27.248.352	35.113.211
Carteira Livre I ⁽³⁾	10.195.920	12.730.223	0	0	0	0	0	0	10.195.920	12.730.223
Leblon Equities	12.222	10.842	0	0	0	0	0	0	12.222	10.842
Small Caps ⁽³⁾	261.273	315.190	28.990	34.828	0	0	0	0	290.263	350.018
Fundo Multimercado	120.219	79.835	13.358	8.871	0	0	0	0	133.577	88.706
Fundo Índice de Mercado	0	0	0	20.415	0	0	0	0	0	20.415
Fundo de Direitos Creditórios ⁽²⁾	269.692	268.723	14.264	14.213	0	0	0	0	283.956	282.936
Fundo de Empresas Emergentes	10.693	17.471	0	0	0	0	0	0	10.693	17.471
Fundo de Participações	704.296	1.016.347	80.817	117.800	0	0	0	0	785.113	1.134.147
Global Equity PR ⁽⁴⁾	0	149.788	0	16.757	0	0	0	0	0	166.545
Sondas ⁽⁴⁾	0	145.560	0	36.390	0	0	0	0	0	181.950
Infrabrazil Sênior B	91.375	85.874	0	0	0	0	0	0	91.375	85.874
Brasil Governança Corporativa	73.470	75.217	0	0	0	0	0	0	73.470	75.217
Brasil Agronegócios	96.000	71.917	6.109	4.572	0	0	0	0	102.109	76.489
Caixa Barcelona	77.697	57.828	19.424	14.457	0	0	0	0	97.121	72.285
Logística Brasil	40.005	53.884	0	0	0	0	0	0	40.005	53.884
BR Internacional	49.448	50.874	5.494	5.653	0	0	0	0	54.942	56.527
Demais	276.301	325.405	49.790	39.971	0	0	0	0	326.091	365.376
Fundo Imobiliário	8.574	15.362	0	0	0	0	0	0	8.574	15.362

⁽¹⁾ Plano 1 - 99,3% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal.

PREVI Futuro - 98,8% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal.

Capec - 79,2% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal.

PGA - 95,8% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal.

⁽²⁾ Com aquisição substancial dos riscos e benefícios, conforme classificação da Instrução CVM nº 489, de 14/01/2011.

⁽³⁾ Fundos de investimento exclusivos.

⁽⁴⁾ Ao longo do ano, foram efetuadas provisões para perdas no valor total dos ativos.

No Fundo de Ações Exclusivo BB Carteira Ativa do Plano 1, encontram-se também registradas ações da Litel Participações, que foram avaliadas conforme a metodologia já detalhada na Nota 9.1.

PLANO 1	Ativo / Passivo		Ajuste	Nível de Mensuração
FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	2015	2014		
Fundo BB Ativa	27.248.352	35.113.211	(7.804.454)	
Disponível	1	1		
Operações Compromissadas	10.549	9.892		
Ações à vista	23.950.365	31.754.819	(7.804.454)	
Litel PRB	3.060.602	4.057.928	(997.326)	2
Litel ON (*)	20.889.752	27.696.876	(6.807.124)	2
Litel PNA (*)	11	15	(4)	2
Valores a receber	3.287.526	3.348.724		
JCP Litel	3.287.526	3.348.724		
Taxas Diferidas	2	1		
Valores a pagar	(91)	(226)		

(*) Ações vinculadas ao acordo de acionistas.

A PREVI é acionista da Litel, ativo sem liquidez porque não tem ações negociadas em bolsa. Por isso é objeto de precificação pelo método do Fluxo de Caixa Descontado. A Litel é acionista da Valepar juntamente com outros acionistas, signatários de Acordo de Acionistas que, por sua vez, é acionista da Vale. Ou seja, a PREVI integra uma estrutura societária que controla a Vale. As ações da Valepar e da Litel não possuem liquidez, e seu valor econômico é influenciado pelo ambiente empresarial em que está inserida a Vale.

O prazo considerado para projeção do fluxo de caixa da Vale foi de 30 anos, com taxa de crescimento na perpetuidade medida pela inflação norte-americana (CPI).

O preço da ação da Vale tem enfrentado um período de grande volatilidade nos últimos meses, influenciado pelas incertezas quanto ao ritmo de crescimento da China, principal comprador de minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço) da Vale e do mundo, e pela dinâmica de definição do preço do minério.

O preço da ação da Vale também tem sofrido forte influência do ambiente macroeconômico brasileiro, e o fato da ação da Vale possuir bastante liquidez facilita essas influências.

Em 2015, não ocorreu a esperada estabilidade na volatilidade nas ações, bem como no setor no qual a Vale está inserida. Continua a expectativa de que todo o contexto se estabilize.

Encontram-se alocadas no Fundo de Ações Exclusivo BB Carteira Livre I, também do Plano 1, ações da CPFL, mensuradas a valor de mercado, e da Neoenergia, 521 Participações e Invepar (holding que controla empresas do setor de concessões rodoviárias, metroviária e aeroportuária), avaliadas como Nível 2 (Nota 4.5) da mesma forma que as ações sem cotação em mercado ativo (Nota 9.1).

O prazo considerado para projeção do fluxo de caixa da Invepar foi o tempo remanescente das concessões, sem renovação. Conforme divulgado pela companhia, o prazo médio das concessões é de aproximadamente 24,7 anos.

O aumento do prazo médio em relação a dezembro de 2014 foi decorrente da extensão do prazo de concessão da CLN em mais 15 anos.

PLANO 1	Ativo / Passivo		Ajuste	Nível de Mensuração
	2015	2014		
FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS				
Fundo BB Carteira Livre I	10.195.920	12.730.223	(2.524.661)	
Disponível	2	1		
Operações Compromissadas	55	10.839		
Ações à vista	10.162.661	12.714.759	(2.552.098)	
CPFL Energia ON (*)	3.987.756	5.335.652	(1.347.896)	1
Neoenergia ON (*)	4.105.415	4.773.318	(667.903)	2
Invepar ON (*)	666.517	841.304	(174.787)	2
Invepar PN (*)	1.377.969	1.739.327	(361.358)	2
521 Participações ON (*)	25.004	25.158	(154)	3
Valores a receber	33.276	5.839	27.437	
Taxas Diferidas	2	1		
Valores a pagar	(76)	(1.216)		

(*) Ações vinculadas ao acordo de acionistas.

Os títulos públicos classificados como “Títulos para Negociação” ou “Títulos Mantidos até o Vencimento” em observância ao Artigo 8o da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, estão indicados nos quadros abaixo:

10.1 Títulos para Negociação

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2015	2014
Títulos Públicos - Valor de Mercado								
LTN - Plano 1	139.897	832.687	0	0	0	972.584		
NTN-B - Plano 1	0	2.265.440	1.853.307	806.298	3.256.423	8.181.468		
NTN-C - Plano 1	0	5.149	697.187	0	1.064.168	1.766.504		
NTN-F - Plano 1	0	358.053	324.280	0	0	682.333		
Op. Compromissadas - Plano 1	4.087.673	0	0	0	0	4.087.673	15.690.562	13.652.441
LTN - PREVI Futuro	71.814	93.289	0	0	0	165.103		
NTN-B - PREVI Futuro	0	514.308	312.366	93.447	402.104	1.322.225		
NTN-C - PREVI Futuro	0	0	0	0	16.410	16.410		

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2015	2014
NTN-F - PREVI Futuro	0	22.003	41.190	0	0	63.193		
Op. Compromissadas - PREVI Futuro	121.304	0	0	0	0	121.304	1.688.235	1.356.522
LTN - CAPEC	18.653	27.641	0	0	0	46.294		
NTN-B - CAPEC	0	66.919	7.965	0	0	74.884		
NTN-F - CAPEC	0	4.001	0	0	0	4.001		
Op. Compromissadas - CAPEC	20.290	12.233	0	0	0	32.523	157.702	107.534
LTN - PGA	77.410	35.415	0	0	0	112.825		
NTN-B - PGA	0	105.550	22.101	0	0	127.651		
NTN-F - PGA	0	13.502	52.175	0	0	65.677		
Op. Compromissadas - PGA	20.210	0	0	0	0	20.210	326.363	268.233
Total (*)	4.557.251	4.356.190	3.310.571	899.745	4.739.105	17.862.862		
Títulos Públicos - Custo Amortizado (**)								
LTN - Plano 1	142.107	862.847	0	0	0	1.004.954		
NTN-B - Plano 1	0	2.304.806	1.999.390	905.866	3.697.637	8.907.699		
NTN-C - Plano 1	0	5.262	743.918	0	1.183.167	1.932.347		
NTN-F - Plano 1	0	369.471	386.062	0	0	755.533		
Op. Compromissadas - Plano 1	4.087.673	0	0	0	0	4.087.673	16.688.206	13.786.579
LTN - PREVI Futuro	72.676	95.970	0	0	0	168.646		
NTN-B - PREVI Futuro	0	525.679	330.273	100.222	442.825	1.398.999		
NTN-C - PREVI Futuro	0	0	0	0	16.964	16.964		
NTN-F - PREVI Futuro	0	22.611	46.725	0	0	69.336		
Op. Compromissadas - PREVI Futuro	121.304	0	0	0	0	121.304	1.775.249	1.332.532
LTN - CAPEC	19.145	29.172	0	0	0	48.317		
NTN-B - CAPEC	0	68.374	8.394	0	0	76.768		
NTN-F - CAPEC	0	4.017	0	0	0	4.017		
Op. Compromissadas - CAPEC	20.290	12.233	0	0	0	32.523	161.625	109.581
LTN - PGA	79.554	37.409	0	0	0	116.963		
NTN-B - PGA	0	107.800	23.378	0	0	131.178		
NTN-F - PGA	0	13.812	58.888	0	0	72.700		
Op. Compromissadas - PGA	20.210	0	0	0	0	20.210	341.051	272.291
Total (*)	4.562.959	4.459.463	3.597.028	1.006.088	5.340.593	18.966.131		

(*) Inclui os Títulos Públicos Federais registrados na carteira própria.

(**) Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

10.2 Títulos Mantidos até o Vencimento

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2015	2014
Títulos Públicos - Custo Amortizado								
NTN-B - Plano 1	685.834	7.540.604	5.868.888	1.702.568	21.433.245	37.231.139		
NTN-F - Plano 1	0	266.059	0	0	0	266.059	37.497.198	33.311.227
NTN-B - PREVI Futuro	0	119.096	186.270	86.227	360.221	751.814		
NTN-F - PREVI Futuro	0	168.833	0	0	0	168.833	920.647	536.683
NTN-B - PGA	0	56.148	0	27.637	54.603	138.388		
NTN-F - PGA	0	12.755	0	0	0	12.755	151.143	137.389
Total	685.834	8.163.495	6.055.158	1.816.432	21.848.069	38.568.988		
Títulos Públicos - Valor de Mercado (*)								
NTN-B - Plano 1	688.023	7.425.329	5.823.143	1.506.300	16.602.474	32.045.269		
NTN-F - Plano 1	0	260.038	0	0	0	260.038	32.305.307	31.602.344
NTN-B - PREVI Futuro	0	118.021	185.761	78.621	324.669	707.072		
NTN-F - PREVI Futuro	0	165.024	0	0	0	165.024	872.096	543.776
NTN-B - PGA	0	54.697	0	25.256	48.560	128.513		
NTN-F - PGA	0	12.505	0	0	0	12.505	141.018	139.267
Total	688.023	8.035.614	6.008.904	1.610.177	16.975.703	33.318.421		

(*) Apresentados pelo valor de mercado para fins de simples comparação com os precificados pelo custo amortizado.

Em 31/12/2015, houve reclassificação apenas de Títulos Públicos Federais da categoria “Títulos para Negociação” para a categoria “Mantidos até o Vencimento” no PREVI Futuro, no volume de R\$ 201.669. A justificativa para essa reclassificação foi reduzir a volatilidade da cota referente ao segmento de Renda Fixa do plano.

De acordo com o item III do artigo 8º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, destacamos que a referida reclassificação não gerou reflexo no resultado do PREVI Futuro.

O plano Capec não possui títulos marcados nesta categoria.

A Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os respectivos vencimentos, conforme atestado pelas Diretorias de Investimento, Planejamento e Seguridade.

11 DERIVATIVOS

11.1 Plano 1

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela PREVI é uma estrutura denominada *zero-cost collar*, que consiste na compra de opções de venda (*puts*) e na venda de opções de compra (*calls*) do mesmo índice, sem desembolso para a PREVI, e com preços de exercícios (*strikes*) diferentes. O valor justo destes instrumentos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações) e amplamente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares.

Para a precificação de opções sobre os índices Ibovespa e IBrX-50, cujo mercado é pequeno e ilíquido, foi desenvolvida metodologia própria baseada na observação do mercado norte-americano, bem mais desenvolvido que o mercado brasileiro. Dessa forma, para o cálculo do valor justo de tais opções, estimam-se superfícies de volatilidade para o Ibovespa e para o IBrX-50 a partir de suas volatilidades históricas, as quais são aplicadas, juntamente com

os demais parâmetros já conhecidos, ao modelo de precificação de opções *Black & Scholes*.

Em 31/12/2015, a PREVI não possuía posição em ser de instrumentos financeiros derivativos.

O teste de efetividade foi aplicado ao resultado final das operações encerradas durante o exercício e foi obtido um resultado dentro do intervalo de 80% a 125%, o que comprova que a finalidade de proteção foi atingida, conforme preceitua a Política de Investimentos do Plano 1.

12 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os ativos deste segmento, pertencentes em sua quase totalidade ao Plano 1, somaram R\$ 10.215.526 (R\$ 9.654.437, em 2014) no Consolidado.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		2014	Aquisição	Alienação	Avaliação ao Valor Justo	Depreciação	Incorporação de Custo ⁽¹⁾	Transferência	A Receber -Movimentação	Compra / Venda a prazo	2015
Plano 1	Edificações para Renda	5.011.056	0	(1.106)	59.596	(72.220)	8.258	8.825	15.226	0	5.029.635
	Imóveis em Construção	827.624	0	0	0	0	243.240 ⁽²⁾	(157.745)	0	0	913.119
	Uso Próprio	163.817	0	0	0	(2.796)	0	(8.825)	(2)	0	152.194
	Locadas à Patrocinadores	184.523	0	0	1.941	(3.743)	0	0	184	0	182.905
	Shopping Centers	3.161.638	0	(114.023)	216.900	(56.957)	23.889	157.745	(462)	0	3.388.730
	Complexo Hoteleiro	3.864	0	0	0	0	0	0	(3.864)	0	0
	Complexo Hospitalar	165.800	0	0	3.812	(1.732)	0	0	136	0	168.016
	Direitos de Alienação	126	0	0	0	0	0	0	0	380	506
	Outros Investimentos	7.876	0	0	0	0	0	0	0	(7.876)	0
	Subtotal	9.526.324	0	(115.129)	282.249	(137.448)	275.387	0	11.218	(7.496)	9.835.105
PREVI Futuro	Imóveis em Construção	38.796	0	0	0	0	15.924 ⁽³⁾	0	0	0	54.720
	Shopping Centers	89.317	234.426	0	3.926	(1.968)	0	0	0	0	325.701
	Outros Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal	128.113	234.426	0	3.926	(1.968)	15.924	0	0	0	380.421
CONSOLIDADO	9.654.437	234.426	(115.129)	286.175	(139.416)	291.311	0	11.218	(7.496)	10.215.526	

⁽¹⁾ Valor desembolsado em benfeitorias (obras e construções).

⁽²⁾ Torre Matarazzo, Torre Parque Cidade, Shopping Parque da Cidade e Shopping Iguatemi Esplanada.

⁽³⁾ Torre Parque Cidade e Shopping Parque da Cidade.

Dos imóveis que compõem a carteira da PREVI, 38 foram avaliados a valor justo em 2015 com base em laudos de

empresas especializadas, o que gerou variação patrimonial positiva na carteira de R\$ 286.175, conforme quadros a seguir:

IMÓVEIS AVALIADOS A VALOR JUSTO POR CLASSE				
Classe	Valor Justo	Valor Contábil	(*)	Ajuste
Edificações Locadas à Patrocinadora	39.159	37.218	0	1.941
Edificações Locadas a Terceiros	2.309.359	2.250.000	(237)	59.596
Participações em Shopping Center	3.359.931	3.139.105	0	220.826
Complexo Hospitalar	168.000	164.188	0	3.812
Total	5.876.449	5.590.511	(237)	286.175

(*) Depreciação entre o valor justo dos imóveis destinados à venda. Avaliação realizada a cada 6 meses.

IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO							
Empreendimento	Imóvel	Reavaliação	Valor Contábil	(**)	Ajuste	Data do Laudo	Empresa (*) Avaliadora
ABC - P1	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	542.703	528.172		14.531	24/7	1
ABC - PF (****)	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	47.208	45.914		1.294	24/7	1
América Business Park	Av. Major Sylvio Padilha, 5200 - São Paulo (SP)	108.967	99.221		9.746	22/4	5
Barrashopping	Av. das Américas 4666, Rio de Janeiro (RJ)	460.301	387.901		72.400	26/6	3
Birmann 21	Av. das Nações Unidas, 7221 - São Paulo (SP)	400.092	391.975		8.117	5/11	5
Cajamar (1)	Rodovia Anhaguera, KM 36, Cajamar (SP)	296.928	307.973		(11.045)	23/2	4
Candelária	Rua da Candelária, 65 - Rio de Janeiro (RJ)	121.239	119.162		2.077	10/9	13
Centenário (1)	Rua Flórida, 1970 - São Paulo (SP)	76.400	82.467		(6.067)	23/11	15
Hiper Bompreço Guararapes	Av Barreto de Menezes, 800, Jaboatão dos Guararapes (PE)	53.900	49.832		4.068	15/10	1
Hospital São Luiz	Av. Eng. Oscar Americano, 840 - São Paulo (SP)	168.000	164.188		3.812	16/3	10
Internacional Rio	Praia do Flamengo, 154 - Rio de Janeiro (RJ)	91.700	86.513		5.187	20/5	6
Jordanésia	Rodovia Anhaguera, KM 36, Cajamar (SP)	185.913	160.256		25.657	23/2	4
Leste Aricanduva (****) (1)	Av. Aricanduva, 5555 - São Paulo (SP)	115.000	123.314		(8.314)	26/3	1
Loja BB-Laranjeiras	Rua das Laranjeiras, 475 - Rio de Janeiro (RJ)	3.100	2.928		172	3/2	6
Mário Bhering (1)	Rua da Quitanda, 196, Rio de Janeiro (RJ)	3.724	4.407		(683)	10/9	13
Marques dos Reis (1)	Praça Pio X, 54 - Rio de Janeiro (RJ)	110.900	132.171		(21.271)	10/9	12
Metrô Tatuapé - P1	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	437.953	395.279		42.674	22/1	3
Metrô Tatuapé - PF (****)	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	45.632	43.000		2.632	22/1	3
Morumbi Office Tower	Av. Roque Petroni Júnior, 999 - São Paulo (SP)	126.391	111.006		15.385	25/11	3
Morumbi Square	Av. Chucri Zaidan, 80 - São Paulo (SP)	33.000	31.186	(228)	2.042	20/04 e 20/10	7 e 5

New York City	Av. das Américas 5000, Rio de Janeiro (RJ)	114.966	93.498		21.468	26/6	3
Norte Shopping	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	212.179	163.693		48.486	8/1	1
Norte Shopping - Expansão	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	300.112	249.441		50.671	8/1	1
Parkshopping	Av. Via Ápia, SAI / SO AI, 6580, Brasília (DF)	342.697	305.415		37.282	24/8	11
Residencial Jardim Guedala 32a	Rua Eugênio Betarello, 55 apt 32 – Bloco A, São Paulo (SP)	578	536	(4)	46	09/01 e 24/07	5 e 9
Residencial Jardim Guedala 74a	Rua Eugênio Betarello, nº 55 apto 74 A, São Paulo (SP)	607	519	(2)	90	22/04 e 29/10	9 e 14
Residencial Leopoldo Pereira	Rua Leopoldo Pereira, 45 apto 203, Belo Horizonte (MG)	196	188	(1)	9	19/05 e 06/11	8 e 9
Residencial Rui Barbosa	Rua Rui Barbosa, 720, Itaiópolis (SC)	151	129	(2)	24	09/01 e 17/08	9 e 5
Ribeirão Shopping	Av. Cel. Fernando Ferreira Leite, 1.540, Ribeirão Preto (SP)	122.030	153.574		(31.544)	24/4	1
Rio Metropolitan ⁽¹⁾	Av. República do Chile, 500 - Rio de Janeiro (RJ)	116.916	130.513		(13.597)	24/7	2
São Luiz - bloco I	Av. Juscelino Kubitscheck, 1830 - São Paulo (SP)	46.675	46.228		447	7/8	7
São Luiz - bloco III	Av. Juscelino Kubitscheck, 1830 - São Paulo (SP)	55.825	55.290		535	7/8	7
Shopping Iguatemi Esplanada	Av. Gisele Constantino S/N Votorantim (SP)	125.375	178.848		(53.473)	9/6	1
Shopping Esplanada	Av. Isoraida Marques Peres 401, Sorocaba (SP)	142.176	138.419		3.757	22/5	1
Shopping Morumbi	Av. Roque Petroni Jr., 1089 - São Paulo (SP)	253.056	236.150		16.906	27/10	3
Shopping Vitória	Av. Américo Buaiz, 200, Vitória (ES)	98.543	96.487		2.056	22/6	10
Teleporto	Av. Presidente Vargas, 3131 - Rio de Janeiro (RJ)	58.464	52.853		5.611	16/1	6
Wtorre Nações Unidas	Av. Nações Unidas 7815, São Paulo (SP)	456.852	421.865		34.987	19/11	5
Total Consolidado		5.876.449	5.590.511	(237)	286.175		

(1) Empresas responsáveis pelos laudos de avaliação: 1 - Fide Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda 2 - Câmara de Consultores Associados Ltda 3 - Instituto Urbanométrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda 4 - Dworking Assessoria em Patrimônio Ltda 5 - Anexxa - Engenharia, Consultoria e Comércio Ltda ME 6 - Praxis Avaliação Patrimonial Ltda 7 - Avalibens Engenharia e Avaliação Patrimonial Ltda 8 - WG Barboza Construções Ltda - ME 9 - Consul Patrimonial 10 - UON Serviços de Engenharia Ltda 11 - Gaiga Engenharia e Consultoria Ltda 12 - Analítica Engenharia de Avaliações Ltda 13 - Sênior Consultoria Avaliações e Estudos Técnicos Ltda 14 - Personal Patrimonial Ltda 15 - Mello Cenço Arquitetura e Avaliações Ltda

(*) Depreciação entre reavaliações dos imóveis destinados à venda. Reavaliação a cada 6 meses.

(**) Imóveis alienados.

(***) Imóvel pertencente a Carteira Imobiliária do Plano PREVI Futuro.

(4) Avaliação com variação negativa

EMPREENHIMENTOS ALIENADOS	Imóvel	Valor Justo	Valor de Venda	Resultado
Imóvel Residencial	Rua Urias Pithon BA 215 - Centro - Aruja - São Paulo - SP	572	595	23
Imóvel Residencial	Rua Eugênio Betarel 55 - Apto 132 B - Butantã - São Paulo (SP)	534	560	26
Shopping Leste Aricanduva	Av. Aricanduva, 5555 - São Paulo (SP)	114.023	115.000	977
Total		115.129	116.155	1.026

As provisões para perdas e para liquidação duvidosa deste segmento somaram R\$ 199.737, conforme quadro a seguir:

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2014	2015		
Dívidas de Garantia Mínima	36.444	Provisões	Reversões	38.626
Dívidas de Locação	131.041			161.111
Total	167.485	37.023	(4.771)	199.737

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro, e são assim demonstradas:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	Plano 1		PREVI Futuro		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Empréstimos	4.586.828	4.495.190	799.338	601.776	5.386.166	5.096.966
Empréstimos Simples	4.608.742	4.511.369	804.773	606.457	5.413.515	5.117.826
(Provisão para Devedores Duvidosos)	(21.914)	(16.179)	(5.435)	(4.681)	(27.349)	(20.860)
Financiamentos Imobiliários	1.179.523	1.231.298	46.750	23.877	1.226.273	1.255.175
Financiamentos	3.348.597	3.189.022	46.777	23.877	3.395.374	3.212.899
(Provisão para Devedores Duvidosos)	(2.169.074)	(1.957.724)	(27)	0	(2.169.101)	(1.957.724)
Total	5.766.351	5.726.488	846.088	625.653	6.612.439	6.352.141

13.1 Empréstimos Simples

O Empréstimo Simples está disponível para participantes e assistidos que estejam em dia com as contribuições e obrigações para com a PREVI e que já tenham seu Termo de Adesão cadastrado.

Descrição	Empréstimos			
	Plano 1		PREVI Futuro	
Modalidades	ES Rotativo ⁽¹⁾	ES Finimob ⁽⁵⁾	ES Reingresso	ES Rotativo ⁽¹⁾
Prestações ⁽²⁾	120 meses ⁽⁴⁾		96 meses ⁽⁶⁾	
Taxa de administração	0,1%		0,2%	
Limite de Concessão ⁽³⁾	R\$ 145 mil		R\$ 50 mil ⁽⁷⁾	
	<p>A prestação mensal deverá ser igual ou inferior à menor das margens consignáveis, de 30% ou de 70%, calculadas mensalmente com base nas verbas de proventos/benefícios e de consignações que transitam pela folha de pagamento, deduzidas inclusive verbas consideradas no cálculo que estejam suspensas ou pendentes e, no caso de ativo, parcelas de PAS, adiantamentos do Banco do Brasil.</p> <p>Funcionários Ativos: não poderá ser superior à reserva líquida individual com a qual poderá ser liquidado o saldo devedor do ES em caso de desligamento do Plano de Benefícios.</p> <p>Autopatrocinados ou em licença-interesse: menor valor da margem consignável de 30%, calculada sobre o salário-de-participação e sobre a renda comprovada.</p> <p>Pensionistas: O teto para contratação do empréstimo simples é rateado proporcionalmente entre todos os pensionistas de uma mesma matrícula. No caso de grupos familiares, apenas o titular de cada grupo pode solicitar o empréstimo e fica limitado à sua parte no rateio e ao permitido pela margem consignável.</p>			
Reajustes das Mensalidades	<p>Operações contratadas até 18/01/2015: uma vez a.a., pelo índice de atualização monetária do contrato, acumulado nos 12 meses anteriores ao mês da cobrança da prestação reajustada.</p> <p>Operações contratadas a partir de 19/01/2015: o recálculo da prestação acontece no mês de aniversário do contrato, considerando o saldo devedor, o prazo restante e a projeção do INPC. A prestação recalculada pela nova metodologia passa a vigorar a partir do mês seguinte.</p>			
Encargos	<p>INPC + 5% a.a.</p> <p>IOF: 1,4965% + 0,38% sobre novos valores (concessão ou renovação: sobre o valor a ser disponibilizado).</p> <p>FL: Plano PREVI Futuro: taxa nominal de 0,1% a.a. cobrada mensalmente sobre o saldo devedor. No Plano 1: taxa suspensa desde 2009.</p> <p>FQM: No Plano PREVI Futuro taxa nominal de 0,1% a.a. cobrada mensalmente sobre o saldo devedor. No Plano 1 - taxa nominal de 0,6% a.a para os participantes com idade até 59 anos, inclusive, de 1,2% a.a para participantes com idade de 60 a 69 anos, de 3,0% a.a para participantes com idade de 70 a 79 anos, de 3,5% a.a para participantes com idade de 80 a 89 anos e de 4,0% a.a. para os participantes com idade a partir de 90 anos, cobrada mensalmente sobre o saldo devedor.</p>			

⁽¹⁾ A partir de 30/11/2015 foi disponibilizada a todos os mutuários a possibilidade de renegociar seus contratos de ES Rotativo de acordo com as regras vigentes.

⁽²⁾ Prazo máximo em meses.

⁽³⁾ Em R\$ mil.

⁽⁴⁾ Prazo de acordo com a faixa etária.

⁽⁵⁾ Exclusivo para quitação de saldo devedor do financiamento imobiliário com recursos próprios ou do FGTS

⁽⁶⁾ A partir de 26/05/2015 o prazo do empréstimo simples do Plano PREVI Futuro para novas contratações foi alterado de 72 para 96 meses.

⁽⁷⁾ A partir de 26/05/2015 o teto de concessão do empréstimo simples do Plano PREVI Futuro para novas contratações foi alterado de 40 mil para 50 mil.

CONCESSÕES	2015		2014	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Plano 1	29.555	550.618	40.401	808.583
PREVI Futuro	53.950	318.952	50.852	267.499
Total	83.505	869.570	91.253	1.076.082

13.2 Financiamentos Imobiliários

Linha de crédito disponível para a aquisição de imóvel residencial pelos participantes e assistidos.

Descrição	Financiamentos Imobiliários	
	Plano 1	PREVI Futuro
Prestações	36 a 240 meses	
Encargos	INPC + 5%a.a.	
Taxa de administração	R\$ 19,00 por mês, revista periodicamente.	
Garantia	Alienação fiduciária do imóvel.	
Seguro do Imóvel	0,06196% sobre o valor de avaliação do imóvel, cobrado anualmente junto com uma das prestações durante todo o prazo de financiamento.	
Liquidação	Com recursos próprios, Empréstimo Simples - ES-Finimob ou ainda com recursos de terceiros pela operação com Interveniente Quitante.	
Concessão: Limites e Condições	<p>Até 100% do valor de avaliação do imóvel.</p> <p>Prestação Máxima Inicial: Até 25% da renda bruta / benefício bruto ou margem consignável de 70%, o que for menor.</p> <p>Imóveis residenciais, novos ou usados, de alvenaria e em boas condições de conservação. Os imóveis precisam estar situados em regiões urbanas, com obras concluídas e devidamente averbados no Registro de Imóveis. Também é necessário que a situação documental esteja regular, sem gravames ou ônus reais.</p> <p>Limitação: idade do participante + o prazo de financiamento não pode ultrapassar 80 anos.</p> <p>Utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (conta vinculada) para complemento do valor de compra do imóvel no ato da concessão do financiamento, observadas as regras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).</p>	

CONCESSÕES	2015		2014	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Plano 1	376	91.802	380	88.309
PREVI Futuro	95	23.184	30	6.099
Total	471	114.986	410	94.408

13.2.1 PLANO 1

Em 2015, foram efetivadas 1.249 liquidações antecipadas. As liquidações com recursos próprios dos mutuários totalizaram R\$ 61.868. Os contratos liquidados com recursos próprios abrangem aqueles liquidados em recuperação de crédito, por Devolução de Reserva – DR / Devolução de Reserva Matemática – DRM e Substituição de Garantia. Consideradas as modalidades Fundo de Quitação por Morte – FQM, Fim de Prazo e Fundo de Liquidez – FL, foram liquidados 656 contratos. Não houve contratos liquidados com recursos do FGTS.

A maior parte da inadimplência da carteira de financiamentos imobiliários vinculada ao Plano 1 refere-se aos contratos de mutuários desligados do Banco do Brasil a partir da instituição dos planos de demissões incentivadas e corresponde atualmente a aproximadamente 69,70%

da quantidade de contratos inadimplidos. O índice de inadimplência da Carteira de Financiamentos Imobiliários, posição de dezembro de 2015, excluídos os contratos firmados ou repactuados até 2006, é de 0,87%.

A PREVI implementou medidas para cobrança extrajudicial e judicial com vistas à recuperação dos créditos inadimplidos. Em relação ao Plano 1, dos 18.641 contratos “em ser”, 4.808 possuem prestações em atraso há mais de 90 dias (posição dezembro de 2015). A maior parte desses contratos (78,88%) está em fase de cobrança judicial.

13.2.2 PREVI Futuro

Foram liquidados nove contratos com recursos próprios no valor de R\$ 776.

14 PERMANENTE

DESCRIÇÃO	2014	Aquisição	Baixa	Depreciação / Amortização	2015
Móveis e Utensílios	1.771	72	(193)	(140)	1.510
Máquinas e Equipamentos	47	56	0	(25)	78
Computadores e Periféricos	10.571	3.089	(13)	(3.856)	9.791
Obras de Arte	82	0	0	0	82
Intangível	11.431	5.443	0	(3.745)	13.129
Software	7.841	5.047	0	(3.487)	9.401
Projetos	3.590	396	0	(258)	3.728
Total	23.902	8.660	(206)	(7.766)	24.590

15 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

15.1 Alocação por Segmento

Composição dos ativos quanto à alocação de recursos conforme a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24/09/2009.

INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	Plano 1		PREVI Futuro	
	2015	2014	2015	2014
Renda Fixa	40,7%	33,6%	53,9%	51,5%
Renda Variável	48,1%	56,1%	26,4%	32,8%
Investimentos Estruturados	0,5%	0,7%	1,2%	2,1%
Investimentos no Exterior	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Investimentos Imobiliários	6,7%	5,9%	5,7%	2,3%
Operações com Participantes	3,9%	3,5%	12,6%	11,1%
Derivativos	0	0,1%	0	0
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

SITUAÇÃO EXCEPCIONAL DE DESENQUADRAMENTO		
PLANO 1		
Limites de Alocação por Emissor		
→ As aplicações cujo emissor seja cia. aberta com registro na CVM não podem exceder o limite de 10% dos Recursos de cada Plano de Benefício. (art. 41, inciso III, alínea b).		
Vale S.A. (Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)		16,48%
ENTIDADE		
Limites de Concentração por Emissor		
→ O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% do respectivo capital total (Artigo 42).	capital total (Inciso I)	capital votante (Inciso II)
521 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	(*)	33,11%
CPFL Energia S.A.	29,45%	29,45%
Fiago Participações S.A.	51,89%	51,89%
Invepar Investimentos Participações Infra Estrutura S.A.	25,56%	(*)
Neoenergia S.A.	49,01%	49,01%
Sauípe S.A.	100,00%	100,00%
Tupy S.A.	26,19%	26,19%
→ No caso da Carteira de Fundos de Investimento Estruturados, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (Artigo 42, inciso IV, alínea b).		
Fundo Invest Imobiliário Panamby		31,40%

(*) Não existe desenquadramento nessa participação.

A consulta efetuada em 23/03/2015 à Previc referente ao plano de enquadramento que sugeria a aplicação da Resolução CMN nº 3.792, de 29/09/2009, em especial os Artigos 55 e 4º, foi considerada procedente. Assim, os ativos permanecerão em carteira sem data previamente definida para desinvestimento sem que estejam em situação irregular, ao que se define como Situação Excepcional de Desenquadramento.

15.2 Análise de Sensibilidade

15.2.1 CARTEIRA DE RENDA FIXA

A análise de sensibilidade do segmento de Renda Fixa para os fatores de risco do mercado utilizou o cenário de aplicação de choque de crescimento nas curvas de juros pré-fixado e cupom de inflação (IPCA e IGP-M).

PLANOS	CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA FIXA			
	50 pontos-base	100 pontos-base	150 pontos-base	200 pontos-base
Plano 1	411.502	795.261	1.154.037	1.490.253
PREVI Futuro	53.666	104.040	151.445	196.162
Capec	1.408	2.793	4.155	5.496
PGA	4.134	8.185	12.154	16.044

15.2.2 CARTEIRA DE RENDA VARIÁVEL

A metodologia para análise de sensibilidade de riscos de mercado do segmento de Renda Variável consiste na aplicação de choques de 10% e 25% ao índice IBrX, que é o *benchmark* adotado, levando-se em consideração a variação do portfólio em relação ao referido índice, mensurada pelo seu beta.

PLANOS	CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	
	Δ 10%	Δ 25%
Plano 1	6.345.885	15.864.712
PREVI Futuro	171.611	429.027
PGA	12.057	30.142

16 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Sumário das Transações com o Patrocinador:

SUMÁRIO	Consolidado	
	2015	2014
ATIVOS		
Depósito à vista	109	212
Créditos Privados e Depósitos (Nota 08)	3.234.417	3.574.165
CDB (Nota 08)	0	735.920
Letras Financeiras	3.234.417	2.838.245
Ações a vista (Nota 09)	4.710.065	7.505.774
Locadas a Patrocinador	182.906	184.523
PASSIVOS (Nota 17)		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997	14.314.157	13.687.582
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Pré-67	(14.247.492)	(13.673.833)
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	1.135.082	1.071.445
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Especial	(1.134.197)	(1.071.445)
Paridade - Acordo 2006	120.378	118.889
Utilização Superávit 2010 - Patrocinador	8.959.543	8.155.243
DESPESAS		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997	2.199.220	1.506.495
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	173.204	117.043
Paridade - Acordo 2006	18.412	15.182

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

	Consolidado	
SUMÁRIO	2015	2014
Utilização Superávit 2010 - Patrocinador	1.336.651	874.309
Custódia Financeira - Contrato PREVI x BB - Dimec	850	850
RECEITAS		
CDB	20.921	81.916
Operações Compromissadas	0	282
Debêntures Não-Convertíveis	62.929	134.417
Letras Financeiras	396.230	279.969
Ações - Dividendos e JCP	636.016	509.988
Imóveis Locados à Patrocinadora	21.328	21.068
Contrato BB x PREVI (53,6883529%)	1.584.475	1.542.549
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	114.661	110.017

INFORMAÇÕES ADICIONAIS		Tipo	Data Compra	Taxa Média Negociada		Vencimento	Qtde.	PU	Valor	
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	30/03/10	108,5	CDI (percentual)	30/03/16	280	1.000	280.000	
			15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	450	1.000	450.000	
			15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	720	500	360.000	
			28/09/12	10,51	Pré a.a. 252 EX DU	02/07/18	1.000	1.000	1.000.000	
Total								2.090.000		
PREVI Futuro			15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	40	1.000	40.000	
			15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	80	500	40.000	
Total								80.000		
PGA			30/03/10	108,5	CDI (percentual)	30/03/16	20	1.000	20.000	
			15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	10	1.000	10.000	
	Total								30.000	

Também são consideradas transações entre partes relacionadas as operações com participantes detalhadas na Nota 13.

A PREVI utiliza o Banco do Brasil S.A., que é devidamente credenciado na CVM, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável.

A BB DTVM administra fundos de investimentos exclusivos para a PREVI na ordem de R\$ 93.835.461, em dezembro de 2015 (R\$ 97.160.590 em 2014), o que representa quase a totalidade dos fundos de investimento exclusivos mencionados na Nota 10. A taxa de administração cobrada pela BB DTVM nos fundos de investimento exclusivos de renda fixa é de 0,035% a.a. sobre o patrimônio do respectivo fundo e de R\$ 450 a.a. para cada um dos fundos de Renda Variável (BB Ativa e Carteira Livre I).

Além das transações com a patrocinadora, apresentamos abaixo a remuneração mensal atribuída ao Pessoal Chave da Administração, bem como a faixa de remuneração dos funcionários cedidos da patrocinadora, que também são considerados partes relacionadas:

REMUNERAÇÃO MENSAL PAGA AOS FUNCIONÁRIOS E À ADMINISTRAÇÃO DA PREVI (Em reais)	2015	2014
Menor Salário	1.666,01	1.529,15
Maior Salário	31.207,83	28.370,76
Salário Médio	12.210,68	10.166,68
Dirigentes		
Presidente	58.355,29	55.842,38
Diretor	49.457,30	47.327,56
Conselheiros (*)		
Conselho Deliberativo	14.588,82	13.960,60
Conselho Fiscal	11.671,06	11.168,48
Conselhos Consultivos Plano 1 e PREVI Futuro	0	0

(*) Conselheiros suplentes recebem 50% da remuneração dos conselheiros titulares.

17 EXIGÍVEL OPERACIONAL

EXIGÍVEL OPERACIONAL	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Ajustes		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Gestão Previdencial	26.011.519	24.521.134	2.307	2.555	45.850	35.559	0	0	(3.717)	(3.532)	26.055.959	24.555.716
Benefícios a Pagar	1.236.848	1.414.340	1.652	1.915	45.850	35.559	0	0	(3.717)	(3.532)	1.280.633	1.448.282
Retenções a Recolher	82.808	72.953	621	603	0	0	0	0	0	0	83.429	73.556
Recursos Antecipados	15.569.617	14.877.917									15.569.617	14.877.917
Contrato PREVI X BB - de 24/12/97	14.314.157	13.687.583									14.314.157	13.687.583
Paridade - Acordo 2006	120.378	118.889									120.378	118.889
Contribuição Amortizante - Grupo Especial	1.135.082	1.071.445									1.135.082	1.071.445
Outras Exigibilidades	9.122.246	8.155.924	34	37	0	0	0	0	0	0	9.122.280	8.155.961
Utiliz. Superávit 2010 - Patrocinadores	8.959.543	8.155.242									8.959.543	8.155.242
Demais	162.703	682	34	37	0	0	0	0	0	0	162.737	719
Gestão Administrativa							16.660	9.224	(8.695)	(1.289)	7.965	7.935
Investimentos	52.634	116.235	7.068	1.933	427	49	0	93	(17.373)	(16.742)	42.756	101.568
Total	26.064.153	24.637.369	9.375	4.488	46.277	35.608	16.660	9.317	(29.785)	(21.563)	26.106.680	24.665.219

O grupo Passivo Exigível Operacional está subdividido nas Gestões Previdencial e Administrativa e em Investimentos e

assinala as obrigações decorrentes das operações da PREVI, com destaque para os registros na Gestão Previdencial do Plano 1:

17.1 CONTRATO BB X PREVI – Grupo Pré-67, PARIDADE – Acordo 2006 e CONTRIBUIÇÃO AMORTIZANTE – Grupo Especial

MOVIMENTAÇÃO	2014	Atualizações ⁽¹⁾	Contribuições Antecipadas	Transferências pelo Fundo Paridade	2015
Contrato BB x PREVI 97 ⁽²⁾	13.687.583	2.199.220	(1.584.475)	11.829	14.314.157
(Provisões Matemáticas a Constituir) ⁽²⁾	(13.673.833)				(14.247.492)
Contrib. Amortizante - Grupo Especial ⁽³⁾	1.071.445	173.204	(114.661)	5.094	1.135.082
(Provisões Matemáticas a Constituir) ⁽³⁾	(1.071.445)				(1.134.197)
Paridade - Acordo 2006	118.889	18.412	0	(16.923)	120.378

⁽¹⁾ INPC + 5% a.a. ⁽²⁾ Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 24/12/1997, aditado em 09/02/1998. ⁽³⁾ Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 31/12/2012.

17.2 Utilização do Superávit 2010

Em 16/02/2011, foi autorizada a utilização do Superávit acumulado em 2010, que implementou o Benefício Especial Temporário – BET. Esse benefício correspondia a 20% do complemento PREVI ou da Renda Mensal Vitalícia para aposentados e pensionistas e vigorou até 2013. Os valores

correspondentes aos patrocinadores (parágrafo 3º, do Artigo 89) e aos participantes da ativa (Artigo 91) foram registrados na rubrica Utilização de Superávit – 2010 (patrocinadores e participantes ativos, respectivamente). Em 2015, a movimentação dessas rubricas registrou:

UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT - 2010	2014	Atualizações ⁽¹⁾	Utilizações	2015
Patrocinadores	8.155.242	1.336.651	(532.350) ⁽²⁾	8.959.543
Banco do Brasil	8.140.446	1.334.159	(532.350)	8.942.255
PREVI	14.796	2.492	0	17.288
Ativos	1.327.090	192.992	(385.587)	1.134.495
Total	9.482.332	1.529.643	(917.937)	10.094.038

⁽¹⁾ INPC + 5% a.a. ⁽²⁾ Contribuições patronais.

18 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A PREVI classifica a faixa de risco de perda em cada um dos objetos (pedido a ser apreciado pelo juiz) contidos nos processos em que a Entidade é parte.

FAIXA DE RISCO	Quantidade de Objetos
Provável	6.484
Possível	30.223
Remota	47.099
Total	83.806

Cada um dos objetos corresponde a pedido efetuado pela parte autora em processo judicial movido em face da PREVI.

Os critérios utilizados pela Entidade para mensurar o valor correspondente a cada um desses objetos levam em conta as fases do respectivo processo:

a) conhecimento: os processos ajuizados são agrupados por Plano de Benefícios e Programa de Gestão. O valor do objeto é obtido por meio da liquidação prévia dos pedidos, cujos cálculos são elaborados internamente de acordo com a natureza do objeto da demanda judicial e da jurisprudência dos tribunais, permanecendo inalterada até que alguma decisão judicial venha a alterar o cenário do desfecho da lide ou que ocorra atualização anual da liquidação prévia.

b) execução: o valor do objeto é obtido considerando o “valor da execução” em lugar das estimativas feitas na fase de conhecimento.

18.1 Contingências – Perda Provável

As provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que a PREVI entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese

e provavelmente gerarão desembolsos futuros, estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais relativas aos Planos de Benefícios e ao PGA.

EVOLUÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS	Gestão Previdencial				Investimentos ⁽³⁾	Gestão Administrativa		Total
	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	Consolidado				
2014	1.830.309	252	6.391	1.836.952	18.864	170.241	4.051	2.030.108
Provisões Adicionais - Novos Processos	2.386	98	0	2.484	27	0	0	2.511
Baixa de Provisões - Levantamentos ⁽¹⁾	(17.157)	0	(297)	(17.454)	(700)	(4.897)	0	(23.051)
Baixa de Provisões - Pagamentos	(54.314)	(36)	(701)	(55.051)	(1.604)	0	(119)	(56.774)
Reavaliação das Ações Existentes ⁽²⁾	(210.468)	(38)	(67)	(210.573)	12.824	32.911	419	(164.419)
2015	1.550.756	276	5.326	1.556.358	29.411	198.255 ⁽⁴⁾	4.351 ⁽⁵⁾	1.788.375

⁽¹⁾ Depósitos revertidos em favor da PREVI. ⁽²⁾ Maturidade dos processos em andamento, seja por encerramento ou migração para fase de execução; - revisão anual do cálculo de liquidação prévia dos objetos com faixa de risco provável. ⁽³⁾ Plano 1, exclusivamente. ⁽⁴⁾ Ações fiscais. ⁽⁵⁾ Ações trabalhistas.

18.1.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda provável ou aqueles em que já existe execução de julgado contrário à PREVI. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

São compostas principalmente pelos pedidos relacionados aos expurgos inflacionários referentes à correção do montante das contribuições resgatadas mediante a desconsideração dos índices previstos no regulamento do plano e a aplicação de índices de inflação supostamente expurgados pelos planos econômicos do Governo Federal.

18.1.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

18.1.2.1 Ações Trabalhistas

Compõe as ações de ex-funcionários da PREVI contra a Entidade, por meio das quais os reclamantes discutem pretensos direitos, relativos a diversas verbas salariais e indenizatórias.

18.1.3 INVESTIMENTOS

a) Edifício São Luiz Gonzaga (SLG) - Processo nº 0303587-17.2001.8.26.0100 (583.00.2001.303587-8), 19ª VC São Paulo (SP). Ação Ordinária proposta pela SLG em face da PREVI que pretendia a revisão e reequilíbrio

do contrato de aquisição de unidades do Edifício São Luiz Gonzaga, com reconvenção da PREVI para que a empresa responsável pela construção cumpra com as suas obrigações decorrentes do contrato. Em 04/06/2007, houve sentença procedente na reconvenção ajuizada pela PREVI e improcedente na ação ajuizada pela SLG, porém não houve prosseguimento na execução em face da parte sucumbente SLG, pois a devedora não possui patrimônio e o judiciário negou a desconsideração da personalidade jurídica da Sociedade de Propósito Específico, SLG, que não possui bens passíveis de constrição. Em 24/03/2014, foi efetivada escritura de distrato da promessa de compra e venda do SLG com a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – Aneas. O processo foi arquivado.

b) Nova Cidade Shopping Centers S/A - Processo nº 024.040.041.606, 6ª Vara Cível de Vitória (ES); Processo nº 024.08.041572-2, 9ª Vara Cível de Vitória (ES); Processo nº 024.030.014.260, 3ª Vara Cível de Vitória (ES). Processos de indenização movidos por Nova Cidade Shopping Center onde se discute a governança e a transparência na gestão do Shopping Vitória, localizado em Vitória (ES). Em 28/12/2015 foram formalizados acordos nos autos para encerramento dos processos.

c) Condomínio do Edifício Verdes Mares - Processo nº 2004.209.000645-2, 5ª VC Barra Tijuca (RJ). Ação de obrigação de fazer/providenciar a recuperação

dos planos das fachadas do Edifício do Condomínio Verdes Mares, construído nos anos de 1990 em regime de incorporação imobiliária com a participação da PREVI, cumulada com pedido de pagamento de indenização correspondente à desvalorização experimentada pelas unidades imobiliárias em razão de problemas construtivos (“Indenização”). A Ação foi ajuizada em 16/1/2004 pelo Condomínio do Edifício Verdes Mares em face da PREVI e PLENGE ENGENHARIA, então denominada de PLARCON ENGENHARIA. O STJ determinou a realização de perícia judicial para apuração e quantificação do valor indenizatório correspondente à desvalorização imobiliária experimentada pelas unidades imobiliárias

do Condomínio em razão dos problemas construtivos verificados no Edifício. Atualmente o processo encontra-se em fase de perícia para apurar a extensão dos danos.

d) **CAMP TOWER** - Processo nº 98.0613429-0, 2ª VF Campinas, (SP). Desapropriação do imóvel em Campinas pelo TRT. Recurso ao TRF da 3ª Região para julgamento desde 31/07/2012. Em 11/11/2015, autos recebidos do gabinete para juntada de petição; apelação ainda pendente de julgamento.

e) **Outros** - Encontram-se também provisionados os valores relativos às ações de revisão de contratos de financiamento imobiliário.

18.2 Depósitos e Bloqueios Judiciais

	GESTÃO PREVIDENCIAL		INVESTIMENTOS		GESTÃO ADMINISTRATIVA		TOTAIS	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Plano 1	1.900.970	1.558.369	18.323	9.863			1.919.293	1.568.232
PREVI Futuro	178	159	0	0			178	159
Capec	3.568	4.486	0	0			3.568	4.486
PGA					203.789	170.196	203.789	170.196
CONSOLIDADO	1.904.716	1.563.014	18.323	9.863	203.789	170.196	2.126.828	1.743.073

Foi aplicado sobre as provisões relativas aos depósitos judiciais o cálculo do indicador chave de risco (KRI), que mensura o nível de risco ao qual a PREVI está exposta para as ações em execução. Apurou-se, com base nos processos encerrados nos últimos cinco anos, um índice de 81,86% (posição dezembro/2015). Assim, este foi o percentual de provisão constituída para todos os processos em fase de execução em que a PREVI é ré.

18.2.1 Ações Fiscais

São ações que a PREVI move contra a União em que se discute a incidência de tributos sobre as receitas administrativas e encargos patronais sobre serviços prestados por cooperativas de trabalho. Esses valores são depositados judicialmente e encontram-se integralmente provisionados.

a) **Contribuição Social ao PIS e COFINS** – Processo 2006.51.01.013659-9, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Mandado de segurança impetrado pela PREVI em 13/07/2006, com pedido de liminar visando à garantia do direito líquido e certo de não submeter a Entidade à cobrança do PIS e da COFINS nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718, de 27/11/1998. A liminar foi concedida e

a segurança foi julgada em sentença que considerou parcialmente procedentes os pedidos da PREVI. O processo tramita no Supremo Tribunal Federal em razão da interposição de recurso extraordinário. O referido recurso, no entanto, encontra-se suspenso em razão da declaração de repercussão geral em outro processo com recurso extraordinário pendente de julgamento, cuja matéria é similar àquela tratada no processo da PREVI e, portanto, poderá ter reflexos na decisão relativa ao Mandado de Segurança da PREVI. Portanto, até o momento não há decisão final do Poder Judiciário sobre a exigibilidade ou não das contribuições devidas ao PIS e a COFINS, razão pela qual a PREVI continua dando cumprimento à legislação vigente e à decisão do TRF, depositando os valores em juízo, até que o STF defina a situação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Encontram-se provisionados recursos na ordem de R\$ 198.255, dos quais R\$ 1.468 são da competência de dezembro de 2015. Com fundamento em parecer jurídico e chance de perda classificada como possível, está sendo efetuado, desde julho de 2006, depósito judicial correspondente às referidas contribuições, que totalizavam, em dezembro de 2015, o saldo de R\$ 196.787 (Nota 6).

b) **Contribuição Previdenciária - INSS - Processo nº 2010.51.01.002955-5, 4ª VF do Rio de Janeiro (RJ) – União, Fazenda Nacional. Ação Ordinária em face da União Federal em que se questiona a legalidade da cobrança de contribuição previdenciária prevista no Inciso IV, do Artigo 22, da Lei 8.212, de 24/06/1991.** Estão depositados judicialmente R\$ 4.898 referentes às contribuições previdenciárias incidentes sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho e de transporte, correspondentes ao período de dezembro de 2004 a outubro de 2014. Em 21/11/2014, foi acolhido parcialmente o requerimento da PREVI de antecipação dos efeitos de tutela somente para determinar a suspensão das exigibilidades do crédito tributário quanto a eventuais recolhimentos vincendos da contribuição previdenciária sobre serviços prestados pelas cooperativas de trabalho, desobrigando a Entidade a realizar depósitos judiciais. Em 25/06/2015, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da PREVI, para o fim de: “(i) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes no que se refere à obrigação de recolher a contribuição previdenciária prevista no art. 22, IV da lei 8.212/91 e determinar que a parte ré se abstenha de exigir da autora a referida contribuição, diante da inconstitucionalidade já reconhecida nos termos do Recurso Extraordinário nº 595.838 do Supremo Tribunal Federal e assim (ii) declarar direito da parte autora à repetição do indébito, após o trânsito em julgado desta decisão (CTN, art. 170-A), mediante restituição em espécie ou compensação, nos moldes do art. 66 da lei 8.383/91.” Não houve a interposição de recurso e em 18/08/2015 foi certificado o trânsito em julgado da decisão. Em 08/09/2015, foi apresentado pedido de permanência dos autos em cartório a fim de darmos início à execução do julgado. Em 04/12/2015, fomos intimados para levantar os valores depositados.

19 PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

19.1 Passivos Contingentes

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI considera como passivos contingentes os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda possível. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

Os objetos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 2.202.013 (R\$ 2.412.660, em 2014). São compostos principalmente pelos seguintes pedidos: revisão contratual em financiamento imobiliário, revisão de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamatórias trabalhistas em face do patrocinador.

19.2 Ativos Contingentes

19.2.1 OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – OFND

Processo nº 123902-36.1991.4.02.5101, 23ª VF do Rio de Janeiro (RJ). Ação ordinária ajuizada pela Abrapp em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 18/05/2013, a execução foi suspensa em função da Ação Rescisória nº 2012.02.01.000858-3 interposta pela União Federal em face da Abrapp. Foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela União e pela Abrapp, que se encontram pendentes de julgamento. Em 27/11/2015, foram ajuizadas as ações de liquidação por artigos de título judicial, sendo a PREVI tombada sob o nº 0145854-31.2015.4.02.5101, em trâmite perante a 26ª VF do Rio de Janeiro (RJ).

19.2.2 DIVIDENDOS DA TELEBRÁS

Processo nº 1997.34.00.026811-3, 23ª VF de Brasília (DF). A Telebrás firmou transação parcial com a PREVI decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado. O valor remanescente da transação parcial está sendo pago em 30 prestações semestrais e sucessivas, atualizadas pelo INPC, acrescido de 6%a.a. O valor considerado controverso está em discussão e será definido ao cabo da impugnação. Na atual fase processual (fase de cumprimento de sentença) está sendo realizada a perícia.

20 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas apresentadas a seguir foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por profissionais habilitados da Diretoria de Seguridade, conforme Parecer Atuarial de 21/01/2016.

20.1 Plano de Benefícios 1

Os valores especificados no DPT do Plano 1 foram obtidos com base no seguinte plano de custeio:

Participantes Ativos – de acordo com o enquadramento de seus salários de participação nas alíquotas estabelecidas na tabela a seguir: (Artigo 66 do Regulamento)

PLANO DE CUSTEIO		
Salário de participação	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
$SP < \frac{1}{2} PP * 1,25$	$1,8\% \times SP$	-
$\frac{1}{2} PP * 1,25 \leq SP < PP * 1,25$	$3,0\% \times SP$	$0,75\% \times PP$
$SP \geq PP * 1,25$	$7,8\% \times SP$	$6,75\% \times PP$

SP – Salário de participação PP – Parcela PREVI

Participantes Assistidos – 4,8% do valor do complemento de aposentadoria. (Artigo 68 do Regulamento)

Patrocinadoras – valor idêntico ao das contribuições vertidas pelos participantes. (Artigo 69 do Regulamento)

Além dessas contribuições, o plano de custeio do Plano 1 prevê, na forma do contrato BB x PREVI – Grupo Pré-67, de 24/12/1997, que o Banco verterá contribuições para manter equilibrado o saldo da conta “Contribuições Amortizantes Antecipadas” frente à conta “Provisões Matemáticas a Constituir” (Nota 17.1).

O aumento das Provisões Matemáticas deve-se principalmente à variação do INPC de 11,28% na reavaliação atuarial para o exercício de 2015, no valor de R\$ 13.789.629, conforme apresentado na DMAL do Plano 1. As premissas atuariais, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 18/12/2015, foram:

PREMISSAS ATUARIAIS	2015	2014
Biométricas		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2012
Econômicas		
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	1,0065%	1,01%

O estudo de aderência das tábuas biométricas (mortalidade de válidos e inválidos e entrada em invalidez) subsidia as premissas biométricas utilizadas para o cálculo das Provisões Matemáticas.

A taxa real de juros aplicada para cálculo das Provisões Matemáticas foi de 5,0% a.a. e, de acordo com a Portaria Previc nº 197, de 14/04/2015, está no intervalo estabelecido entre os limites inferior e superior de 3,72% a.a. e 5,72% a.a., respectivamente.

20.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro

O PREVI Futuro é estruturado na modalidade de contribuição variável e composto de duas partes: a Parte I, relativa aos benefícios de risco, e a Parte II, relativa aos benefícios programados.

PLANO DE CUSTEIO - PREVI Futuro	
Participantes	Patrocinadora
Parte I	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
Parte II	
- subparte “a”: 6,390016% sobre o salário de participação. - subparte “b”: percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento - subparte “c”: percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- subparte “a”: 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte. - subparte “b”: 100% da contribuição individual do participante pra esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano. - subparte “c”: não há

Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

A variação das Provisões Matemáticas no valor de R\$ 1.127.576, conforme apresentado na DMAL do PREVI Futuro, deve-se principalmente ao montante de contribuições vertidas especialmente para a Parte II, porquanto o plano encontra-se no estágio de acumulação de reservas.

PREMISSAS ATUARIAIS - PREVI Futuro	2015	2014
Biométricas		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2012
Econômicas		
Taxa Real de Juros	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	3,1336%	3,00%

21 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Em 25/11/2015, foi promulgada a Resolução MPS/CNPC nº 22, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, quanto aos procedimentos a serem observados na apuração do resultado do plano e que passou a considerar a *duration* (duração do passivo) do plano de benefícios na apuração do limite de equilíbrio técnico acumulado, com aplicação obrigatória a partir do resultado do exercício de 2015. A *duration* corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

21.1 Plano de Benefícios 1

EQUILÍBRIO TÉCNICO	2015	2014
Reserva de Contingência	0	12.538.633
Reserva Especial para Rev. de Plano	0	0
Déficit Técnico Acumulado	(16.137.922)	0
Superávit Técnico Acumulado	0	12.538.633

O Déficit Técnico do Exercício foi de R\$ 28.676.555 e resultou num Déficit Técnico Acumulado de R\$ 16.137.922, em 31/12/2015. Contribuiu para esse resultado o retorno negativo de 2,84% da carteira de investimentos (Nota 23.2), o que não foi suficiente para fazer frente à variação de 11,29% das Provisões Matemáticas que foi de R\$ 13.789.629, no exercício. O índice de cobertura dos compromissos atuariais (Ativo Líquido sobre as Provisões Matemáticas) foi de 0,88.

O valor do equilíbrio técnico ajustado foi superior ao limite do déficit de 8,1% das Provisões Matemáticas e deverá ser elaborado até ao final do exercício de 2016 um plano de equacionamento do déficit de R\$ 2.909.716, conforme disposto na nova redação do Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

Em 31/12/2015, a *duration* do Plano 1 correspondia a 12,1 anos e apurou o limite do déficit em 8,1% das Provisões Matemáticas, que corresponde a R\$ 11.004.883, conforme a Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015.

EVOLUÇÃO - Plano 1	
Equilíbrio Técnico - 2014	12.538.633
Resultado Líquido Previdencial	(10.392.776)
Resultado das Contingências	295.518
Cobertura de Despesas Administrativas	(37.688)
Resultado Líquido dos Investimentos	(4.753.893)
Atualização Provisão Matemática	(13.789.629)
Fundos Previdenciais	1.913
Equilíbrio Técnico - 2015	(16.137.922)
Ajuste de Precificação	2.223.323
Equilíbrio Técnico Ajustado - 2015	(13.914.599)
Limite de Déficit Técnico Acumulado (*)	(11.004.883)
Valor do Déficit Técnico a ser equacionado	(2.909.716)

(*) 8,1% da Provisões Matemáticas

A Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, estabelece que, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser deduzido do equilíbrio técnico o valor de ajuste de precificação. Entende-se como ajuste de precificação a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços

classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Em 31/12/2015, o valor do ajuste de precificação corresponde a R\$ 2.223.323, conforme demonstrado no quadro abaixo.

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL E FINANCEIRO DOS TÍTULOS OBJETO DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO							
	Tipo	Taxa Média de Aquisição % a.a.	Vencimento	Qtde.	Vlr Contábil	Vlr Ajustado	Ajuste
Plano 1	NTN-B	6,52	15/08/16	242.783	685.856	691.819	5.963
		6,70	15/05/17	529.000	1.468.835	1.496.625	27.790
		5,65	15/08/18	20.000	57.152	58.006	854
		6,53	15/05/19	111.610	311.386	321.276	9.890
		6,73	15/08/20	2.067.210	5.698.167	6.088.900	390.733
		5,74	15/08/22	184.975	531.325	552.573	21.248
		6,83	15/05/23	120.301	331.703	356.321	24.618
		6,91	15/08/24	1.921.377	5.005.814	5.811.876	806.062
		6,07	15/08/30	596.416	1.702.655	1.859.473	156.818
		7,25	15/05/35	1.245.698	3.076.808	3.903.391	826.583
		5,85	15/08/40	1.950.507	6.442.220	6.285.204	(157.016)
		7,31	15/05/45	778.180	1.908.329	2.503.292	594.963
		5,61	15/08/50	2.694.908	9.441.220	8.859.053	(582.167)
		6,31	15/05/55	202.500	564.843	661.827	96.984
TOTAIS				12.665.465	37.226.313	39.449.636	2.223.323

21.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro

Por ser de Contribuição Variável, o Equilíbrio Técnico do PREVI Futuro é decorrente principalmente dos valores apurados na Parte I do plano, estruturada na modalidade de Benefício Definido. Nessa parte, são calculados os benefícios de risco, enquanto que na Parte II são apuradas as reservas dos benefícios programados.

EVOLUÇÃO - PREVI Futuro	
Equilíbrio Técnico - 2014	0
Resultado Líquido Previdencial	975.227
Resultado Líquido das Contingências	(50)
Cobertura de Despesas Administrativas	(40.769)
Resultado Líquido dos Investimentos	139.100
Atualização Provisão Matemática	(1.127.576)
Fundos Previdenciais	54.068
Equilíbrio Técnico - 2015	0

22 FUNDOS

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Investimentos	Consolidado
2013	302.361	800.965	622.148	1.725.474
Formação/Reversão de Fundos	(22.391)	12.031	68.341	57.981
2014	279.970	812.996	690.489	1.783.455
Formação/Reversão de Fundos	(13.550)	11.843	107.366	105.659
2015	266.420	824.839	797.855	1.889.114

22.1 Gestão Previdencial

Os fundos previdenciais são constituídos pelo atuário com o objetivo de minimizar os efeitos de oscilações das variáveis atuariais sobre os resultados dos planos de benefícios, promovendo maior estabilidade e reduzindo a

ocorrência de déficits conjunturais. O atuário deve indicar sua fonte de custeio e finalidade, guardando relação com o evento determinado ou um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS		2014	Aportes	Atualizações	Utilizações	2015
Plano 1	Fundo de Renda Certa ⁽¹⁾	8.302	0	147	(2.060)	6.389
	Subtotal	8.302	0	147	(2.060)	6.389
PREVI Futuro	Fundo de Cotas Resguardadas ⁽²⁾	50.265	0	910	0	51.175
	Fundo Cobert. Risco Reingresso Ex Part. ⁽³⁾	20.408	0	1.568	0	21.976
	Fundo de Gestão Risco ⁽⁴⁾	65.501	0	(56.546)	0	8.955
	Subtotal	136.174	0	(54.068)	0	82.106
CAPEC	Fundo da Carteira de Pecúlios ⁽⁵⁾	30.567	0	0	1.133	31.700
	Fundo de Reserva para Cob. Oscilações ⁽⁶⁾	104.927	31.888	9.410	0	146.225
	Subtotal	135.494	31.888	9.410	1.133	177.925
Total	279.970	31.888	(44.511)	(927)	266.420	

Finalidades:

⁽¹⁾ Pagamento do Benefício Especial aos participantes que excederam 360 contribuições até 31/12/2006 (Artigo 93 do Regulamento).

⁽²⁾ Consolidação dos saldos sem destinação definida no Regulamento anterior, bem como de participantes e ex-participantes que podem receber de imediato.

⁽³⁾ Valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que têm direito a reingressar ao PREVI Futuro.

⁽⁴⁾ Para fazer frente às oscilações de compromissos e ajustes operacionais.

⁽⁵⁾ Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes, em função do subsídio das contribuições para as faixas etárias maiores.

⁽⁶⁾ Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes (Artigo 50 do Regulamento).

22.2 Gestão Administrativa

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da PREVI. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

O quadro abaixo apresenta a metodologia empregada pela Entidade na apuração do Fundo Administrativo, segregado por Plano de Benefícios, de acordo com os Artigos 22 a 26 do Regulamento do PGA:

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	Consolidado
2014	676.633	111.170	25.193	812.996
(+/-) Remuneração do Fundo Administrativo ⁽¹⁾	49.659	8.832	1.962	60.453
(+) Custeio Administrativo - Previdencial ⁽²⁾	45.226	40.771	6.486	92.483
(-) Despesas Específicas - Previdenciais	(13.795)	(396)	(21)	(14.212)
(+) Receitas Específicas ⁽³⁾	1.720	0	0	1.720
Subtotal	759.443	160.377	33.620	953.440
(+/-) Despesas Comuns Previdenciais (-) Receitas Comuns ⁽⁴⁾	(104.617)	(19.678)	(4.306)	(128.601)
2015	654.826	140.699	29.314	824.839
(+/-) Aporte / Reversão do Fundo Administrativo	(21.807)	29.529	4.121	11.843

⁽¹⁾ Resultado Positivo dos Investimentos.

⁽²⁾ Taxa de carregamento de 4% sobre as contribuições.

⁽³⁾ Reembolsos c/ Veiculação e Convênios.

⁽⁴⁾ Valor rateado com base na proporção apurada, mensalmente, no campo subtotal.

22.3 Investimentos

Os Fundos dos Investimentos são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários, estabelecidos de acordo com os regulamentos em vigor.

As taxas de FQM e FL das Carteiras de Empréstimos e Financiamentos são apuradas/reavaliadas anualmente

e os recursos existentes nos Fundos são suficientes para fazer frente aos riscos referentes aos eventos de morte dos mutuários e de crédito das carteiras. O FQM destina-se à quitação das obrigações vincendas em caso de morte do tomador e o FL para quitar dívidas inadimplidas consideradas irrecuperáveis pela PREVI após a adoção de todas as medidas cabíveis, inclusive judiciais.

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS DOS INVESTIMENTOS		2014	Aportes	Atualizações	Utilizações / Reversões	2015
Plano 1	Fundos de Empréstimos Simples	244.117	57.329	38.797	(57.185)	283.058
	Fundo de Liquidez	136.992	8	21.709	(39)	158.670
	Fundo de Quitação por Morte	107.125	57.321	17.088	(57.146)	124.388
	Fundo de Financiamentos Imobiliários	434.681	14.416	69.713	(18.665)	500.145
	Fundo Comum de Liquidez e Quitação por Morte	412.097	5.755	65.933	(14.563)	469.222
	Fundo de Liquidez - Carim 2007	13.162	2.074	2.226	0	17.462
	Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	9.422	6.587	1.554	(4.102)	13.461
	Subtotal	678.798	71.745	108.510	(75.850)	783.203
PREVI Futuro	Fundos de Empréstimos Simples	11.489	1.419	1.878	(437)	14.349
	Fundo de Liquidez	5.804	708	962	0	7.474
	Fundo de Quitação por Morte	5.685	711	916	(437)	6.875
	Fundo de Financiamentos Imobiliários	202	66	35	0	303
	Fundo de Liquidez - Carim 2007	99	32	17	0	148
	Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	103	34	18	0	155
	Subtotal	11.691	1.485	1.913	(437)	14.652
TOTAL	690.489	73.230	110.423	(76.287)	797.855	

22.3.1 FUNDO DOS INVESTIMENTOS - EMPRÉSTIMO SIMPLES

22.3.1.1 Plano 1

A taxa do FQM é calculada mensalmente sobre o saldo devedor. A cobrança é segmentada em cinco faixas etárias, conforme quadro a seguir:

	2015	Até 20/01/2015
Faixa Etária	% FQM	% FQM
até 59 anos	0,6%	0,7%
60 a 69 anos	1,2%	1,3%
a partir de 70 anos		2,8%
70 a 79 anos	3,0%	
80 a 89 anos	3,5%	
a partir de 90 anos	4,0%	

A taxa do FL está suspensa desde 15/09/2009. A avaliação realizada em 2015 ratificou a manutenção da suspensão dessa taxa.

22.3.1.2 PREVI Futuro

A taxa do FQM e FL das operações de Empréstimo Simples, para os participantes do PREVI Futuro, calculada mensalmente sobre o saldo devedor, é de 0,10%a.a. para cada fundo. Não houve alteração de taxa no exercício.

22.3.2 Fundo dos Investimentos - Financiamento Imobiliário

Na carteira de Financiamento Imobiliário, o Fundo de Liquidez destina-se à cobertura de eventuais resíduos existentes ao final do prazo, conforme disposto contratualmente, exceto os relativos a valores inadimplentes.

22.3.2.1 Plano 1

A taxa do FQM para os participantes com idade até 59 anos é de 0,25% a.a. e de 1,80%a.a. a partir de 60 anos. A taxa do FL é de 0,24% a.a. Essas taxas são calculadas mensalmente sobre o saldo devedor e se referem a contratos concedidos a partir de 2007.

22.3.2.2 PREVI Futuro

A taxa do FQM para participantes com até 59 anos é de 0,10% a.a. e de 1,80% a.a a partir de 60 anos. A taxa do FL é de 0,10% a.a. Essas taxas são calculadas mensalmente sobre o saldo devedor.

23 MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	2015	2014
A) Patrimônio Social - início do exercício	141.843.347	144.973.338
Adições	4.786.084	8.807.848
Destinações	(18.439.775)	(11.937.839)
B) Patrimônio Social - final do exercício	128.189.656	141.843.347

23.1 Gestão Previdencial

GESTÃO PREVIDENCIAL	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Adições	3.145.322	7.029.962	1.165.245	1.206.706	285.001	267.169	4.595.568	8.503.837
Contribuições	2.849.804	2.833.378	1.026.145	877.182	260.011	238.856	4.135.960	3.949.416
Correntes	2.829.737	2.740.057	1.019.180	870.329	260.006	236.780	4.108.923	3.847.166
Patrocinador	539.195	521.013	500.463	428.134	0	0	1.039.658	949.147
Participantes	539.651	519.924	508.773	433.800	260.006	236.780	1.308.430	1.190.504
Autopatrocinados	51.755	46.553	9.944	8.395	0	0	61.699	54.948
Outros Recursos Correntes ⁽¹⁾	1.699.136	1.652.567	0	0	0	0	1.699.136	1.652.567
Portabilidade	0	0	741	751	0	0	741	751
Remuneração das contribuições em atraso	636	85	0	0	0	0	636	85
Outras Adições	19.431	93.236	6.224	6.102	5	2.076	25.660	101.414
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	4.196.584	139.100	329.506	24.803	18.452	163.903	4.544.542
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	295.518	0	0	18	187	9.861	295.705	9.879
Destinações	(18.034.161)	(11.399.818)	(91.737)	(83.060)	(242.570)	(231.322)	(18.368.468)	(11.714.200)
Benefícios	(13.242.580)	(11.014.123)	(50.918)	(48.247)	(236.086)	(225.375)	(13.529.584)	(11.287.745)
Prestação Continuada	(9.037.665)	(8.254.646)	(8.543)	(6.069)	0	0	(9.046.208)	(8.260.715)
Prestação Única	(36.726)	(19.559)	(34.423)	(34.374)	(227.722)	(225.349)	(298.871)	(279.282)
Institutos	(821)	(2.720)	(2.115)	(1.794)	0	0	(2.936)	(4.514)
Outras Deduções ⁽²⁾	(4.167.368)	(2.737.198)	(5.837)	(6.010)	(8.364)	(26)	(4.181.569)	(2.743.234)
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(4.753.893)	0	0	0	0	0	(4.753.893)	0
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	(342.069)	(50)	0	0	0	(50)	(342.069)
Custeio Administrativo	(37.688)	(43.626)	(40.769)	(34.813)	(6.484)	(5.947)	(84.941)	(84.386)
Acréscimos/Decréscimos	(14.888.839)	(4.369.856)	1.073.508	1.123.646	42.431	35.847	(13.772.900)	(3.210.363)

⁽¹⁾ Contratos firmados entre Banco do Brasil e PREVI (53,6883529% do Grupo Pré-67 e 100% do Grupo Especial).

⁽²⁾ Referentes, principalmente, às atualizações dos contratos (Nota 17.1).

23.2 Resultados e Rentabilidade por Tipo de Emissor

POR TIPO DE EMISSOR	PREVIDENCIAL						PGA		CONSOLIDADO		
	Plano 1		PREVI Futuro		Capec						
Títulos Públicos	11.735	16,08%	0		97	10,43%		0		11.832	16,01%
Créditos Privados e Depósitos	545.858	9,99%	111.151	14,00%	8.279	15,28%		26.349	15,20%	691.637	10,66%
Ações	(4.230.803)	(12,04%)	(266.119)	(13,49%)	0			(18.363)	(12,78%)	(4.515.285)	(12,09%)
Fundos de Investimentos	(2.557.723)	(2,62%)	185.277	8,91%	16.683	12,62%		52.467	12,01%	(2.303.296)	(2,24%)
Derivativos	(18.841)	(9,44%)	0		0			0		(18.841)	
Investimentos Imobiliários	905.467	11,22%	7.503	6,70%	0			0		912.970	11,16%
Empréstimos e Financiamentos	880.633	16,28%	111.479	15,83%	0			0		992.112	16,23%
Outros Investimentos	21		0		0			0		21	
DOS PLANOS	(4.463.653)	(2,84%)	149.291	3,72%	25.059	13,32%	Subtotal	60.453	7,93%	(4.228.850)	(2,53%)
Contingências de Investimentos	(10.675)		0		0			(10.675)		(10.675)	
Despesa Administrativa de Investimentos	(175.161)		(7.229)		(256)			(182.646)		(182.646)	
Fundos dos Investimentos	(104.404)		(2.962)		0			(107.366)		(107.366)	
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	(4.753.893)		139.100		24.803		(4.589.990)	60.453		(4.529.537)	

24 GESTÃO ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2015	2014
A) Fundo Administrativo Inicial	812.996	800.965
Custeio da Gestão Administrativa	339.586	329.935
Despesas Administrativas	(308.838)	(299.231)
Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(11.363)	(18.662)
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(7.542)	(11)
B) Fundo Administrativo Final	824.839	812.996

O Custeio da Gestão Administrativa alcançou 2,9% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), dentro do limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o exigido pela Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009. O resultado dos investimentos do Fundo Administrativo foi de R\$ 60.453 (R\$ 70.666, em 2014) e atingiu a rentabilidade de 7,9% a.a. (9,7% a.a., em 2014).

	Plano Administrativo		
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	2015	2014	Variação (%)
Total das Despesas Administrativas	308.838	299.231 ⁽¹⁾	3,2
Pessoal e Encargos	186.800	172.271	8,4
Conselheiros	2.926	2.937	
Conselho Deliberativo	1.839	1.926	
Conselho Fiscal	1.087	1.011	
Dirigentes	9.011	8.606	
Pessoal Próprio	5.795	12.614	
Pessoal Cedido ⁽²⁾	168.575	147.800	
Demais Despesas com Pessoal	493	314	
Treinamento / Congressos e Seminários	2.987	4.049	(26,2)
Viagens e Estadias	2.645	2.900	(8,8)
Serviços de Terceiros	50.874	54.128	(6,0)
Consultoria Atuarial	0	45	
Consultoria Contábil	7	7	
Consultoria Jurídica ⁽³⁾	29.862	30.716	
Serviços de Recursos Humanos ⁽⁴⁾	4.933	6.093	
Serviços de Informática	11.673	12.122	
Serviços de Gestão / Planejamento Estratégico	2.526	2.849	
Auditoria Contábil	137	153	
Auditoria de Investimentos	280	316	
Consultoria dos Investimentos	170	583	
Outros Serviços	1.286	1.244	
Despesas Gerais	49.692	51.298	(3,1)
Manutenção Predial da Sede	968	1.270	
Manutenção de Equipamentos de Informática	1.740	908	
Manutenção de Software	5.630	4.031	
Publicações da PREVI	2.026	3.016	
Informações Eletrônicas	2.945	2.808	
Remessa de Documentos	1.648	1.580	
Energia Elétrica e Gás	1.217	763	
Telecomunicações	2.424	2.213	
Despesas Judiciais / Cartorárias	6.518	7.550	
Aluguel / Encargos - Imóvel de Uso Próprio	16.165	18.234	
Aluguel da Sede	13.308	15.472	
Condomínio	2.857	2.762	
Locação de Veículos	1.070	990	
Organização de Eventos	2.159	3.420	
Demais despesas Gerais	5.182	4.515	
Depreciações e Amortizações	7.838	6.537	19,9
Tributos	7.807	7.791	0,2
TAFIC	7.290	7.045	
IPTU e Outros Impostos	517	746	
Outras	195	257	(24,1)

⁽¹⁾ Não considera a Constituição de Contingências de R\$ 18.662, de acordo com a Instrução MPS/Previc nº 25, de 17/12/2015. ⁽²⁾ Funcionários do patrocinador cedidos à PREVI, cfe. Parágrafo Único do Artigo 7º da LC 108, de 29/05/2001. ⁽³⁾ Escritórios terceirizados. A PREVI possui 29.379 causas judiciais e administrativas. ⁽⁴⁾ Entrevista e seleção, desenvolvimento e sucessão e suporte administrativo.

As Despesas Administrativas alcançaram 2,6% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), consideradas as Despesas Administrativas dos Investimentos que somaram R\$ 182.645 e foram integralmente ressarcidas pelo Custeio dos Investimentos (Nota 4.4.c).

Para identificação das Despesas Administrativas realizadas pelas áreas comuns, utilizam-se critérios de

rateio baseados nas despesas de pessoal alocado em cada área (previdencial e investimento), no número de funcionários, no percentual de área física ocupada por essas atividades, na quantidade de softwares e de ações judiciais. Ao aplicar esses parâmetros de rateio entre a Gestão Previdencial e Investimentos, os percentuais médios apurados foram de 40,9% para a Gestão Previdencial e de 59,1% para Investimentos.

25 AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

DESCRIÇÃO	PLANO 1	PREVI Futuro	Capec	PGA	Ajustes e Eliminações	Consolidado
	2015 (Nota 3)					
ATIVO	148.813.566	6.822.822	258.842	1.044.105	(854.624)	156.084.711
Disponível	102	2	1	4	0	109
Realizável	148.813.464	6.822.820	258.841	1.019.511	(854.624)	156.060.012
Previdencial	2.109.593	3.852	3.968	0	(8.695)	2.108.718
Administrativo	654.826	140.699	29.314	233.574	(845.929)	212.484
Participação Fundo Administrativo	654.826	140.699	29.314	0	(824.839)	0
Contas a Receber				21.772	(21.090)	682
Depósitos Judiciais/Recursois				203.789		203.789
Outros				8.013		8.013
Investimento	146.049.045	6.678.269	225.559	785.937		153.738.810
Permanente				24.590		24.590
PASSIVO	(148.813.566)	(6.822.822)	(258.842)	(1.044.105)	854.624	(156.084.711)
Operacional	(26.064.153)	(9.375)	(46.277)	(16.660)	29.785	(26.106.680)
Previdencial	(26.011.519)	(2.307)	(45.850)		3.717	(26.055.959)
Administrativo				(16.660)	8.695	(7.965)
Investimento	(52.634)	(7.068)	(427)		17.373	(42.756)
Contingencial	(1.580.167)	(276)	(5.326)	(202.606)	0	(1.788.375)
Previdencial	(1.550.756)	(276)	(5.326)			(1.556.358)
Administrativo				(202.606)		(202.606)
Investimento	(29.411)	0	0			(29.411)
PATRIMÔNIO SOCIAL	(121.169.246)	(6.813.171)	(207.239)	(824.839)	824.839	(128.189.656)
Patrimônio de Cobertura do Plano	(119.724.829)	(6.575.713)	0	0	0	(126.300.542)
Provisões Matemáticas	(135.862.751)	(6.575.713)				(142.438.464)
Equilíbrio Técnico	16.137.922					16.137.922
Fundos	(1.444.417)	(237.458)	(207.239)	(824.839)	824.839	(1.889.114)
Fundos Previdenciais	(6.389)	(82.106)	(177.925)			(266.420)
Fundos Administrativos	(654.826)	(140.699)	(29.314)	(824.839)	824.839	(824.839)
Fundos dos Investimentos	(783.202)	(14.653)				(797.855)

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/O-3
CPF: 796.164.107-68



Pareceres **2015**



PARECER ATUARIAL 2015

Plano de Benefícios 1 Plano de Benefícios PREVI Futuro Carteira de Pecúlios – CAPEC

1. OBJETIVO

1.1 O presente Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e plano de custeio e o resultado da avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

1.2 A PREVI administra três planos de benefícios, todos registrados no órgão regulador e fiscalizador por meio de reconhecimento no CNPB – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, a saber:

Registro	Nome do Plano
19.800.001-74	Plano de Benefícios 1
19.980.035-74	Plano de Benefícios 2 (PREVI Futuro)
19.040.001-18	Carteira de Pecúlios

Tabela A

1.3 O Plano de Benefícios 1 entrou em extinção em 24.12.1997. O Plano de Benefícios PREVI Futuro e a Carteira de Pecúlios encontram-se em curso de novas adesões.

1.4 A PREVI dispõe de cadastro próprio de participantes dos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro integrado aos demais sistemas de informações da Entidade. Para formação desse cadastro recebemos informações cadastrais e financeiras do patrocinador. Os dados são criteriosamente tratados, submetidos a filtros de consistência e confiabilidade.

2. PLANO DE BENEFÍCIOS 1

2.1 Base de Dados

A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios 1 foi gerada em 08.01.2016 e refere-se à data base de dezembro de 2015. A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensões, comparados a dezembro de 2014:

Quantidade	Dezembro / 2014	Dezembro / 2015
Ativos	24.548	19.212
Avaliados	24.537	19.198
Matrículas Rejeitadas	11	14
Idade Média Ativos em anos	51	51
Tempo Médio Faltante para Aposentadoria (meses)⁽¹⁾	40	35
Salário de Participação Médio (R\$)⁽²⁾	10.056,40	11.136,37
Institutos (aguardando benefício)	634	601
Autopatrocinaados	266	246
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	368	355
Aposentados	72.022	76.203
Benefícios		
Idade	209	226

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

Quantidade	Dezembro / 2014	Dezembro / 2015
Tempo de Contribuição	50.138	52.914
Antecipada	15.431	16.867
Invalidez	5.983	5.930
Renda Mensal Vitalícia	203	208
Pensão Mínima	58	58
Idade Média Aposentados em anos⁽³⁾	65	65
Benefício Médio (R\$)⁽³⁾	7.404,34	8.010,68
Institutos	3.565	3.583
Autopatrocina	3.362	3.375
Benefício Proporcional Diferido	203	208
Pensões⁽⁴⁾	17.034	17.442
Matrículas Rejeitadas	1	-
Beneficiários PREVI	20.261	20.548
Benefício Médio (R\$)	5.732,60	6.081,01

Tabela B

⁽¹⁾ Excluídos 10.408 participantes cujo tempo faltante para a aposentadoria é zero.⁽²⁾ Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas.⁽³⁾ Não considera os participantes com status de Pensão Mínima.⁽⁴⁾ Considera apenas as pensões de responsabilidade PREVI.

2.1.2 Apenas 14 matrículas de participantes ativos foram rejeitadas em função de inconsistências no cadastro. Foram incluídos 9 participantes como ativos autopatrocinados que não fizeram opção por nenhum dos institutos após o seu desligamento do patrocinador. Em relação à base de aposentados, 58 participantes não recebem atualmente benefício da PREVI, sendo avaliados somente pelo encargo de pensão mínima. Na quantidade de ativos e aposentados

já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

2.1.3 Em junho de 2015 o Banco do Brasil lançou o Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI-2015. O público-alvo do PAI-2015 eram os funcionários do Banco do Brasil que, em 19.05.2015, estavam em gozo de aposentadoria por tempo de contribuição ou idade junto ao INSS, ou aptos a requerer este benefício, ou tivessem completado 50 anos de idade e 15 anos de empresa. O prazo final para adesão ao PAI-2015 foi 10.07.2015.

2.1.4 O plano teve adesão de 4.395 participantes do Plano de Benefícios 1, representando aproximadamente 32% do seu público-alvo. Conseqüentemente, os meses de julho e agosto de 2015 tiveram um número significativo de concessões de aposentadoria programada por tempo de contribuição, idade e de aposentadoria antecipada.

2.1.5 Embora a adesão ao PAI-2015 tenha sido representativa, em 31.12.2015 havia 10.408 participantes ativos, exceto BPD, que já cumpriram as exigibilidades para aquisição do benefício programado, sendo 5.643 elegíveis somente ao benefício sob a forma antecipada, representando 55,24% do total de ativos.

2.2 Plano de Benefícios

2.2.1 O Plano de Benefícios 1 é composto de uma Parte Geral, destinada a todos os participantes, estruturada como benefício definido, e de uma Parte Opcional, de caráter facultativo e adicional à Parte Geral, estruturada como contribuição variável, com contribuição exclusiva do participante.

2.2.2 O Plano contempla ainda o Benefício Especial de Renda Certa, pago com recursos do Fundo de Renda Certa, constituído em dezembro de 2007.

2.2.3 A Tabela C apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios 1:

Parte Geral	Institutos	Parte Opcional	Benefícios Especiais
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal Vitalícia (com reversão em pensão) (BPD)	Renda Mensal de Aposentadoria	Benefício Especial de Renda Certa ⁽¹⁾
Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Autopatrocínio	Renda Mensal de Pensão por Morte	
Complemento de Aposentadoria por Idade	Portabilidade		
Complemento Antecipado de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)		
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano (Resgate)		

Tabela C

⁽¹⁾ Relativo aos participantes que contribuíram na atividade por mais de 30 anos até 31/12/2006, a ser pago em até 24 meses enquanto houver recursos no Fundo de Renda Certa.

2.3 Metodologia de Cálculo e Premissas Atuariais

2.3.1 O Plano de Benefícios 1 é avaliado sob o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios regulamentares e o método atuarial empregado é o agregado.

2.3.2 Na tabela D são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2015 e as aprovadas para o exercício de 2016:

	Exercício 2015	Exercício 2016
Premissas Biométricas		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2012	Base 2015
Premissas Econômicas		
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Crescimento Real de Salário	1,01%	1,0065%

Tabela D

2.3.3 Ao compararmos as premissas atuais com as do ano anterior, verificamos que houve alteração naquelas relativas à base de composição de família de pensionistas e à taxa de crescimento real de salários.

2.3.4 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios 1 no período 2010-2014. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua AT-2000 Suavizada em 10% permanece como a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e CAPEC, dado que a carteira de pecúlios é composta em sua maioria por participantes e assistidos vinculados a esses planos.

2.3.5 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a manutenção da Tábua Winklevoss Experiência PREVI, uma vez que seus resultados

se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2010 a 2014.

2.3.6 Quanto ao estudo de aderência à tábua de entrada em invalidez, concluímos pela manutenção da Tábua Light Fraca como a mais aderente aos eventos de invalidez ocorridos no período de 2010 a 2014.

2.3.7 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2016-2022, projetam o valor de 4,5% no cenário-base, resultando em manutenção do fator de capacidade de salários e de benefícios de 98,011%.

2.3.8 A taxa de crescimento real de salários, que reflete a projeção dos salários dos participantes em atividade quando da entrada em benefício, adotada para o exercício de 2016, é de 1,0065% ao ano, conforme estudo elaborado com base na variação salarial decorrente da carreira dos funcionários que estão em atividade no Banco do Brasil e são filiados ao Plano de Benefícios 1, tendo como base o período de 1998 a 2015.

2.3.9 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os relatórios de gerenciamento do ativo e do passivo e os cenários projetados pela PREVI, indicando a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2016.

2.3.10 As alterações das premissas atuariais para o exercício de 2016 implicaram aumento da Reserva Matemática na ordem de R\$ 18 milhões, posição em dezembro de 2015.

2.4 Reserva a Amortizar

2.4.1 Em 24.12.1997, foi firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI o Contrato que disciplina a integralização das reservas matemáticas pelo regime financeiro de capitalização para pagamento do complemento de aposentadoria dos participantes admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, denominado Grupo 67. Em 31.12.2015 havia 17.925 integrantes do Grupo 67 cujo valor da Reserva a Amortizar relativa ao grupo era de R\$ 14.247 milhões.

2.4.2 O Plano de Custeio para o financiamento da Reserva a Amortizar do Grupo 67 foi determinado pelo citado Contrato, cabendo à PREVI a mensuração do compromisso previdencial do Banco do Brasil, correspondente a 53,6883529% do total do encargo de aposentadoria relativo ao Grupo 67. Conforme Cláusula Décima do Acordo, a duração do referido contrato tem prazo vinculado à quitação do último compromisso referente ao complemento de aposentadoria dos participantes do Grupo 67.

2.4.3 A Cláusula Quarta do Contrato estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que são contabilizadas como contribuições amortizantes

antecipadas. Em 31.12.2015, o valor relativo à rubrica contábil “Contribuições Amortizantes Antecipadas” corresponde a R\$ 14.314 milhões.

2.4.4 Em 31.12.2012 o Banco do Brasil e a PREVI assinaram novo Contrato que disciplina a integralização de 100% das reservas matemáticas do Grupo Especial pelo regime financeiro de capitalização.

2.4.5 Conforme §1º da Cláusula Primeira do Contrato de 31.12.2012, entende-se como Grupo Especial o contingente de participantes do Plano 1 admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, listados no documento anexo ao contrato, e que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais assumidas pelo patrocinador. Em 31.12.2015 havia 2.970 integrantes do Grupo Especial, cujo valor do

passivo atuarial corresponde a R\$ 1.134 milhões. Cabe ressaltar que os participantes do Grupo Especial vertem contribuições normais conforme estabelecido no artigo 69 do Regulamento vigente do Plano de Benefícios 1.

2.4.6 A Cláusula Terceira do Contrato de 31.12.2012 estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que serão contabilizadas como “Contribuição Amortizante Grupo Especial”. O saldo dessa rubrica em 31.12.2015 corresponde a R\$ 1.135 milhões.

2.5 Fundos Previdenciais

2.5.1 O Fundo de Renda Certa foi constituído em dezembro de 2007, apurado com base em cálculo financeiro para pagamento do Benefício Especial de Renda Certa, que permanece vigente no regulamento. Seu saldo em 31.12.2015 corresponde a R\$ 6 milhões.

2.6 Situação Financeiro-Atuarial

2.6.1 A Tabela E mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2014 e 31.12.2015:

	Dezembro/2014	Dezembro/2015
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	134.611.754.890,66	119.724.828.849,82
Reservas Matemáticas (B)	122.073.121.925,68	135.862.750.531,14
Benefícios Concedidos	106.999.422.423,18	124.964.548.630,77
Benefícios a Conceder	29.818.977.438,16	26.279.890.779,85
(-) Reserva a Amortizar	14.745.277.935,66	15.381.688.879,48
Reserva a Amortizar - Grupo 67	13.673.832.866,53	14.247.491.524,35
Reserva a Amortizar - Grupo Especial	1.071.445.069,13	1.134.197.355,13
Superávit Acumulado (A) - (B)	12.538.632.964,98	-
Reserva de Contingência	12.538.632.964,98	-
Déficit Acumulado (B) - (A)	-	16.137.921.681,32
Fundo Previdencial	8.302.336,41	6.389.225,76
Fundo de Renda Certa	8.302.336,41	6.389.225,76

Tabela E - Valores em Reais

2.6.2 Observamos que, no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, a Reserva Matemática teve variação de 11,30%. O principal fator responsável pelo aumento do passivo atuarial foi a variação do INPC no período de janeiro a dezembro de 2015, equivalente a 11,28%, impactando principalmente a variação da Reserva Matemática de

Benefícios Concedidos, porquanto os benefícios são reajustados de acordo com a variação do INPC, conforme estabelecido no Regulamento do Plano.

2.6.3 Quanto ao Patrimônio para Cobertura do Plano, verificamos que houve variação negativa de 11,06% no

mesmo período. Cabe ressaltar que a rentabilidade do Plano de Benefícios 1 no ano de 2015 foi negativa, no valor de 2,84%, enquanto que a meta atuarial foi de 16,84%.

2.6.4 Em virtude do desempenho dos ativos de investimentos no decorrer de 2015, bem como da variação significativa do INPC no mesmo período,

verificou-se em 31.12.2015 um déficit técnico acumulado de R\$ 16.138 milhões.

2.7 Informações Acerca das Causas do Déficit Técnico

2.7.1 Nos últimos três exercícios, os resultados contábeis do Plano de Benefícios 1 foram assim apurados:

	Dezembro/2012	Dezembro/2013	Dezembro/2014
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	132.445.456	138.980.172	134.611.755
Reservas Matemáticas (B)	105.150.551	114.220.748	122.073.122
Superávit Acumulado (C) = (A) - (B)	27.294.905	24.759.424	12.538.633
Reserva de Contingência (D) (até 25% A)	26.287.638	24.759.424	12.538.633
Reserva Especial (C) - (D)	1.007.267	-	-
Variação Anual Patrimônio Cobertura Plano		4,93%	(3,14%)
Variação Anual Reserva Matemática		8,63%	6,87%

Tabela F - Valores em R\$ Mil

2.7.2 Constatamos que o comportamento do passivo atuarial se manteve estável nos três últimos exercícios, com variação média anual de 7,75%. A maior variação ocorreu no final de exercício de 2013, quando foram adotadas tábuas de mortalidade de válidos e inválidos mais adequadas à massa de participantes do plano. A mudança dessas premissas implicou aumento da Reserva Matemática no valor de R\$ 1,9 bilhão em 2013.

2.7.3 Por outro lado, o patrimônio de cobertura, que corresponde aos recursos provenientes dos investimentos realizados pela Entidade de acordo com o disposto nas

normas em vigor, teve aumento de 4,93% em 2013 e redução de 3,14% em 2014.

2.7.4 Conforme Resolução CMN 3.792/09, os recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades devem ser classificados nos seguintes segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. A Tabela G mostra os valores em percentuais de alocação por segmento nos últimos três exercícios, conforme Política de Investimentos do Plano de Benefícios 1, bem como a rentabilidade de seus respectivos ativos:

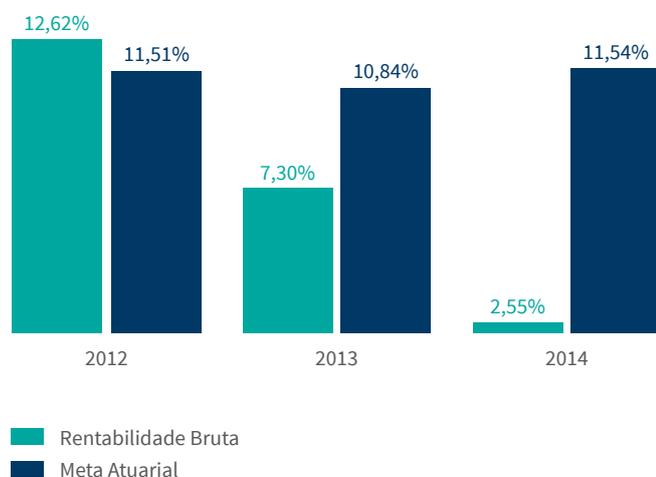
	2012		2013		2014	
	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade
Segmentos						
Renda Fixa	31,17%	17,45%	30,25%	8,07%	33,61%	13,08%
Renda Variável	60,02%	8,12%	60,41%	6,36%	56,10%	(4,43%)
Investimentos Estruturados	0,46%	1,73%	0,56%	20,60%	0,66%	(4,45%)
Imóveis	5,11%	36,53%	5,52%	17,51%	5,94%	13,75%
Operações c/Participantes	3,24%	11,45%	3,28%	11,31%	3,57%	12,28%
Investimento no Exterior	-	-	-	-	0,05%	19,67%
Rentabilidade Total		12,62%		7,30%		2,55%

Tabela G

2.7.5 Observa-se pela Tabela G que a rentabilidade do plano teve redução relevante nos últimos três exercícios, especialmente no ano de 2014, decorrente das oscilações de renda variável, com peso significativo na composição dos ativos de investimento do Plano de Benefícios 1.

2.7.6 O gráfico a seguir mostra a comparação entre a rentabilidade anual e a meta atuarial nos últimos três exercícios.

RENTABILIDADE X META ATUARIAL



2.7.7 Ao compararmos a rentabilidade do plano com a meta atuarial dos últimos três exercícios, observamos que a meta atuarial do Plano de Benefícios 1 se manteve estável, enquanto que a rentabilidade anual no mesmo período foi mais volátil. A rentabilidade média dos últimos 3 anos foi de 7,49%, enquanto que a meta atuarial foi de 11,30% no mesmo período.

2.7.8 Com base nas informações dos três exercícios, inferimos que a rentabilidade do Plano de Benefícios 1 tem sido inferior à meta atuarial, refletindo no resultado técnico do plano observado nesse período.

2.7.9 A Tabela H apresenta a rentabilidade acumulada no ano de 2015 dos ativos totais do Plano de Benefícios 1, por segmento de aplicação, e seus respectivos percentuais de alocação:

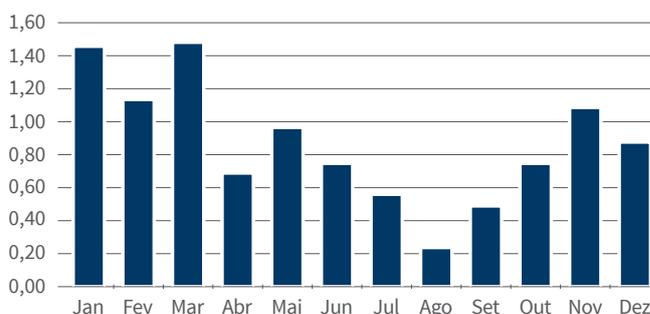
Segmentos	Alocação	Rentabilidade 2015
Renda Fixa	41,56%	14,68%
Renda Variável	46,76%	(17,20%)
Investimentos Estruturados	0,64%	(18,16%)
Imóveis	6,93%	11,22%
Operações com Participantes	4,03%	16,28%
Investimento no Exterior	0,08%	50,58%
Rentabilidade Total		(2,84%)

Tabela H

2.7.10 Observa-se que, no exercício de 2015, o comportamento dos ativos se agravou diante do desempenho da Bolsa, impactando diretamente na reavaliação a valor econômico dos ativos sem liquidez detidos via fundo de investimento ou carteira própria. Embora o segmento de renda fixa, que representa 41,56% dos recursos garantidores do plano, tenha tido rentabilidade positiva de 14,68%, verificamos que o segmento de renda variável teve rentabilidade negativa de 17,20% em 2015.

2.7.11 Por outro lado, ao analisarmos o passivo atuarial do plano, observamos que a meta atuarial do Plano 1, composta pela taxa real de juros de 5% ao ano e pelo índice de correção monetária dos benefícios do plano, aumentou para 16,84%. Tal fato decorre da variação acumulada do INPC de 11,28% no período de janeiro a dezembro de 2015, conforme gráfico a seguir:

VARIAÇÃO DO INPC 2015



2.7.12 Portanto, concluímos que o resultado técnico acumulado do plano teve redução nos últimos três exercícios, culminando em déficit técnico acumulado de R\$ 16.138 milhões em 31.12.2015, decorrente principalmente de dois fatores: o aumento da inflação, impactando diretamente no passivo atuarial, e o cenário macroeconômico observado neste período, indicando baixa rentabilidade no segmento de renda variável e refletindo diretamente nos valores econômicos dos ativos sem liquidez que são reavaliados anualmente.

2.8 Plano de Custeio

2.8.1 O Plano de Benefícios 1 é custeado pelas contribuições mensais e anuais dos participantes ativos e aposentados e do patrocinador. As contribuições dos participantes ativos são apuradas em função do seu salário de participação, conforme Tabela I:

Salário de participação (SP)	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
SP < ½ PP*1,25	1,8% SP	-
½ PP*1,25 ≤ SP < PP*1,25	3,0% SP	0,75% PP
SP ≥ PP*1,25	7,8% SP	6,75% PP

Tabela I PP – Parcela PREVI

2.8.2 O percentual médio de contribuição dos participantes ativos é 6,0% do salário de participação. No caso dos aposentados, o percentual de contribuição equivale a 4,8% sobre o complemento de aposentadoria. As contribuições normais do patrocinador correspondem a 100% do valor das contribuições dos participantes em atividade ou em gozo de benefício previsto no Regulamento.

2.8.3 Em 25.11.2015 foi divulgada a Resolução CNPC nº 22, que atualiza a Resolução CGPC nº 26/08, referente a procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado do plano. A Resolução revisada passou a considerar a duração do passivo do plano de benefícios na apuração do limite de déficit técnico acumulado.

2.8.4 A duração de passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Em 31.12.2015, a duração do passivo do Plano de Benefícios 1 corresponde a 12,1 anos. Conseqüentemente, em 31.12.2015, o limite do déficit é 8,1% da Reserva Matemática, isto é, R\$ 11.004 milhões.

2.8.5 A referida Resolução estabelece ainda que, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser deduzido o valor do ajuste de precificação. Entende-se como ajuste de precificação a diferença entre o valor dos títulos públicos

federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Em 31.12.2015, o valor do ajuste de precificação corresponde a R\$ 2.223 milhões.

2.8.6 A Resolução CNPC nº 22/15 determinou ainda que deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit se o resultado deficitário for superior ao limite mencionado no item 2.8.4. A Tabela J mostra a apuração do valor do déficit técnico a ser equacionado, considerando o déficit técnico acumulado em 31.12.2015, líquido do valor de ajuste de precificação, bem como o limite do déficit apurado com base na duração do passivo do plano:

Apuração para fins de Equacionamento de Déficit	Dezembro/2015
Déficit Técnico Acumulado (A)	16.137.921.681,32
Ajuste de Precificação (Res. CNPC 16/2014) (B)	2.223.322.753,06
Déficit Técnico Apurado para fins de Equacionamento (C) = (A) - (B)	13.914.598.928,26
Limite de Déficit Técnico Acumulado (D) (8,1% da Reserva Matemática)	11.004.882.793,02
Valor do Déficit Técnico a ser Equacionado (C) - (D)	2.909.716.135,24

Tabela J – Valores em R\$

2.8.7 Tendo em vista que o valor do déficit técnico apurado para fins de equacionamento é superior ao limite observado no item 2.8.4, deverá ser elaborado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício de 2016 no valor de R\$ 2.909 milhões, conforme disposto no artigo 28 da Resolução CGPC nº26/08.

2.9 Conclusão

2.9.1 O resultado técnico de dezembro de 2015 mostra que o Plano de Benefícios 1 se encontra deficitário no valor de R\$ 16.137.921.681,32, equivalente a 11,88% da Reserva Matemática.

2.9.2 Como o valor do déficit técnico apurado para fins de equacionamento é superior ao limite observado na Resolução CGPC nº 26/08, concluímos que até o final do exercício de 2016 será elaborado o plano de equacionamento de déficit, cujo valor a ser equacionado corresponde a R\$ 2.909.716.135,24.

2.9.3 Conforme estabelecido na mesma resolução, o resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos

e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado. O plano de equacionamento deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

3. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

3.1 Base de Dados

3.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios PREVI Futuro foi gerada em 14.01.2016 e refere-se ao mês de dezembro de 2015. A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensionistas, comparado a dezembro de 2014:

Quantidade	Dezembro / 2014	Dezembro / 2015
Ativos	81.044	85.176
Avaliados	80.915	85.036
Matrículas Rejeitadas	129	140
Idade Média Ativos em anos	37	38
Salário de Participação Médio (R\$) ⁽¹⁾	5.127,39	5.766,98
Institutos (aguardando benefício)	6.759	6.821
Autopatrocinados	1.941	2.004
Benefício Proporcional Diferido	4.818	4.817
Aposentados	255	374
Avaliados		
Benefícios Programados	22	112
Benefícios de Risco (Invalidez)	232	261
Matrículas Rejeitadas	1	1
Idade Média Aposentados em anos	48	52
Benefício Médio (R\$)	995,33	1.119,62
Institutos	10	27
Autopatrocinado	2	7
Benefício Proporcional Diferido	8	20
Pensões	296	337
Beneficiários PREVI	547	614
Benefício Médio (R\$)	770,15	863,44

Tabela K

⁽¹⁾ Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas.

3.1.2 Existem 140 matrículas de participantes ativos e 1 matrícula de aposentado que foram rejeitadas em função de inconsistências no cadastro. Entre os ativos autopatrocinados, foram incluídos 923 participantes que não fizeram opção por um dos institutos por estarem dentro do prazo regulamentar da opção. Nas quantidades totais de ativos e de aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

3.1.3 O Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI-2015, lançado pelo Banco do Brasil em junho de 2015, teve adesão de 106 participantes do Plano PREVI Futuro. Assim, principalmente em função do PAI-2015, a quantidade de participantes percebendo renda mensal de benefício programado aumentou de 22 para 112 aposentados. Ainda foram concedidas 14 aposentadorias programadas sob a forma de pagamento em parcela única.

3.1.4 Em 31.12.2015, 1.229 participantes ativos já reuniam as condições de exigibilidade para aquisição do benefício programado.

3.2 Plano de Benefícios

3.2.1 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é estruturado na modalidade contribuição variável, sendo composto da Parte I, relativa aos riscos não programados, e da Parte II, relativa aos riscos programados.

3.2.2 A Tabela L apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios PREVI Futuro:

Parte I Riscos Não Programados	Parte II Riscos Programados	Institutos
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria	Renda Mensal Vitalícia (BPD)
	Renda Mensal de Pensão por Morte	Autoprocínio
		Portabilidade

Tabela L

3.3 Metodologia de Cálculo e Premissas Atuariais

3.3.1 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é avaliado sob o regime de capitalização para todos os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas. Incluem-se nesse tipo as aposentadorias normais e antecipadas.

3.3.2 Para a Parte I, adota-se o método agregado para cálculo dos encargos de invalidez e pensão por morte. Para a Parte II, é utilizado o princípio de acumulação financeira dos ativos para geração de renda mensal de aposentadoria ou renda mensal antecipada de aposentadoria.

3.3.3 Na tabela M são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2015 e as aprovadas para o exercício de 2016:

	Exercício 2015	Exercício 2016
Premissas Biométricas		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2012	Base 2015
Premissas Econômicas		
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,5%	4,5%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Crescimento Real de Salário	3,00%	3,1336%

Tabela M

3.3.4 Ao compararmos as premissas atuais com as do ano anterior, verificamos que houve alteração naquelas relativas à base de composição de família de pensionistas e à taxa de crescimento real de salário.

3.3.5 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano Previ Futuro no período 2010-2014. Após realizarmos testes estatísticos e

análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua AT-2000 Suavizada em 10% permanece como a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e CAPEC, dado que a carteira de pecúlios é composta em sua maioria por participantes e assistidos vinculados a esses planos.

3.3.6 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a manutenção da Tábua Winklevoss Experiência PREVI, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos do ocorrido no período de 2010 a 2014.

3.3.7 Quanto ao estudo de aderência à tábua de entrada em invalidez, concluímos pela manutenção da Tábua Light Fraca como a mais aderente aos eventos de invalidez ocorridos no período de 2010 a 2014.

3.3.8 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2016-2022, projetam o valor de 4,5%, resultando em fator de capacidade de salários e de benefícios de 98,011%.

3.3.9 A taxa de crescimento real de salário, que reflete a projeção dos salários dos participantes em atividade quando da entrada em benefício, adotada para o exercício de 2016, é de 3,1336% ao ano, conforme estudo elaborado com base na variação salarial decorrente da carreira dos funcionários que estão em atividade no Banco do Brasil e estão filiados ao Plano de Benefícios PREVI Futuro, tendo como base o período de 1998 a 2015.

3.3.10 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano, com base nos relatórios de gerenciamento do ativo e do passivo, indica que a taxa real de 5% ao ano está adequada à rentabilidade esperada no período analisado de 2016-2022, considerando os cenários projetados pela PREVI. Portanto, concluímos por sua manutenção para o exercício de 2016.

3.3.11 As alterações das premissas atuariais para o exercício de 2016 implicaram aumento da Reserva Matemática na ordem de R\$ 13 milhões, posição em dezembro de 2015.

3.4 Situação Financeiro-Atuarial

3.4.1 A Tabela N mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2014 e 31.12.2015:

	Dezembro/2014	Dezembro/2015
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	5.448.137.172,92	6.575.712.846,40
Reservas Matemáticas (B)	5.448.137.172,92	6.575.712.846,40
Parte I (Benefícios Não Programados)	408.299.459,97	538.348.577,81
Benefícios Concedidos	94.392.153,41	126.646.968,35
Benefícios a Conceder	313.907.306,56	411.701.609,46
Parte II (Benefícios Programados)	5.039.837.712,95	6.037.364.268,59
Benefícios Concedidos	3.547.683,08	20.974.933,88
Benefícios a Conceder	5.036.290.029,87	6.016.389.334,71
Superávit Acumulado (A) - (B)	-	-
Reserva de Contingência	-	-
Fundos Previdenciais	136.174.113,53	82.106.146,20
Fundo de Cotas Resguardadas	50.265.121,37	51.174.749,27
Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes	20.407.915,90	21.976.106,29
Fundo de Gestão de Risco	65.501.076,26	8.955.290,64

Tabela N - Valores em Reais

3.4.2 Observamos que, no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, a Reserva Matemática teve variação de 20,70%. Tal resultado decorre, principalmente, das contribuições que foram vertidas ao plano, especialmente para a Parte II, pois o Plano PREVI Futuro encontra-se no estágio de acumulação de reservas e de uma quantidade ainda reduzida de benefícios em manutenção.

3.4.3 Em 2015, o montante de contribuições (pessoais e patronais) para a Parte II foi da ordem de R\$ 948 milhões. O ingresso de 4.996 novos participantes no plano frente a 946 cancelamentos de inscrição de ativos também corroborou para o incremento na Parte II do plano (Benefícios a Conceder).

3.4.4 Quanto aos recursos garantidores do plano, verificamos que a rentabilidade do Plano PREVI Futuro em 2015 foi de 3,72%, enquanto que a rentabilidade do perfil PREVI em 2015 foi de 1,31%. Esse é o perfil utilizado para a atualização dos recursos coletivos do plano, como os valores vinculados à Parte I (benefícios de risco) e os benefícios concedidos. Logo, a rentabilidade desse perfil é a que influencia o resultado técnico do plano.

3.4.5 A variação do INPC, índice de reajuste dos benefícios, conjugada com a taxa real de juros, foi de 16,84%.

3.5 Fundos Previdenciais

3.5.1 Os Fundos Previdenciais relacionados abaixo foram criados em outubro de 2006, após ajustes em processos e sistemas, e neles foram alocados os valores apropriados. São eles:

3.5.1.1 Fundo de Cotas Resguardadas: relativo a saldos de participantes que podem ser recebidos de imediato, mas ainda não foram solicitados pelos participantes ou seus beneficiários, como por exemplo saldos individuais de participantes que romperam o vínculo empregatício, de aposentados por invalidez ou de falecidos. Esse fundo também consolida os saldos que não tinham destinação definida no Regulamento vigente até 13.12.2010, como os saldos patronais dos ex-participantes que optaram pelo Resgate. Esses saldos são apurados para os participantes enquadrados nas mencionadas situações com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.5.1.2 Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes: relativo a valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que se desligaram do plano, mas mantiveram o vínculo empregatício. Portanto, podem retornar ao plano e têm

tal direito reconhecido pelo regulamento do Plano. O mencionado saldo é obtido com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.5.1.3 Fundo de Gestão de Risco: constituído para fazer frente a oscilações dos ativos de investimento e do passivo atuarial do Plano e o seu valor é atualizado de acordo com a variação da cota do Perfil PREVI.

3.5.2 Ressaltamos que, em função do resultado técnico no encerramento do exercício decorrente do desempenho dos ativos de investimento e da alteração das premissas atuariais, conforme mencionado no item 3.3.11, foi necessária a reversão do Fundo de Gestão de Risco no valor de R\$ 57,40 milhões para manutenção do equilíbrio do plano em dezembro de 2015.

3.6 Plano de Custeio

3.6.1 O Plano de Custeio determina o nível de contribuições necessário ao financiamento dos benefícios do plano de acordo com o regime financeiro e o método de financiamento, de tal forma que seja mantido o equilíbrio e a solvência do plano.

3.6.2 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é custeado pelas contribuições mensais e anuais de participantes e da patrocinadora relacionadas na Tabela O.

Participantes	Patrocinadora
Parte I	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
Parte II	
- Subparte "a": 6,390016% sobre o salário de participação.	- Subparte "a": 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte.
- Subparte "b": percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento.	- Subparte "b": 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano.
- Subparte "c": percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- Subparte "c": não há.

Tabela O Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o Plano PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

3.7 Conclusão

3.7.1 A rentabilidade apresentada no ano de 2015, apesar de positiva, foi inferior à meta atuarial do Plano, composta pela taxa real de juros de 5% ao ano e pelo índice de correção monetária dos benefícios do plano, correspondente a 16,84%, impactando o saldo de conta dos participantes ativos e o resultado técnico do Plano.

3.7.2 Após a utilização de recursos do Fundo de Gestão de Risco para reverter o resultado técnico negativo do Plano, concluímos que a situação financeiro-atuarial do plano permite a manutenção do atual Plano de Custeio para preservar o equilíbrio do plano de modo que os participantes em atividade do Plano de Benefícios PREVI Futuro possam receber um benefício programado compatível com sua acumulação de recursos.

4. CARTEIRA DE PECÚLIOS - CAPEC

4.1 Base de Dados

4.1.1 A base de dados para avaliação atuarial da CAPEC é de agosto de 2015, composta por 125.775¹ participantes distribuídos nas seguintes modalidades:

- **Pecúlio por Morte:** 119.307 participantes inscritos nos Planos Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo;
- **Pecúlio Especial:** 37.962 participantes inscritos nos Planos Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo;
- **Pecúlio Manutença:** 6.468 participantes inscritos nos Planos Júnior (1), Sênior (1) e Executivo (6.466);
- **Pecúlio por Invalidez:** 25.604 participantes inscritos nos Planos Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.

4.2 Plano de Benefícios

4.2.1 A CAPEC está prevista no Art. 3º, Inciso IV, do Estatuto da Entidade, que assegura "a todos os participantes: a opção de vínculo a um plano de pecúlio mediante contribuições específicas".

4.2.2 A CAPEC está cadastrada na PREVIC como plano de benefícios de pagamento único e paga os seguintes pecúlios:

Aos dependentes ou beneficiários designados	Aos participantes
Pecúlio por Morte	Pecúlio por Invalidez
Pecúlio Especial	Pecúlio Especial
Pecúlio Manutença	

Tabela P

¹ Os participantes vinculados ao Pecúlio Especial e ao Pecúlio por Invalidez possuem o Pecúlio por Morte.

4.2.3 Cada tipo de pecúlio é oferecido aos participantes da CAPEC segundo faixas de valores, constituindo cada faixa uma das seguintes modalidades de pecúlio: Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.

4.3 Metodologia de Cálculo e Premissas Atuariais

4.3.1 A CAPEC tem seus valores de receitas calculados pelo Regime Financeiro de Repartição Simples com avaliações atuariais anuais, seguindo o princípio de cálculo atuarial usual para a constituição técnica do seguro de vida temporário por um ano com renovações automáticas anuais.

4.3.2 Na tabela Q são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2015 e as aprovadas para o exercício de 2016:

	Exercício 2015	Exercício 2016
Premissas Biométricas		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Premissas Econômicas		
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Carregamento	2,5%	2,5%

Tabela Q

4.3.3 Observamos que nos últimos doze meses os eventos biométricos de mortalidade estão aderentes aos eventos esperados pelas Tábuas de Mortalidade de Válidos AT-2000 Suavizada em 10%, tendo em vista que houve 1.569 óbitos de setembro de 2014 até agosto de 2015, enquanto que o número de óbitos esperados pela tábua de mortalidade no mesmo período era de 1.692.

4.3.4 Quanto à sinistralidade dos eventos de entrada em invalidez, observa-se que a adoção da Tábua Light Fraca a partir de janeiro de 2015 mostrou-se mais aderente aos sinistros de invalidez ocorridos na CAPEC no mesmo período, dado que foram observados 37 eventos ocorridos de setembro de 2014 a agosto de 2015, enquanto que esperavam-se 48 eventos de entrada em invalidez considerando a tábua.

4.4 Situação Financeiro-Atuarial

4.4.1 Os valores dos pecúlios foram reajustados em 10%, superior à variação do INPC no período de janeiro (data da última alteração de valores) a agosto de 2015 (data da nova avaliação atuarial), em conformidade com o disposto no regulamento da CAPEC. A tabela R apresenta os valores dos pecúlios de 2015 e os novos valores dos pecúlios para o exercício de 2016:

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
Valores em 2015 - R\$	32.000	64.000	96.000	128.000	160.000
Valores em 2016 - R\$	35.200	70.400	105.600	140.800	176.000

Tabela R – Valores em Reais

4.4.2 Na tabela S estão consignados os novos valores das contribuições dos Pecúlios por Morte, Especial/Manutenção e por Invalidez que consideram o risco biométrico de cada

faixa etária, acrescidos da taxa de carregamento de 2,5% e da taxa de 10% para o Fundo RCO, aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo:

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
Pecúlio por Morte	35.200	70.400	105.600	140.800	176.000
Até 34 anos	5,67	11,35	17,02	22,69	28,37
De 35 a 40 anos	7,13	14,26	21,39	28,51	35,65
De 41 a 45 anos	9,81	19,65	29,46	39,28	49,09
De 46 a 50 anos	11,77	23,54	35,31	47,09	58,86
De 51 a 55 anos	19,11	38,21	57,32	76,43	95,52
De 56 a 60 anos	32,93	69,18	103,76	138,35	172,95
De 61 a 65 anos	40,88	83,91	156,08	198,13	221,71
Maior que 65 anos	54,84	115,54	212,39	262,93	296,08
Pecúlio Especial/Manutenção	35.200	70.400	105.600	140.800	176.000
Até 34 anos	5,67	11,35	17,02	22,69	28,37
De 35 a 40 anos	7,13	14,26	21,39	28,51	35,65
De 41 a 45 anos	9,81	19,65	29,46	39,28	49,09
De 46 a 50 anos	11,77	23,54	35,31	47,09	58,86
De 51 a 55 anos	19,11	38,21	57,32	76,43	95,52
De 56 a 60 anos	32,93	69,18	103,76	138,35	158,77
De 61 a 65 anos	40,88	83,91	154,08	167,70	181,34
Maior que 65 anos	54,84	115,54	210,40	228,01	245,59
Pecúlio por Invalidez	35.200	70.400	105.600	140.800	176.000
Até 34 anos	1,61	3,22	4,83	6,44	8,05
De 35 a 40 anos	3,20	6,41	9,60	12,80	15,99
De 41 a 45 anos	7,08	14,16	21,24	28,31	35,37
De 46 a 50 anos	10,54	21,08	31,62	42,16	52,69
De 51 a 55 anos	13,34	26,66	39,99	53,31	66,64
De 56 a 60 anos	18,81	37,61	56,41	75,21	94,01
De 61 a 65 anos	22,38	44,76	67,12	89,49	111,86
Maior que 65 anos	29,25	58,50	87,75	116,99	146,23

Tabela S – Valores em Reais

4.4.3 O fluxo de contribuições arrecadadas, pecúlios pagos e ganhos com investimentos relativos à Carteira apresentaram os seguintes resultados em 31.12.2015:

RECEITAS		252.977.173,07
Receitas de Contribuição*	228.174.253,03	
Resultado dos Investimentos	24.802.920,04	
DESPESAS		234.019.049,02
Pagamento de Pecúlios	227.721.460,00	
Custeio Administrativo (2,5%)	6.484.362,68	
Constituição de Contingências**	(186.773,66)	

Tabela T – Valores em Reais

* Valor considerado líquido da taxa de carregamento de 2,5% e da taxa de 10% (RCO).

**Referente a reversão de contingências conforme dados contábeis.

4.4.4 Registramos ainda o valor de R\$ 45.850.008,04, em 31.12.2015, relativo à provisão para pagamento de pecúlios avisados e não pagos pela Carteira correspondente a processos em curso de liquidação.

4.5 Fundos Previdenciais

4.5.1 O Fundo CAPEC destina-se ao equilíbrio das contribuições dos participantes, considerando o processo de transição da cobrança por prêmio único para a cobrança por faixa etária ocorrida a partir de 2006. Tal medida faz parte do Plano de Reestruturação da CAPEC, aprovado em 2005 pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo. O saldo do Fundo CAPEC em 31.12.2015 é de R\$ 31.700.090,61.

4.5.2 O Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO), constituído em abril de 2010, é um fundo previdencial destinado para garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes. O saldo do Fundo RCO, em 31.12.2015, é R\$ 146.225.202,47.

4.5.3 Consequentemente, o saldo do ativo líquido da CAPEC aumentou de R\$ 135.493.947,88 (31.12.2014) para R\$ 177.925.293,08 (31.12.2015) principalmente em função do incremento do saldo do Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO).

4.6 Plano de Custeio

4.6.1 O custeio da CAPEC é de responsabilidade dos participantes do plano, não havendo contribuição patronal. Os valores das contribuições mensais variarão segundo a faixa etária e o tipo de pecúlio ao qual o participante tenha aderido ou contratado.

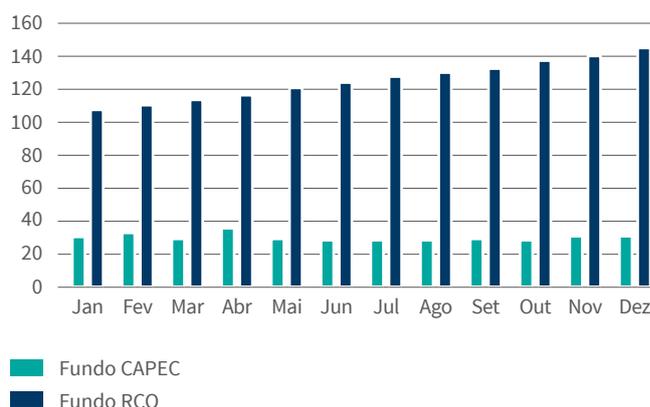
4.6.2 Nesse contexto, além das contribuições vertidas pelos participantes, a estratégia para reestruturação da CAPEC prevê a utilização do Fundo CAPEC até sua extinção,

quando então o Fundo RCO passará a cobrir as diferenças decorrentes dos subsídios ainda existentes, até que as contribuições arrecadadas sejam suficientes para custear integralmente os pagamentos dos pecúlios.

4.6.3 Apresentamos o gráfico com a evolução dos saldos do Fundo CAPEC e do Fundo RCO no período de janeiro a dezembro de 2015:

FUNDOS PREVIDENCIAIS DA CAPEC (2015)

Valores em R\$ Milhões



4.7 Conclusão

4.7.1 A redução gradual do Fundo CAPEC, decorrente da cobertura das contribuições para as faixas etárias mais avançadas, demonstra a importância da continuidade da estratégia mencionada no item 4.5.1, de tal forma que, ao fim do Fundo CAPEC, o valor dessas contribuições não tenha impacto significativo para os participantes.

4.7.2 Diante do exposto, concluímos que os resultados apresentados pela CAPEC, considerando a utilização de recursos do Fundo CAPEC, quando do encerramento do exercício de 2015, indicam o reconhecimento do seu estado de equilíbrio atuarial.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2016.

Cleide Barbosa da Rocha

Atuária – MIBA 732

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Administradores e ao Patrocinador da
PREVI - Caixa de Previdência
dos Funcionários do Banco do Brasil
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC 8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do

juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, no uso das atribuições conferidas pelos incisos II e III do artigo 49 do Estatuto da Entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31.10.2011, Anexo "C", item 17 e Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24.09.2009, art. 4º, examinou as Demonstrações Contábeis da PREVI e o Relatório Anual da PREVI, apresentados pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31.12.2015.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da PREVI, e considerando ainda o Parecer da Atuária Interna e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da PREVI e do Relatório Anual da PREVI, relativos ao exercício de 2015.

Por oportuno, os Conselheiros Fiscais Eleitos enfatizam que os aspectos registrados em Manifestação de 27.02.15, quando da emissão do Relatório Anual de Atividades de 2014, quais sejam, Reclamações Trabalhistas Originadas no Banco do Brasil, Teto Remuneratório Para Fins de Concessão de Benefícios, e Remuneração Variável/Bônus para a Diretoria Executiva, devem merecer, de parte do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a máxima prioridade para que sejam implementadas soluções efetivas ainda no transcurso do primeiro semestre de 2016.

Rio de Janeiro (RJ), 17 de março de 2016.

Odali Dias Cardoso
Presidente do Conselho Fiscal

Williams Francisco da Silva
Aureli Carlos Balestrini
Adriano Meira Ricci

Manifestação do Conselho Deliberativo quanto às Demonstrações Contábeis do exercício de 2015:

Em reunião de 17 de março de 2016 o Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, no uso das competências de que trata o inciso XII do artigo 22 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pelos Atuários Internos, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício 2015 refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

Rio de Janeiro (RJ), 17 de março de 2016.

Paulo Roberto Lopes Ricci
Presidente

Antonio José de Carvalho
Eduardo César Pasa
Haroldo do Rosário Vieira
Robson Rocha
Rafael Zanon Guerra de Araujo

Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração do Valor Adicionado	2015	2014	2013
Valor Econômico Gerado			
1. Adições	4.599.360	3.773.436	4.123.976
Contribuições	4.043.477	3.865.030	3.824.422
Receitas Administrativas ^(*)	271.591	259.258	250.101
Contingências	284.292	(350.852)	49.453
2. Variação das Provisões Técnicas	(14.917.205)	(9.032.819)	(9.858.360)
Provisões Matemáticas	(14.917.205)	(9.032.819)	(9.858.360)
3. Resultado Líquido Operacional (1+2)	(10.317.845)	(5.259.383)	(5.734.384)
4. Benefícios	9.607.301	8.629.474	7.971.890
Benefícios de prestação continuada e única e institutos (líquidos de IR)	8.412.418	7.753.073	6.880.037
Imposto de Renda Retido na Fonte dos Benefícios	935.596	791.438	1.043.518
Outros	259.287	84.963	48.335
5. Insumos de Terceiros	94.341	93.765	100.212
Materiais, energia e outros (DESPESAS GERAIS líquidas de impostos, taxas e contribuições)	37.639	32.431	37.317
Serviços de Terceiros e comissões	50.874	54.128	55.721
Treinamentos	2.987	4.049	4.464
Viagens e Estádias	2.645	2.900	2.705
Outros	197	257	4
6. Valor adicionado Bruto (3-4-5)	(20.019.488)	(13.982.623)	(13.806.486)
7. Depreciação, amortização e exaustão	7.838	6.537	5.968
8. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (6-7)	(20.027.326)	(13.989.159)	(13.812.454)
9. Valor adicionado recebido/cedido em transferência	(4.529.537)	4.615.208	12.181.633
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	4.544.542	12.151.432
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(4.589.990)	0	0
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	60.453	70.666	30.201
10. Valor adicionado total a distribuir (8+9)	(24.556.863)	(9.373.951)	(1.630.821)
11. Distribuição do valor adicionado	(24.556.863)	(9.373.951)	(1.630.821)
Pessoal e encargos	186.800	172.271	158.141
Pessoal Cedido da Patrocinadora	168.575	147.800	137.779
Conselheiros, Dirigentes, Pessoal Próprio e Demais Despesas com Pessoal	18.225	24.471	20.362
Remuneração direta	15.761	13.180	11.005
Benefícios	2.348	11.184	9.243
F.G.T.S.	115	107	114
Impostos, taxas e contribuições	19.861	26.659	23.537
Federais ^(**)	19.462	26.291	23.089
Estaduais	6	5	5
Municipais	392	363	443
Remuneração de Capitais Próprios	(24.763.523)	(9.572.881)	(1.812.499)
Juros (atualização de contratos/acordos)	3.920.479	2.656.849	2.330.595
Fundos	(7.447)	(8.939)	(1.607.613)
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(28.676.555)	(12.220.791)	(2.535.481)

^(*) Taxa de Carregamento, de Administração e Demais Receitas Administrativas. ^(**) Considera R\$ 11.363 de PIS/Cofins (R\$ 18.662, em 2014).